

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

WAGNER DOS REIS MARQUES ARAÚJO

TEM “BARRAGEIRO” NO BREGA?

Um estudo acerca das trajetórias de mulheres que se prostituem nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia

Porto Alegre

2018

WAGNER DOS REIS MARQUES ARAÚJO

TEM “BARRAGEIRO” NO BREGA?

Um estudo acerca das trajetórias de mulheres que se prostituem nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Araújo, Wagner dos Reis Marques

Tem barrageiro no brega? Um estudo acerca das trajetórias de mulheres que se prostituem nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia / Wagner dos Reis Marques Araújo. -- 2018.

308 f.

Orientadora: Cinara Lerrer Rosenfield.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. trabalho sexual. 2. relações de gênero. 3. sexualidade. 4. autonomia . 5. Amazônia brasileira.

I. Rosenfield, Cinara Lerrer, orient.

II. Título.

WAGNER DOS REIS MARQUES ARAÚJO

TEM BARRAGEIRO NO BREGA?

Um estudo acerca das trajetórias de mulheres que se prostituem nas áreas atingidas pelas Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cínara Lerrer Rosenfield
(Orientadora)

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt
PPGCS/PUC-RS

Profa. Dra. Lorena Holzmann
PPGS/UFRGS

Profa. Dra. Luciana Garcia de Mello
PPGS/UFRGS

Mulher da Vida

Mulher da Vida, minha Irmã.

*De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades e
carrega a carga pesada dos mais
torpes sinônimos,
apelidos e apodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à-toa.*

Mulher da Vida, minha irmã.

*Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.
Desprotegidas e exploradas.
Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.
Necessárias fisiologicamente.
Indestrutíveis.
Sobreviventes.
Possuídas e infamadas sempre por
aqueles que um dia as lançaram na vida.
Marcadas. Contaminadas,
Escorchadas. Discriminadas.*

*Nenhum direito lhes assiste.
Nenhum estatuto ou norma as protege.
Sobrevivem como erva cativa dos caminhos,
pisadas, maltratadas e renascidas.*

*Flor sombria, sementeira espinhal
gerada nos viveiros da miséria, da
pobreza e do abandono,
enraizada em todos os quadrantes da Terra.*

[...]

Poesia dedicada, por **Cora Coralina**, ao Ano Internacional da Mulher em 1975.

DEDICATÓRIA

Às mulheres da batalha dos bares e bregas das zonas morais do Madeira, protagonistas deste estudo que a mim confiaram o testemunho de suas vidas, expondo suas intimidades, sexualidades, amores e dissabores, sonhos e expectativas de uma vida digna e melhor.

A cada uma daquelas que, nos momentos de escuta e interlocução, ensinou-me um sentido diferente sobre dignidade e resistência feminina, entregando um pouco de si (para viver “uma puta vida”), movidas pelo amor aos filhos.

Especialmente às “mulheres bolivianas de vida nada fácil” (jovens e as não tão jovens) que atravessam a fronteira Bolívia/Brasil deixando para trás familiares (sobretudo filhos e mães confidentes de seus segredos), movidas pela saga das usinas hidrelétricas.

Além da expectativa que este estudo venha mostrar outras facetas da prostituição sexual feminina (que a torne menos estigmatizada), deposito a esperança de que essa modalidade de trabalho venha a ser regulamentada e, sobremaneira, profícua de efeitos positivos, garantias e proteção para aquelas que nele decidirem depositar as suas expectativas.

Além do exercício intelectual, haverá em mim “aprendiz de sociólogo” a permanente condição que me manterá social e politicamente engajado com a transformação social não somente dessas mulheres, mas das condições de todas aquelas que se encontram em condições subalternas em relação ao sexo masculino.

Além desta, dedico-lhes profundo respeito e admiração pelas batalhas travadas no âmago da alma e, também, na carne laboriosa do ofício!

Ao meu pai, Alcir Martins de Araújo (12/10/1931-19/06/2017) que, por não poder ficar mais, partiu há pouco deixando um vazio em mim.

AGRADECIMENTOS

“Fechei os olhos e pedi um favor ao vento:
leve tudo que for desnecessário.
Ando cansada[o] de bagagens pesadas...
Daqui para frente levo apenas o que couber no bolso
e no coração” (Cora Coralina).

Nenhuma Tese resulta de um trabalho estritamente individual, há sempre nela contribuições coletivas que estão para além das intelectuais e materiais. Não se dialoga exclusivamente com os teóricos adotados (cujo trabalho é absorvido passando a fazer parte da tessitura do texto), tornam-se parte dela as entrevistadas do estudo (cujas adesões à pesquisa a possibilitaram) e as críticas da orientadora que recobra-nos os sentidos quando tudo parece um “caos”. Há uma espécie de gratidão que devemos também para com aqueles (e aquelas) que ofereceram sem o ônus dos créditos apoio de caráter afetivo e moral, quando surgiram as primeiras dificuldades e a falta de motivação deu lugar ao encantamento pela pesquisa; pessoas cujo universo está para além dos limites geográficos da Academia. Tantos são os nomes lembrados pelos aconselhamentos e palavras de apoio que receio esquecer algum. Aos que contribuíram para a Tese que agora torna-se realidade eu gostaria de agradecer:

Às instituições que, em diferentes períodos do estudo, financiam as pesquisas que me permitiram escrever a Tese: Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); à Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que nos primeiros anos da vida acadêmica proporcionou-me subsídios alimentícios, de assistência médica e psicológica e, especialmente, pela concessão de uma bolsa de manutenção que possibilitou a efetivação de minha graduação em Filosofia entre os anos 1997 e 2000.

À UFRGS, por ter acolhido o meu projeto em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), pelo convívio intelectual estimulante de seus

docentes, bem como pelo apoio acadêmico e os incentivos financeiros para a participação em congressos, seminários e encontros científicos em outros Estados brasileiros, oportunizando a apresentação de dados parciais deste estudo, registro o meu agradecimento. À professora Cinara Lerrer Rosenfield, por ter acolhido de forma generosa a pesquisa que já estava em andamento e, sobretudo, por ter acatado a orientação de um tema controverso mesmo ciente de minhas limitações teóricas e metodológicas, cujas leituras e diálogos críticos foram imprescindíveis para a redefinição do problema da pesquisa e consequimento da Tese. Agradeço também aos professores José Vicente Tavares dos Santos e Raul Enrique Rojo pelas oportunidades de interlocução, discussões e reflexões que ampliaram o meu olhar sociológico, especialmente pela acolhida sempre dialógica e fraternal estabelecida durante as disputadas disciplinas.

À professora Lorena Holzmann, sujeito de espírito crítico e generoso, por ter sido a primeira a conhecer, apoiar e discutir o projeto de Tese, de coração eu agradeço a persistência e presença ativa que, através da experiência na pesquisa tão bem soube direcionar parte significativa do estudo, por meio de orientações e leituras criteriosas, questionamentos e momentos de interlocução que muito contribuíram para o contínuo repensar das questões que permeiam este estudo.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Regiane Juchen Machado Accorsi (sujeito de espírito doce e abnegado ao ofício), que sempre acolheu com presteza as demandas acadêmicas, esclarecendo sempre as minhas dúvidas e anseios. Também aos adoráveis amigos feitos durante essa trajetória, com os quais compartilhei angústias, dúvidas e inesquecíveis momentos de descontração durante os primeiros anos de doutoramento: Patrícia Bosenbecker (a Pati), Natália Araújo (a Nati), Diego Airoso e Luciene Lauda (a Lú).

Às pessoas – várias – da cidade de Porto Velho (RO), que em diferentes fases da pesquisa de campo contribuíram com indicações de leituras, material empírico (indicando pessoas e lugares), apoio logístico e estímulos de diversas ordens. Nesse caso, as sociólogas Shirley Dambrós, Edna Fernandes do Ministério Público de Rondônia (MPE/RO) e a amiga (de trajeto e trajetória pela Amazônia brasileira) professora Márcia Maria de Oliveira professora da

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), do Campus Rolim de Moura; à Irmã Orila Travessini da Comissão Pastoral da Terra (RO) por ter indicado caminhos a serem percorridos no campo.

Às Irmãs missionárias scalabrinianas do distrito de Nova Mutum-Paraná, distrito próximo à Usina Hidrelétrica Jirau, que ofereceram apoio logístico, informações e indicações de pessoas e lugares vinculados à prostituição em Jaci Paraná, distrito de Porto Velho. À Karen Diogo e Kary Falcão vinculados a ONGs dessa cidade que demonstraram interesse pelo estudo, dispuseram de seu tempo e conhecimentos que facilitaram a inserção no campo.

À Associação Madre Tereza de Calcutá de Porto Velho, que abriu suas portas acolhendo a minha demanda, indicando mulheres que se deixaram entrevistar em suas casas dispendo de seu tempo, suas intimidades e valores ao escrutínio deste pesquisador.

Por último, mas não menos importante, a minha mãe Conceição Marques já octogenária e, também, ao estimado companheiro de trajeto e trajetória Professor Dr. Antônio Marcos de Oliveira Siqueira, os maiores entusiastas dos meus projetos e sonhos, por estarem sempre ao meu lado oferecendo apoios que tornaram possíveis o percurso por esse caminho.

*“Muros de pedras não fazem uma prisão. E nem barras
de ferro uma gaiola”[...].*
(Richard Lovelace, 1642, poema **Da prisão para Althea**)

“O silêncio cúmplice favorece a exclusão desses desventurados”.
(Argemiro Procópio, 2008, p.222, **Subdesenvolvimento Sustentável**)

RESUMO

Esta Tese de Doutorado tem como objeto de investigação as trajetórias de mulheres que têm ou tiveram experiências de trabalho sexual no distrito de Jaci Paraná e em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, onde geralmente elas exercem atividades como “garçonetes”, proprietárias de bares e garotas de programas. Na fase inicial da construção das UHEs foi registrada uma presença expressiva de profissionais do sexo originárias de diferentes estados brasileiros e, também, de países da fronteira amazônica. A minha investigação que parte dos estudos de gênero e prostituição, objetivou analisar a prostituição em áreas próximas às Usinas Hidrelétricas Jirau e Santo Antônio para compreender as trajetórias laborais e os projetos de vida de mulheres que se prostituem. A pesquisa tem por enfoque a análise da articulação entre prostituição compreendida como trabalho, as relações de gênero e sexualidade considerando que essa atividade está inserida em uma pluralidade de serviços e contextos que envolvem afetos, intimidades e relações sexuais de natureza venal. A problemática da pesquisa diz respeito à prostituição praticada em bares de prostituição, considerando que através de diferentes usos do corpo e da sexualidade há mulheres que se inserem no comércio sexual estabelecendo em suas práticas margens de agência e estratégias que visam anular os efeitos negativos da prostituição. Por um lado, isso se torna um problema frente à falta de regulamentação do trabalho sexual no Brasil e às assimetrias de gênero que a perpassam; por outro, tais práticas conflitam com as representações ideológicas do corpo e da sexualidade da mulher que estão nas discussões de diferentes teorias feministas. As mulheres encontram particularidades que tornam a prostituição em bares vantajosa não somente em relação a outras modalidades de trabalho relegadas às mulheres dos estratos sociais mais baixos, como em relação às modalidades de prostituição praticadas em boates, agências de garotas de programa e *trottoir*.

Palavras-chave: trabalho sexual; relações de gênero; sexualidade; autonomia; Amazônia brasileira.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat a pour femmes objet d'enquête des trajectoires qui ont ou ont eu des expériences sexuelles qui travaillent dans le district Jaci Parana et Porto Velho, capitale de l'Etat de Rondonia, où ils exercent généralement des activités comme des « serveuses », propriétaires de bars et programmer les filles. Dans la phase initiale de la construction des UHE, il y avait une présence significative des travailleurs du sexe de différents états brésiliens et aussi des pays riverains de l'Amazonie. Mes recherches, dans le cadre des études sur le genre et la prostitution, visaient à analyser la prostitution dans les zones proches des centrales hydroélectriques de Jirau et Santo Antônio pour comprendre les trajectoires de travail et les projets de vie des femmes prostituées. La recherche est de concentrer l'analyse des liens entre la prostitution compris que le travail, les relations de genre et la sexualité considérant que cette activité est incluse dans une pluralité de contextes et de services impliquant l'affection, l'intimité et le sexe de la nature vénal. La question de la recherche concerne la prostitution pratiquée dans les bars de la prostitution, considérant que, grâce à différentes utilisations du corps et de la sexualité il y a des femmes qui entrent dans le commerce du sexe en établissant dans ses marges d'agences pratiques et stratégies pour compenser les effets négatifs de la prostitution . D'une part, cela devient un problème face à l'absence de réglementation du travail sexuel au Brésil et aux asymétries de genre qui l'imprègnent; de l'autre, de telles pratiques sont en conflit avec les représentations idéologiques du corps et de la sexualité des femmes qui sont dans les discussions des différentes théories féministes. Les femmes trouvent des caractéristiques qui font de la prostitution dans les bars avantageux non seulement par rapport aux autres arrangements de travail relégués aux femmes des couches sociales inférieures, et par rapport aux modalités de prostitution pratiquées dans les clubs, agences et programmes filles trottoir.

Mots-clés: travail sexuel; les relations de genre; sexualité; autonomie; Amazonie brésilienne.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMATEC - Associação Madre Tereza de Calcutá
BASA – Banco da Amazônia
CAOP INF – Centro de Apoio Operacional - Infância e Juventude
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CLT – Consolidações das Leis do Trabalho
CATW – Coalition Against Trafficking in Women
CP – Código Penal
CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CUTS – Central Única de Trabalhadoras Sexuais
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
DHESCA BRASIL – Plataforma dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EFMM – Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ESC – Exploração Sexual Comercial
ESCCA – Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
HIV/AIDS – Human Immunodeficiency Virus/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, e Transgêneros
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição

OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONGs - Organizações Não Governamentais
OP – Observatório da Prostituição
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDE – Plano Decenal de Energia
PDRH – Plano Decenal de Recursos Hídricos
PESTRAF – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PIDHDD – Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento
PIN – Plano de Integração Nacional
PNETP – Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STICCERO – Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Rondônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UHEs – Usinas Hidrelétricas
UNIR – Universidade Federal do Estado de Rondônia
WCF – *World Childhood Foundation*
ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal.....	70
Figura 2 – Quadro sinóptico da intersecção entre trabalho sexual e gênero.....	114
Fotografia 1 – Imagem panorâmica do atual Complexo Ferroviário Madeira-Mamoré localizado à margem direita do rio Madeira(RO).....	69
Fotografia 2 – Sequência de bregas, distrito de Jaci Paraná (RO).....	76
Fotografia 3 – Comércio popular entre bares de prostituição, distrito de Jaci Paraná (RO).....	153
Fotografia 4 – Praça Marechal Rondon, Porto Velho (RO).....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização da amostra: dados pessoais.....	60
Tabela 2 – Caracterização da amostra: dados gerais.....	60
Tabela 3 – Caracterização da amostra: estatística descritiva.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	42
OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	42
1.1 A aproximação do campo.....	43
1.2 As estratégias metodológicas.....	48
1.3 As pesquisas de campo.....	53
1.4 Situando a prostituição feminina.....	61
1.5 Algumas definições.....	63
1.6 A contextualização do locus da pesquisa.....	68
CAPÍTULO 2	77
GÊNERO, SEXUALIDADE E AUTONOMIA: A INTERSECÇÃO COM O TRABALHO SEXUAL	77
2.1 O trabalho sexual.....	79
2.2 Os estatutos legais da prostituição.....	92
2.3 O gênero como categoria de análise.....	102
2.3.1 A intersecção entre gênero e trabalho sexual.....	110
2.4 A sexualidade na perspectiva do feminismo.....	115
2.4.1 A sexualidade como um dispositivo histórico de poder.....	123
2.5 A autonomia individual do sujeito do feminismo político	130
2.5.1 A autonomia da prostituta	140
CAPÍTULO 3	150
INTERAÇÃO E SOCIABILIDADES EM LUGARES PROSTITUCIONAIS	150
3.1 As interações e “os lugares”.....	152
3.2 Os bares de prostituição.....	164
3.2.1 O bar da Hebe, um brega na área portuária de Porto Velho.....	176
3.3. A "Boate" Maria Eunice: um sociólogo interagindo na boate.....	187
CAPÍTULO 4	202
TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO: NEGOCIANDO AUTONOMIA	202
4.1 A inserção: projetos pessoais, escolhas e justificativas.....	204

4.2 O "lugar" das prostitutas com dupla função.....	222
4.3 O "lugar" das prostitutas como jornada livre e itinerante.....	235
4.4 O "lugar" das prostitutas que atuam em regime de pensionato.....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
REFERÊNCIAS.....	272
ANEXOS.....	291

INTRODUÇÃO

*“O começo de todas as ciências é o espanto de
as coisas serem o que são”*
(Aristóteles, **Metafísica**, 384-322 AC.).

*“Se procurar bem você acaba encontrando
não a explicação (duvidosa) da vida,
mas a poesia (inexplicável) da vida”.*
(Carlos Drummond de Andrade, **Poema lembrete**, 2005).

A permanência da prostituição situada no bojo das transformações ocorridas no campo da intimidade e permeada por uma verdadeira revolução sexual tem trazido questões que busco analisar a partir de uma perspectiva que compreende a prostituição voluntária como trabalho. No marco das transformações da intimidade ocorridas no contexto histórico-cultural das últimas décadas do século XX emerge, portanto, uma modalidade de sexualidade descentralizada e liberada das necessidades de reprodução (GIDDENS, 1993), quando as mulheres organizadas passam a reivindicar o direito ao prazer e a liberdade sexual.

Neste mesmo momento, assistiu-se a uma gama enorme de conquistas dos movimentos feministas em termos de equidade de gênero (percebidas nos âmbitos da família, do trabalho e da liberdade sexual). Algumas reivindicações acabaram revelando uma tensão entre as feministas como, por exemplo, a demanda por reconhecimento da prostituição como trabalho pelos coletivos de profissionais do sexo apoiados por segmentos do feminismo liberal. Tal situação assume contornos específicos no marco dos estudos de gênero e sexualidade contemporâneos, os quais a pesquisa que aporta este estudo procurou contemplar.

A proposta de pesquisa inicial pretendia analisar como gênero e estigma¹ laboral interferiam nas trajetórias pessoais e de trabalho das mulheres que se prostituem nas áreas próximas às grandes obras do estado de Rondônia.

¹ Aqui a noção de “estigma” é pensada para se referir “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 2008, p. 7). Em termos goffmanianos, portanto, o estigma sobre determinada ocupação profissional (o estigma laboral), especificamente, a prostituição feminina, acontece quando setores da sociedade direcionam o olhar estigmatizante sobre as profissionais do sexo e sua ocupação. Além disso, o estigma interfere nas dimensões que constituem a identidade da prostituta (trabalho, família, clientes, projeto de vida, etc.).

Especificamente as áreas atingidas pela construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, localizadas próximas à cidade de Porto Velho, capital desse estado, e do distrito de Jaci Paraná que devido às especificidades locais apontavam para diferentes modalidades de prostituição e de sujeitos engajados nas trocas afetivo-sexuais. O contexto inicial da pesquisa no ano de 2013 evidenciou uma crescente demanda por sexo pago, intensificada com a presença de milhares de operários que se deslocaram de diferentes lugares, desacompanhados de suas famílias, para trabalharem nos canteiros de obras das hidrelétricas. Nesses locais entrou em cena um número expressivo de profissionais do sexo de outras regiões brasileiras e países da fronteira amazônica, causando um verdadeiro pânico moral² na região.

No decorrer da pesquisa, o diálogo estabelecido entre a produção acadêmica e os dados empíricos coletados evidenciaram outras questões para análise situadas no campo da sexualidade. A literatura sobre prostituição é unânime em reconhecer a complexidade dessa atividade que envolve sexo, afetos e intimidades que, muitas vezes, é desenvolvida de forma clandestina. Isto aponta para questões acerca das relações de poder entre as prostitutas, seus clientes e agenciadores. Uma das problemáticas apontadas é que a prostituição envolve sexo e, na vivência da sexualidade, as mulheres foram historicamente oprimidas pela “dominação masculina”.

No campo da sexualidade, certa corrente feminista de orientação radical demarca linhas de entendimento que classificam uma sexualidade considerada boa/normal e outra ruim/anormal, que levam a visões da prostituição como algo intrinsecamente negativo (BARRETO, 2008). Este aspecto é um dos principais pontos de tensão nos debates estabelecidos entre as diferentes correntes feministas, que não são unânimes quanto à demanda ao reconhecimento da prostituição voluntária como um trabalho regulamentado. Uma parcela das feministas resiste em reconhecer que a opção pela prostituição possa ser, em determinados contextos, uma escolha livre e que é, especialmente, a falta de regulamentação (e também de reconhecimento social) dessa atividade que submete as mulheres a situações de exploração do seu trabalho, em termos econômicos, sexuais e de gênero.

² Cohen (1987), utiliza o termo “pânico moral” para designar a reação de um grupo de pessoas (os media, a opinião pública, grupos de pressão, religiosos, políticos, etc) baseada na percepção falsa ou influenciada de que o comportamento de um determinado grupo, normalmente uma minoria ou uma subcultura, é perigoso e representa uma ameaça para a sociedade no seu todo.

A marginalidade que permeia a atividade está, em grande medida, relacionada à representação social dos papéis de gênero atribuídos à mulher em relação à sexualidade feminina; por um lado, o sexo para o homem está ligado à necessidade fisiológica, por outro, o sexo para a mulher está vinculado à idealização romântica que se efetiva com um contrato matrimonial e, sobretudo, à reprodução da espécie. De acordo com essa representação, mulheres que se prostituem são categorizadas como levianas e promíscuas por não assumirem os papéis tradicionais de gênero relegados à “mulher direita”.

O problema que a minha pesquisa introduziu nessas discussões – o qual demonstra significativa pertinência – é que as prostitutas investigadas no estudo encontram no trabalho sexual praticado em bares de prostituição, denominados regionalmente como bregas particularidades que o tornam vantajoso em relação às modalidades de prostituição praticadas em boates, casas de massagem, locais fechados ou logradouros públicos da capital rondoniense.

A pesquisa empírica evidenciou que para além de mostrar-se como uma alternativa econômica interessante que proporciona maiores possibilidades de renda em relação a outras atividades disponíveis, como o trabalho doméstico, de diarista e de comerciária; a modalidade de prostituição investigada apresenta vantagens destacadas pelas prostitutas que conflitam justamente com os fatores apontados por defensores da prostituição enquanto trabalho regulamentado: a informalidade profissional das prostitutas e a personalização dos serviços de natureza sexual que são prestados (clientes fixos, relações de afinidade e afetos). No entendimento do/as defensores/as da regulamentação do trabalho sexual, a informalidade das atividades é uma das principais causas de exploração do trabalho das prostitutas.

No entanto, foi constatado que as relações de trabalho mantidas entre as prostitutas e os/as gerentes/donos dos estabelecimentos são garantidas e mantidas, quase sempre, através de laços de solidariedades principalmente quando o proprietário do bar é uma ex-prostituta. Dentro dessas relações informais de trabalho, os vínculos solidários estabelecidos sugerem estratégias veladas de exploração do trabalho da prostituta.

Na modalidade de prostituição pesquisada, as trabalhadoras sexuais declararam encontrar na atividade possibilidades de ganhos econômicos e de negociações inexistentes no mercado de trabalho formal; flexibilidade em termos de jornadas e de exercício da prostituição exercida paralela à outras atividades

informais, principalmente entre as jovens que lhes proporcionam condições de mobilidade social impossíveis de alcançarem através de outras atividades profissionais relegadas às mulheres dos estratos sociais do Brasil. E, como um dado novo que é introduzido na discussão sobre prostituição no Brasil, as relações personalistas estabelecidas com seus clientes aparecem como uma estratégia que, por um lado, pode proporcionar gratificações e presentes recebidos de clientes, por outro, a possibilidade de estabelecer contratos sexuais com clientes habituais afasta os riscos inerentes à prostituição (estupros, furtos, violência física e simbólica, calote do programa, descumprimento das regras do programa).

Isso aponta para certo grau de autonomia dessas mulheres que, ao fazer uso da sexualidade, transgridem padrões da moral sexual, se inserem na prostituição voluntária onde elas buscam anular prováveis efeitos negativos do trabalho sexual, estabelecendo relações personalistas (com seus clientes e dono/as de estabelecimentos), com vistas a alcançar margens seguras para a oferta de serviços de natureza sexual e negociação de seus agenciamentos em relação às práticas sexuais e normas profissionais dos estabelecimentos.

A partir desses achados trazidos pela pesquisa empírica, procurei estabelecer uma discussão com os estudos sobre prostituição, nos quais a prostituição é compreendida como um segmento do mercado do sexo e de comércio contemporâneo (TEDESCO, 2015; PISCITELLI, 2013; OLIVAR, 2013; PASINI, 2005). A abordagem assumida é aquela que analisa a prestação de serviços de natureza sexual a partir da perspectiva laboral (pró-regulamentação), cujo entendimento é o de que a prostituição é um trabalho (RUBIN, 1989; FONSECA, 1998; KEMPADOO e DOEZEMA, 1998; OSBORNE, 2002; JULIANO, 2005; PASINI, 2005; KEMPADOO, 2005; RIBEIRO, 2008).

Logo percebi que o trabalho sexual não é inteiramente explorador, quando analisado a partir da perspectiva da autonomia profissional das mulheres engajadas na prostituição voluntária. A literatura sobre prostituição demonstra que são as condições precárias do seu exercício e a falta de regulamentação, aliadas às representações estigmatizadas que tornam o trabalho sexual opressor e violento. O discurso das mulheres indica que a motivação principal pela prostituição não é a estrita necessidade econômica, pois para além das contingências econômicas há interesses em jogo que se relacionam com os seus projetos pessoais. Seguindo tais pistas e apoiado na literatura revisada, este estudo pretendeu contribuir analisando a

relação entre prostituição feminina compreendida como trabalho, relações de gênero sexualidade e autonomia em espaços de sociabilidades masculinas locais.

Os bregas são modalidades de bares de prostituição que funcionam quase sempre informalmente e com uma estrutura mínima de serviços, porém são importantes espaços de sociabilidades masculinas no cenário urbano de cidades da região amazônica. A maioria deles dispõe de discretos quartos improvisados que podem ser alugados para encontro sexuais rápidos. Os principais serviços oferecidos por esses estabelecimentos são o comércio de bebidas alcoólicas e a venda de fichas para o jogo de bilhar (sinuca) e de máquinas eletrônicas que executam principalmente músicas do estilo brega regional.

Na fase de implantação dos canteiros de obras das hidrelétricas ocorreu uma proliferação desses bares no município de Porto Velho, motivada pelo aumento da presença de trabalhadores jovens e predominantemente do sexo masculino. Tais homens se deslocaram para a região se inserido como mão de obra barata na construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Em Jaci Paraná, um distrito localizado no quilômetro 798 da BR-364, próximo à UHE Jirau, foi mapeado aproximadamente 44 bregas³ bregas em junho de 2011. Trata-se de estabelecimentos construídos em casas feitas de tábuas de madeira e telhas de fibra que funcionavam diariamente, por vinte e quatro horas, para corresponder à demanda de entretenimento de uma parcela dos 35 mil trabalhadores das duas obras juntas.

Atente-se que esse distrito de Porto Velho possuía uma população de 13.131 habitantes⁴ em 2010, apenas um ano após a montagem dos canteiros de acampamento das obras de construção da UHE Jirau. Deste montante, constava

³ Estes dados foram retirados da matéria “Terra sem lei: prostituição, drogas e violência na maior obra do PAC”, publicada pela *Revista Marie Claire* de junho de 2011, que traz os resultados de uma reportagem investigativa da jornalista Maria Laura Neves, onde aponta os problemas sociais decorrentes da construção das UHEs que atraiu milhares de migrantes para o distrito de Jaci Paraná. Parte dessa população migrante vislumbrava oportunidades de trabalho nas obras, uma expectativa que nem sempre se cumpria; outra parcela foi atraída pela possibilidade de se estabelecer como pequenos e médios comerciantes no setor de serviços (comércio, hotelaria, restaurantes, bares e salões de cabeleireiros, etc.), fazendo com que a população desse distrito de Porto Velho alcançasse o número estimado de 20 mil habitantes em 2011.

⁴ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recenseou a população desse distrito no ano de 2010 era de 13.131 habitantes, sendo 8.341 homens e 4.790 mulheres, demonstrando uma desproporcionalidade do número de homens em relação ao de mulheres, possuindo um total de 5.246 domicílios particulares, porém órgãos do governo estadual apontam um incremento na população a medida que as obras de construção avançavam.

uma população de 6.153 pessoas na área urbana e 6.978 na zona rural, com um aumento significativo em relação à década anterior que registrou 2.826 habitantes conforme o senso demográfico do ano 2000. No ano de 2015, com a fase final de conclusão das hidrelétricas, pude constatar que a presença de trabalhadores diminuiu significativamente incidindo nos números de estabelecimentos vinculados à prostituição em Jaci Paraná, porém o distrito ainda se caracterizava como um polo dormitório e de entretenimento para os trabalhadores homens.

Na cidade de Porto Velho, os bregas estão localizados comumente nas áreas próximas às obras de infraestrutura hidrelétrica e rodoviária e, especialmente, nas adjacências da região portuária e garimpeira do rio Madeira onde há um grande fluxo diário de homens. Tais lugares são procurados por grupos assíduos de operários das obras das UHEs Jirau e Santo Antônio e, também, por homens das classes populares locais e seu principal objetivo seria suprir as lacunas de sociabilidade no contexto dos canteiros de obras e nos locais de grandes concentrações de homens.

Nesses bares de prostituição, em geral, há uma variedade de perfis de profissionais do sexo quanto às diferentes faixas etárias e tipos físicos. Entretanto, as mais jovens são percebidas em maior número e demonstraram durante as conversas informais, uma postura profissional quanto ao cumprimento de horários (apesar da flexibilidade das atividades), objetivos em relação ao trabalho sexual e preocupações com a preservação de suas identidades. Essas mulheres não estão organizadas como categoria política de prostitutas, reivindicando a regulamentação de suas atividades. Em comum, elas estabelecem como meta “trabalhar bastante e honestamente para proporcionar uma boa educação aos seus filhos/as (e condições de vida para os familiares) e adquirir a casa própria que, nas fala delas, aparecem como as principais motivações para permanecerem na prostituição. Trabalhar honestamente significa não envolver-se em confusões com outras mulheres ou clientes, como aceitar bebida de um acompanhante depois deixá-lo para abordar outro o que pode gerar conflitos. Tais situações as deixariam mal vistas diante dos clientes e dos dono/as dos bregas, bem como trabalhar honestamente significa não furtar a “carteira do cliente ou o aparelho celular durante a prática do programa”.

A relação de trabalho que essas mulheres estabelecem com os bares de prostituição varia conforme a sua disponibilidade, os objetivos e os interesses dos/as proprietários dos estabelecimentos. São três as modalidades de vínculos informais

constatadas a partir da análise das trajetórias: a) aquela na qual a garota trabalha como garçone/cozinheira em paralelo ao trabalho sexual; b) outra em que a trabalhadora sexual comparece nos diferentes estabelecimentos nos dias e horários de maior fluxo de clientes; c) outra onde a prostituta permanece no local de trabalho em regime de pensionato por períodos prolongados. Nesta última modalidade, verifiquei a presença de mulheres originárias de outros estados brasileiros e da Bolívia que, motivadas pela grande concentração de operários das obras de construção das hidrelétricas, migraram para se inserir na prostituição principalmente no distrito de Jaci Paraná.

Os estabelecimentos funcionam também como mecanismo informal de controle das tensões sociais, assim como exercem uma função relevante como espaço para a prática de rituais de masculinidades entre os homens das classes populares. Como, por exemplo, beber, fumar, iniciar a vida sexual, envolver-se em jogatinas, escutar músicas, “conversar coisas de homens” e contratar programas das prostitutas. Por um lado, ali são estabelecidas redes de relações sociais onde os homens buscam companhia feminina para conversar, consumir bebidas alcoólicas, dançar, escutar música e jogar sinuca; entre outras formas de sociabilidades, eles também buscam por relacionamentos afetivos e contratos sexuais com as prostitutas. Por outro, os bregas aparecem como um lugar importante para as mulheres que se inserem na prostituição, onde estabelecem com seus proprietários/as relações de trabalho informal que parecem estar permeadas por laços de afinidades, reciprocidades e sociabilidades; com os frequentadores desses lugares, elas vislumbram a negociação de programas, possibilidades de arranjos afetivo-sexuais duradouros, gratificações pela companhia e presentes.

Nos termos da problemática apresentada, defini como objetivo geral da pesquisa: analisar as trajetórias de mulheres que se engajaram no trabalho sexual para compreender como as questões de gênero e sexualidade são articuladas na produção da autonomia da trabalhadora, considerando que a prostituição voluntária está inserida em uma pluralidade de contextos e serviços que envolvem afetos, intimidades e sexo.

Os objetivos específicos que interessaram alcançar para viabilizar a consecução do geral são: i) discutir o lugar do feminino dentro dos espaços de sociabilidades masculinas para compreender as normatividades e as modalidades das práticas que regem as relações; ii) analisar o processo de inserção na

prostituição por meio das trajetórias das mulheres e seus desdobramentos em termos de autonomia e projetos pessoais; iii) identificar as estratégias adotadas pelas mulheres para anular os efeitos da prostituição exercida sem a proteção de uma legislação trabalhista, e iv) analisar os efeitos da articulação particular entre gênero e sexualidade no processo de construção da autonomia da prostituta.

Entendo que a relação do trabalho sexual com gênero e autonomia (objeto central desta pesquisa) alude às formas como as mulheres vivenciam a sua sexualidade e agenciam suas práticas nas experiências da prostituição, frente às contingências imputadas a essa categoria permeada por opressões ligadas ao gênero, à sexualidade e à ocupação profissional. A análise das trajetórias possibilitou a apreensão de fatores que se manifestam na vida e nas experiências desses sujeitos considerados desviantes, os quais reportam a uma análise em nível sociológico das complexidades das dinâmicas sociais da prostituição que se relacionam com eventos macrossociais (desemprego estrutural, desigualdades de gênero, violência, etc.).

Nessa abordagem considero que o trabalho sexual (de forma particular) é permeado por três dimensões, a saber: dos papéis sociais de gênero; da sexualidade; da autonomia das mulheres. Entendo que os papéis sociais de gênero são cultural e socialmente construídos, determinando os lugares do feminino e do masculino e o *status* de cada sujeito nas estruturas sociais; a sexualidade parece ser a dimensão mais ampla da experiência do sujeito com o próprio corpo e, sobretudo, com o seu encontro com o outro quando são manifestados desejos, fantasias e tabus sexuais; a autonomia diz respeito à capacidade da vontade do sujeito de se autodeterminar fazendo uso da sua própria razão na sua relação com o outro.

O problema, o objeto sociológico e as hipóteses da pesquisa

No quadro teórico que fundamentou as análises dessa investigação, a categoria “gênero” adquiriu prevalência por seu caráter relacional e político, especialmente por dispor de uma base conceitual de interpretação das definições normativas das feminilidades e das masculinidades –, pensadas por Juan Scott (1995) como socialmente construídas. No núcleo essencial desta perspectiva feminista adotada, encontra-se a conexão entre duas proposições definidoras: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças

percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Nestas proposições estão definidos os quatro elementos substantivos enlaçados e, sobremaneira, envolvidos pelo gênero enquanto categoria relacional: os símbolos culturais, os conceitos normativos binários, os discursos normativos binários (nas instituições e organizações); e, por último, a identidade subjetiva (SCOTT, 1995). Tal elaboração teórica traz contribuições significativas para o feminismo por colocar o fenômeno do poder (pensado como unidimensional pela teoria do patriarcado) como elemento central nas relações sociais.

Scott (1995) propõe a substituição da noção de poder social unificado, coerente e centralizado (unidimensional) por uma concepção de poder foucaultiana. Ela considera que as teorias do “patriarcado” não explicam qual a relação das desigualdades de gênero com as outras desigualdades, pois na acepção dessa teoria as desigualdades residem na diferença física (universal e imutável). Na elaboração dessa feminista, as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças das representações de poder social que, necessariamente, não acontecem em um único sentido (SCOTT, 1995).

No esquema conceitual de Butler (2013), a categoria gênero é definida como um ato intencional e, ao mesmo tempo, performático que é produzido ou gerado (no sentido de construção dramática e contingente) que produz significados. Por esse último aspecto, o papel do gênero seria o de produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes (masculino/feminino). Desse modo, concordo que gênero diz respeito às diferenças culturais, psicológicas e sociais entre homens e mulheres (GIDDENS, 1993; SCOTT, 1995; BUTLER, 2013), e por esses aspectos definidores, o gênero incorpora atributos e funções que configuram as diferenças e inter-relações entre os sexos, por isso não é um produto direto do sexo biológico do indivíduo.

Scott (1995) e Butler (2013) compartilham da mesma noção de poder de Foucault (que atua na construção do ser) e, sobretudo, são complementares em termos de abordagens que incluem a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais. Butler (2013) avança em suas discussões ao resgatar a noção de processo e de construção singular de cada sujeito, localizado dentro de um campo situado de possibilidades que é reafirmado ou renegociado através de sucessivas performances (NARVAZ e KOLLER, 2006). Tais aspectos foram determinantes para a escolha

teórica. No entendimento dessas feministas, gênero intersecta com diferentes modalidades de identidades “constituídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado” (PISCITELLI, 2002, p. 28).

Dessa forma, os estudos de gênero e desigualdade desenvolvidos a partir dos fins dos anos de 1980 problematizam a tese da construção social da realidade. Tais estudos apontam que é no interior dos processos e estruturas que são definidas as posições dos sexos, a valorização ou desvalorização do trabalho e o *status* dentro das instituições sociais que consistem, por excelência, nas elaborações e construções de gênero no humano (SCOTT, 1995; CONNELL, 1987; BUTLER, 2013; GIDDENS, 1993).

Os estudos que assumiram esta perspectiva constataram que historicamente as mulheres estão em uma posição desigual dentro do mercado de trabalho (sexualmente segregadas) por conta, quase que exclusivamente, da definição dos papéis de gênero os quais subordinam o trabalho feminino. Subordinação que acontece, dessa forma, através de diferentes dispositivos como, por exemplo, a construção social que se tem dado aos usos do corpo que define o papel das mulheres de estratos sociais na reprodução do capital, quase sempre e invariavelmente, orientado para o setor de cuidados e serviços domésticos (RODRÍGUEZ, 2015).

Isto nos levou a formular o seguinte questionamento: Se as significações de gênero intersectadas a poder constroem o corpo social feminino, quais os efeitos das dimensões de gênero sobre a autonomia da profissional do sexo? Como as desigualdades de gênero incidem na prostituição feminina voluntária?

Na perspectiva que assumo aqui, as desigualdades de gênero se manifestam nas instituições e organizações sociais através da criação de “conceitos normativos” das feminilidades e masculinidades, “expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas” (SCOTT, 1995, p. 86). Tais prescrições são fundadas nas diferenças biológicas percebidas entre os sexos que interferem nos níveis de desigualdade e subordinação feminina. Isso se torna possível porque os sexos são socializados em papéis diferentes e, os dos homens, sobremaneira, são mais valorizados que os das mulheres, ou seja, as significações de gênero definem o *status*, o prestígio e o poder que cada um dispõe (GIDDENS, 1993).

Nestas significações de gênero, os conceitos normativos evocam representações de símbolos culturalmente disponíveis, por exemplo, Maria símbolo de mulher dentro da tradição cristã do Ocidente (SCOTT, 1995), como representação do modelo ideal de mulher na definição dos papéis sociais femininos. Em vista disso, nas expectativas socialmente esperadas da mulher (esposa, mãe, filha, etc.) deverá constar atributos de castidade, docilidade e fidelidade que, sem dúvida nenhuma, se processam cotidianamente de forma reatualizada. Nos exemplos, a diferenciação sexual é definida em termos da dominação e do controle da mulher, onde a dominação masculina⁵ (BOURDIEU, 2010) é acionada no controle do corpo, da sexualidade e da reprodução feminina com implicações no pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos (responsáveis) e, em especial, para a própria sexualidade.

Um desafio inicial que apareceu foi o de buscar pensar teoricamente como as noções discutidas acima incidem sobre o objeto de estudo que aqui se propôs. Isso suscitou em mim outros questionamentos de fundo teórico-metodológico: Que lugar os estudos sobre prostituição têm ocupado dentro das Ciências Sociais? Quais as leituras (im)possíveis desse fenômeno sob o foco das correntes de pensamento feminista? Na esfera da sexualidade, qual o papel social relegado atualmente à mulher?

À vista disso, fez-se necessário considerar que não existe um acordo no movimento feminista no que se refere à compreensão da sexualidade e (em termos mais amplos) da prostituição feminina. Na construção do quadro teórico foi considerado, portanto, as contribuições advindas de estudos acerca da prostituição feminina embasados em duas correntes de pensamento feminista, em especial: a radical e a liberal.

Nos estudos influenciados pelo grupo de teóricas feministas (vinculadas à corrente de pensamento radical), a prostituição é compreendida como sinônimo da dominação masculina sublinhando-se, de forma especial, os estudos de Hughes (2013), Mattos (2009), Pateman (1993) e Ulloa (2011). Compartilha-se da ideia

⁵ Corrêa (1999) propõe entender a dominação masculina, ou a sujeição feminina para além do âmbito da “economia dos bens simbólicos” de Bourdieu (2010), que defende a universalidade da dominação masculina, evocando seus estudos das décadas de 1950 e 1960 sobre a sociedade Cabila; entretanto, Corrêa considera que o princípio da dominação pode ser exercido tanto por homens como por mulheres, por isso, faz um contraponto interessante dessexualizando a dominação masculina, ou seja, relativizando o binômio dominação-vitimização de forma a relativizar o sentido da “dominação masculina” através de uma análise mais fluida dos deslocamentos do poder (TEDESCO, 2015).

comum que a prostituição é uma forma de controle e exercício do “poder do macho” sobre as mulheres, transformadas em objetos através do trabalho sexual. Nesse sentido, a aquisição de sexo comercial pelos homens lhes atribuirá poder sobre as mulheres “prostituídas”, que ficaram numa posição de gênero inferiorizada em razão da dominação masculina.

No entendimento dessa corrente de pensamento, a opressão das mulheres pelos homens se dá por serem do sexo feminino, ou seja, a dominação masculina⁶ está embasada em dois pressupostos, o de um corpo biológico e o de uma opressão patriarcal (trans-histórica, transcultural e universalizante), por isso através da prostituição as mulheres são transformadas em escravas sexuais dos homens. Assim, o exercício da prostituição é entendido pelas feministas radicais como um ato de submissão/escravidão da mulher e, desse modo, sinônimo da dominação masculina, por isso as prostitutas devem ser libertadas dessa condição análoga à escravidão⁷.

Mattos (2008) encontra as causas da prostituição feminina na socialização familiar precária (disruptiva), que priva as mulheres da “ralé” desde a infância de uma existência moral e social (pelas carências de capital escolar incorporado e de segurança afetiva), transformando-as em instrumentos de desejo masculino, frente às precárias condições materiais e sociais de existência. Tal percepção é de que o contexto de precariedade e miserabilidade familiar constrói subjetividades (baixas estima e autoconfiança) precarizadas que levam mulheres de classes despossuídas a desenvolverem as disposições necessárias ao exercício de um papel humilhante e desvalorizado.

No entendimento de Mattos (2008), a prostituição não é (em certos casos) uma escolha individual livre. De acordo com a pesquisadora, as prostitutas não possuem uma noção de carreira, pois lhes faltam disposições (como autocontrole, disciplina e confiança), que as impedem de desenvolver um planejamento de vida em longo prazo (seja dentro ou fora da condição prostitucional). No espaço aberto por esse debate, a relação entre prostituição feminina e pobreza não é posta em

⁶ Conforme Pasini (2005), as ideias sedimentadas na teoria do patriarcado podem ser lidas apenas como um olhar possível frente às relações de poder e de gênero em sociedades atuais.

⁷ Inspirados por Tedesco (2015) e apoiados em Piscitelli (2005, p.15), compartilho do entendimento que “as práticas de prostituição, tais como outras formas de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina”.

termos adequados, poder-se-ia interrogar para além da carência material (por exemplo, na esfera da sexualidade e das práticas culturais), a fim de perguntar: qual o peso das condições materiais que caracterizam a pobreza na produção da prostituição feminina?

Noutros estudos – abalizados em reflexões que têm outro olhar sobre o exercício da prostituição, os quais se distanciam da corrente abolicionista –, verificou-se que há tanto mulheres que fizeram a livre “escolha” como aquelas que se sentiram obrigadas pelas estruturas sociais a se inserirem na profissão (PASINI, 2005), indicando que a inserção na prostituição é vista (assumida) tanto como estratégia de sobrevivência, quanto por interesses de ascensão social (MORAES, 1995).

Nos estudos que buscaram identificar (entre outros aspectos) as causas/motivações da prostituição das mulheres de classes subalternas, constatou-se que a profissão é assumida como “estratégia de sobrevivência” (PATEMAN, 1993; RAYMOND, 2003; SAFFIOTI, 1984). Há mulheres que a escolhem⁸ com vistas a alcançar um *status* financeiro que não alcançariam em outro trabalho, tornando a prostituição uma opção interessante e vantajosa que possibilita as mulheres combiná-la com outras atividades profissionais (SILVA e BLANCHETTE, 2011; FONSECA, 1996) e, também, com os cuidados da casa e dos filhos (PATEMAN, 1993).

Noutros contextos estudados, a prostituição torna-se um trabalho interessante para mulheres de “classe média” pelas vantagens econômicas que as possibilitam manter bens considerados por elas de alto padrão, por exemplo, apartamentos de luxos, carros, roupas de grife e joias caras (GASPAR, 1988). Tais estudos trataram da compreensão das práticas prostitucionais não enquanto resultado exclusivo das contingências materiais e sociais, onde a “escolha” pela prostituição é vista não somente como estratégia de sobrevivência, mas por interesses econômicos e flexibilidade em termos de jornada de trabalho (GASPAR, 1988; MORAES, 1995; SILVA e BLANCHETTE, 2011).

⁸ Raymond (2003) considera que maioria das mulheres que estão na prostituição não fez uma escolha racional, ao contrário, tais “escolhas” seriam melhores descritas como “estratégias de sobrevivência”, pelo fato de não terem outras condições de ganhar a vida.

Os limites delineados nestes estudos remetem à crítica de Fonseca (1996) em relação às abordagens que, a despeito de sublinharem que as prostitutas têm uma vida para além da prostituição, acabam por tratar de uma única dimensão de suas vidas que é a dos ritos e das práticas circunscritas à relação profissional e sexual detendo-se nas condições laborais. Por outra parte, entre as correntes do pensamento feministas, há quem sustente que a prostituição é uma prática de resistência e de liberdade sexual frente às normas morais tradicionais que têm servido para controlar e submeter a mulher (ULLOA, 2011).

A corrente “feminista liberal” defende o modelo trabalhista com base nos direitos sexuais e laborais da prostituição (RUBIN, 1989; JULIANO, 2005; OSBORNE, 2002; PASINI, 2005b; KEMPADOO, 2005). Entende-se que o trabalho sexual não é inteiramente explorador, são as condições de seu exercício que o tornam opressor e violento. No entendimento dessas, a não percepção da prostituição como trabalho, em uma sociedade cuja condição de trabalhador é o que determina a valorização do sujeito, é uma forma de desvalorização das prostitutas (KEMPADOO, 2005) que contribui para o aumento da sua vulnerabilidade e estigma (JULIANO, 2005).

A existência da figura da prostituta é percebida como inerente à libertação do feminino do domínio masculino. Prostituir-se significa dispor da própria sexualidade de forma livre (no âmbito profissional) e desvinculada da reprodução e da conjugalidade e, conforme indicam os estudos que essa perspectiva segue, o corpo, sexo e sexualidade são considerados instrumentos de trabalho das prostitutas (empoderada e insubmissa). Elas são vistas “com autonomia, utilizando ativamente o sexo como resistência à dominação masculina” (VIEIRA, 2015, p. 631). A figura da prostituta passa a simbolizar a autonomia sexual para as mulheres e, do mesmo modo, tornando-se uma ameaça ao patriarcado (PISCITELLI, 2013).

Nessa perspectiva, partilha-se da ideia de que o corpo sexualizado da prostituta é ameaçador para a sociedade patriarcal na medida em que transgride as representações da sexualidade feminina (CASTRO, 1993). Um corpo performático que representa uma sexualidade não normativa e, ao mesmo tempo, pode representar a objetificação da mulher pelo patriarcado. Em lugar de definir a prostituição feminina como resultado exclusivo das relações de dominação masculina, a atuação e a atividade da prostituta podem “apresentar-se de diversas maneiras, às vezes reinscrevendo e às vezes contestando a dominação e controles

masculinos sexualizados, dependendo de condições, histórias e contextos culturais específicos” (KEMPADOO, 2005, p. 62).

No entanto, se, por um lado, as prostitutas exercem autonomia sexual quando rompem com os valores patriarcais (como defende a corrente liberal), por outro elas representam o “contraideal” da mulher virtuosa e da família androcentrada. Um modelo de estrutura familiar no qual o homem tem o papel de prover e proteger essa instituição sintomática do patriarcado (como alude a corrente radical). Neste caso em especial, conforme o que foi posto acima, a interpretação estatal dos modelos legais⁹ da prostituição toma como referência as diferenças entre as correntes de pensamento feministas (radical e liberal) para a compreensão da prostituição e, sobremaneira, da sexualidade da mulher que se prostitui. Desse modo, criam-se regulamentações jurídicas que em determinados contextos criminaliza e, em outros, tutela a sexualidade de mulheres em contextos de prostituição.

Nesse sentido, levando-se em conta esses estudos, uma leitura de gênero da prostituição praticada como expressão da defesa de uma “sexualidade livre” pode ser uma forma de liberação sexual ou de extensão dos privilégios masculinos, por isso é importante diferenciar a opressão de gênero da sexual (RUBIN, 1989). Norteados por tal perspectiva, considero que mesmo situada dentro de um período e de um contexto cultural específico, é preciso diferenciar “prostituição voluntária” de “prostituição forçada”¹⁰.

No entendimento de Piscitelli (2012), os limites existentes entre “trabalho sexual” e “exploração sexual” são bastante complexos ao constatar que no debate brasileiro e internacional sobre prostituição e tráfico de pessoas há diferentes noções de “exploração”, que acabam por levar a uma tensão conceitual. Considerando o contexto brasileiro, essa feminista acadêmica apresenta as três principais definições atuais de exploração vinculadas à prostituição: exploração sexual (feminismo

⁹ O Capítulo 2 traz uma seção onde realizamos uma discussão acerca dos modelos legais/marcos (laboral/trabalhista, abolicionista, regulamentarista, criminalização) regulatórios da prostituição, bem como modelo brasileiro atual.

¹⁰ No campo empírico desse estudo a indiferenciação de categorias e de fenômenos apresentou-se como um dado que, se não fosse problematizado, eclipsaria a compreensão do problema em investigação. Na prática estão engessados em um único sistema de classificações fenômenos díspares como, por exemplo, exploração sexual infantil, exploração sexual (lenocínio) e tráfico de seres humanos e prostituição. Além disso, tem-se tomado como causa do aumento da prostituição feminina um efeito de superfície, ao se associar prostituição voluntária às precárias condições sociais de existência da população local.

neoabolicionista); exploração laboral (feminismo liberal) e exploração sexual/lenocínio (feminismo radical) ¹¹.

Tal diferenciação possibilitou dar conta da compreensão do fenômeno estudado sem perder de vista que as relações entre feminismo e sexualidade tanto podem produzir formas inovadoras quanto retrógradas de pensar a sexualidade (RUBIN, 1989). Aqui estou considerando que as formas institucionais concretas da sexualidade são produtos da atividade humana que estão, sobremaneira, permeadas por políticas de governos, desigualdades sociais (e também de gênero) e modos de opressão produzidos em contextos históricos e culturais específicos.

No entendimento das feministas radicais (defensoras do abolicionismo) é inconcebível que uma mulher busque uma atividade considerada tão degradante e desumana sem que tenha sido obrigada a fazê-lo. Essa postura também é compartilhada por uma parcela significativa da sociedade, que leva a novas formas de estigmatização (exclusão, exploração do trabalho, negação de direitos laborais e sexuais, situações de violências, etc.). Embora gênero e sexualidade (articulados a outros marcadores sociais de diferença) atuem por lógicas próprias, que podem produzir diferentes formas de agenciamentos, subordinação e exploração, a prostituição demonstra ser, por si só, desvalorizada como trabalho e traz outras questões subjetivas.

Nessa direção, uma postura que considere exclusivamente a exploração sexual destituirá as prostitutas do seu protagonismo, das suas capacidades de agenciamento e de escolha livre, sobretudo, das suas estratégias, das experiências acumuladas frente às assimetrias de gênero, da sexualidade e ao estigma laboral. Tal postura é assumida por feministas radicais que consideram a prostituição feminina uma afronta à igualdade de gênero. Elas defendem e compartilham a ideia que “vender” o corpo implica uma ausência de autonomia da prostituta sobre si mesma, isto é, a mulher que presta serviços de natureza sexual é objetificada por meio de uma relação sexual monetarizada.

¹¹ Jo Doezema (2005) utiliza o termo neo-abolicionistas para se referir à jovens feministas contemporâneas que negam que a prostituição possa ser considerada uma escolha verdadeira (autônoma) ou uma “promulgação” legítima do desejo, para as quais toda prostituição é inerentemente violência contra a mulher, sendo uma prática onde nenhum consentimento é possível; essa corrente pode ser entendida como uma renovação do discurso abolicionista, que retira de foco a associação da prostituição como escravidão para pensá-la a partir de aspectos relacionados ao mercado capitalista.

Se por um lado há o estigma por questões de sexualidade (a separação das mulheres entre “putas” e “santas”), por outro ocorre a opressão de gênero praticada por aqueles/as que desconsideram que existem mulheres que se engajam na prostituição voluntariamente.

Segundo Kemapadoo (1998), ligar o sexo à expressão da intimidade pressupõe a existência de um significado intrínseco e universal (entre sexo e amor), ignorando a diversidade de significados que pode estar presente nas práticas. A relação entre sexo e amor acaba sendo uma das principais dificuldades para a aceitação da prostituição como trabalho, uma vez que compartilha-se da crença de que o primeiro sem o segundo é abusivo e danoso à mulher (KEMPADOO e DOEZEMA, 1998). Assim, diferente da percepção que se tem da sexualidade masculina, a feminina é vista sempre vinculada à expressão da intimidade e do amor (BARRETO, 2008).

Nas sociedades ocidentais atuais, há uma forma de sexualidade (heterossexual e monogâmica) “generalizada e naturalizada e [que] funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos” (LOURO, 2000, p. 10). Nos termos de Foucault (2014), a sexualidade é um “dispositivo histórico” em uma sociedade que produz discursos sobre o corpo tidos como verdades. O que se impõe através do controle da sexualidade feminina – seja pela reificação de papéis tradicionais, seja por meio da construção de um modelo “ideal” que define as fronteiras morais entre as mulheres (direitas/desonestas), e ainda, por meio de dispositivos jurídicos, que são formas de controle social do corpo da mulher através da dominação masculina; formas de dominação materializadas contemporaneamente na criminalização do aborto, a não regulamentação da prostituição, entre outros.

Tais noções estão indiscutivelmente atreladas a modelos normativos (científicos, jurídicos e médicos¹²) de controle do corpo, do desejo e da sexualidade há pelo menos dois séculos (FOUCAULT, 2014). Seguindo essa linha de entendimento, um exemplo sintomático disso é a intersecção entre gênero e

¹² Engel (1989), através da abordagem historiográfica problematiza como a elaboração médico-policial do Rio de Janeiro do século XIX idealizou a identidade da prostituta, facilitando a internalização do modelo ideal de mulher daquele período; Rago (2004) estuda o universo da prostituição da cidade de São Paulo que se industrializava, analisando os modos como os discursos médicos, jurídicos, literários e jornalísticos de fins do século dos anos 1890 a 1930 foram orquestrados e contribuíram para criação de imagens e representações acerca do universo sobre a prostituição.

sexualidade que, por um lado, encaminha as mulheres “direitas” em direção ao que se espera de boas mães, esposas fiéis e filhas obedientes; por outro, estigmatiza as que desviam dessa direção, como as lésbicas e mães de produção independente e, especialmente, as trabalhadoras sexuais (JULIANO, 2005). Aquelas mulheres que tendem a experimentar de certa liberdade sexual (em determinados contextos) são classificadas, indistintamente, tanto por homens como por mulheres como “mulher fácil”.

Giddens (1993) atribui à sexualidade a função de força motriz transformadora da intimidade e responsável pelo surgimento de uma “sexualidade plástica” – condição básica para a transformação da intimidade e para uma vida pessoal democratizada – descentralizada das necessidades de reprodução, que se caracteriza pela experiência autônoma manifestando-se de muitas maneiras. Ele destaca a relevância pública que a sexualidade assumiu nas últimas décadas, graças, por um lado, às expectativas revolucionárias no domínio da liberdade, por outro lado, pelas mulheres que, pela primeira vez na história, reclamam igualdade em relação aos homens. Sendo desse modo, a sexualidade produzida pela modernidade é experienciada fora dos padrões heteronormativos e das prescrições morais e religiosas e, sobretudo, não está necessariamente vinculada às relações conjugais, monogâmicas e reprodutivas.

A despeito dos avanços na esfera da sexualidade (enquanto campo semântico na modernidade) que afetaram os papéis de gênero e, por conseguinte, da família, ainda persistem formas de controle sobre os corpos, considerando a sua elaboração social que opera dentro dos campos de poder (GIDDENS, 1993, FOUCAULT, 2013). Ambos os autores compartilham do entendimento que a sexualidade é um constructo social, já que ela se constitui culturalmente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo dos indivíduos os quais a regulam e normatizam e, como diz Foucault (2014), instauram saberes que produzem “verdades” sendo investidas de relações de poder (FOUCAULT, 2014).

Nesse sentido, a sexualidade feminina permanece pautada à procriação e à monogamia, e não ao prazer, mas, em contraposição, a sexualidade masculina que ainda persiste é aquela caracterizada como expansiva e quase incontrolável enquanto a feminina é percebida como objeto de controle masculino. Isso incide no comportamento sexual das mulheres (castidade, conjugalidade, monogamia, prazer), dentre outras instâncias da vida.

Nessa direção, Rubin (1989) também afirma que a sexualidade nas sociedades ocidentais tem sido estruturada dentro de enquadramentos sociais extremamente punitivos, e tem sido sujeita a controles formais e informais muito reais. Tal leitura é possível levando-se em conta que, dentro de um campo discursivo e institucional, “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder” (GIDDENS, 1993).

Para tanto é preciso buscar compreender a lógica do agenciamento da corporalidade das mulheres prostitutas e entendê-la como um espaço social carregado de significações e simbologias (PASINI, 2000). A noção de agência auxilia na compreensão deste fenômeno porque contempla a oscilação entre um sujeito agente e um objeto passivo, de modo que a autonomia ocorre nos espaços onde existam possibilidades de ação do sujeito ainda que inserido em relações de poder desigual.

Sendo a agência uma propriedade dos indivíduos construída cultural e historicamente em termos de gênero, classe, idade, entre outros marcadores sociais de diferença, ela pressupõe indivíduos diferencialmente em termos de autonomia. Nessa direção, Álvarez (2015) contribui ao apontar que os indivíduos são constituídos em um contexto de interdependência que se inicia com a socialização, perpassando por outras esferas no decorrer da vida. Ela defende que tanto as possibilidades de ação do indivíduo quanto as de percepção das suas escolhas finais são definidas relacionalmente conferindo (ou não) capacidade de agenciamento.

Giddens (1989) atribui ao ator individual a capacidade de processar a sua experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, ainda que sob extremas formas de coerção e agindo dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes. Na medida em que processa a sua experiência social, os indivíduos (agentes) procuram resolver situações problemas e aprendem como intervir nos eventos sociais do seu entorno; monitoram continuamente as suas próprias ações, observam como os outros reagem ao seu comportamento percebendo, por sua vez, as inúmeras circunstâncias inesperadas (GIDDENS 1989).

Nessa direção, a ação dependerá da capacidade do indivíduo de “causar uma mudança” em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existentes. Isso implica que todos os indivíduos (agentes) exercem um determinado

tipo de poder, mesmo aqueles em posições de extrema subordinação, já que “todas as formas de dependência oferecem alguns recursos com os quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades dos seus superiores” (GIDDENS, 1989, p. 16).

Diante desse recorte sociológico, a questão colocada pela presente estudo trata de compreender os efeitos da articulação particular entre gênero, sexualidade e autonomia em relação às trajetórias de mulheres que se prostituem em termos de agenciamentos. Deste modo, estudar a prostituição feminina a partir da articulação destas três esferas é uma questão relevante, quando são consideradas as discussões que apontam o gênero e a sexualidade como lugares de expressão da autonomia das prostitutas. A análise das trajetórias de vida e trabalho permitiu identificar a conexão das mulheres com os ambientes sociais dos quais participam, ou seja, possibilitou compreender o processo de inserção na prostituição e seus desdobramentos, alcançando a objetificação a partir de uma amostra ampliada.

Norteados por tal entendimento, importou aqui saber: o que determina a escolha e a permanência dessas mulheres na prostituição observando se existem, a partir da percepção da trabalhadora, aspectos positivos em termos econômicos e subjetivos que compensem os custos sociais experimentados pela prostituta, sempre vinculada às ideias de contágio, impureza, leviandade e criminalidade. Também levei em conta se a prostituição pode ser compreendida como exercício da liberdade sexual das mulheres ou se é um meio de perpetuar e reforçar as desigualdades em matéria de gênero e de direitos humanos.

A minha problemática central levou à formulação do seguinte questionamento: a prostituição é um trabalho como qualquer outro e se não é como os outros, qual a sua dimensão como trabalho? As prostitutas transgridem normas de sexualidade prescritas às mulheres por força exclusivamente de contingências econômicas? Quais são os fatores que determinam a entrada e permanência dessas mulheres na prostituição? Em que sentido a (pretensa) autonomia das prostitutas manifestadas, especialmente por meio de suas práticas e agenciamentos, contribui para compreender as modalidades de prostituição praticadas em espaços de sociabilidades masculinas? Como os elementos constitutivos das relações de gênero e sexualidade produzem desigualdades que se expressam na falta de autonomia sobre o corpo e a sexualidade, e como as prostitutas lhes resistem ou os subvertem em suas experiências cotidianas?

A minha estratégia consistiu em analisar as marcas de gênero que se intersectam na sexualidade das prostitutas, bem como a sua relação com a autonomia das mulheres no trabalho sexual, lançando os seguintes subquestionamentos que contribuíram para a compreensão do recorte empírico investigado: a prostituição pode ser compreendida como um meio de emancipação para algumas mulheres e, por isso, o aumento bastante significativo da oferta de serviços sexuais no contexto das “obras de construção das hidrelétricas” tem articulações com as mudanças na autopercepção da sexualidade? Em que medida certas situações como a prostituição podem ser vistas como oportunidade (trabalho) e noutras como limite (exploração)? Em suma questiona-se: a prostituição é vista por essas mulheres como trabalho?

A partir das indagações o problema central da pesquisa foi reconstruído sinteticamente da seguinte forma: como as mulheres inseridas na prostituição voluntária vivenciam a própria sexualidade e agenciam as suas práticas nas experiências de trabalho sexual frente às diferentes contingências de gênero imputadas a essa categoria estigmatizada? E ainda, há margens seguras em termos de negociações (prostituta/cliente, prostituta/proprietário/a dos estabelecimentos) para o exercício da prostituição de forma autônoma?

Norteados por tal questão, parti de abordagens e discussões feministas que colocam a prostituição feminina no campo da cidadania para enfatizar, em especial, a questão da atividade, enfocando os direitos sexuais e trabalhistas, e não a questão moral ou criminal/penal quase sempre aludida à prostituição. Também foi necessário compreender as práticas das mulheres inseridas em diferentes contextos que caracterizam as realidades do trabalho sexual no mercado do sexo local, sem perder de vista as questões inerentes às estratégias desenvolvidas por elas objetivando neutralizarem os riscos relacionados à prostituição.

A hipótese principal indica que pode ser confirmada uma relativa margem de autonomia paralela às diferentes formas de resistência (mais ou menos veladas) as quais levam as prostitutas a tomarem decisões e atitudes que as colocam em um patamar distinto daquele que as representa como vítimas da dominação masculina. Esta hipótese sugere que as interações com os clientes aconteçam desde a modalidade que consiste no intercâmbio entre sexo e dinheiro até múltiplas formas de intercâmbios baseados em afetos e interesses, os quais são demarcados pela

ausência de regras fixas que separam as esferas da afetividade e das relações de trabalho.

O interesse em relacionar as questões de gênero e sexualidade que demarcam as práticas das prostitutas está apoiado em abordagens que compreendem a prostituição como trabalho, objetivando colocar em discussão o que é categorizado pelas feministas abolicionistas como “objetificação do corpo da mulher”. Esta relação foi efetuada por meio da confrontação das hipóteses secundárias: i) a compreensão da prostituição como trabalho não é tão simples porque coloca em xeque a natureza da própria atividade; ii) há especificidades nas formas de atuar das prostitutas que vão para além do sexo instrumental, ultrapassando as relações exclusivamente impessoais para arranjos afetivo-sexuais com códigos e pactos específicos que têm a ver com a vivência da sexualidade; iii) a objetificação do corpo da mulher que se impõe na prostituição através da dominação masculina parece não ser uma regra para os intercâmbios que têm lugar nesses bares.

A pesquisa exigiu a compreensão das dinâmicas do trabalho sexual circunscritas às condições legais e políticas do seu exercício (situadas temporal e espacialmente), por isso o enfoque foi atribuído à forma como as mulheres vivenciam e dão significado às suas trocas sexuais, econômicas e afetivas no exercício do trabalho sexual.

Desse modo, esta abordagem alude à compreensão dos modos como os sujeitos dessa investigação vivenciam suas experiências de trabalho sexual frente às questões de gênero, sexualidade e autonomia, conferindo significados às experiências de uma atividade não regulamentada e estigmatizada. Isso porque o trabalho sexual contrapõe-se aos padrões pré-estabelecidos de moralidades, sexualidades e de papéis de gênero representados por um modelo de conjugalidade monogâmica, que tem como principal função a formação da família nuclear heterossexual, a reprodução da espécie e a manutenção da fidelidade conjugal.

Diante do exposto, saliento que não se tratou de compreender a prostituição feminina como resultado exclusivo da falta de oportunidades e, por conseguinte, como algo degradante em si, ou seja, fruto de coação e ausência de capacidade e oportunidades de escolha; nem tão pouco se pretendeu tratar as mulheres que se engajam na atividade como desviantes, “transgressoras” ou “vítimas” uma vez que

elas serão compreendidas como sujeitos sociais dotados de capacidade de agência que se engajam no trabalho sexual: nem vítimas, nem libertárias.

Tratou-se, aqui, portanto, de situar a prostituição feminina a partir de questões mais amplas, econômicas, políticas e sociais que fomentem outros estudos e discussões que ampliem o olhar sobre essa atividade que carece de uma melhor compreensão.

O escopo da Tese

Os resultados do estudo são apresentados em quatro capítulos que compõem essa tese. Os capítulos e suas seções estão estruturados do modo, a saber: Capítulo 1 – Os aspectos metodológicos; Capítulo 2 – O marco teórico: gênero, sexualidade e autonomia; 3 – Interações e sociabilidades em lugares prostitucionais; Capítulo 4 – Trajetórias de vida e de trabalho: negociando autonomia.

No primeiro capítulo, estruturado em três seções, apresentamos o delineamento teórico e metodológico onde são apresentadas, também, algumas reflexões acerca das dificuldades e dos desafios deparados durante as diferentes etapas do estudo. Início com a exposição da entrada no campo de estudo apresentando as primeiras impressões expondo, ao mesmo tempo, o método adotado, ou seja, esclarecendo como defini as técnicas e a operacionalização da coleta de dados empíricos. Em seguida, situo geograficamente o *lócus* do estudo contextualizando brevemente seus aspectos socioeconômicos e demográficos.

No segundo capítulo, discutimos, à luz dos estudos feministas, a noção de trabalho sexual adotada em abordagens que interpretam o fenômeno a partir da perspectiva laboral/trabalhista, onde é diferenciada a noção de prostituição voluntária (trabalho sexual) de prostituição forçada (exploração sexual). A ênfase da subseção está na discussão que contextualiza as noções e os estatutos legais da prostituição no Brasil e no âmbito transnacional; incluo também os debates e Projetos de Lei (PL) que perpassam a regulamentação da atividade em nosso país nas esferas do Estado, da Igreja e dos movimentos feministas e do ativismo de trabalhadoras sexuais organizados. Na segunda seção, é delineado o marco teórico a partir da apresentação da noção de gênero, enfatizando a abordagem proposta pelo construcionismo social; pois essa perspectiva adotada por teóricas feministas a partir dos anos 1980 ocupou-se de questões inerentes às mulheres para além da

noção de “dominação masculina” – universalizante e trans-histórica. Na terceira seção, enfatizo a noção de sexualidade desenvolvida por Michel Foucault como um dispositivo histórico de poder (e não como um dado biológico), a minha análise desse autor permitiu afirmar que há convergências entre parte da obra foucaultiana e o pensamento feminista; daí a importância de se situar a categoria de análise “sexualidade” foucaultiana incorporada pelos feminismos pós-modernos dos fins dos anos 1980. Na quarta seção, recupero a noção de autonomia adotada inicialmente pelo movimento feminista dos anos 1960 para, posteriormente, situar a partir Álvarez (2015) os aspectos normativos da “autonomia pessoal”, um conceito imprescindível para compreender os processos de escolhas das trabalhadoras sexuais.

No terceiro capítulo, esclareço como (e onde) acontecem as interações e sociabilidades entre clientes e trabalhadoras sexuais locais e de outras regiões brasileiras, que tiveram as suas presenças intensificadas durante o período de maior número de operários nos canteiros das obras das de construção das usinas. A abordagem etnográfica, aliada à observação direta, possibilitou analisar as diferentes modalidades, normatividades e interesses que regem as relações estabelecidas entre os gêneros em situação de interação e sociabilidade, onde são negociados agenciamentos, serviços sexuais e, especialmente, companhias para beber, conversar e “jogar sinuca”.

Na interpretação das interações, apoiada no interacionismo simbólico de Simmel (2006a), percebe-se um lugar relevante para as relações de afinidades e reciprocidades estabelecidas entre proprietários de estabelecimentos e trabalhadoras sexuais, especialmente das prostitutas com os clientes. À vista disso, descrevo como (e onde) ocorrem as interações e sociabilidades entre operários das obras de construção das UHEs Santo Antônio e Jirau e as prostitutas locais e de outras regiões brasileiras.

No capítulo quatro finalmente, exponho a análise do objeto empírico para problematizar as três formas de inserção laboral identificadas no mercado do sexo local durante a pesquisa empírica, aprofundando a análise das entrevistas, com ênfase na intersecção de gênero e sexualidade na produção da autonomia da prostituta.

CAPÍTULO 1

OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

“Jamais esquecerei o que de violento e de maravilhoso se liga à vontade de abrir os olhos, de ver de frente o que acontece, o que é”
(BATAILLE, G. **L'Érotisme**, 1987, p. 260)

“O que os objetos são, em si mesmos, fora da maneira como a nossa sensibilidade os recebe, permanece totalmente desconhecido para nós. Não conhecemos coisa alguma a não ser o nosso modo de perceber tais objetos – um modo que nos é peculiar e não necessariamente compartilhado por todos os seres...”
(KANT, E. **A crítica da razão pura**, 1980, p. 49)

Neste Capítulo, nas duas primeiras seções, faz-se uma discussão de caráter teórico-metodológico acerca das primeiras impressões de campo e das dificuldades enfrentadas durante a coleta dos dados empíricos, bem como das estratégias e procedimentos metodológicos que conduziram a coleta e a análise dos dados; na terceira seção é apresentado o lócus da pesquisa e alguns aspectos sócio-demográficos que caracterizam a cidade de Porto Velho e o distrito de Jaci Paraná. O estudo desenvolvido é do tipo qualitativo, onde a observação direta aliada à abordagem etnográfica mostrou-se com um instrumento eficiente para a coleta dos dados.

A realização da pesquisa nos estabelecimentos vinculados à prostituição voluntária de Jaci Paraná foi, sem margens de dúvidas, um dos procedimentos mais difíceis e complexos para o desenvolvimento da Tese. Muitas das trabalhadoras dos lugares onde foram realizadas observações diretas são de nacionalidade boliviana em situação irregular no Brasil, que periodicamente atravessam a fronteira Bolívia-Brasil para exercer o trabalho sexual. Além deste aspecto, a vinculação dos proprietários dos estabelecimentos (a maioria do sexo

feminino) com mulheres em situação de prostituição lhes imputa o crime de lenocínio, conforme tipificado do Artigo 227 ao 230, do Código Penal Brasileiro.

O universo empírico da prostituição é difícil de ser acessado quando se está numa posição que não seja a de cliente. Isso porque, por um lado, as pessoas que estão inseridas nesses espaços tendem a ocultar a identidade estigmatizada (como estratégia esses sujeitos adotam para si o nome de “batalha” ou de “guerra”). Por outro, havia as barreiras culturais e as questões de gênero que subjazem os lugares destinados a sociabilidades masculinas e, especialmente, as suspeitas em relação a minha identidade. Dessa forma, adotei várias estratégias para entrar nesse universo, ter acesso às entrevistadas e conquistar as suas adesões sem ter que pagar pela informação ou contratar serviços de natureza sexual.

1.1 A aproximação do campo

No processo de aproximação do campo da pesquisa, busquei estabelecer uma relação de confiabilidade, familiaridade e afetos mútuos com os sujeitos sociais da pesquisa. Do meu lado – ou da perspectiva das ciências sociais que pratico –, quero enfatizar que ao assumir essa postura entendo que a inserção do pesquisador no espaço social dos sujeitos pesquisados, deve ser iniciada a partir de uma comunicação não traumática. Consciente dessa premissa, o pesquisador busca a superação, ainda que parcial, da distância social e cultural que o separa de seus entrevistados atentando-se, em meu caso, às especificidades do objeto em estudo.

Tal postura implicou que eu adotasse uma vigilância epistemológica redobrada quando foram levadas em consideração as muitas pré-noções sobre a prostituição, parte significativa delas de natureza moral, ideológica e religiosa, bem como os perigos da “observação superficial” que estão relacionados – utilizando a terminologia adotada por Marcel Mauss (1993) – às “dificuldades subjetivas”.

Mauss (1993) chama atenção para os riscos do “preconceito moral” orientando, com isso, que se deve evitar “julgar porque se sabe, porque se viu”, ou seja, não se deve acreditar que se sabe tudo simplesmente porque se observou. Dessa forma, ele recomenda que o cientista social deva colocar em

dúvida os fatos observados e ouvidos evitando, com efeito, atitudes de “espanto” e “exaltação” diante do que se observou superficialmente, bem como saber escolher os testemunhos. Diante dessas considerações preliminares, esse antropólogo e etnógrafo francês, recomenda que se busque sempre clareza e sobriedade na coleta e análise dos dados o que significa primar pela – conforme as suas palavras – “objetividade tanto na exposição quanto na observação” (MAUSS, 1993, p.11).

Dentro desses limites, busquei realizar a pesquisa de campo apoiado em procedimentos metodológicos e técnicas de coleta de dados que privilegiaram este estudo de caráter qualitativo. A sua especificidade reside no fato de o campo empírico de estudo consistir nos espaços de sociabilidades frequentados por homens, os quais foram abertos paralelamente à implantação dos canteiros de obras que contavam inicialmente com mais de 30 mil operários envolvidos na construção de duas hidrelétricas na região Amazônica. A inserção no campo de pesquisa foi marcada por inúmeras dificuldades que levaram a alterações tanto no recorte empírico do objeto quanto nas metodologias utilizadas.

À medida que as obras de construção das hidrelétricas foram avançando, o campo da pesquisa modificava-se trazendo outras questões que exigiram a reestruturação do objeto em estudo. De imediato, constatou-se que a dinâmica do mercado do sexo na Amazônia brasileira caracteriza-se pela frequente circulação de trabalhadoras sexuais entre diferentes locais de atração de mão de obra masculina (grandes obras e empreendimentos, zonas garimpeiras, áreas portuárias e festas regionais). As questões macrossociológicas relacionadas à prostituição, exploração sexual e grandes empreendimentos na Amazônia brasileira já não se mostravam tão evidentes quando ocorreu a primeira entrada no campo da pesquisa em junho de 2014, levando em conta o estágio adiantado das obras de construção das UHEs.

Um dos primeiros desafios esteve relacionado à instabilidade do objeto empírico. Nesse sentido, constatou-se que as mulheres inseridas na prostituição (muitas delas de diferentes localidades geográficas) deslocavam-se com certa frequência em busca de lugares com maiores possibilidades de clientela. Entre elas, uma parcela significativa retornava periodicamente a seus locais de origem em visita aos seus familiares (muitas vezes levando quantias de dinheiro

acumulado durante as temporadas de trabalho). Na mesma proporção em que ocorriam os deslocamentos das mulheres e a mobilidade dos operários homens das usinas para outros canteiros de grandes obras, constatou-se que os bares de prostituição e boates vinculados à prostituição eram abertos, fechados e/ou mudavam de proprietários/as.

Diferente de outras capitais da região Norte do Brasil como Manaus/AM Belém/PA, Rio Branco/AC onde há associações¹³, de profissionais do sexo em Porto Velho as prostitutas não estão organizadas em torno de coletivos políticos, o que dificultou o acesso e a adesão das trabalhadoras sexuais à pesquisa. Do mesmo modo, à época do início das pesquisas de campo não havia Organizações Não Governamentais (ONGs), associações ou órgãos governamentais realizando trabalhos direcionados especificamente às prostitutas, havendo apenas na segunda fase da pesquisa de campo, um trabalho realizado por uma pastoral da Igreja Católica em Jaci Paraná.

As religiosas dessa pastoral ofereciam cursos de qualificação profissional (bijuterias, bordados em sandálias e automaquiagem) para mulheres bolivianas em situação de prostituição nesse distrito próximo a UHE Jirau. Mas que, na verdade, trata-se uma ação de uma pastoral católica vinculada à corrente feminista radical contrária a qualquer forma de prostituição.

A inexistência de associações de profissionais do sexo e ONGs, desenvolvendo trabalhos com prostitutas na cidade de Porto Velho, de fato, parece ser um indicador do incipiente empoderamento político das mulheres pesquisadas em relação às informações acerca da regulamentação do trabalho sexual no Brasil e demais questões relacionadas à suas práticas (situação confirmada durante as entrevistas). Um contexto que se refletiu principalmente nas dificuldades de adesão à pesquisa, considerando que a inserção inicial de pesquisadores no campo de estudos sobre prostituição ocorre habitualmente a partir da articulação com associações, organizações de profissionais do sexo¹⁴.

¹³ Na Região Norte do Brasil há um consolidado movimento de profissionais do sexo organizado em torno de associações (articuladas principalmente com organizações da região Nordeste), sendo eles: Ampsap – Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá; GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará, em Belém; As Amazonas – Associação das Prostitutas do Amazonas e também o Núcleo Rosa Vermelha, ambas em Manaus.

¹⁴ Os estudos de Barreto (2008, 2015), Tedesco (2008), Olivar (2013, dentre outros confirmam que a porta de acesso ao campo de pesquisa sobre prostituição são as associações e ONGs.

Tais questões dificultaram o estabelecimento de relações estáveis com as entrevistadas da pesquisa, exigindo que a cada entrada no campo fosse necessário novas aproximações de outros sujeitos. Nesse contexto, revelar a identidade do pesquisador buscando construir gradativamente certa empatia do grupo para conseguir a adesão, apreender as expressões do lugar e regras/códigos e retomar a pesquisa empírica foi algo constante. De modo que esse aprendizado tornou-se fundamental para a condução das conversas informais e das entrevistas, bem como para a compreensão dos diálogos e da aproximação de outros sujeitos.

Desse modo, nas diferentes etapas da pesquisa de campo a cada inserção nos lugares destinados à prostituição encontrei resistências e dificuldades de adesão à pesquisa que exigiram a minha presença desinteressada e gradual nos estabelecimentos. Mas aceitar a presença, interagir com o pesquisador não significava, fundamentalmente, que elas estavam dispostas a participar do estudo, compartilhando com esse as suas histórias e experiências com o trabalho sexual. Por vezes as aproximações por parte das mulheres aconteciam com interesses em estabelecer interações que pudessem resultar em “programas”.

Inicialmente, se o empreendimento da interação partisse do pesquisador, elas comportavam-se ora com indiferença ora como se estivessem interagindo com um cliente iniciando a conversação acionando o *script*: “Olá! Tudo bem?”, “Paga uma cerveja?” ou “Paga um refrigerante?”. Trata-se de um código local que sinaliza, sobretudo, o interesse do homem em iniciar uma conversação que possa resultar na contratação dos serviços da prostituta. Segundo a fórmula de Goffman (2013), tal *performance* pode ser lida como um dos elementos da encenação do programa.

À vista disso, a presença masculina em um local de prostituição era percebida com certa suspeita ao se constatar que esse sujeito não correspondia às expectativas dos papéis sociais de gênero masculinos. Por um lado, ir a locais destinados a sociabilidades masculinas, frequentá-los por dias seguidos, conversar com as prostitutas e não contratar serviços sexuais e/ou não consumir bebidas alcoólicas (ou pagá-las para as prostitutas) colocava em suspeição a identidade social do pesquisador/homem/sulista. Além disso, havia o “efeito

possivelmente negativo dos instrumentos de registro” (POUPART, 2008, p. 231) que naquela fase da pesquisa restringia-se ao caderno de campo.

Por um lado, com as constantes visitas aos estabelecimentos, a minha presença era confundida, a princípio, com a de agentes vinculados aos aparelhos estatais de repressão à exploração sexual. Tal situação ficou evidenciada pelo tratamento frio, às vezes descortês, recebido dos/as donos de estabelecimentos vinculados à prostituição, considerando que suas atividades são criminalizadas pelo Código Penal brasileiro.

Na posição de proprietários/as de estabelecimentos vinculados à prostituição, os/as comerciantes podem ser imputados no crime de “lenocínio” pelo CP. brasileiro, nos seus artigos 227 (favorecimento), 228 (facilitar, intermediar, impedir de deixar) e, também, manter casa de prostituição, “por conta própria ou de terceiros”, é tipificado como crime de exploração no artigo 229; e, quando se tratar da presença de menores de 18 anos em situação de “prostituição” configurar-se-á caracterização de exploração sexual (sendo menor de 14 anos é tipificado como estupro de vulnerável) prevista nos artigos 240 e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por outro, a condição de estudante de pós-graduação declarada às entrevistadas não colocava em suspeição o lugar do “masculino” dentro de uma “casa de prostituição”. Em mais de uma oportunidade fui questionado e incentivado a interagir e consumir serviços e produtos (bebidas alcoólicas e sexo).

Tal experiência pode ser lida como um dado importante, considerando que há comportamentos (que podem ser traduzidos como “códigos” de masculinidades) e devem ser seguidos nos locais observados; por exemplo, jogar sinuca, consumir bebidas alcoólicas (e também pagar bebidas para as mulheres), interagir com as prostitutas, etc., práticas que parecem seguir lógicas próprias de espaços de sociabilidades frequentados por homens das classes populares.

Um fato ocorrido durante a primeira entrevista (conseguida após dois encontros para conversas informais) e registrado no diário de campo materializa o lugar do masculino nesses locais onde fui questionado durante uma entrevista: “Você não fica com mulher assim? Por que você não gosta?” A minha entrevistada não se dava por convencida de que o meu interesse por ela estava exclusivamente em suas experiências de trabalho sexual, mostrando-se incrédula

quanto à resposta acerca dos interesses de estudos. Há, por um lado, uma expectativa sobre as performances masculinas que compreendem também ao papel de cliente, por outro, os sujeitos sempre são convocados a se identificar com a identidade sexual e de gênero quando são interpelados (BUTLER, 1997). Tais questões suscitadas durante os trabalhos de campo motivaram essa discussão na qual objetivo não somente realizar uma reflexão acerca da relação do pesquisador com o “seu” objeto como, também, contextualizar a aproximação do campo e dos sujeitos da pesquisa.

1.2 As estratégias metodológicas

A estratégia metodológica da pesquisa está apoiada em procedimentos que privilegiam a abordagem do tipo qualitativa – com o uso da observação (com o registro em diário de campo) e da aplicação de “entrevistas em profundidade” às profissionais do sexo –, em consonância com a descrição etnográfica do campo estudado. A possibilidade de ampliar o entendimento do objeto investigado (a partir da interação entre pesquisador e entrevistadas) associada à natureza do problema da pesquisa foi o fator determinante para a escolha da abordagem do tipo qualitativa privilegiada pela entrevista em profundidade, adotada enquanto uma eficiente técnica de coleta de dados.

Para Ludke (1986), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como a sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados observáveis são predominantemente descritivos e focalizam a realidade de forma complexa e contextualizada. Nesse sentido, a observação, “enquanto prática de pesquisa das ciências sociais, estendida ao domínio da pesquisa qualitativa” (JACCOUD e MAYER, 2012, p. 254), não esteve limitada às ações das mulheres participantes do estudo; não desprezei as performances sensuais (rituais de interação) que ocorrem nesses estabelecimentos e que, muitas vezes, estão associados à ostentação de símbolos de *status* e ao consumo de bebidas que antecipam os intercâmbios econômicos, sexuais e afetivos.

Nesse procedimento, fiz uso de elementos desenvolvidos pelo interacionismo simbólico e, sobretudo, da noção de interação de Simmel (2006a), referência para o desenvolvimento da perspectiva interacionista, e de Goffman (2013) cujos recortes analíticos – baseados na perspectiva dramaturgica –

privilegiam a observação dos comportamentos, considerando que os mesmos localizam os indivíduos socialmente. A perspectiva dramaturgica de Goffman oferece à sociologia uma interpretação alternativa do papel do espaço físico nas relações sociais.

Norteados pela abordagem qualitativa, concordo com Ludke (1986) ao defender que a experiência direta com o objeto é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno, bem como a observação como técnica de coleta de dados é extremamente útil para “descobrir” aspectos novos de um problema. Tal método proporciona o contato estreito do pesquisador com a situação onde ocorrem os fenômenos (impossível de se alcançar na abordagem quantitativa), bem como “as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-los. Da mesma maneira, as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto onde aparecem” (LUDKE, 1986, p. 12). Desse modo, na tentativa de descobrir aspectos novos do problema da pesquisa, buscou-se consonância entre o caráter qualitativo da pesquisa e as técnicas de coleta de dados assumindo a seguinte perspectiva:

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da ‘perspectiva dos sujeitos’, um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (LUDKE, 1986, p. 26).

Do mesmo modo, sem se sobrepor às demais técnicas de coleta de dados adotadas, a “entrevista em profundidade” foi utilizada como uma técnica que buscou aprofundar a inteligibilidade do objeto investigado em razão de sua flexibilidade, possibilidades de aprofundamento de determinadas questões e das condições favoráveis de interatividade com as entrevistadas. Nesse sentido, essa técnica de coleta de dados prestou-se, principalmente, à exploração do ponto de vista das entrevistadas inseridas nos contextos de investigação trazendo elementos não perceptíveis através das observações, não obstante essenciais à compreensão do problema de pesquisa.

De acordo com Gaskell (2002), a entrevista é o ponto de partida para o pesquisador começar a estabelecer esquemas interpretativos da realidade – ou utilizando a terminologia adotada pelo autor, do “mundo da vida dos respondentes”, de seu objeto de pesquisa em investigação. De fato, a adoção da entrevista, como técnica de coleta de dados, articulada a observação teve como objetivo fornecer ao pesquisador os dados para a compreensão das relações entre os atores sociais e o mundo do qual fazem parte. Flick (2009) justifica o uso da entrevista aberta (em profundidade) o qual está associado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vistas dos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista não estruturada do que propriamente em entrevistas padronizadas ou fechadas.

Nesse particular, concordo com os autores ao afirmarem que a entrevista, como técnica de coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, tem como objetivo fornecer ao pesquisador os dados para a compreensão das relações entre os atores sociais e o mundo do qual fazem parte. Nesse sentido, utilizar a entrevista do tipo qualitativa para a coleta dos dados da pesquisa possibilitou explorar as experiências, as motivações e as percepções das entrevistadas sobre questões específicas à prostituição.

Verifica-se, conforme os argumentos de Poupart (2008), que há uma ambiguidade ligada ao uso dessa técnica de coleta de dados qualitativos, a qual, por um lado, se constitui como uma porta de acesso às realidades sociais e, por outro, essas realidades sociais não se deixam facilmente apreender. Não ignoro (e busco manter certa vigilância epistemológica) que o “mundo da vida” dos sujeitos da pesquisa acessado através da entrevista em profundidade, poderia estar sendo narrado através de um jogo de simulação influenciado pelas interações sociais que as condições das entrevistas implicavam.

Aqui considerei que a visão do pesquisador acerca do fenômeno em investigação poderia influenciar os sujeitos da pesquisa, articulada às relações de poder econômico e cultural, assim como o jogo complexo das múltiplas interpretações produzidas pelos discursos.

Na linha da observação direta, a minha inserção etnográfica foi iniciada seguindo a trilha de Cardoso de Oliveira (2000, p. 17), cuja compreensão é de que a especificidade do trabalho antropológico em nada é incompatível com o

conduzido por pesquisadores de outras disciplinas sociais, particularmente quando, na prática de seu ofício, “articulam a pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados”. Utilizei, portanto, o método etnográfico na fase inicial das atividades de campo paralelo à observação direta. Tal procedimento implicou não somente em observar as práticas e ouvir discursos cotidianos nos espaços onde ocorrem as interações entre prostitutas e clientes, como também descrever comportamentos, lugares, inventariar objetos e símbolos para compreender a intenção que comunicavam.

De modo que, tomei como ponto de partida os três momentos (ou etapas de apreensão dos fenômenos sociais) estratégicas – o *olhar*, o *ouvir* e o *escrever*, enquanto unidade irreduzível e possível através interação – do *métier* do antropólogo (sem a pretensão de querer sê-lo), porém tentando, de fato, alcançar maior eficácia através desse exercício de reflexão epistemológica, o qual, conforme situa Cardoso de Oliveira (2000, p. 17): “poderiam chamar as principais ‘faculdades do entendimento’ sociocultural que, acredito, sejam inerentes ao modo de conhecer das ciências sociais”.

De acordo com Cardoso de Oliveira (2000), enquanto “o olhar” etnográfico (a domesticação teórica) e o ouvir (espaço semântico dialógico) cumprem a sua função básica na pesquisa empírica, “o escrever” – enquanto parte integrante dos três “atos cognitivos” – textualiza a realidade social, se tornando o momento considerado o mais fecundo da interpretação. Tais faculdades do entendimento assumem – conforme indica esta perspectiva teórico-metodológica – um caráter constitutivo na formação do conhecimento próprio das ciências sociais onde o pesquisador se detém, sobremaneira, as questões epistemológicas que condicionam a investigação empírica (no exercício da pesquisa) tanto quanto a construção do texto (na produção do conhecimento).

Na acepção desse antropólogo – descrevendo a importância do “olhar” –, seja qual for o objeto de investigação, ele não escapará de ser apreendido pelo olhar do cientista social – treinado pelo esquema conceitual da disciplina formadora de sua maneira de ver a realidade social. Nesse procedimento, o pesquisador valer-se-á, preliminarmente, de outras fontes de dados que lhes possibilitarão a apreensão da estrutura das relações sociais observadas. É nessa etapa que o cientista social (“devidamente sensibilizado pela teoria disponível”),

olhará para o objeto de investigação previamente construído, e o confrontará com as suas observações. Desse modo, o objeto de investigação será alterado já em sua primeira percepção.

No segundo ato cognitivo, “o ouvir”, – que é apontado pelo antropólogo como indissociável do anterior –, ocorrerá a apreensão dos fenômenos sociais. Nessa direção, o cientista social buscará acessar as “informações não alcançáveis pela estrita observação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 22). Conforme propõe, intuir-se-á um espaço semântico partilhado por ambos os sujeitos, no qual, o informante será transformado em “interlocutor”. Ele justifica tal procedimento apontado que a relação pesquisador/informante é permeada por uma relação de poder – subjacente às relações sociais –, que empobrece o ato cognitivo por criar um campo ilusório de interação. Assim, o cientista social deverá dar lugar às condições de diálogo que possibilitem a interação pesquisador/interlocutor, “de maneira a transformar tal confronto em um verdadeiro ‘encontro etnográfico’” (2000, p. 24).

Na terceira etapa de apreensão do fenômeno – de acordo com a perspectiva do autor, após ter se tornado um “observador participante” do discurso de seus interlocutores – o cientista social (ou etnógrafo) estará preparado para transcrever suas análises para o “idioma da disciplina”. Nos dizeres de Cardoso de Oliveira (2000, p. 32), “o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar”, pois é durante o processo de escrita do texto que o pensamento do pesquisador “caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática”.

Nesse sentido, ele afirma que esse procedimento cognitivo trata-se da textualização dos fenômenos socioculturais – vistos e ouvidos – para comunicá-los a seus pares fazendo uso de um “discurso disciplinado”. De minha parte, portanto, assumi aqui o “olhar” e “o ouvir” pensados pela perspectiva apresentada a pouco, enquanto etapas de indissociáveis da configuração da pesquisa, e “o escrever” como um ato cognitivo concomitante à produção do conhecimento que a Tese pretendeu comunicar apoiada, especialmente, na pesquisa empírica de caráter qualitativo.

1.3 As pesquisas de campo

As pesquisas de campo aconteceram em duas fases bem específicas: a primeira que aconteceu em dois momentos durante os meses de junho de 2014 e novembro de 2015. As conversas informais, as entrevistas estabelecidas e as observações diretas foram realizadas em aproximadamente 10 bregas (quatro na cidade de Porto Velho e seis em Jaci Paraná) durante a primeira fase, permitindo a compreensão da problemática e, conseqüentemente, a redefinição do objeto empírico, do mesmo modo possibilitou a construção dos espaços sociais de interlocução entre o pesquisador e os sujeitos.

Na fase inicial, dentre as 13 mulheres entrevistadas duas são proprietárias dos estabelecimentos onde estão na direção de seus negócios. Essas proprietárias são mulheres que estão na faixa etária dos 40 anos e contam com certa experiência na prostituição. Segundo enfatizaram, elas deixaram a prostituição por estarem vivendo atualmente relacionamentos estáveis, pois, embora apoiadas nos seus negócios, os seus companheiros “são cimentos”. Deste montante das entrevistas, três foram realizadas na própria residência das mulheres que relataram ir aos bares de prostituição apenas ocasionalmente.

Na segunda fase que aconteceu em 2017 entre os dias 13 e 21 do mês de outubro, em um momento bem adiantado da pesquisa, objetivei aprofundar algumas questões que surgiram a partir das entrevistas realizadas na primeira fase. Foram realizadas quatro entrevistas em profundidade e observações em cinco bares de prostituição, dos quais, dois não haviam sido localizados na fase anterior da pesquisa. Também foram retomadas três entrevistas (que aconteceram na fase inicial do estudo). Quanto à adesão, encontrei a mesma resistência das mulheres em relação às entrevistas; algumas por se sentirem desconfortáveis ao conceder entrevistas acerca da própria condição de prostituta; outras queriam receber o valor de um programa sexual para permitir a gravação das entrevistas; mas a maioria demonstrava receio em ter as suas imagens e identidades divulgadas. Em geral, as entrevistadas resistiam a dar detalhes de sua intimidade.

Uma das estratégias adotadas para conseguir informações relativas à relação prostituta/proprietários/as de estabelecimentos foi agendar as entrevistas

fora dos seus locais de trabalho, porém, mesmo concordando previamente, elas não apareciam ao compromisso, justificando cansaço, esquecimento ou programas sexuais surgidos na última hora. De uma forma ou outra, as entrevistas realizadas nos locais de prostituição poderiam estar comprometidas pela presença dos/as proprietários/as ou gerentes em relação às perguntas feitas às mulheres sobre os seus vínculos de trabalho, as regras de atuação profissional e ao pagamento de comissões.

Desse modo, entre a fase inicial e o término da pesquisa conheci aproximadamente trinta e cinco (35) prostitutas com as quais estabeleci interações em seus locais de trabalho; mas, por questões de não adesão à pesquisa, principalmente pelo não consentimento do uso de gravador e do registro das conversas no caderno de campo, a amostra de entrevistas foi composta por 17 mulheres. As entrevistadas estão na média etária dos 32 anos (19 anos a mais jovem e 54 anos de idade a mais velha). A maioria das mulheres confirma que já teve experiências de trabalho em outro tipo de atividade profissional: serviços domésticos remunerados, empresa conservadora, operária da construção civil, comerciária (loja e lanchonete), diarista, garimpeira, manicure. Entre elas, ainda hoje, quatro têm outras atividades profissionais, mas flertam com a prostituição ocasionalmente.

Os dados coletados informalmente juntos as demais mulheres foram registrados posteriormente no caderno de campo e utilizados como uma fonte relevante de informações. Entretanto, as entrevistas em profundidade realizadas durante as duas fases se concentraram em seis estabelecimentos conforme a adesão das mulheres. Embora os proprietários dos bares de prostituição consentissem as entrevistas, as prostitutas, em geral, não concordavam em concedê-las.

Nas diferentes inserções ao campo também estabeleci, de modo geral, inúmeras conversas informais (com motoristas de táxis, funcionários/as de hotéis, vendedores/as ambulantes) acerca das questões que envolvem a prostituição, principalmente com prostitutas, seus clientes e proprietários de locais vinculados à prostituição. Muitas dessas conversas estabelecidas na despreensão da sociabilidade (de interações desinteressadas) indicaram pistas e caminhos que

foram seguidas levando a identificar sujeitos que demonstraram interesses em participar da pesquisa, concordando em conceder entrevistas.

Especificamente, a pesquisa de campo realizada em 2014 teve caráter exploratório quando foram contatados informantes privilegiados e, também, realizado o mapeamento de lugares vinculados à prostituição e estabelecida uma rede com pesquisadores locais. Naquele momento de muitas dúvidas, as conversas que estabeleci com Edna Fernandes, uma socióloga do Ministério Público/RO, que desenvolveu ações estatais de prevenção à exploração sexual nos distritos e comunidades próximas às hidrelétricas em construção, foram imprescindíveis para os desdobramentos futuros da pesquisa. Também tive a oportunidade de conversar com Kary Falcão (professor Universitário) e Karen de Oliveira Diogo (uma mulher trans cabeleireira), ambos militantes que desenvolvem trabalhos junto as ONGs de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e em defesa dos direitos LGBTs no estado.

Sugeriram lugares e instituições, esses sujeitos indicaram pessoas importantes para a pesquisa, situaram contextualmente a relação da prostituição e da construção das hidrelétricas e fizeram, sobretudo, recomendações em relação aos “cuidados” em relação ao objeto e locais de prostituição. Na época alertaram quanto à relação entre a prostituição e as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no estado¹⁵, bem como de participação de grupos de poder local (políticos, empresários e figuras de alto prestígio).

Uma vez estabelecidas as condições necessárias para que as observações acontecessem, procedi à coleta de dados relativos aos espaços físicos, as disposições dos elementos simbólicos que os caracterizavam e dos sujeitos que o frequentavam e, sobremaneira, o registro de expressões corporais

¹⁵ Em 2013, a Operação Lâmia do Ministério Público de Rondônia (MP-RO) havia desarticulado uma rede de exploração sexual comercial de menores no estado. A investigação, que durou nove meses, comprovou a existência de dezenas de crimes contra menores envolvendo homens que pagavam por sexo com as vítimas, a maioria formada por adolescentes socioeconomicamente vulneráveis, entre eles um empresário local de 61 anos de idade; jornais de circulação nacional veicularam sobre a desarticulação dessa rede que facilitava encontros de adolescentes com homens influentes da região onde “O ‘corre’ (como as cafetinas designavam os programas sexuais) custava entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00, conforme a vítima fosse mais jovem. As agenciadoras recebiam entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00 por programa arranjado” (JORNAL RONDONIAGORA, 14 de março de 2013).

(performances) e orais que emergiam durante as interações. Por conseguinte, para acessar as questões específicas ao trabalho sexual, às relações de gênero e sexualidade optou-se pela utilização de dados coletados a partir de entrevistas em profundidade, conforme se discutiu anteriormente.

As observações foram realizadas de forma exploratória em 10 bares de prostituição, com as anotações registradas através de um aplicativo de aparelho celular (visando anular o efeito da presença do pesquisador sobre o comportamento dos sujeitos) e posteriormente transcritas para o caderno de campo. Desse modo, tal técnica de coleta de dados (conjugada a outras técnicas) tornou-se útil por ter possibilitado o registro das interações, entre as prostitutas e frequentadores, os perfis desses sujeitos e as características dos bares, facilitado a compreensão das relações estabelecidas entre clientes e prostitutas.

Na época busquei interagir com mulheres que aguardavam clientes na Praça Marechal Rondon e que, frequentemente, se confundem com os transeuntes locais. Muitas preferem ficar dentro dos próprios bares aguardando os clientes e quando lhes convêm, conforme o número de frequentadores, elas circulam entre os bares e trailers (cerca de treze) localizados no entorno dessa praça ocupada também por barracas de lanches e vendedores ambulantes (conforme a discussão realizada no Capítulo 3).

Muitas das mulheres com as quais conversei informalmente evitam esses bares como local de interação com clientes por temerem ser identificadas por pessoas de seus círculos de relação em razão da localização desse logradouro, da grande circulação de pedestres e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos que é das 9 às 22 horas. Embora alguns desses bares mantenham discretos quartos para a realização dos programas, frequentemente os encontros íntimos acontecem em pequenos hotéis localizados nas proximidades, entre as ruas paralelas às avenidas 7 de Setembro e Getúlio Vargas, e imediações. Muitas vezes elas permanecem no interior (onde se mantêm longe dos olhares alheios) dos bares bebendo e conversando entre si à espera de clientes.

Nas abordagens cujo interesse era o de fazer as entrevistas com o registro dos dados em gravador de áudio, houve situações de mulheres que, apesar de terem assumido que eram prostitutas, não aceitaram ser entrevistadas

“porque não teriam muito para dizer”, justificando que estavam trabalhando como “garota” há pouco tempo. Tal situação tornou-se recorrente em outros locais onde realizei a pesquisa de campo, como a região portuária¹⁶ e os estabelecimentos fechados da região central.

Naquela oportunidade também fui conhecer uma antiga área de prostituição de Porto Velho chamada Cai N’água, situada no conjunto arquitetônico da parte histórica da capital, localizado nas imediações da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Trata-se de uma antiga região portuária e de comércio popular que tradicionalmente concentra dezenas de bares e bregas onde ocorrem diferentes modalidades de prostituição.

Essa região passou por um processo de revitalização do patrimônio histórico juntamente com as obras de reconstrução do porto, executadas como medida compensatória pelos impactos da construção das usinas. Tais melhorias em termos de infraestrutura impulsionou o comércio local, atraindo também novos estabelecimentos vinculados à prostituição.

No segundo momento da pesquisa, após vários (des)encontros com mulheres que se mostraram reticentes em conceder entrevistas – outras que já não se encontravam nos lugares onde foram contatadas na fase exploratória em 2014 – frente às dificuldades em conseguir mulheres que quisessem partilhar suas experiências, localizei a Associação Madre Tereza de Calcutá – AMATEC¹⁷.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, envolvida na cidade de Porto Velho com o apoio a pessoas portadoras de HIV/AIDS, que desenvolveu projetos entre os anos 2000 e 2006 voltados para mulheres prostitutas, cujo contato possibilitou ampliar a rede de entrevistadas. No entanto, atualmente há entre as assistidas na AMATEC ex-prostitutas e mulheres que se prostituem

¹⁶ Em dezembro de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou o conjunto histórico efetivado dois anos depois, arquitetônico e paisagístico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (desligada da Rede Ferroviária Federal na década de 1960). Esse conjunto arquitetônico é formado pelo pátio ferroviário (as margens do Rio Madeira), com oito quilômetros da estrada de ferro que vai da Estação Central, no Centro de Porto Velho, entendendo-se até a antiga Estação de Santo Antônio, as Caixas d’Água e o Cemitério da Candelária (IPHAN/RO, 2016).

¹⁷ Segundo Dona Lourdes, a AMATEC foi constituída em 15 de novembro de 1997 e tem por objetivo realizar ações de assistência social visando a defesa, garantia dos direitos e promoção da cidadania, que levem à melhoria das condições de subsistência e elevação da qualidade de vida, priorizando o desenvolvimento social da mulher, da criança, do adolescente, do jovem e de grupos específicos de pessoas que se encontre em situações de vulnerabilidades, risco social e pessoal (Caderno de campo, 2015).

ocasionalmente, porém as ações desenvolvidas na associação não são voltadas para essa questão.

Tive a oportunidade de conversar com Dona Lourdes, a presidente dessa associação (sobre os trabalhos realizados anteriormente com as profissionais do sexo) que pessoalmente intermediou o meu contato com cinco prostitutas. Das quais, três “flertam” atualmente (ocasional e discretamente) com a prostituição, duas deixaram a prostituição após três décadas de “batalha”. Uma dessas tornou-se uma informante privilegiada que ao ser entrevistada demonstrou muito entusiasmo e saudosismo ao falar de suas expediências na prostituição. Por intermédio dessa informante tive acesso a dois bares de prostituição nos quais ela trabalhou entre os anos 1980 e 2000, onde fui apresentando às proprietárias que aceitaram a minha presença em seus estabelecimentos na condição de pesquisador.

A associação entre prostituição voluntária e exploração sexual apareceu como um dado evidente nos diferentes contatos institucionais estabelecidos. Ainda que eu dissesse que estava interessado em pesquisar apenas prostituição praticada por mulheres adultas, o discurso desses interlocutores remetia sempre aos altos índices relativos à exploração sexual infantil de Porto Velho. No entendimento desses sujeitos, os altos índices de exploração sexual estariam relacionados à grande concentração de trabalhadores das UHEs e a presença de “aventureiros” na cidade em busca de enriquecimento rápido.

O “discurso abolicionista” também esteve presente durante as conversas informais mantidas com interlocutoras de duas instituições da Igreja Católica e, do mesmo modo, nas falas de uma acadêmica da Universidade Federal do Estado de Rondônia (UNIR). O contato com esses sujeitos foi estabelecido em busca de possíveis informantes que pudessem facilitar o acesso ao campo; os relatos em tom de denúncia remetiam à falta de iniciativas governamentais para solucionar o problema da “prostituição e da exploração sexual infantil”.

Naquele momento inicial da pesquisa de campo pude, portanto, identificar uma das principais dificuldades com a qual tive que operacionalizar durante toda a pesquisa: a adjetivação da prostituição como exploração sexual.

Nos termos apresentados, ao final do estudo, ratifico que a amostra da pesquisa foi composta de quinze entrevistas válidas realizadas em profundidade

com a gravação de áudio consentida pelas trabalhadoras sexuais, cujas identidades foram preservadas a pedido das entrevistadas. No entanto, acrescenta-se a este montante da amostra, duas entrevistas em profundidade realizadas com proprietárias de bares de prostituição, ex-prostitutas.

As **Tabelas 1, 2 e 3** reproduzem sinteticamente o perfil das trabalhadoras que estão identificadas com a sigla **(TS)**, visto que muitas delas não adotam “nome de batalha” na prostituição. O número **(1)** foi acrescentado junto ao código das entrevistadas **(TS nº)** que declararam exercer nos estabelecimentos de prostituição outras atividades paralelas ao trabalho sexual que, para fins de categorização da amostra, foram classificadas como prostitutas com dupla (ou tripla função).

Os dados que compõem as três tabelas foram coletados por meio da aplicação de um roteiro sintético de entrevista semiestruturada (Apêndice A), que objetivou verificar as condições socioeconômicas e perfis profissionais das mulheres que concordaram em serem entrevistadas em profundidade. Também visou buscar dados que permitissem compreender a articulação entre as dimensões pessoal e profissional das trabalhadoras sexuais.

Os dados das **Tabelas 1 e 2** relativos à idade da mulher, estado civil, escolaridade, números de filhos/as e os rendimentos médios alcançados, exclusivamente com o trabalho de natureza sexual, dizem respeito à condição da trabalhadora a época das entrevistas, que foram realizadas em novembro de 2015 e outubro de 2017. Na **Tabela 2** adotamos a sigla **(TS/EP)** para identificar a coluna que consta a idade que as entrevistadas se inseriram na prostituição.

Na **Tabela 3** consta a caracterização descritiva da amostra que compõem as entrevistas em profundidade. Entre os perfis sintetizados nas tabelas, dois são ex-prostitutas que atualmente são proprietárias de bares de prostituição, portanto, foi acrescentada a letra **(X)** para diferenciá-las das demais entrevistadas **(TS nº/ X)**.

Por fim, cabe ressaltar que a retomada de entrevistas realizadas anteriormente objetivou tanto ampliar a amostra final com outras trabalhadoras sexuais quanto confirmar as motivações atuais das prostitutas que, a despeito de terem sinalizado o interesse em mudar de atividade, permanecem na prostituição.

Mas apesar de ter retornado aos locais onde as mulheres atuavam como prostitutas, somente três foram localizadas.

Tabela nº. 1: Caracterização da amostra: dados pessoais.

Ent.	Idade (anos)	Origem	Escolaridade	Filhos	Estado Civil
TS1	35	Porto Velho/RO	Médio Incompleto	3	Companheiro
TS2	39	Sena Madureira/AC	Fund. Incompleto	4	Solteira
TS3	36	Curitiba/PR	Fund. Incompleto	1	Solteira
TS4X	43	Erechim/RS	Fund. Incompleto	3	Namora
TS5	19	Rio Branco/AC	Superior em andamento	1	Namora
TS6*	43	Porto Velho/RO	Médio. Incompleto	4	Arranjo afetivo
TS7*	48	Cascavel/PR	Médio. Incompleto	2	União Estável
TS8*	54	Manaus/AM	Médio. Incompleto	0	Arranjo afetivo
TS9	20	Ariquemes/RO	Médio. Incompleto	1	Viúva/Solteira
TS10	20	Guayarámerin/Bolívia	Médio. Incompleto	1	Separada
TS11	20	Riberalta/Bolívia	Médio. Incompleto	0	Namora
TS12	19	Guayarámerin/Bolívia	Médio. Incompleto	1	Separada
TS13	35	Araucária/PR	Superior Incompleto	0	Separada
TS14	27	Rio Branco/AC	Médio Completo	2	Solteira
TS15	28	Vilhena/RO	Médio Completo	1	Namora
TS16	38	Porto Velho/RO	Médio Incompleto	3	Arranjo afetivo
TS17X	50	Santa Cruz/Bolivia	Fund. Incompleto	4	Separada

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2018.

* Entrevista realizada na residência da entrevistada.

Técnica de Amostragem por Bola de Neve.

Tabela nº. 2: Caracterização da amostra: dados gerais.

Ent.	TS/EP (anos)	Rendimentos	Ocupação	Flertam	1A Fase	2A Fase	Local
TS1	20	R\$ 2.000,00	NÃO		SIM	SIM	PORTO VELHO/RO
TS2	16	N.D.	SIM	SIM	SIM	NÃO	PORTO VELHO/RO
TS3	20	R\$ 1.600,00	SIM		SIM	NÃO	PORTO VELHO/RO
TS4X	26	N.D.	N/A		SIM	NÃO	PORTO VELHO/RO
TS5	18	R\$ 3.000,00	SIM		SIM	SIM	PORTO VELHO/RO
TS6*	24	R\$ 900,00	SIM	SIM	SIM	SIM	JACI PARANÁ/RO
TS7*	25	R\$ 800,00	SIM	SIM	SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO
TS8*	19	R\$ 950,00	NÃO	SIM	SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO
TS9	18	R\$ 1.000,00	NÃO		SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO
TS10	17	N.D.	NÃO		SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO
TS11	17	R\$ 2.500,00	SIM		SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO
TS12	18	R\$ 1.600,00	SIM		SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO
TS13	23	R\$ 2.700,00	NÃO		NÃO	SIM	PORTO VELHO/RO

TS14	20	R\$ 3.000,00	NÃO		NÃO	SIM	PORTO VELHO/RO
TS15	19	N.D.	NÃO		NÃO	SIM	PORTO
TS16	20	R\$ 1.300,00	SIM		NÃO	SIM	PORTO VELHO/RO
TS17X	30	N.D.	N/A		SIM	NÃO	JACI PARANÁ/RO

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2018.

* Entrevista realizada na residência da entrevistada.
Técnica de Amostragem por Bola de Neve.

Tabela nº. 3: Caracterização da amostra: estatística descritiva.

Item	Idade (anos)	TS (anos)	Filhos	Rendimentos (R\$)
Max.	54	26	4	3000,00
Min.	19	16	0	800,00
Média	32,875	20	1,7	1779,17

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2018.

1.4 Situando a prostituição feminina

No campo dos estudos sobre prostituição (denominado também por alguns pesquisadores como estudos prostituicionais), não há um consenso quanto à definição conceitual das modalidades de intercâmbios sexuais e econômicos praticados por mulheres de diferentes camadas sociais. Muitas das definições (embasadas por leituras anacrônicas do fenômeno) dão espaço a uma diversidade de práticas que são interpretadas como sendo equivalentes. Isso nos leva a afirmar que tratar a prostituição feminina como um conceito fechado e estático é negar espaço à complexidade e à dinamicidade que tal prática tem alcançado nos dias atuais.

Mas há, também, abordagens e enfoques atuais que buscam compreender as diferentes modalidades de prostituição, entre elas a feminina, fazendo emergir uma multiplicidade de significações para se referirem aos intercâmbios econômicos e sexuais praticados no Brasil. Entre as diferentes modalidades de trabalho sexual, há dois elementos coincidentes em quase todas elas, a articulação entre sexo e dinheiro. Acrescenta-se, para efeito deste estudo, que a prestação dos serviços sexuais, a ser considerada como prostituição, será aquela recorrente e realizada, sobretudo, com certo número de parceiros sexuais. Uma vez que no contexto estudado foram identificadas diferentes modalidades de

intercâmbios econômico-sexuais (modalidades de ajuda, troca de sexo por bebidas, presentes, etc.), estabelecidos entre mulheres locais e trabalhadores dos canteiros de obras das UHEs, que são categorizados localmente como prostituição.

Tais aspectos foram considerados para a tipificação da modalidade de intercâmbio sexual e econômico que tratou a pesquisa em questão, ou seja, a prostituição feminina. Entretanto para uma melhor objetivação do fenômeno, resgatamos aqui, de forma resumida, a definição conceitual do objeto de investigação com suporte nas abordagens de Pasini (2000), Silva e Blanchette (2011). Há uma literatura pioneira nos estudos sobre prostituição que define as categorias de prostituição em duas: o *trottoir* (ou prostituição de rua) e a prostituição de “zona” comumente categorizada como prostituição de baixo meretrício.

No entanto, estudos bem mais recentes apontam para uma enorme variedade de modalidades de intercâmbios econômico-sexuais que têm dado lugar nos mercados dos sexos globais. Mas convém observar que essas designações distintivas aludem, por si só, a uma série de estigmas imputados àquelas que se ocupam do *trottoir* que, comumente, é praticado por mulheres de camadas populares e/ou por aquelas de idade mais avançada. Elas estão expostas diretamente aos olhares recriminadores das estruturas sociais mais amplas, bem como estão diretamente suscetíveis aos riscos que envolvem a prostituição de rua como, por exemplo, a violência física e psicológica, a repressão policial, entre outras formas.

Todavia é preciso esclarecer que a prostituição de rua categorizada pela literatura especializada como *trottoir* difere-se, significativamente, em termos da organização e dos agentes envolvidos das modalidades de prostituição que ocorrem em locais privados. A modalidade de trabalho sexual que acontece nos *drink-bares*, boates, bordéis, casas de massagem, agências de *Scott girls*, etc., tampouco se assemelham à modalidade que acontece nos bares de prostituição. À vista disso, o critério para a definição das diferentes modalidades de oferta de serviços sexuais ultrapassa a ocupação espacial, cada uma delas envolve um conjunto de especificidades, práticas e símbolos inerentes à atividade.

Desse modo, a prostituição feminina foi entendida para os fins do presente estudo, como “uma atividade praticada por mulheres que estabelecem relações sexuais com diferentes homens em troca de dinheiro – um ato constituído por uma relação entre a garota de programa e os clientes” (PASINI, 2000, p.183). Vale ressaltar que, esta definição complementar-se-á com a adotada por Silva e Blanchette (2011) para os quais, a prostituta, conforme definimos aqui, vende os serviços sexuais em troca de um retorno material imediato, e sua relação com o consumidor desses serviços (o *cliente*) geralmente acaba imediatamente após a conclusão dos mesmos.

Aqui, em termos da análise do fenômeno, considerando a definição de Pasini (2000), entenda-se o termo “garota de programa”¹⁸ equivalente à prostituta, por tratar-se (em muitos casos) de uma designação eufemística utilizada por mulheres que prestam serviços sexuais, como o intuito de minimizar o estigma sobre a categoria “prostituta”. Assim, em conformidade com o universo que foi estudado, foram considerados clientes aqueles homens com quem as garotas mantêm relações sexuais no contexto da prostituição, caracterizadas, principalmente, pelo contato sexual e pelo dinheiro (PASINI, 2000) e/ou bens materiais.

1.5 Algumas definições

No corpo do texto são adotadas algumas terminologias que expressam o posicionamento teórico do pesquisador que está apoiado nas abordagens feministas assumidas no estudo. A palavra “prostituição” demarca um tipo de prática secular que, obviamente, não é uma noção fixa ou uma representação simbólica estática dentro de uma perspectiva histórico-cultural. Trata-se de uma atuação performática que parece demarcar no campo da sexualidade diferentes tipos de relações que não podem ser abarcadas em um único conceito.

Existe uma diversidade de termos utilizados pelo senso comum (e não apenas por ele), para se referir às prostitutas e à prostituição que é considerada erroneamente como sendo a profissão mais antiga do mundo. Afirmar que a

¹⁸ A despeito dos diferentes termos utilizados para designar as mulheres que prestam serviços sexuais comerciais, como em alguns estudos revisados durante a revisão bibliográfica, optamos por utilizar as categorias êmicas adotadas pelos sujeitos das pesquisas.

prostituição é a mais antiga das profissões corresponde, por um lado, a uma forma de naturalização da atividade que nega a complexidade que a questão exige (PEDRO, 2010). Por outro, tal asserção corresponde à ideia que “as mulheres sempre foram dominadas pelos homens’, proposições construídas pelas representações sociais binárias e hierarquizadas dos historiadores, destituídas de fundamento” (SWAIN, 2004, p. 25).

Na literatura revisada por nós, constatamos uma infinidade de termos utilizados para nomear as mulheres que prestam serviços sexuais, a saber: cortesãs, cocotes, *demi-mondaines*, mulheres públicas, mulher da vida, mulher fácil, polacas¹⁹, moças amáveis, chinas, chinocas, escandalosas, marafonas, quengas, putas, vagabundas, dentre outros. De acordo com Pedro (2010), “estes nomes estiveram ligados a políticas específicas, que ora reivindicavam estes serviços como necessários e precisavam ser regulamentados, ora pretendiam proibir completamente, expulsando as mulheres das ruas, fechando bordéis, prendendo cafetões e cafetinas” (PEDRO, 2010, p.11).

Quanto às modalidades de prostituição que caracterizam o trabalho sexual, a literatura sobre o tema apresenta diferentes categorizações conforme o lugar, os serviços oferecidos e os agentes envolvidos na prostituição, são elas: a prostituição de rua, nomeado como *trottoir*; a prostituição praticada em locais fechados como, por exemplo, em boates, clubes masculinos, casas de massagem e saunas; a exercida por meio de anúncios na seção de classificados de jornais e de *sites de internet* especializados; e aquela que acontece em bares de prostituição, objeto deste estudo.

Levando em consideração tais aspectos, situo aqui as escolhas e as definições de alguns termos que são recorrentes no estudo: profissional do sexo, prostituta, garota de programa, prostituição voluntária, frequentador e cliente.

O reconhecimento da prostituição como uma atividade ocupacional pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) aconteceu somente em 2002. As atividades inerentes à prostituição passaram, portanto, a ser descritas e organizadas pelo código de número 5198-05/2002 que se refere à família

¹⁹ No Rio de Janeiro dos inícios das décadas de 20 e 30 do século passado, as estatísticas registravam a grande maioria das meretrizes francesas e polacas, entretanto, conforme aponta Rago (1991), “é preciso lembrar que a expressão polaca, bastante difusa, não recobria as mesmas significações no país como um todo” (RAGO, 1991, p. 292).

“profissional do sexo”. Tal terminologia foi adotada pela CBO para abranger um domínio mais amplo de atividades semelhantes, que foram encontradas entre as categorias autoidentificadas como parte integrante do segmento da prostituição.

As discussões que antecederam a inclusão dessa ocupação profissional na CBO partiram da compreensão da prostituição como trabalho, cuja articulação foi promovida pelo movimento de prostitutas²⁰ organizadas em associações que, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), promoveram o debate no âmbito nacional. De modo que, a caracterização das atividades descritas na família profissionais do sexo contou com a participação de homens e mulheres que descreveram as atividades específicas de suas profissões, as denominações utilizadas, os locais e o segmento de atuação profissional.

Tais aspectos foram considerados na elaboração das categorias que compõem os profissionais do sexo, que são descritos como indivíduos que trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares (CBO/2010). Entre as categorias de profissionais do sexo estão classificadas as seguintes ocupações (CBO/2010): garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê (homem que se prostitui), mulher da vida, prostituta; trabalhador do sexo (podendo ser homens e mulheres).

No entanto, tal classificação não pretende dar conta das relações de trabalho das categorias elencadas e, por este aspecto, se distingue da proposta de regulamentação dessa categorial ocupacional que carece de proteção jurídica. Isto é, embora a CBO/2002 retrate e reconheça a realidade do mercado de trabalho brasileiro identificando a categoria dos profissionais do sexo com suas atribuições, tal ordenamento jurídico não regulamenta as relações de trabalho.

Enfatizo que o termo “profissional do sexo” é definido como uma categoria ocupacional ampla que agrega mulheres e homens que se prostituem, portanto é referenciado no estudo como sinônimo de prostituta apenas quando discuto questões relativas à regulamentação e ao reconhecimento da prostituição enquanto trabalho. Adoto tal postura por entender que esta é a nomenclatura

²⁰ De acordo com o que consta na CBO 5198-05/2010, participaram das discussões as instituições: Associação de Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia (Asproba); Grupo da Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde (Rio de Janeiro); Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (Gapa-Mg); Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gempac); Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul e Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP).

politicamente correta utilizada em documentos de Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham com essa população, especialmente em projetos específicos como palestras e debates (PASINI, 2005). Desse modo, por vezes é utilizado o termo profissional do sexo como sinônimo de prostituta objetivando, portanto, referir à mulher prostituta como uma trabalhadora.

Embora sejam muitos os termos utilizados para se referir às mulheres que comercializam serviços de natureza sexual, faço a opção prioritária pelo termo “prostituta” considerando que o foco do presente estudo é na modalidade exercida por mulheres. Cabe ressaltar que o termo “prostituição” é empregado, aqui, para nomear a troca voluntária de serviços de natureza sexual por mulheres adultas mediante um acordo prévio com os clientes acerca do tempo, da modalidade dos serviços a serem prestados e com remuneração acordada.

A categoria “garota de programa” ou “garota” é utilizada para fazer alusão à autodefinição adotada por parte significativa das entrevistadas e também às formas como elas são nominadas pelos clientes, frequentadores e proprietários/as dos estabelecimentos. Trata-se de uma categoria empírica que parece iluminar uma singularidade encontrada em outros locais de prostituição. Entretanto esta forma de nomenclatura é adotada pelas mulheres entrevistadas como um eufemismo em detrimento da categoria prostituta, que é considerada por elas pejorativa e permeada de representações negativas que reforçam o preconceito social.

Emprego o termo “prostituição voluntária” em consonância com algumas perspectivas feministas que estão alinhadas às organizações apoiadoras dos direitos dos trabalhadores sexuais. São perspectivas que consideram a prostituição de adultos como um trabalho legítimo e adotam tal noção para diferenciar as práticas sexuais consensuais das forçadas e da exploração sexual infantil (PISCITELLI, 2004). Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) passam a marcar em seus documentos desde os anos 1980 a diferença entre prostituição voluntária e prostituição forçada (DOEZEMA, 1998).

O termo “cliente” – categoria empírica – que uso de maneira livre na descrição dos espaços de sociabilidades masculinas deve ser diferenciando do “frequentador”. A pesquisa de campo evidenciou por meio das observações diretas e das conversas informais, que nem sempre os homens vão aos bares de

prostituição exclusivamente em busca de sexo. Mas em relação às expectativas das mulheres, todos os frequentadores são clientes em potencial que merecem investimentos em termos de performances que resultem em programa sexual e consumação nos estabelecimentos.

O cliente é construído, em geral, a partir da perspectiva dos vínculos estabelecidos nos locais de trabalho dos homens – especialmente quando se trata de operários das UHEs e trabalhadores do porto hidroviário de Porto Velho – que são estreitados nos bares de prostituição onde se encontram para beber, conversar, escutar música, jogar, olhar e interagir com as mulheres. Com frequência, eles vão aos bares em grupo com o objetivo de compartilhar momentos de entretenimento com os amigos, especialmente nos finais de semana e em períodos de pagamento dos salários, ocasiões nas quais ostentam sobre as mesas garrafas de uísques, bebidas energéticas, entre outros símbolos de *status*.

Em geral, são homens que têm presença assídua nos bregas e transpõem os limites das relações estritamente comerciais com as mulheres e donos dos estabelecimentos, alcançando a posição de “amigos da casa” ou “amigos das meninas”. A posição social deles no estabelecimento não os isenta de darem às mulheres gratificações em dinheiro em retribuição à companhia para beber, conversar e jogar sinuca, quando o programa não acontece. Comumente, esses homens ao estabelecerem contratos sexuais buscam fazê-lo com parceiras sexuais fixas sem que isso configure, pelo menos por parte das mulheres, relacionamentos estáveis.

O “frequentador” é constituído, por aquele homem, que age em relação às expectativas das mulheres (conversar, flertar e pagar bebida), mas que necessariamente não contrata os serviços sexuais, sendo revelado por suas ações podendo, em algum momento, estar também na posição de cliente. Tal categoria parece indicar a condição de homens que se dirigem aos bares com frequência não objetivando realizar encontros sexuais com as prostitutas, comumente querem beber, conversar, se distrair e/ou jogar uma partida de sinuca no final do expediente de trabalho.

Tal comportamento não confirma a condição assídua de cliente de serviços sexuais. Segundo as mulheres, o cliente se conhece logo que ele chega

ao “bar” porque geralmente “são homens das firmas, vêm em grupo e já vão logo ostentando”, ou seja, para elas são homens que consomem serviços de natureza sexual e são generosos com as mulheres. Isto indica que o termo cliente adotado em diferentes estudos sobre trabalho sexual, é insuficiente para categorizar os homens que se encontram em locais de prostituição, conforme também indica a pesquisa de Pasini (2005).

A noção de “mercado do sexo” tem sido utilizada referindo “ao vasto terreno dos intercâmbios materiais e simbólicos mediante os quais se organiza o social”, englobando “intercâmbios caracterizados como ‘comércio’, mas também outras trocas que não são, assim concebidas e podem, até, ser pensadas como dádivas” (PISCITELLI, 2016, p. 4). Tais abordagens vêm trabalhando a articulação entre a noção de gênero e outras categorias, como, classe, idade, raça, religião e nacionalidade, considerando tanto as posições sociais desiguais dos parceiros afetivo-sexuais quanto a agência presente nos diferentes intercâmbios.

1.6 A contextualização do *lócus* da pesquisa

Localizada à margem direita do rio Madeira (um afluente da jusante direita do rio Amazonas), inicialmente Porto Velho foi uma vila criada pela empresa norte-americana *Madeira Mamoré Railway Company* durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912). Na realidade, com a retirada de parte dos operários, o lugarejo contava com uma população aproximada de 1.000 habitantes, assim, após dois anos do término do empreendimento a vila foi legalmente elevada à condição de município amazonense, pois naquela época essa parte território pertencia ao estado do Amazonas.

A **Fotografia 1** representa a região portuária conhecida popularmente como Cai N’água, embora esse complexo ferroviário tenha sido revitalizado e transformado em centro cultural, com a enchente histórica de 2014 o local sofreu inúmeros danos e atualmente tem péssima imagem social que pouco lembra a magnitude que um dia ele representou.



Fotografia 1: Imagem panorâmica da atual Complexo Ferroviário Madeira-Mamoré localizado à margem direita do rio Madeira.

Fonte: <http://www.newsrondonia.com.br/noticias/prostituicao+e+violencia+na+estrada+de+ferro+madeira+mamore/96358>. (Agosto, 2017).

Em 1943, quando o Governo Vargas instituiu o *Território Federal do Guaporé* a partir de partes desmembradas dos estados do Amazonas e do Mato Grosso, a cidade tornou-se capital do território. Mas, posteriormente, com a criação em 1981 do estado de Rondônia pelo presidente João Batista Figueiredo, ela foi transformada em capital do Estado, como resultado dos investimentos do Programa de Integração Nacional (PIN).

Nas décadas seguintes, tendo por base a sinopse do censo, a cidade tornou-se destino do êxodo rural, inserindo-se entre as capitais da região amazônica que apresentou elevado crescimento demográfico, entre os anos de 1980 aos 2000. A cidade de Porto Velho localiza-se, mais exatamente, na parte Oeste da região Norte do Brasil, exatamente na porção abrangida pela Amazônia Ocidental²¹ no Planalto Sul-Amazônico, uma das parcelas do Planalto Central Brasileiro (**Figura 1**). Situa-se ali, onde o rio Madeira termina a sua descida em

²¹ No ano de 1967, por meio do Decreto-Lei nº 291, o Governo Federal define a Amazônia Ocidental tal como ela é conhecida, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima; tal medida visava promover a ocupação dessa região e elevar o nível de segurança para manutenção da sua integridade, por isso, um ano depois, em 15 de agosto de 1968, por meio do Decreto-Lei Nº 356/68, o Governo Federal estendeu parte dos benefícios do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) a toda a Amazônia Ocidental (SUFRAMA, 2014).

direção à planície amazônica, um pouco além das cachoeiras de Santo Antônio e Teotônio.

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal.



Fonte: Boligian, Levon, Alves, Andressa. Geografia Espaço e Vivência, 2011.

Essa cidade foi criada no ponto em que o Madeira, já tendo vencido os trechos encachoeirados, torna-se definitivamente um rio da planície amazônica e passa a percorrer sereno, até juntar-se às águas do rio Amazonas.

Porto Velho fica a 2.589 quilômetros da Capital Federal, Brasília, e faz limite como os municípios amazonenses de Lábrea, Canutama e Humaitá, juntamente com Guajará-Mirim entre as cidades mais antigas do Estado. Na sua posição Oeste, o município faz limite com a República da Bolívia e o Estado do Acre. E, acrescente-se, aos dados, que Porto Velho faz parte da Microrregião I (Madeira-Guaporé), que possui uma área total de 65.651,18 km², distribuídos entre outros seis municípios, a saber: Buritis, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Itapuã d'Oeste e Nova Mamoré.

Essa capital faz parte da vasta área denominada de Amazônia Legal²² (Figura 01), que compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, perfazendo uma área de aproximadamente 5,0 milhões de Km² (IPEA, 2014). A extensão territorial do Município é de 34.000 km² com uma população de 519 436 habitantes, segundo os dados do Censo do IBGE/2017 (IBGE, 2017).

A sua base econômica é diversificada, observa-se a prática da pecuária com a avicultura voltada mais para o consumo que para a comercialização; seguida da bovinocultura entre as mais importantes, porém o rebanho bovino destina-se principalmente ao comércio local, a outros produtores e atravessadores da região próxima à capital, conforme identificou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) realizado em 2005.

Nas áreas de várzea do rio Madeira, que fazem parte do Município, cultiva-se predominantemente mandioca, banana, milho, feijão, cupuaçu, arroz e melancia com uma produção direcionada para o consumo próprio e comercialização de excedente (RIMA, 2005). Entre esses, a cultura da mandioca recebe destaque dentre a produção comercial, por seu impacto na geração de renda para a agricultura local. Vale lembrar, com isso, que a farinha de mandioca é um dos principais alimentos da dieta alimentar da região Norte do Brasil, especialmente das áreas ribeirinhas. Nesse caso, percebe-se que um grande número de agricultores familiares dedica-se ao plantio e beneficiamento do produto destinando-o a fabricação da farinha e do polvilho (RIMA, 2005).

Acrescente-se que – similar a outras áreas ribeirinhas da Amazônia brasileira –, as atividades de pesca²³ e o extrativismo vegetal (açaí, castanhas, látex e madeira) são bem significativas localmente. São atividades exploradas especialmente durante os períodos de vazante e seca (maio a julho) em decorrência da variação do nível da água dos rios, conforme o ciclo hidrológico do

²² No ano de 1953, com a criação da SPVEA, foram incorporados à Amazônia Brasileira os Estados de Maranhão (oeste do Meridiano de 40°) e Goiás (norte do paralelo 13° de Latitude sul do atual Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° Latitude Sul), com a criação da SPVEA a Amazônia Brasileira passou a ser denominada Amazônia Legal, como resultado de um conceito político e não de um imperativo geográfico que teve como objetivo o planejamento e o desenvolvimento da região (SUDAM, 2014).

²³ O EIA constatou que além do pescador artesanal (que pesca ao longo de grandes trechos do rio e vende sua produção nos núcleos urbanos), atualmente ao longo do Madeira, "há homens que ainda praticam a pesca tradicional de subsistência. Estes estarão usando canoas simples e apetrechos rudimentares" (EIA, 2005, p. 40).

Madeira e seus afluentes. Tais atividades extrativistas são bastante relevantes para a economia regional e fazem parte das práticas cotidianas da população local (ribeirinha e urbana), pois, tradicionalmente “a pesca se consorciava com a agricultura, com a caça e com o extrativismo para garantir a subsistência da população ribeirinha” (RIMA 2005, p. 37).

No Parecer Técnico (0014/2007) do MMA/IBMA que foi realizado a partir do EIA/RIMA e de documentos correlatos referentes aos aproveitamentos hidrelétricos das usinas de Santo Antônio e de Jirau, constatou-se que o Setor Terciário (abrangendo comércio e serviços) constitui o principal ramo de atividade na cidade de Porto Velho.

No setor comercial, predominavam atividades ligadas ao comércio varejista (produtos alimentícios, bebidas, tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados); no setor serviços, por sua vez, confirmou-se através do estudo que a grande maioria dos trabalhadores estava alocada na administração pública estadual e federal, segurança (militar e civil) e defesa (exército, marinha e aeronáutica) e outras atividades governamentais, seguindo-se as atividades ligadas à saúde e serviços sociais.

Nesse parecer consta que a indústria ocupava o primeiro lugar em termos de estabelecimentos que estavam direcionados às atividades econômicas de Porto Velho. No ano de 2002 – conforme foi constatado através do estudo –, identificou-se 822 indústrias, a despeito disso, “os níveis de geração de emprego, produção e renda são relativamente baixos, predominando as indústrias de micro e pequenos portes, representadas, em sua maioria, por construtoras, panificadoras, serralherias, mecânicas e gráficas” (MMA/IBAMA, 2007, p. 109).

Quantitativamente, portanto, o setor industrial da capital rondoniense não contribui significativamente nos níveis de geração de emprego, produção e renda local. A construção das UHEs gerou grande expectativa de crescimento econômica para a região com a promessa de implantação de parques industriais, como iniciativas voltadas ao agronegócio, à exploração de minérios e turismo.

Na fase da pesquisa exploratória, realizada entre os dias 04 e 08 de junho de 2014, pode-se constatar que o comércio ambulante é bem expressivo na cidade de Porto Velho, concentrando-se, nas praças Jonathas Pedrosa e Marechal Rondon, localizadas na Avenida 7 de Setembro e, igualmente, na

calçada da Rua Barão do Rio Branco. Nesses locais – dentre outros da área central dessa capital –, são comercializados especialmente confecções (vestuário, peças íntimas masculinas e femininas), bijuterias artesanais, capas para aparelhos de celular e, em quantidade e variedades diversas, CDs e DVDs de filmes e músicas pirateadas.

Ali, cotidianamente – em meio à profusão de transeuntes, trabalhadores informais e moradores em situação de rua –, compartilham dos mesmos espaços, vendedores/as das barracas de comidas (água, mineral, churrasquinhos, peixe-assado, baião de dois, vatapá, etc.) e lanches (cachorros-quentes, sanduíches, cafés com leite, sucos, etc.). Dentre as quais, dispõem de amplo prestígio as vendedoras de tacacá e tapioca que fazem parte da paisagem urbana da cidade, bem antes que os/as demais trabalhadores/as ambulantes. Elas, com seus carrinhos e “bancas” espalhadas pela cidade ou à porta de suas casas, são parte integrante da paisagem urbana de Porto Velho, acompanhando ritmo do seu desenvolvimento histórico e econômico.

Vale lembrar que desde a sua formação, Porto Velho foi centro de atração de frentes pioneiras e de migração de agricultores e trabalhadores de outras regiões do Brasil e, quando comparados o censo demográfico por década, constata-se que o aumento acelerado dos índices populacionais tem relação com o processo migratório. Isso pode indicar que há uma identidade em constante (re)construção e, portanto, aberta a estabelecer intercâmbios com outras culturas. Isso considerando que desde as origens da cidade, a população local habituara-se à presença de não nativos, ou ainda, dos migrantes que passam a contribuir para a construção e a formação da identidade regional.

É, sobremaneira, a partir do que se afirmou anteriormente, que inferimos haver uma predisposição latente dos habitantes locais para estabelecer vínculos de pertencimentos sociais e culturais com pessoas oriundas de outras regiões. É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de ter-se estabelecido processos de interações com sujeitos (não informantes da pesquisa) durante a fase exploratória; oportunidade em que se conversou de forma descomprometida e livre, sem os efeitos das relações de poder dentro do campo de pesquisa (pesquisador/informante).

Durante essas interações se falou de aspectos pitorescos da cidade a questões mais objetivas acerca da percepção dos interlocutores sobre a construção das UHEs e, sobretudo, dos seus efeitos sobre a cidade. Não deixou de ser circunstancial que, a despeito do interesse específico desse pesquisador em conversar acerca da prostituição feminina fomentada pela construção das hidrelétricas, não houve qualquer tipo de questionamento acerca de tal interesse.

Nesse logradouro, a Avenida 7 de Setembro, o local no qual foram estabelecidos os processos de interlocução referidos anteriormente, é igualmente onde se concentram as lojas de comércio popular da cidade, é, também, para onde convergem as principais linhas de transporte coletivo da cidade. Na sua área central, próximo à região portuária, estão localizadas duas praças importantes, as Praças Jonathas Pedrosa e Marechal Rondon, e essa última foi palco de várias manifestações culturais e políticas.

Relativamente jovem – se comparada a outras capitais brasileiras, marcadas pelas crescentes industrialização e urbanização –, Porto Velho apresentou baixo crescimento demográfico por décadas seguidas e com uma inexpressiva industrialização, caracterizando-se por uma economia extrativista e com um percentual significativo da população, concentrada principalmente em áreas rurais. Ainda que, após os anos de 1980, essa cidade tenha alcançado um crescimento demográfico acelerado proporcionado pela migração, ela manteve-se com características de cidades pequenas.

Não se pode perceber à primeira vista a forma mais bem acabada da ideia de “zona de meretrício” na cidade Porto Velho, idealizada como espaços geograficamente estruturados para oferta de sexo comercial, sob o controle de agentes e representantes do poder público, lugares de sociabilidades e de sexualidades insubmissas (LEME, 2009; PEREIRA, 2004; RAGO, 1991; SIMÕES, 2010). Ao que tudo indica essa capital brasileira não foi submetida às ações de caráter sanitarista, fundamentadas na perspectiva regulamentarista da prostituição, que dos fins dos séculos XIX há aproximadamente por volta de meados do XX segregaram e confinaram prostitutas em zonas de baixo meretrício.

Não foi identificada no universo pesquisado, a localização de uma região que abrigasse exclusivamente estabelecimentos de prostituição. A prostituição em

ambientes sociais acontece em bares da região portuária e central (parte do centro histórico), bares localizados nas proximidades do terminal rodoviário e na região conhecida como Trevo do Roque (nos cruzamentos das ruas Nações Unidas e Miguel Chaquian, Rio de Janeiro e João Pedro da Rocha) e BR – 364. São inúmeros os estabelecimentos que em meio aos bares e “lanches” prestam-se como lugar de interações entre as mulheres e seus clientes.

Boates tradicionais como “Maria Eunice” e “Tartaruga” dos tempos do ex-Território Federal de Rondônia resistem na região central, perdendo o “glamour” da época dos garimpos (diamantes, cassiterita e ouro) e dos “clientes importantes”, conforme a narrativa nostálgica de uma prostituta entrevistada no segundo momento das pesquisas de campo. A prostituição de rua é outro ponto de resistência da cidade, em meio aos pânicos morais e denúncias de situações de exploração sexual, acontecendo principalmente no bairro São Cristovão e na Avenida Carlos Gomes.

À vista disso, escolhi os bares de prostituição como instigantes lócus de pesquisa, especialmente por serem espaços de sociabilidades masculinas que, como já adiantei, ocuparam expressivamente o cenário urbano da capital rondoniense no contexto de construção das UHEs. Em Jaci Paraná, nos deparamos com uma modalidade de prostituição onde as trabalhadoras sexuais moravam e atuavam no mesmo local.

Outro ponto interessante que motivou a escolha tem a ver com as especificidades desses lugares que dão lugar às modalidades de prostituição que parecem escapar à lógica comum do mercado do mercado do sexo; diferentemente das tradicionais boates e similares, nos bares de prostituição não se observa a oferta de serviços sexuais especializados, a cobranças de diárias e o controle das práticas das prostitutas por um agenciador (**Fotografia 2**).



Fotografia 2: Sequência de bregas, distrito de Jaci Paraná (RO).

Fonte: Pesquisa de Campo (Novembro, 2015).

Isto posto, inicio o próximo capítulo realizando uma discussão que fundamenta a pesquisa e situa a interseção das categorias gênero, sexualidade e autonomia com o trabalho sexual. Utilizo o modo impessoal como uma estratégia retórica que visa transferir, da figura do pesquisador, para perspectiva teórica a responsabilidade pelos resultados. Trata-se de um procedimento inspirado em Rubem Alves ao afirma que: “O estilo não fala. É o objeto que deve falar por meio dele. Daí o estilo impessoal, vazio de emoções e valores” (ALVES, p. 155, 2007).

CAPÍTULO 2

GÊNERO, SEXUALIDADE E AUTONOMIA: A INTERSECÇÃO COM O TRABALHO SEXUAL

Do ponto de vista econômico, sua condição [prostituta] é simétrica à da mulher casada. [...] Para ambas, o ato sexual é um serviço; a segunda é contratada pela vida inteira por um só homem; a primeira tem vários clientes que lhe pagam tanto por vez. Aquela é protegida por um homem contra os outros, esta é defendida por todos contra a tirania exclusiva de cada um. Em todo caso, os benefícios que tiram de seu corpo são limitados pela concorrência; o marido sabe que poderia ter tido outra esposa: o cumprimento dos “deveres” não é uma graça, é o cumprimento de um contrato(Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo, Vol. I, 1988, p. 362).

Na primeira seção deste Capítulo, situa-se a discussão sobre trabalho sexual apontando o seu desenvolvimento como pauta dos feminismos nacional e internacional. Inicialmente situamos os atuais modelos legais da prostituição e as noções de exploração que têm permeado os debates nos âmbitos acadêmico e jurídico brasileiros. Enfatiza-se as posições assumidas pelas correntes feministas de orientação radical e liberal para situar as noções de “prostituição” defendidas por essas correntes de pensamento feminista.

Na subseção desta discussão, são tomadas como referência as discussões travadas no debate feminista para situar o estatuto legal da prostituição adotado atualmente pelo Brasil, bem como as implicações dessas discussões sobre as propostas de regulamentação do trabalho sexual. Consta-se que essa atividade laboral é complexa e, a despeito de ser reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) como um campo de prestação de serviços de natureza sexual, a prostituição ainda é tratada de forma heterodoxa nos diferentes âmbitos do Estado e da sociedade civil.

Na segunda seção deste Capítulo, realiza-se uma discussão que situa o surgimento dos conceitos de gênero sob os olhares das Ciências Sociais, desenvolvido especialmente a partir do construcionismo social, e suas contribuições para os estudos feministas nos fins da década de 1980. Butler e Scott podem ser incluídas entre as teóricas feministas que buscam refletir embasadas no construcionismo social, pensamento que tem as suas bases fundadas na ideia de que a realidade social é resultado exclusivo da construção humana, cultural e histórica. Os estudos que partiram desta perspectiva abandonaram a ideia fixa de uma base natural sobre a qual agiria a cultura, buscando compreender o sexo com uma categoria teórica determinada inteiramente pela cultura e pela história (CARVALHO, 2011).

Na subseção da segunda seção, indicamos de que forma essas abordagens influenciaram o olhar sobre a interpretação dos dados coletados no campo de pesquisa; posteriormente são apresentadas as principais ideias de Dolores Juliano (2005) que possibilitam ampliar o olhar acerca das desigualdades de gênero, expressas nos papéis sociais femininos e a sua intersecção com o trabalho sexual. Tal intersecção tende a produzir efeitos sobre a capacidade de agenciamento da trabalhadora sexual em termos da autonomia.

Na terceira seção, é situada a categoria de análise “sexualidade” incorporada pelos feminismos pós-modernos dos fins dos anos 1980, cuja base conceitual de análise fundou-se, inicialmente, nos estudos de Michel Foucault. A leitura realizada acerca desse dispositivo histórico de poder confirma que a intersecção entre gênero e sexualidade produz categorizações que situam uma sexualidade normal e saudável em oposição a uma anormal e patológica, a partir das quais são situadas as condutas sexuais das trabalhadoras sexuais.

Na subseção da terceira seção, aponta-se que a sexualidade abrange uma totalidade que alcança para além do corpo físico compreendendo relações afetivas, econômicas e culturais e, também, interesses recíprocos, realização de fantasias, percepções de mundo e liberdades individuais. Toma-se a sexualidade como um dispositivo de poder, problematizamos os efeitos da articulação entre prostituição e sexualidade.

Na quarta seção, recupera-se brevemente a noção de autonomia adotada inicialmente pelo movimento feminista dos anos 1960 para, posteriormente, situar

a partir Álvarez (2015) os aspectos normativos da “autonomia pessoal”, um conceito imprescindível para compreender os processos de escolhas das trabalhadoras sexuais.

2.1 O trabalho sexual

Na aurora do século XXI o que se pode dizer da prostituição a partir dos estudos de gênero e sexualidade? A prostituição pode ser compreendida como um trabalho? Que posicionamentos têm assumido os feminismos em relação à prostituição no Brasil? Trata-se de uma atividade laboral, de acordo com o que entendem algumas feministas de orientação liberal, situada na fronteira da legalidade que tem tensionado os debates travados pelos feminismos. Mas, de fato, não se trata de uma atividade laboral como qualquer outra, defendemos que ela precisa ser compreendida contextualmente e de forma distinta que a prostituição forçada (exploração sexual).

Nesse sentido, a compreensão das diferentes noções e dos limites entre exploração sexual e prostituição que permeiam o debate sobre essa prática requer a problematização dos estatutos legais adotados pelos Países Centrais. Nisso, esta discussão contribui para desconstruir ideias e percepções eclipsadas que engessam em um mesmo conceito práticas sexuais dispares: “prostituição voluntária” e “prostituição forçada”.

No entanto, a compreensão desta problemática remete a outras questões que se busca contemplar aqui: Qual o estatuto legal da prostituição no Brasil? Que ressonâncias as ideias sobre prostituição presentes no debate feminista internacional têm se difundido Brasil? Qual a implicação das (in)definições das conceitualizações presentes nas discussões na percepção da prostituição brasileira? Tais questões dizem respeito às formas como os Estados considerados centrais percebem a prostituição e sintetizam as tensões gestadas pelos feminismos que se posicionam de forma heterogênea a respeito dessa atividade.

Nas discussões recentes dos Estados considerados centrais, o tema da prostituição é resultado do discurso sobre tráfico de seres humanos com fins de prostituição forçada e/ou imigração ilegal (PEDROSO, 2009; PISCITELLI, 2013). Isto evidencia como a prostituição – “entendida como um campo social de

prestação de serviços sexuais” (RIBEIRO, 2008, p. 19) –, quando colocada em evidência nos Países Centrais tem a sua discussão focada na busca de soluções para a problemática das fronteiras internacionais (PEDROSO, 2009; PISCITELLI, 2013).

Um dos principais posicionamentos jurídicos adotados pelo Estado é o de criminalizar a prostituição e aqueles/as que contratam os serviços sexuais, tratando como tráfico de seres humanos a migração de pessoas (in)documentadas realizadas por intermédio de redes de parentesco e/ou solidariedades. De fato, os reais problemas estruturais globais que produzem o tráfico de seres humanos raramente são discutidos no paradigma hegemônico dos debates – globalização, patriarcado, conflitos e guerras étnicas, catástrofes e devastações ambientais, perseguições políticas e religiosas (KEMPADOO, 2005).

Ignora-se que as situações de migração ilegal podem estar relacionadas às vezes “a estratégias de sobrevivência ou geração de renda, estratégias que envolvem energias e partes do corpo sexualizadas, assim compatíveis a outros tipos de trabalho produtivos” (KEMPADOO, 2005, p. 62). Nesse sentido, o debate sobre a prostituição “a nível global está dominado por aqueles que a consideram como um mal a combater, a minimizar e, se possível, a extirpar da sociedade por entenderem que se trata de uma prática social incompatível com a dignidade humana” (RIBEIRO, 2008, p. 20).

Apesar disso, percebe-se certo esforço por parte de coletivos de profissionais do sexo, pesquisadores/as e acadêmicas feministas que colocam em discussão outras possibilidades de entendimento do sexo mercantil. Tais discussões estão presentes em estudos que têm apontado que as trocas afetivo-sexuais e econômicas têm ampliado o mercado do sexo e diversificado as modalidades de ofertas de sexo comercial em diferentes âmbitos que abrangem, sobremaneira, diferentes nomeações profissionais: garotas/os de programas, michês, profissionais do sexo (masculinos, femininos e trans), prostitutas, trabalhadoras sexuais, apenas para exemplificar algumas.

De fato, esses estudos confirmam que esse fenômeno é plural, pois com as mudanças na percepção da sexualidade – enquanto um constructo social do desejo dos sujeitos (GIDDENS, 1993). A prostituição tem (como fenômeno social que é) se transformado e complexificando com o passar dos tempos,

incorporando e resignificando práticas que lhes são inerentes. Apesar maior visibilidade desse objeto contraditório e marginal em algumas áreas do conhecimento (muitas vezes idealizado crime, desvio, patologia ou doença social), há uma significativa resistência em pensar os profissionais do sexo como sujeitos autônomos, e, por assim dizer, “autodeterminados e posicionados de maneira diferente, capazes de não só negociar e concordar, mas também de conscientemente opor-se a transformar relações de poder” (KEMPADOO, 2005, p. 62).

Na esteira dessas discussões, há certo número de feministas acadêmicas e pesquisadores que têm se dedicado à análise dos modelos normativos da prostituição. Entre esses estudos, alguns apontam como sendo três os sistemas jurídicos que os Estados podem adotar para normatizar o trabalho sexual – abolicionismo, proibicionismo e regulamentarismo (PASINI, 2005a) que, de modo algum, estão desarticulados das linhas feministas de discussões locais, nacionais e internacionais da prostituição.

Mas, de acordo com os autores analisados (PISCITELLI, 2012, 2013; AROCHENA, 2005 e RIBEIRO, 2008) os modelos ideológicos e legais – ou quadros legais de enquadramento da prostituição (RIBEIRO, 2008) – são quatro: i. regulamentarista (leis específicas de controle); ii. Trabalhista/laboral (prevê garantias de direitos civis e laborais próprios); iii. abolicionista (a prostituta é vítima, criminaliza quem explora para erradicar) e iv. proibicionista (a prostituição é um delito, criminaliza-se todos os agentes envolvidos).

Na prática esses modelos legais – fundamentados nos modelos ideológicos presentes no feminismo internacional – misturam aspectos entre si (exceto o modelo laboral/trabalhista) as questões relativas à condenação moral da prostituição (PISCITELLI, 2012; RIBEIRO, 2008). Além desse aspecto, conforme aponta Piscitelli (2012, p. 4): “Os críticos mostram que eles não operam de maneira pura, pois na prática se misturam aspectos de uns e outros, e convergem em afirmar que três deles, os modelos regulamentarista, proibicionista e abolicionista, compartilham a condenação moral à prostituição”.

Tais modelos legais negam expressão e autonomia aos sujeitos que voluntariamente se inserem na prostituição, sobretudo às trabalhadoras sexuais. Na leitura de Fernando Ribeiro, sociólogo português que se dedica aos estudos

sobre prostituição: “A luta social e política em torno dos modelos e soluções para o campo prostitucional é intensa, envolvendo organizações internacionais, governos, partidos políticos, movimentos feministas e coletivos de defesa dos trabalhadores sexuais” (RIBEIRO, 2008, p. 21).

No entendimento de Ribeiro, isso coloca questões interessantes e sociologicamente desafiadoras, considerando que os grupos polarizados politicamente em outros campos de luta política e social compartilham, quando se trata de discutir os modelos e soluções para o campo da prostituição, agendas comuns com proximidades e solidariedades:

Com posicionamentos políticos, interesses e objetivos muito diferentes, a divisão entre eles faz-se segundo dois eixos: (I) o da sexualidade, no qual se coloca a relação entre libertação e repressão; (II) o da ordem política e social no qual se coloca a relação entre *status quo* e emancipação. [...] Precisando, podemos encontrar na luta pela proibição e/ou abolição da prostituição conservadores das mais diversas filiações, marxistas de raiz ortodoxa e feministas radicais de variadas matizes, com destaque para as de vinculação puritana e antisssexual. No outro campo podemos encontrar liberais e progressistas de diferentes orientações, incluindo segmentos minoritários dos movimentos feministas, bem como coletivos de defesa dos profissionais do sexo (RIBEIRO, 2008, p. 21-22). (Grifos nossos)

As respostas jurídicas que predominam – não somente no Brasil como noutros Países Centrais – são voltadas para “políticas repressivas alicerçadas em dois modelos jurídicos: o proibicionismo e o abolicionismo” (RIBEIRO, 2008, p. 23). Nesse cenário é importante destacar, portanto, os efeitos que as discussões acerca da prostituição têm produzido no feminismo contemporâneo no Brasil e nos/nas profissionais do sexo organizados/as em coletivos (ou não), que também não são unânimes em relação à regulamentação do trabalho sexual.

No que diz respeito às feministas acadêmicas, constata-se que não há consenso em termos de propostas para legalização e regulamentação do trabalho sexual. Nesse sentido, o trabalho de Pasini (2005b) chama atenção para os posicionamentos do feminismo acerca da prostituição. Inicialmente, a sua análise coloca em questão se o exercício da prostituição pode ser considerado como trabalho ou não. Assim, prossegue a autora discutindo a respeito da autonomia do corpo da prostituta na prática da prostituição, apresentando duas linhas de

compreensão da problemática, ambas embasadas em abordagens feministas, porém polarizadas em dois grupos com perspectivas antagônicas.

O primeiro, formado por feministas radicais (denominadas pelo ativismo como abolicionistas), considera a prostituição como um ato de submissão/escravidão da mulher e, por assim pensarem, a opressão das mulheres (prostituídas) pelos homens se daria pela dominação masculina, por isso as prostitutas devem ser libertadas dessa condição análoga à escravidão. Logo, para esse grupo, “a atividade da prostituição é vista como um ato de exploração, abuso e violência contra a mulher, o que acaba por restringir sua liberdade e os seus direitos de cidadania” (PASINI, 2005b, p. 3). Vê-se que para essas feministas, a prostituição é sempre forçada e, portanto, elas entendem que as trabalhadoras sexuais não dispõem de nenhum poder de agenciamento sobre seus corpos²⁴.

No entendimento dessa corrente de pensamento, a “opressão” das mulheres pelos homens se dá por serem do sexo feminino. Entende-se que a dominação masculina está embasada em dois pressupostos, o de um corpo biológico e o de uma opressão patriarcal²⁵ (trans-histórica, transcultural e universalizante), por isso através da prostituição as mulheres são transformadas em escravas sexuais dos homens. Assim, o exercício da prostituição é entendido como um ato de submissão/escravidão da mulher e, desse modo, sinônimo da dominação masculina, por isso as prostitutas devem ser libertadas dessa condição análoga à escravidão.

No contraponto dessa perspectiva, o segundo grupo, encabeçado por feministas liberais – acadêmicas e militantes, as denominadas feministas liberais ou contratualistas –, considera que a prostituição é uma escolha pessoal e, por assim pensar, acredita que as prostitutas façam o uso do seu direito de escolha na decisão de se prostituir. No entendimento delas, a existência da figura da prostituta é percebida como inerente à libertação do feminino do domínio

²⁴ Essa corrente de pensamento considera que a prostituição feminina é exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização abusiva da sexualidade de uma pessoa, anulando os seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem estar (PISCITELLI, 2014, p. 167).

²⁵ Conforme Pasini (2005), as ideias sedimentadas na teoria do patriarcado podem ser lidas apenas como um olhar possível frente às relações de poder e de gênero em sociedades atuais.

masculino, prostituir-se significa dispor da própria sexualidade de forma livre (no âmbito profissional) e desvinculada da reprodução e da conjugalidade.

No caso das contratualistas, conforme destaca Pasini (2005b), a prostituição é compreendida como um trabalho, “uma vez que as prostitutas estabelecem um contrato a partir de uma combinação especificando um tipo de trabalho por um período de tempo e uma quantidade de dinheiro” (PASINI, 2005b, p. 3). Esse grupo distingue a prostituição voluntária da prostituição forçada, seguindo a nomenclatura adotada pelo Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Contrárias à perspectiva das abolicionistas, as feministas contratualistas compreendem que o engajamento na prostituição é uma escolha, não uma obrigatoriedade (escravidão), logo considera que é trabalho e, por isso, deve ser regulamentado, conforme indicado pela pesquisadora; portanto, conforme argumentam, “a posição da prostituta não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina” (PISCITELLI, 2013, p. 116).

Ao contrário do primeiro, esse defende que o trabalho sexual não é inteiramente explorador, são as condições de seu exercício que o tornam opressor e violento. Considera-se que a não percepção da prostituição como trabalho, em uma sociedade na qual a condição de trabalhador é o que determina a valorização do sujeito, é uma forma de desvalorização das prostitutas (KEMPADOO, 2005), o que contribui para o aumento da sua vulnerabilidade e estigma (JULIANO, 2005).

Nessa pesquisa, Pasini (2005b) também problematiza o debate em torno do dualismo autonomia/exploração da prostituta para compreender como as prostitutas estruturam as suas práticas profissionais. Ela analisa o universo da prostituição feminina nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro e, tomando por base suas análises e também outras pesquisas antropológicas, concluirá defendendo que a prostituição deve ser considerada um trabalho. Tal entendimento levará a autora a marcar sua própria compreensão do conceito da atividade da prostituição, definindo-a como: “um trabalho em que durante certo período de tempo se trocam serviços sexuais por um bem e, assim, se estabelece uma relação econômica” (PASINI, 2005b, p. 6).

As formulações de Pasini (2005b) remetem a duas questões relevantes: a primeira, ao considerar o caráter regulamentarista da atividade ratifica que há para o exercício da prostituição características de organização (regras, horários, regularidades, rotinas, preços, contatos) que a estruturam como um trabalho; a segunda ao defender a autonomia da prostituta, reconhecendo a sua liberdade de escolha, porém considera que essa atividade não é um trabalho qualquer, é uma prática social que requer um olhar e um debate cuidadoso.

Noutra interessante discussão, Piscitelli (2013) analisa os principais pontos de tensão nos feminismos contemporâneos. Segundo a sua constatação, a tensão gira em torno do debate sobre prostituição e tráfico de pessoas – onde essa antropóloga feminista situa as conceitualizações de prostituição e tráfico de pessoas no âmbito das relações entre Estado, movimentos feministas e sociedade civil. Ela constata que as leituras (neo)abolicionistas não têm correspondido, de fato, às visões atuais predominantes²⁶ no Brasil nem as únicas em discussão. Na esteira de suas pesquisas, o que se percebe é uma heterogeneidade de posicionamentos acerca da prostituição e do tráfico de pessoas integrados em redes de articulações que, de acordo com Piscitelli (2013):

Integram diversas tendências de movimentos de mulheres que se consideram feministas, de diferentes vinculações partidárias e inclusive, religiosas em alguns casos. Essa diversidade, também integrada por jovens vozes feministas, é, às vezes, apagada das articulações entre feminismos e Estado, em intercâmbios nos quais são privilegiadas algumas leituras feministas. A partir do Estado ou com o apoio de instâncias do Estado, difundem-se certas perspectivas sobre prostituição/tráfico de pessoas, influenciadas por outras articulações transnacionais não necessariamente feministas, vinculadas a instâncias supranacionais (PISCITELLI, 2013, p. 146).

Nesse cenário é importante destacar os efeitos que as discussões acerca da regulamentação da prostituição têm produzido no feminismo contemporâneo no Brasil. Na intersecção das tensões geradas pelo debate encontram-se os/as profissionais do sexo organizados/as ou não em coletivos políticos, que também

²⁶ No entendimento das neo-abolicionistas a prostituição feminina é pensada enquanto a expressão máxima da dominação do mercado capitalista sobre o corpo das mulheres, que, aliado ao patriarcado, objetifica o corpo das mulheres como mercadoria. Muitas delas, ligadas à Igreja, se declaram contrárias à pornografia feminina, porém a maioria milita contra a regulamentação e a criação de dispositivos legais trabalhistas que ofereçam segurança às prostitutas, porém não há um consenso entre elas acerca de algumas temáticas como, por exemplo, a legalização do aborto.

não são unânimes em relação à regulamentação do trabalho sexual no Brasil. Mas, a despeito dos modelos (ou marcos) legais da prostituição, as respostas jurídicas que predominam – não somente no Brasil como nos Países Centrais – são voltadas para “políticas repressivas alicerçadas em dois modelos jurídicos: o proibicionismo e o abolicionismo” (RIBEIRO, 2008, p. 23).

No entendimento das feministas liberais, entre essas as defensoras da perspectiva laboral/trabalhista, é a falta de regulamentação do trabalho sexual que expõe as trabalhadoras sexuais a situações de exploração laboral. No entanto, a prática do sexo venal abriga uma bagagem histórica que a desqualifica como trabalho e a qualifica como uma atividade degradante do corpo da mulher, que encaminha a trabalhadora para a exploração sexual. Tais ideias não são exclusivas do senso comum social, pois ao tornar-se objeto de interesse científico a prostituição carregou consigo o estigma que lhe fora imputado durante séculos.

Nestes termos, a despeito da maior visibilidade desse objeto de estudo contraditório e ainda marginal em algumas áreas do conhecimento (muitas vezes concebido como crime, desvio, patologia ou doença social), há bastante resistência em pensar as trabalhadoras sexuais²⁷ como sujeitos autônomos: “autodeterminados e posicionados de maneira diferente, capazes de não só negociar e concordar, mas também de conscientemente opor-se a transformar relações de poder” (KEMPADOO, 2005, p. 62).

Uma revisão dos estudos de gênero confirma que as discussões sobre prostituição têm integrado o leque clássico das preocupações do pensamento feminista desde as primeiras décadas do século XX. Tais discussões juntamente com as discussões acerca do “tráfico de mulheres” têm se reafirmado, atualmente, como um ponto de fricção entre as feministas de diferentes orientações ideológicas (PISCITELLI, 2013). Mas o surgimento da figura da prostituta como trabalhadora sexual (reivindicando direitos análogos aos dos demais trabalhadores) começou a ganhar visibilidade na década de 1970 como efeito dos movimentos organizados de prostitutas e da aproximação de certo setores do feminismo.

²⁷ A prostituição é reconhecida pelo CBO/201 e especificamente no CÓDIGO 5198-05 consta a descrição sumária, a formação e o exercício, bem como as condições gerais de exercício dos/as “profissionais do sexo” com as seguintes classificações: garota de programa; garoto de programa; meretriz; messalina; michê; mulher da vida; prostituta; trabalhador do sexo.

De fato, a prostituição é assumida por muitas mulheres de diferentes estratos sociais como uma alternativa de trabalho interessante em termos de flexibilidade de horários, remuneração e demanda de serviços, conforme este estudo revela. Concordamos com Silva e Blanchette (2011), que buscam compreender a prostituição feminina dentro da situação macroeconômica da mulher urbana no Brasil. No entendimento deles, “a prostituição heterossexual de mulheres é uma forma de trabalho com grandes articulações ao gênero e, portanto, só faz sentido em termos econômicos quando é situada frente à situação de trabalho feminizado em geral” (SILVA e BLANCHETTE, 2011, p. 8).

Nos anos de 1970, a compreensão da realidade de mulheres que utilizam de maneira instrumental a sexualidade, também foi entendida por feministas liberais como expressão de liberdade sexual. Nisso, surge o conceito de “trabalho sexual” juntamente com a reivindicação de direitos por prostitutas dos Estados Unidos e Europa. Nesse período, as prostitutas começaram a se organizar enquanto coletivos de trabalhadores do sexo reivindicando direitos, época em que feministas acadêmicas, especialmente as de orientação liberal aproximaram-se desses movimentos²⁸. Naquele contexto, a figura da prostituta aparece como símbolo de autonomia e liberdade sexual da mulher, portanto, passa a representar uma ameaça potencial ao controle patriarcal (PISCITELLI, 2013).

Desde então, as discussões sobre prostituição se ampliaram abarcando perspectivas que a inseriram nos campos da cidadania e trabalho, dos direitos sexuais e reprodutivos. Nas palavras de Piscitelli (2013), essas discussões passaram a operar nas últimas décadas como um “divisor de águas” sobre os significados e a função do sexo. Por um lado, o sexo é percebido como fonte de poder feminino, por outro, como a maior fonte de opressão da mulher prostituída.

Desde então, os setores feministas de orientação liberal começaram a incorporar a luta dos grupos de trabalhadores/as do sexo pelos direitos análogos aos de outros trabalhadores e, especialmente pela superação dos preconceitos, da marginalização e da estigmatização das mulheres inseridas na prostituição. A aproximação de certas correntes do feminismo acadêmico, especialmente o de

²⁸ No Brasil, aconteceu em 1987 o *I Encontro Nacional de Prostitutas* quando foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas – formada hoje por mais de 30 organizações de trabalhadoras do sexo – desde então esse movimento apoiado por setores do feminismo e idealizado inicialmente por Gabriela Leite vem reivindicando o reconhecimento legal da prostituição como profissão, o combate ao estigma e à violência policial.

orientação liberal, contribuiu para que tenha ocorrido um deslocamento do posicionamento dos sujeitos que prestam serviços de natureza sexual em estudos e pesquisas.

Tal deslocamento começou a aparecer em perspectivas que passaram a situar as trabalhadoras do sexo de uma posição de vítimas ou criminosas a indivíduos dotados de capacidades de agência, concedendo-lhes lugar de sujeitos de direitos em suas abordagens. No Brasil, a partir da metade da década de 1980, sob a influência das obras de Michel Foucault, surgem os primeiros trabalhos que buscam abordar a prostituição tendo por base a sexualidade feminina (RAGO, 1989, ENGEL, 1986).

Nesse mesmo período, desponta a participação direta de pesquisadoras feministas e estudiosas da prostituição junto às organizações de prostitutas. Nos anos 1980, uma época de significativa resistência à redefinição da prostituição, os movimentos organizados de trabalhadoras do sexo se difundem pelo mundo ao passo que os setores do feminismo favoráveis à definição da prostituição como trabalho começaram a discutir os argumentos contrários à ideia da prostituta como trabalhadora sexual autônoma (PISCITELLI, 2013).

A linha contrária à definição da prostituição como trabalho (baseadas na ideia do sexo como fonte de opressão da mulher) levanta dois argumentos principais conforme destaca Piscitelli (2013): o primeiro deles era que, em quaisquer circunstâncias, a prostituição seria uma forma violência contra a mulher, desse modo, a noção de consentimento na prostituição é algo discutível; e o segundo, o pagamento serve para ocultar o abuso sexual cometido às prostitutas, sob o rótulo de trabalho.

Nesse sentido, os argumentos contrários à prostituição como trabalho remetem a duas questões fundamentais colocadas em discussão já anos de 1980 pelos estudos que abordaram a prostituição como trabalho: i. a da autonomia de quem se prostitui que é negada; e ii. a da sexualidade instrumental (sujeito/objeto). Em ambas as questões, o sexo é perpassado como um campo fixo de gênero e poder, cuja abordagem coloca a mulher (nesse caso, a prostituta como objeto passivo) em situação de sujeição à dominação masculina. Isso porque a perspectiva de análise do feminismo radical dialoga com algumas teorias mais

estruturais que atentam para a articulação entre a estrutura capitalista e o patriarcado, situando a mulher como objeto subalterno a ser comercializado.

Na esteira dessas discussões são acrescentadas outras problemáticas que intersectam a prostituição nos âmbitos que ultrapassam as fronteiras nacionais. Aqui, estamos considerando que os limites existentes entre “trabalho sexual” e “exploração sexual” são bastante complexos, pois no debate brasileiro e internacional sobre prostituição e tráfico de pessoas aparecem diferentes noções de “exploração”, que acabam por levar a uma tensão conceitual (PISCITELLI, 2012).

Nesse sentido, a antropóloga Adriana Piscitelli apresenta as três principais definições atuais de exploração vinculadas à prostituição no contexto brasileiro: exploração sexual (feminismo neoabolicionista/radical), exploração laboral (feminismo liberal) e exploração sexual/lenocínio (feminismo radical).

A primeira definição diz respeito à condição feminina frente à dominação masculina (qualquer prática sexual comercial é considerada exploração); a segunda diz respeito às condições de trabalho da trabalhadora sexual frente à falta de regulamentação e de reconhecimento profissional (exploração econômica); e, a terceira, está relacionada à exploração sexual como sinônimo para prostituição forçada, que contrapõe as compreensões que reconhecem a prostituição como trabalho.

O Relatório Global da OIT [Organização Internacional do Trabalho] de 2005 oferece um exemplo desse significado. Nesse relatório o termo exploração é utilizado para denominar situações nas quais mulheres ou homens entram, de forma involuntária, na prostituição ou em outras formas de atividade sexual comercial, ou entram na prostituição por vontade própria, mas não podem abandoná-la. O termo exploração sexual também é utilizado para todos os casos em que crianças e adolescentes exercem atividades sexuais comerciais. No caso da exploração sexual comercial de pessoas adultas o termo prostituição forçada é utilizado no intuito de marcar a diferença com as situações de prostituição voluntária. Nesse documento, a exploração sexual é englobada no conceito de trabalho forçado (PISCITELLI, 2012, p. 11-12).

No texto *Tensões: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil* (2013), Adriana Piscitelli traz uma interessante análise sobre a problemática em discussão, levando em conta as noções distorcidas de prostituição e de tráfico de

peças presentes nas abordagens feministas contemporâneas. Essa antropóloga e feminista aponta que, para Carole Pateman (1993),

O que singulariza o intercâmbio sexual comercial, tornando-o singularmente abusivo, não é o uso do corpo humano, mas o uso sexual particular do corpo de uma mulher. A prostituição teria efeitos nefastos, porque a conexão integral entre sexualidade e senso de *self* requereria que, para proteger-se, a prostituta se distanciasse emocionalmente de seu uso sexual. No processo, os sentimentos conectados à sexualidade e à vida emocional seriam destruídos (PISCITELLI, 2013, p. 115).

No entendimento de Pateman (1993), as prostitutas ao desenvolverem uma relação instrumental com o sexo destruiriam os sentimentos relacionados à sua sexualidade e à vida emocional, pois “vender a sexualidade envolveria vender uma parte fundamental do *self*” (PISCITELLI, 2013, p. 115). Como se vê acima, essa teórica inglesa²⁹ faz uma das mais influentes condenações do feminismo político à prostituição (MIGUEL; BIROLI, 2014).

No entendimento de Pateman, a separação entre afetos e sexo objetifica a mulher que estabelecesse intercâmbio sexual comercial, pois a sexualidade não pode ser separada da pessoa “prostituída”. Nessa direção de entendimento, também compartilhada por outras feministas abolicionistas, o contrato sexual garante ao cliente acesso unilateral e ilimitado ao corpo da prostituta. Na sequência dessa discussão Piscitelli (2013) aponta os contra-argumentos das correntes defensoras da prostituição como trabalho.

Elas argumentam que o processo de separação das emoções não é uma característica exclusiva do trabalho sexual. Autoras que analisam diferentes modalidades de trabalho “emocional”, tomando como referência as atividades de aeromoças, psicoterapeutas e enfermeiras e comparando suas experiências com as de trabalhadoras do sexo, chegam à conclusão de que todos esses trabalhos exigem criar e conter emoção. [...] Nas ocasiões em que há danos, estes são atribuídos não ao trabalho sexual em si, mas às condições de trabalho, particularmente nos casos em que as trabalhadoras não controlam quando, como e

²⁹No livro, *O contrato sexual* (1998), Pateman realiza uma crítica feminista à categoria liberal do contrato onde situa o casamento e a prostituição como formas de contrato sexual original concreto, por meio dos quais são assegurados ao homem o acesso ao ato sexual. Ela parte das noções de contrato sexual e patriarcado moderno para compreender a complexidade da dominação masculina nas sociedades contemporâneas, substituindo a autoridade individual do patriarca pela autoridade coletiva dos homens legitimada pelo contrato liberal.

com quem utilizam seus recursos emocionais (PISCITELLI, 2013, p. 115-116).

No entendimento das defensoras da prostituição como trabalho, a separação das emoções não é algo exclusivo do trabalho sexual, por isso, ao contrário das abolicionistas, elas centram as suas discussões nas condições de trabalho. O ponto de discordância entre as duas correntes diz respeito aos recursos emocionais da trabalhadora sexual. Por um lado, as abolicionistas argumentam afirmando que o uso instrumental do sexo destrói os sentimentos conectados à sexualidade e à vida emocional da mulher. Por outro, as defensoras da prostituição como trabalho contra-argumentam que os danos não ocorreram se houver a separação entre o sexo e as emoções da prostituta (PATEMAN, 1993; PISCITELLI, 2013).

Nessa linha, as últimas concordam que existe uma ordem sexista onde os homens têm privilégios sobre as mulheres, porém elas destacam que o sexo não é um campo fixo de posições de gênero e poder (PISCITELLI, 2013). Isso não quer dizer que as mulheres em situação de prostituição não disponham de alguma capacidade de negociação, inseridas dentro de um campo de possibilidades e escolhas, elas criam estratégias que lhes possibilitam subverter a relação de subordinação que limita a sua autonomia de ação.

Mahmood Saba (2006) explora modalidades de agência feminina no contexto cultural mulçumano, pontuando que os significados e os efeitos das escolhas do sujeito não estão localizados nas lógicas de subversão e ressignificação das normas hegemônicas do liberalismo clássico. Nesta linha, inspirada na noção de poder de Foucault (que não é entendida apenas a partir do modelo de dominação, é mais uma relação de forças estratégicas), ela coloca o “paradoxo da subjetivação” como um ponto chave para o entendimento da questão pontuada acima: “os processos e condições que garantem a subordinação de um sujeito são também os meios através dos quais ele se transforma numa identidade e agência autoconsciente” (MAHMOOD, 2006, p. 113).

Nesse sentido, o paradoxo da subjetivação a partir da qual a compreensão do sujeito como processo permeado por relações de poder possibilita pensar a agência como “uma capacidade para a ação criada e

propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (MAHMOOD, 2006, p. 121). Tal ponto justifica a abordagem desta pesquisa ao sugerir que muitas mulheres usam seus corpos a partir de escolhas localizadas num campo de possibilidades de um possível agenciamento social, cujas escolhas precisam ser respeitadas enquanto tais e contextualmente.

Com tudo o que foi discutido aqui se quis afirmar que as discussões feministas em torno do trabalho sexual circulam polarizadas em torno de questionamentos sobre a autonomia nas escolhas da prostituta. Esta problemática remete a outras questões em relação aos papéis de gênero femininos, à sexualidade e à vida emocional da trabalhadora.

Uma das questões que merece ser colocada é, desse modo, a urgência de se pensar como os debates feministas incidem sobre a prostituição, especialmente os seus efeitos tanto nos estatutos legais da prostituição adotados quanto na percepção que o Estado e a sociedade civil têm sobre a autonomia das mulheres que se ocupam da prostituição.

Na próxima seção, apresenta-se a discussão acerca da inserção da problemática que envolve o trabalho sexual nos âmbitos do Estado, dos movimentos feministas e de coletivos de trabalhadoras sexuais e suas articulações com o atual estatuto legal do trabalho sexual no Brasil discutindo as suas implicações no trabalho sexual.

2.2 Os estatutos legais da prostituição

Na prática, o Brasil é abolicionista tendo assinado em 1951 o Tratado Abolicionista Internacional da Organização das Nações Unidas (BARRETO, 2008; PISCITELLI, 2012). No entanto, a redação original do Código Penal de 1940 já previa a criminalização das condutas de facilitação e favorecimento da prostituição alheia. Mas diferentemente de outros países que adotam o modelo abolicionista ³⁰, as leis brasileiras são tolerantes (para não se dizer condescendentes) quanto à prostituição. Assim, embora a legislação brasileira não criminalize diretamente a prostituição, as atividades vinculadas ao trabalho

³⁰ Conforme Arochena (2005) a Suécia apresenta desde 2009 uma variante do modelo abolicionista que criminaliza os clientes das prostitutas, apontado também, que a legislação sueca aprofunda as políticas de integração social das prostitutas.

sexual são penalizadas colocando as/os profissionais do sexo em uma situação de clandestinidade.

Na legislação brasileira, está previsto apenas o crime de tráfico de pessoas para fins de exploração da prostituição³¹, conforme apontam os artigos 231 e 231-A, do Código Penal (BRASIL, 1940), que tipificam respectivamente o tráfico internacional e o nacional. De todo modo, nas reformulações do Código Penal, ocorridas em 2009, não foi observado o que estabelece a Organização das Nações Unidas (ONU), no Protocolo de Palermo³² (2004). Esse documento oferece uma noção ampliada para o tráfico de pessoas definindo como: “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação” (Artigo 3.º), tanto para fins de exploração sexual quanto para o tráfico de órgãos e trabalho escravo³³.

As políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas são reconfiguradas em território brasileiro com as reformulações do Código Penal, porém a falta de alinhamento com a legislação contribui para gerar disputas entre os diferentes atores políticos (LOWENKROLL, 2014; PISCITELLI, 2013; OLIVAR, 2015). Pois, embora o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) esteja alinhado com o Protocolo de Palermo (2004), algumas entidades abolicionistas se aproveitaram da ambiguidade do CP. para produzirem informações e números sobre tráfico de pessoas de forma indiscriminada.

Castilho (2008) observa que o discurso judicial, nos processos que analisou relativos ao artigo 231 do Código Penal, traz ideias as quais evidenciam

³¹ No ano de 2009 houve uma reforma no Código Penal afim de melhor adequá-lo ao *Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, porém conforme observa Piscitelli (2012) essa reforma apenas aumentou a ambiguidade da legislação sobre o significado de “exploração sexual” quando adota no texto legal esse conceito como sinônimo de prostituição.

³² O Protocolo de Palermo – foi firmando como um adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000, tendo entrado em vigor 2003 e ratificado no Brasil pelo Decreto Presidencial nº 5.017, de 12 de março de 2004 (PNETP).

³³ Nesse Protocolo (ONU, 2000), por “tráfico de pessoas” entende-se “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração” (art. 3º, a). Deve-se entender por “exploração”, segundo o Protocolo, “no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.

a discriminação de gênero, como, por exemplo, a afirmação que a prostituição tem como causa a pobreza; que a mulher é um ser fraco; que a prostituição implica em escravidão (crença na subalternidade feminina); que provoca degradação moral e familiar; o discurso do Estado reforça a ideia que o lugar da mulher é na família (CASTILHO, 2008).

Para Miranda e Pasini (2012), é necessário desvincular a noção tráfico de pessoas de prostituição, isso pode contribuir para tirar as prostitutas da margem e combater efetivamente o tráfico. De acordo com as autoras, a prostituição também deve ser olhada pelo viés do reconhecimento da liberdade sexual, autonomia de ação e direitos humanos, e não somente da vitimização da prostituta, buscando uma postura de reconhecendo dos direitos laborais e sexuais das trabalhadoras sexuais.

No contraponto dessas questões, tem se percebido uma maior articulação entre teóricas feministas, ativistas da prostituição, coletivos de trabalhadoras sexuais e políticos da esquerda brasileira quem têm debatido acerca da regulamentação do trabalho sexual, dentre outras questões. Nesse sentido, Jean Wyllys, ativista gay engajado em favor da justiça social e deputado federal do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apresentou ao Congresso brasileiro em 2013 um projeto de lei propondo modificações na política de Estado em relação à regulamentação do trabalho das/dos profissionais do sexo.

A proposta apresentada no Projeto de Lei n. 4.211/2012 foi inspirada na proposta do ex-deputado federal Fernando Gabeira³⁴ (Lei n. 98/2003), que foi rejeitada e arquivada em 2007. Mas esse projeto demonstra que para além de propor a regulamentação da prostituição, a proposta está em consonância com os protocolos e tratados internacionais assinados pelo Brasil no que diz respeito à prostituição e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Assim como o projeto anterior, o idealizado por esse ativista dos direitos humanos em diálogo

³⁴ Em 2003, Fernando Gabeira, à época deputado federal e líder do Partido Verde (PV) pelo estado do Rio de Janeiro, apresentou no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 98/2003, fortemente inspirado na legislação sobre prostituição aprovada na Alemanha em 2002, propondo a revogação de artigos do CP. Brasileiro (arts. 228, 229 e 231) que tratam da punição de quem favorece, exploração e tráfico de mulheres para fins de prostituição, sendo rejeitado em 2007 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados brasileira e, também com o PL 4244/2004, do ex-deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do autor.

com a Rede Brasileira de Prostitutas também dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas daquele país desde o ano de 2002.

O Projeto de Lei Gabriela Leite (PL n.4.211/2012) tem como objetivo principal regulamentar a prostituição como profissão e diferenciá-la da exploração sexual, como o intuito de descriminalizar as relações comerciais entre os diferentes agentes de negócios vinculados ao trabalho sexual e aos profissionais do sexo (ANEXO 01). Cabe pontuar que atualmente a atividade não é regulamentada, mas apenas reconhecida pela CBO/5198-05 como “ocupação” profissional. Um dos pontos inovadores desse projeto de lei é a incorporação de ideias debatidas pelo feminismo liberal e progressista, especialmente vinculado aos coletivos de prostitutas e de organizações dedicadas à defesa e promoção dos direitos dos/as profissionais do sexo.

Mas, apesar de amplamente debatida pelos coletivos de trabalhadores sexuais vinculadas à Rede Brasileira de Prostitutas, esse projeto apresentado e votado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) foi rejeitada pela relatoria. Em relação ao conteúdo, o projeto apresenta seis artigos tendo início com a definição de profissional do sexo como sendo: “toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração” (art. 1º). No seu artigo 2º, é tipificada a prática de exploração sexual em termos econômicos que se caracterizaria, entre outras formas, principalmente pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento do serviço sexual prestado.

No entanto, o debate em torno desses artigos causou divergências entre os vários segmentos de prostitutas ativistas e as feministas de diferentes posições, especialmente acerca do artigo 2º deste Projeto, que prevê: “É vedada a prática de exploração sexual”. No entendimento de uma pequena parcela de trabalhadoras sexuais da Rede Brasileira de Prostitutas, de outras vinculadas a grupos religiosos e às feministas abolicionistas, ao contrário de reduzir os riscos que as/os profissionais do sexo enfrentam no exercício de suas atividades, o PL Gabriela Leite legalizaria as atividades de cafetões e de empresários do sexo, promovendo a expansão da indústria do sexo e do “tráfico de mulheres”.

No seu artigo 3º fica estabelecido que o/a profissional do sexo poderá trabalhar como autônomo/a ou coletivamente vinculado/a as cooperativas de profissionais do sexo. Ao estabelecer que “a obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível”, está subtendido que essa medida coibiria a exploração do trabalho sexual. Entretanto esse artigo prevê, em especial, conforme as críticas, mais uma relação de trabalho informal do que uma relação de emprego com direitos e garantias beneficiando, segundo argumentam, os empresários da indústria do sexo.

Já no artigo 5º fica definido o direito de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço para os profissionais do sexo (independentemente do sexo ou orientação sexual), ou seja, dez a menos do que a aposentadoria regular para as mulheres trabalhadoras dos demais setores. Isso tomando como referência o que previa a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) antes da reforma trabalhista aprovada através da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Essa proposta de regulamentação coincidiu com um momento histórico onde a classe trabalhadora já sinaliza para a perda de conquistas trabalhistas que se efetivaram bem recentemente.

Naquele momento, contudo, os proponentes da lei avaliaram que os/as profissionais do sexo se sujeitam às condições de trabalho precárias e insalubres e sofrem com o envelhecimento precoce e, sobretudo, com a falta de oportunidades que caracterizam a profissão. À vista disso, o Projeto Gabriela Leite foi fortemente inspirado nos modelos normativos de inclusão do trabalho sexual de países europeus, já implantados em países como Alemanha e Holanda. Um dos avanços em relação à proposta anterior consta no seu artigo 4º, que prevê a modificação dos artigos do Código Penal brasileiro que criminalizam o favorecimento da prostituição (art. 228); a exploração de casa de prostituição (art. 229), tirar proveito da prostituição alheia (art. 230); o crime de promover ou facilitar a entrada, em território nacional, de pessoas com a finalidade de prostituição (art. 231) e promover ou facilitar de deslocamento de alguém no território nacional para prostituição (art. 231-A).

Tais modificações propostas mereceram, aqui, uma problematização aprofundada que se justifica pelas críticas dedicadas ao texto original do Código Penal realizadas por teóricas feministas, que apontam para as implicações

negativas acerca de interpretações dúbias por parte do feminismo abolicionista e do Estado.

Na redação atual do Código Penal consta: “Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição **ou outra forma de exploração sexual**, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone”; e, também, no “Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou **outra forma de exploração sexual**, **ou** a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro” (Grifos do autor). Como vemos, a prostituição voluntária é equiparada à exploração sexual (prostituição forçada e exploração sexual infanto-juvenil), quando é tipificada como uma forma de exploração pelo uso da conjunção OU que dá sentido aos referidos artigos do Código Penal³⁵.

Conforme se discute anteriormente, mais do que propor uma política de Estado que visa regulamentar o trabalho sexual com garantias e direitos trabalhistas (análogos a de outros/as trabalhadores), entre outros aspectos legais, o Projeto de Lei Gabriela Leite (PL n.4.211/2012) prevê mudanças nas redações do atual Código Penal. Esse projeto prevê mudanças significativas no caráter dúbio dos artigos 228, 229 e 231 que equiparam a prostituição voluntária à exploração sexual de menores. No entanto, essa proposta recebeu voto de rejeição do deputado relator, Pastor Eurico (PSB-PE), destacada figura política do fundamentalismo religioso brasileiro, de orientação pentecostal.

Nesse sentido, o texto do projeto dialoga com as abordagens feministas que têm discutido as indefinições conceituais presentes na legislação penal brasileira e em abordagens e discussões abolicionistas, que associam prostituição voluntária à exploração sexual:

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima (WYLLYS, 2012, p. 4).

³⁵ Em razão da falta de regulamentação sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, termo “exploração sexual” é inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990), especificamente no seu Artigo 244-A onde se lê: “Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no *caput* do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual”, incluído pela Lei nº 9.975, de 23 de junho de 2000.

O projeto apresenta um avanço em termos de regulamentação das atividades relacionadas ao trabalho sexual, porém o seu debate não contemplou a parcela mais ampla dos profissionais que não estão inseridos em coletivos de trabalhadoras sexuais. Os argumentos contrários à regulamentação e à “legalização” do trabalho sexual que foram utilizados pelo relator do parecer (ANEXO 02) estão fundamentados em abordagens e dados de feministas abolicionistas, inclusive, de uma organização não governamental internacional, a *Coalition Against Trafficking in Women (CATW)*, que não refletem a realidade brasileira.

No parecer, o relator recorre a uma passagem bíblica do Novo Testamento para condenar a “legalização” da prostituição. Atente-se para o fato que o relator adota no parecer da CDHM, de forma recorrente, o termo legalização (ao invés de regulamentação) dando a entender que a atividade dos/as profissionais do sexo é ilegal. O voto foi contrário à proposta de regulamentação da prostituição trazendo como principal argumento a alegação de que “esse indivíduo com plena liberdade diante da prostituição não existe” (2012, p. 2), atribuindo as escolhas do indivíduo que se prostitui às condições sociais e à cultura a qual está inserido.

Conforme ele ainda argumenta, as opções pela prostituição é resultado da lógica da indústria do sexo, de modo que “o ingresso e a permanência na prostituição não constitui simples ato individual” (2012, p. 2). Ironicamente esse político da bancada fundamentalista presente na política brasileira traz uma citação de Simone de Beauvoir, uma mulher símbolo do feminismo do século XX, para justificar o seu voto contrário à regulamentação. Nestes termos, concordamos com Ribeiro ao apontar que:

Tornar admissível e moralmente justificável o sexo mercantil colide frontalmente com a visão judaico-cristã que tende, ainda hoje, a ver o sexo como perigoso, sobretudo quando ele escapa às normas, isto é, à relação sexual heterossexual realizada na cama da casa de parceiros sexuais unidos por vínculos matrimoniais e orientados para a reprodução biológica (RIBEIRO, 2008, p. 26).

O exercício de reflexão que se faz aqui sugere que as diferentes noções entre prostituição voluntária e exploração sexual dependem do modelo legal e da

perspectiva feminista adotada pelo Estado, que pode reconhecer ou negar os direitos básicos de cidadania dos/as profissionais do sexo. Os modelos jurídicos da prostituição, quer dizer, os modelos regulatórios do trabalho sexual percebem de forma diferenciada as/os profissionais do sexo, incidindo negativamente nas subjetividades desses sujeitos. Pois, dependendo do modelo regulatório adotado pelo Estado, os/as profissionais do sexo podem ser situados na posição de criminosos e/ou vítimas ou, na melhor das acepções, como cidadãos de direitos e deveres.

As indefinições conceituais presentes na redação dos artigos referidos anteriormente (particularmente no âmbito das relações entre o Estado, o feminismo abolicionista e a sociedade civil conservadora), têm sido há bastante tempo alvo de críticas dos segmentos feministas envolvidos na defesa e na promoção dos direitos dos/as profissionais do sexo brasileiros/as. Tanto as ativistas da prostituição quanto as teóricas feministas liberais são unânimes ao apontar para as duas problemáticas: (i) a equiparação da prostituição voluntária de indivíduos maiores de dezoito anos à exploração sexual infantil e (ii) a vinculação entre prostituição, exploração sexual e tráfico de mulheres³⁶.

No entanto, algumas das interpretações contrárias partem da ideia que a “regulamentação trata o consentimento como mercadoria e que ocorre uma comoditização do consenso” (FABIO e LIMA, 2016) remetendo, desse modo, para algumas questões já bastante polemizadas pelos feminismos. Aqueles/as contrário à regulamentação (e dessa perspectiva compartilha o relator do relatório de veto do PL Gabriela Leite) entendem que não há consentimento voluntário, pois a ideia de contrato subsume a obrigatoriedade do cumprimento e a impossibilidade de negociação dos serviços por parte de quem os presta.

No entendimento de Ribeiro (2008), estabelecer um estatuto que regulamente o trabalho de natureza sexual – aqui está se referindo ao Brasil – procede que “à renovação do estatuto da prostituição assente no reconhecimento do seu livre exercício com todos os direitos de cidadania associados, em lugar da simples e estrita regulação estatal que, tal como tem sido sistematicamente

³⁶ Um texto bastante vigoroso, publicado em 2013 no livro *Desafios da Antropologia Brasileira*, Feldan-Bianco, uma antropóloga que há décadas pesquisa acerca da indústria transnacional do sexo e do tráfico de mulheres, traz contribuições significativas sobre a problemática ao apontar a tensão gerada em torno da prostituição e do tráfico de mulheres.

denunciado, em maior ou menor medida, acaba sendo lesiva dos mesmos” (RIBEIRO, 2008, p. 29). Entende-se aqui que a regulamentação do trabalho sexual deve estar pautada, de fato, em um diálogo amplo com os coletivos de profissionais do sexo e de segmentos de prostitutas não participantes de organizações onde lhes seja garantido espaço dentro das instâncias de discussão para que se possam propor conjuntamente políticas efetivas de inclusão desse segmento.

Mas desde a sua tramitação na casa legislativa, o Projeto de Lei Gabriela Leite está parado na Câmara dos Deputados, aguardando a composição de uma Comissão Temporária para analisá-lo. No entanto, em 2011 entrou em pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o projeto de lei de autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO), que torna crime a contratação e oferta de serviços sexuais.

Art. 1º O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, passa a vigorar **acrescido do seguinte art. 231-A: “Contratação de serviço sexual”** “Art. 231-A. **Pagar ou oferecer pagamento** a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual.” “Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.” “Parágrafo único. **Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração.**” **Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Grifos nossos)

Na direção contrária, o principal objetivo desse projeto com dois artigos consiste no acréscimo³⁷ de um artigo do CP./1940, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais. Tal projeto foi inspirado na legislação sueca cujo entendimento é o de criminalizar os clientes da prostituição, portanto, caso o PL 377/2011 seja aprovado e implementado a aplicação da lei poderá resultar em penas de um até seis anos de prisão para os acusados de utilizar serviços de prostitutas. Isso indica que formalmente, o Brasil caminha para a adoção do modelo proibicionista no que tange à prostituição, enquadrando aqueles que contratam ou aceitam a oferta de serviços de natureza sexual como criminosos.

Membro da banca religiosa, o autor desse projeto utiliza-se de um argumento presente no discurso abolicionista que remete à “venda do corpo”.

³⁷ Confome podemos perceber na redação do Art. 1º do projeto, o autor repetiu equivocadamente a numeração de um artigo que já existe no Código Penal, o Art. 231-A que trata do Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.

Conforme ele destaca: “a venda do corpo é algo não tolerado pela sociedade. A integridade sexual é bem indisponível da pessoa humana e, portanto, não pode ser objeto de contrato visando à remuneração” (CAMPOS, 2011, p. 2). Nestes termos, o autor do projeto busca fundamentar a sua proposta associando a prostituição às práticas delituosas como, por exemplo, o crime organizado, a violência física e à exploração sexual de crianças e adolescentes, além do tráfico de drogas.

O projeto apresenta pouca profundidade em termos de proposição, pois não prevê nos seus sintéticos artigos qualquer proposta que vise tratar de políticas públicas em prol dos/as profissionais do sexo. Por um lado, a emenda desse deputado (o mesmo que propôs o projeto de “cura gay”) pouco contribui para a solução dos problemas que envolvem a prostituição voluntária e a exploração sexual, de fato, ela reforçará a desvalorização e o estigma que pesa sobre os/as profissionais do sexo, especialmente as mulheres. Por outro, o PL 4211/2012 em seus os incisos I e II prevê que os/as profissionais do sexo podem ser, respectivamente, atuar como trabalhador/a autônomo/a ou coletivamente em cooperativa, porém o trabalhador autônomo não tem vínculo empregatício com ninguém.

A ausência de subordinação profissional do trabalhador autônomo em relação a um empregador faz com que o primeiro arque com os riscos da própria prestação dos serviços e da remuneração como, por exemplo, se não houver demanda de trabalhos para um determinado dia, o trabalhador autônomo terá que arcar com esta circunstância, diferente do assalariado em que o empregador teria que lhe pagar o salário independente da demanda de trabalho (SANTOS, 2016).

Em dezembro de 2016, apesar da pouca visibilidade, o denominado “Projeto do João Campos” foi analisado pela CCJC recebendo parecer favorável e permanece aguardado apreciação pela Câmara dos deputados. Caso seja aprovado, as inserções e alterações do Código Penal brasileiro que estão previstas no projeto tenderão a aumentar o estigma e a clandestinidade que permeiam a prostituição.

Tendo situado os debates dos estatutos legais da prostituição nos âmbitos dos coletivos de profissionais do sexo, dos feminismos e do aparelho estatal apontando, sobretudo, as implicações dos posicionamentos políticos dos

diferentes atores nas propostas de mudança no atual estatuto no Brasil, discute-se a noção de gênero na próxima seção. Tal categoria é adotada por se entender que, embora o trabalho sexual seja assumido por sujeitos com diferentes gêneros e orientações sexuais, a “posição da prostituta é uma posição feminina” (BIROLI; MIGUEL, 2013).

2.3 O gênero como categoria de análise

No Brasil, a categoria gênero passa a ter visibilidade dentro da literatura científica a partir da década de 1970. Naquele cenário, fortemente influenciado por teorias marxistas, os estudos feministas e as teorias da modernização começaram a produzir significativo impacto na produção acadêmica sobre trabalho e relações de gênero. Na década de 1980, o conceito de gênero passou a ganhar espaço dentro das Ciências Sociais ampliando as possibilidades analíticas oferecidas pelas categorias “patriarcado” e “mulher”.

Gayle Rubin, antropóloga norte-americana, é uma das principais referências sobre o que se concebe como "sistema sexo/gênero". No artigo *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, publicado originalmente em 1975, essa autora, referenciada por vários estudos posteriores, conceitualiza o "sistema de sexo/gênero" como "o conjunto de disposições pelas quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e pelas quais se satisfazem essas necessidades humanas transformadas" (RUBIN, 1985, p. 37).

Essa feminista rompeu com as conceitualizações ancoradas exclusivamente nas diferenças biológicas entre os sexos ao definir o sistema “gênero/sexo” quando reformula um instrumento de análise (o termo gênero utilizado de forma difusa), o qual sugere que o masculino e o feminino não são categorias intrínsecas. Para ela masculino e feminino são, de fato, construções subjetivas de cada uma das variantes da espécie humana; portanto, o gênero não é atributo natural, ou seja, um dado biológico conforme defendiam as abordagens que operacionalizavam as suas análises com as noções de patriarcado e mulher.

No início da década de 1990, essa perspectiva mostrava-se bem relevante para avançar rumo à desnaturalização das desigualdades de gênero expressas em termos econômicos, políticos e sociais. No entanto, embora o termo

gênero já fosse utilizado para contrapor análises ancoradas nas categorias mulher e patriarcado, foi a partir desta teorização que o conceito passou a difundir-se. Em outras palavras, significa dizer que esta perspectiva radicalizou com as teorizações anteriores ao apontar que são os arranjos da cultura que transformam o sexo biológico em sexo social, criando a identidade de gênero. Nas palavras de Barbieri (1993):

[...] os sistemas de sexo/gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas. Em termos durkheimianos, são os quadros que determinam as relações sociais relações de seres humanos como pessoas sexuais (BARBIERI, 1993, p. 149-150). (Tradução nossa)

Trata-se de um sistema analítico proposto como uma categoria mais ampla para compreender e estudar a subordinação da mulher. Tal sistema adquiriu uma adesão significativa em razão da noção de gênero ser mais neutra que o termo patriarcado adotado, até então, por feministas de orientação marxista conjuntamente com a categoria mulher. Em um momento, onde o feminismo reivindicava o direito à “igualdade”, o sistema sexo/gênero possibilitou o “estudo dos sistemas de ação social e o significado da ação em relação à sexualidade e a reprodução” (BARBIERI, 1993, p. 150). No entendimento de Barbieri, essa categoria deixa aberta a possibilidade da existência de diferentes relações entre homens e mulheres, e entre feminino e masculino, ou seja, outras formas de subordinações não patriarcais.

Nesse sentido, Rubin (1985) está interessada em encontrar a gênese da subordinação das mulheres quando propõe o sistema sexo/gênero como um poderoso aparato social sistemático. Tal perspectiva trabalha a separação entre a esfera da natureza (a fêmea) e da cultura (a mulher domesticada), onde o sistema sexo/gênero transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana (RUBIN, 1985). O sexo (fêmea) seria a matéria prima transformada pela cultura (gênero), ou seja, o trabalho da cultura sobre a fêmea produziria o gênero (a mulher domesticada). Conforme situamos, a autora destaca o processo que

transforma a fêmea humana em mulher no trânsito entre natureza e cultura, especificamente, no espaço da sexualidade e da procriação (PISCITELLI, 2002).

Como vemos, a cultura se sobrepõe à natureza especialmente no que se refere à diferença sexual. Isso está expresso na seguinte formulação: “a ideia de que homens e mulheres diferem mais entre si do que em relação a qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar que não [seja] a natureza... longe de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão das similaridades naturais” (RUBIN, 1985 apud PISCITELLI, 2002, p. 18). Rubin defende essa ideia com base nos sistemas de parentesco os quais envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos, baseados nas diferenças biológicas que seriam reforçadas no plano da cultura.

Nesse sentido, os sistemas de parentescos são pensados por ela como modalidades empíricas observáveis do sistema sexo/gênero, cujas formas específicas variam histórica e culturalmente. Influenciada por Lévi-Strauss – no que se refere aos sistemas de casamento/alianças políticas entre grupos que, segundo ele, são fundados na troca de mulheres entre famílias ou grupos³⁸ – essa antropóloga sublinha que o parentesco instaura a diferença e a oposição entre os sexos.

Tal ideia parece ser a chave para a leitura do sistema sexo/gênero dessa feminista considerada como a primeira a sistematizar a categoria gênero. No entendimento dela, se os sistemas de parentesco produzem gênero, o resultado deste arranjo é a divisão sexual do trabalho e a regulação social da sexualidade feminina. O primeiro, colocando a mulher e o homem em situação de interdependência, o segundo reprimido sexualidades divergentes ou prescrevendo normas de controle desta.

Nos fins da década de 1980 e início da seguinte, a apropriação do sistema sexo/gênero prestou-se à compreensão dos usos e efeitos que as práticas sociais produzem a partir das relações de oposição entre os sexos. Tal noção também foi assumida com um instrumento político para reivindicação de igualdade em meio às relações desiguais entre os gêneros.

³⁸ No livro, *A família, origem e evolução*, Lévi-Strauss (1980) discute as condições para os sistemas de casamentos – a teoria da aliança – onde a discussão sobre família é parentesco colocada no terreno da cultura, onde o casamento é apontado como um sistema de trocas que institui o social.

A elaboração do conceito de gênero de Rubin estava “associada à exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder” (PISCITELLI, 2002, p. 20). A opressão da mulher não é percebida, portanto, como inevitável sendo, de fato, produzida em contextos específicos, portanto, a partir dessa perspectiva, a subordinação da mulher passou a ser compreendida como um produto das relações sociais, por meio das quais são produzidos sexo e gênero (PISCITELLI, 2002).

Assim, na reformulação de Rubin (1985) gênero é uma produção da cultura que opõe homens e mulheres através das relações instauradas pelo parentesco. Mas é especialmente neste ponto que recaem as críticas realizadas posteriormente à sua conceitualização, como discutimos abaixo.

Nos anos 1990, o caráter dicotômico do sistema sexo/gênero com bases naturalistas o torna limitado à compreensão e à análise das relações de gênero e poder. Judith Butler retoma naquele momento a discussão acerca da premissa que o sexo é natural e o gênero é construído, sobre a qual o sistema de Rubin foi fundado nos anos 1980. No livro, *Problemas de gênero*, publicado em 1990, Butler sublinha que o sexo não é natural, ele é também discursivo e cultural como o gênero.

Butler (1990) coloca em questão o sistema sexo/gênero buscando retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorreria do sexo. Nesse sentido, essa feminista estadunidense refuta a ideia defendida pela teoria feminista de uma identidade dada pelo gênero. Tal ideia aponta para a inexistência de um sujeito que o feminismo queria representar até os anos 1990. Isto é, a categoria mulher com uma “identidade definida”, a qual deveria ser defendida e emancipada das relações de subordinação patriarcais; ela ataca a ideia de uma identidade feminina fixa e universal que não contemplava as diferenças.

Como visto, a proposta de Rubin é reconhecida como um marco nos estudos de gênero. No entanto, cabe pontuar, que uma das principais críticas ao seu sistema diz respeito ao fato da autora entender, naquele momento, o sexo como uma matéria prima biológica e, portanto, naturalmente adquirido pelos indivíduos, mas isentando-o de seu caráter construído sócio-culturalmente. Ela colocou de um lado o sexo/biologia atado à natureza e, do outro, o gênero/cultura

aberto à transformação da cultura uma ideia que, posteriormente, foram questionados pela perspectiva de gênero “relacional” de Scott (1995).

Nesse sentido, concorda-se com a crítica de Piscitelli (2002), quando esta afirma que a reformulação do conceito continua ancorada em bases naturalistas, pois Rubin busca desnaturalizar as causas da subordinação das mulheres com base em pressupostos teórico-metodológicos naturalistas, especialmente no parentesco conforme discutimos anteriormente.

A despeito das críticas, o que interessa reter aqui desta abordagem, conforme sugere a autora, é a operacionalização do “conceito de gênero [que] passou a ser desenvolvido como alternativa ante o trabalho com patriarcado” (PISCITELLI, 2002, p. 18). E também a sua relevância ao colocar em questão a ideia monolítica de opressão feminina universal trans-histórica, com bases no patriarcado. Uma vez que as abordagens sobre trabalho sexual embasadas na operacionalização das noções de patriarcado e dominação masculina negam que mulheres em situação de prostituição fazem as suas escolhas com autonomia.

Atento a tais aspectos, o primeiro exercício para definição deste marco conceitual consistiu em reafirmar a necessidade de desnaturalizar as prescrições e as práticas sociais que são atribuídas, incorporadas e naturalizadas por mulheres e homens, como marcações masculinas e femininas dos papéis de gênero. Mas é importante sublinhar que ao fazer a leitura do sistema sexo/gênero não se está retificando a dicotomia natureza/cultura, homem/mulher, sexo/gênero. De fato, intenta-se aqui recuperar brevemente a discussão que situa a inserção, de forma sistemática, da categoria gênero nos estudos feministas que, posteriormente, foi revisada por diferentes teóricas feministas inspiradas pela leitura da *História da Sexualidade*, de Michel Foucault que causou significativo impacto nos estudos sobre gênero, sexualidade e poder.

Assim, devido ao caráter analítico que na pesquisa imprime o tratamento dos dados empíricos foi imprescindível pensar “gênero” como uma categoria necessária para compreender a construção eminentemente social da diferença entre as identidades de gênero. Desse ponto em diante, situamos algumas abordagens e a forma como gênero é concebido enquanto um conceito analítico central neste estudo e sua intersecção com o trabalho sexual.

O avanço de Juan Scott (1995) em relação à reformulação do conceito “gênero” busca superar as limitações do sistema sexo/gênero idealizado por Rubin (1985). Uma das características presentes na sua conceitualização é o caráter relacional de gênero que requer a análise tanto dos homens quanto das mulheres em conjunto, como também a distinção entre as categorias sexo e gênero. Além disso, gênero é pensado por Scott como uma construção exclusivamente social das diferenças entre os sexos e, também, como um campo primordial onde o poder se articula de forma difusa.

No texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott definirá gênero a partir de duas proposições e diversos subconjuntos:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização social das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

Scott historiciza o conceito de gênero e propõe seu uso como categoria analítica e instrumento metodológico para compreender como, durante a história, se produziram e legitimaram as construções de saber/poder sobre a diferença sexual. Ao fazê-lo, ela recorre à noção de “poder” de Foucault (1981), que segundo aponta não está localizado em uma instituição, e nem tampouco como algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos; ele estuda o poder não para criar uma teoria do poder, mas tentando identificar os sujeitos atuando uns sobre os outros.

Desse modo, “gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p. 72), dando conta de que as mulheres e os homens devem ser definidos em termos recíprocos e não podem ser entendidos separadamente. Se o gênero é relacional, como propõe Scott, não se pode admitir um poder masculino absoluto, pois as mulheres possuem parcelas de poder, ou seja, um contrapoder.

Scott (1995) sugere uma nova história onde o gênero seja redefinido e reestruturado, com base numa visão de igualdade política e social. Nesse sentido, ela propõe gênero como uma categoria útil para a análise histórica não somente nos âmbitos do sexo como de classe e raça. Mas o aspecto instigante,

apresentado pela pesquisadora, é a sua explicação dos componentes embutidos na primeira parte de sua conceituação na qual gênero é definido como "um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados" (SCOTT, 1995, p. 86), como segue.

Em primeiro lugar, como se pontuou acima, há símbolos culturalmente disponíveis que invocam representações simbólicas e, com frequência, contraditórias – Eva/Maria como símbolos da mulher na tradição cristã – mas também representados pelos mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, salvação e pecado, inocência e corrupção/sedução. Tais símbolos culturais são apropriados pelas instituições que modelam representações idealizadas de como devem ser as mulheres e, por oposição, como não devem ser; por exemplo, a figura da prostituta como contra modelo da “mulher direita”.

No segundo elemento, os conceitos normativos binários expressam as interpretações dos símbolos e definem o significado do homem e da mulher e são expressos nas doutrinas jurídicas, educativas, políticas e religiosas. A segunda dimensão do gênero, da noção proposta por Scott, expressa não somente os papéis sociais de gênero como também se manifesta nos estatutos jurídicos, políticas educacionais, produção científica, códigos de condutas de instituições, entre outros. Entretanto, os conceitos normativos idealizados a partir das representações simbólicas têm historicamente subalternizado as mulheres nas esferas social, econômica e política. No Brasil, por exemplo, há leis implementadas que limitam os direitos sexuais e reprodutivos plenos das mulheres (aborto e direitos ao corpo³⁹ constam como pautas das ativistas da prostituição).

No terceiro elemento proposto, surge a noção de uma identidade subjetiva confirmada nos papéis sociais de gênero, de atualização concreta, realizada por homens e mulheres: onde "os homens e as mulheres reais não cumprem sempre,

³⁹ A apesar do Governo brasileiro ser signatário de documentos de Conferências das Nações Unidas que consideram o aborto um grave problema de saúde pública (*Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, realizada no Cairo, em 1994) os quais recomendam que os países revisem as leis que penalizam a prática do aborto considerado inseguro, isto é, que traz riscos para a vida e a saúde da mulher (*Plano de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher*, realizada em Beijing, em 1995), o Congresso brasileiro não tem demonstrado abertura para essa discussão.

nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de suas sociedades ou de nossas categorias analíticas" (SCOTT, 2005, p. 88). Nessa dimensão, os indivíduos internalizam os papéis sociais que são incorporados por meio da socialização, dos processos educativos e da internalização das regras sociais e jurídicas.

O quarto aspecto, por fim, é constitutivo das relações de gênero e traduz o modelo binário e fixo de homem e de mulher no nível da política, das instituições e organizações sociais. Essa dimensão se materializa na esfera organizacional onde são reforçadas cotidianamente as assimetrias de gênero. As mulheres são constrangidas (e fiscalizadas) nos espaços das instituições à incorporarem papéis de gênero que as subalternizam. Ainda, em relação a quarta dimensão, Scott pontua que gênero envolve não somente a família e as instituições sociais, "ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco" (SCOTT, 2005, p. 87).

Noutras palavras, significa dizer que a posição de homens e mulheres dentro de cada sistema social, a valorização ou desvalorização do seu trabalho e o seu *status* dentro da instituição família, dentre as demais, são construções de gênero no humano. E ainda, o ser mulher é construído por relações assimétricas de gênero (mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens, e outros).

Nesse sentido, a perspectiva relacional demonstra que as mulheres são socializadas não somente para serem dóceis, femininas, submissas e emocionais (e seguramente são controladas nestes papéis sociais pelas normas e instituições), mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade e virilidade como atributos de sua sexualidade. Tal perspectiva permite ao feminismo colocar novas questões, tais como: de que modo gênero é produzido e sustentado pelos indivíduos em interação uns com os outros? Por meio de quais estruturas institucionais, práticas culturais e representações simbólicas o gênero opera produzindo desigualdades? Há contextos nos quais os papéis de gênero não tenha a função de controle social da mulher?

Desse modo, Rubin, Scott e Foucault apresentam uma base teórico metodológica para se discutir a relação conflitual entre indivíduo e sociedade de

forma ampliada, quando identidades emergentes de diferentes matizes buscando reconhecimento se (re)afirmam por meio de movimentos de contrapoder. Assim, essas abordagens permitem pensar na possibilidade de diferentes processos de subjetivação de gênero vivenciados por mulheres no trabalho sexual.

2.3.1 A intersecção entre gênero e trabalho sexual

Uma contribuição central para esta investigação (levando-se em consideração a construção social das assimetrias de gênero), de acordo com o que foi discutido anteriormente, deve-se também ao estudo de Juliano (2005), particularmente o seu texto *El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos*. Nele, Juliano defende a legalização da prostituição como uma política que permitiria às mulheres que se prostituem o empoderamento necessário para enfrentar as dificuldades do trabalho sexual. Tal estudo é a evidência de que a falta de regulamentação da prostituição incide significativamente no aumento da vulnerabilidade e do estigma que é imputado sobre as trabalhadoras sexuais, especialmente daquelas que se dedicam à prostituição de rua.

Para Juliano (2005), compreende-se melhor o trabalho sexual quando ele é contextualizado e situado como o ponto máximo da estigmatização social. Os argumentos teóricos dessa feminista argentina radicada na Espanha há três décadas, são marcados pelos estudos de gênero quando ela busca discutir essa atividade e as implicações de seu estigma sobre a trabalhadora. Ao discutir sobre o peso social do estigma sobre o trabalho sexual observa, Juliano sublinha que:

A correlação inversa entre realização profissional e prestígio social que se dá em todas as tarefas tradicionais femininas, alcança a sua maior expressão no caso do trabalho sexual, onde as vantagens de ganhos médios ligeiramente superiores aos salários médios se anulam socialmente com o enorme incremento da estigmatização, que inclui a violência simbólica de negar as suas atividades as condições e dignidades de trabalho. Assim se situa uma opção de trabalho que não é delito, no mesmo campo de estigmatização que a sociedade reserva a delinquentes e às pessoas afetadas por drogadição (JULIANO, 2005, p. 82-83). (Tradução nossa)

O argumento da antropóloga também é o de que as vantagens econômicas percebidas pelas prostitutas em relação às demais modalidades de trabalho relegadas às mulheres das camadas baixas da sociedade como, por

exemplo, o trabalho doméstico e os setores de cuidados de crianças e idosos se anulam socialmente devido à estigmatização. A análise da autora aponta que a sociedade patriarcal reserva às mulheres diferentes papéis familiares e profissionais cuja valorização social vai da aceitação à recusa. Por isso, há um custo social infringido às mulheres que desempenham papéis sociais e profissionais socialmente pouco aceitáveis.

De acordo com isso, os papéis sociais prescritos às mulheres como, por exemplo, o casamento e a maternidade conflitam com o trabalho sexual assumido por algumas mulheres como alternativa de renda. Por este aspecto, a sua abordagem parece bem sugestiva por conceder peso equivalente à prostituição feminina como atividade onde se percebem as assimetrias de gênero. Assim, sublinhando justamente a dimensão normativa da construção social de assimetrias, Juliano afirma: “La fuerte discriminación social referente a la prostitución se apoya en las especificaciones de género imperantes en nuestra sociedad. Se han construido modelos de cómo deben ser los hombres y cómo deben ser las mujeres, y esto determina las expectativas, los premios y las sanciones” (JULIANO, 2005, p. 84).

Nesse mesmo sentido, Juliano (2003) evidencia que a desvalorização do trabalho sexual se mantém pela sua função pedagógica em relação às mulheres não prostitutas. O principal mecanismo de dissuasão dessa atividade é a violência simbólica, conforme sublinha a autora, que reflete em diversas formas de discriminação e rejeição social. No entendimento dela, esses mecanismos podem resultar também em violência física como, por exemplo, situações de maus tratos, cárcere privado e assassinatos. As diferentes formas de violências reservadas às mulheres que se afastam dos papéis sociais são o reflexo da estigmatização sobre a prostituição, pois, do ponto de vista das feministas de orientação marxista (especialmente as abolicionistas), “estabelecer barreiras entre umas mulheres e outras tem sido uma estratégia habitual do patriarcado” (JULIANO, 2005, p. 84).

À vista disso, retomando a questão dos papéis familiares e profissionais constata-se que os papéis de gênero têm garantido aos homens a apropriação não remunerada do tempo livre das mulheres dedicados aos serviços domésticos, ao trabalho reprodutivo e aos cuidados com a prole. Do mesmo modo, os homens têm acesso aos serviços sexuais das mulheres de forma ilimitada e gratuita, os

quais lhes são garantidos através de contratos matrimoniais ou de relacionamentos afetivos (PATEMAN, 1993). Assim, as prostitutas por utilizarem a sexualidade fora dos parâmetros estabelecidos pelos papéis de gênero, cobrando pelos serviços de natureza sexual, são tomadas como um contramodelo para as mulheres não prostitutas.

Nesta linha de compreensão, a desvalorização da prostituição também é resultado de ações orquestradas pelo aparelho estatal através da articulação com os setores conservadores da sociedade civil e da Igreja. Primeiro pela ausência (e negação) de políticas que regulamentem as atividades e os setores de serviços vinculados ao trabalho sexual; segundo, através da criminalização expressa em legislações proibicionistas e abolicionistas, que impactam tanto nas prestadoras de serviços sexuais como nos agentes vinculados a elas. Nesses termos, ambas as situações alocam as trabalhadoras sexuais em posições antagônicas: ora são representadas como vítimas destituídas de vontades próprias, ora como criminosas que subvertem a ordem moral e institucional (família, Estado, Igreja).

A leitura de Juliano alude à importância de considerar a dimensão “normativa” de gênero que impacta sobre as trabalhadoras sexuais e tem implicações no déficit de proteção legal e institucional da atividade. Isto implica, por exemplo, na perda legal de direitos econômicos em termos de direitos e deveres previdenciários, bem como na falta de reconhecimento de suas atividades como trabalho regulamentado implicando na autopercepção negativa que a profissional do sexo tem da prostituição.

Por um lado, se não há reconhecimento social e, conseqüentemente, lhes é negada a regulamentação das atividades, perde-se a autonomia e a capacidade de organização política. Por outro, somente uma cobertura legal do trabalho sexual possibilitará o empoderamento das trabalhadoras e, por conseguinte, um avanço qualitativo nas condições de autopercepção das situações de exploração econômica de seu trabalho. Esta forma de pensar as implicações da falta de regulamentação da prostituição contribui para mostrar como as dimensões de gênero de Scott (1995) intersectam com o trabalho sexual possibilitando, desse modo, a compreensão dos modos como as trabalhadoras sexuais agenciam as suas práticas transpondo os limites da sexualidade para além dos papéis de gênero sublinhado, justamente, as dimensões subjetiva, institucional e normativa.

Também contribuiu para este estudo, a noção de “arquetípico viril” apontada por Juliano (2005) como uma estratégia relacionada à construção social das desigualdades de gênero. Tal estratégia funciona como um instrumento que molda os papéis sociais de gênero, garantindo aos homens certos privilégios em detrimento de um conjunto de obrigações prescritas às mulheres. A principal função desse dispositivo é discriminar a prostituta e os seus serviços, buscando garantir aos homens em relações convencionais o amor e os serviços sexuais gratuitos de suas companheiras.

Quando se deparam com as prostitutas que não dão amor e somente prestam seus serviços por um valor combinado, encontrar essa relação negociada mortifica seu ego, por isso buscam restabelecer simbolicamente o equilíbrio, depreciando e desvalorizando as suas interlocutoras na relação pactuada (JULIANO, 2005, p. 86). (Tradução nossa)

Numa relação monetarizada, a apropriação dos serviços sexuais por um tempo determinado ocorre através de um contrato, que quebra o monopólio masculino sobre a sexualidade de uma mulher. Tal relação situa o homem em uma posição desigual em relação à mulher com a qual ele estabelece um contrato sexual, a partir do qual são estabelecidas a modalidade, o tempo e o valor dos serviços que serão prestados.

Como se demonstrou, isso posto, a negociação dos serviços sexuais subverte a lógica da obrigação sexual da mulher, da apropriação e do acesso incondicional ao seu corpo feminino. Nesse intercâmbio, como não há espaço para conquistas, seduções e demonstrações de virilidade, o arquétipo viril é acionado pelos homens ao desqualificarem a parceira contratada e os serviços sexuais prestados. Desse modo, o gênero enquanto uma variável oferece uma importante contribuição para a análise das relações de poder que permeiam as interações sociais e prestações de serviços de natureza sexual estabelecidas entre as prostitutas, seus clientes e proprietários dos bares de prostituição.

Para investigar sobre articulação do trabalho sexual com as relações de gênero e sexualidade nas práticas das trabalhadoras sexuais, foi considerado o esquema sinóptico (**Figura 2**).

Esquema sinóptico da intersecção entre as quatro dimensões das relações de gênero e o trabalho sexual

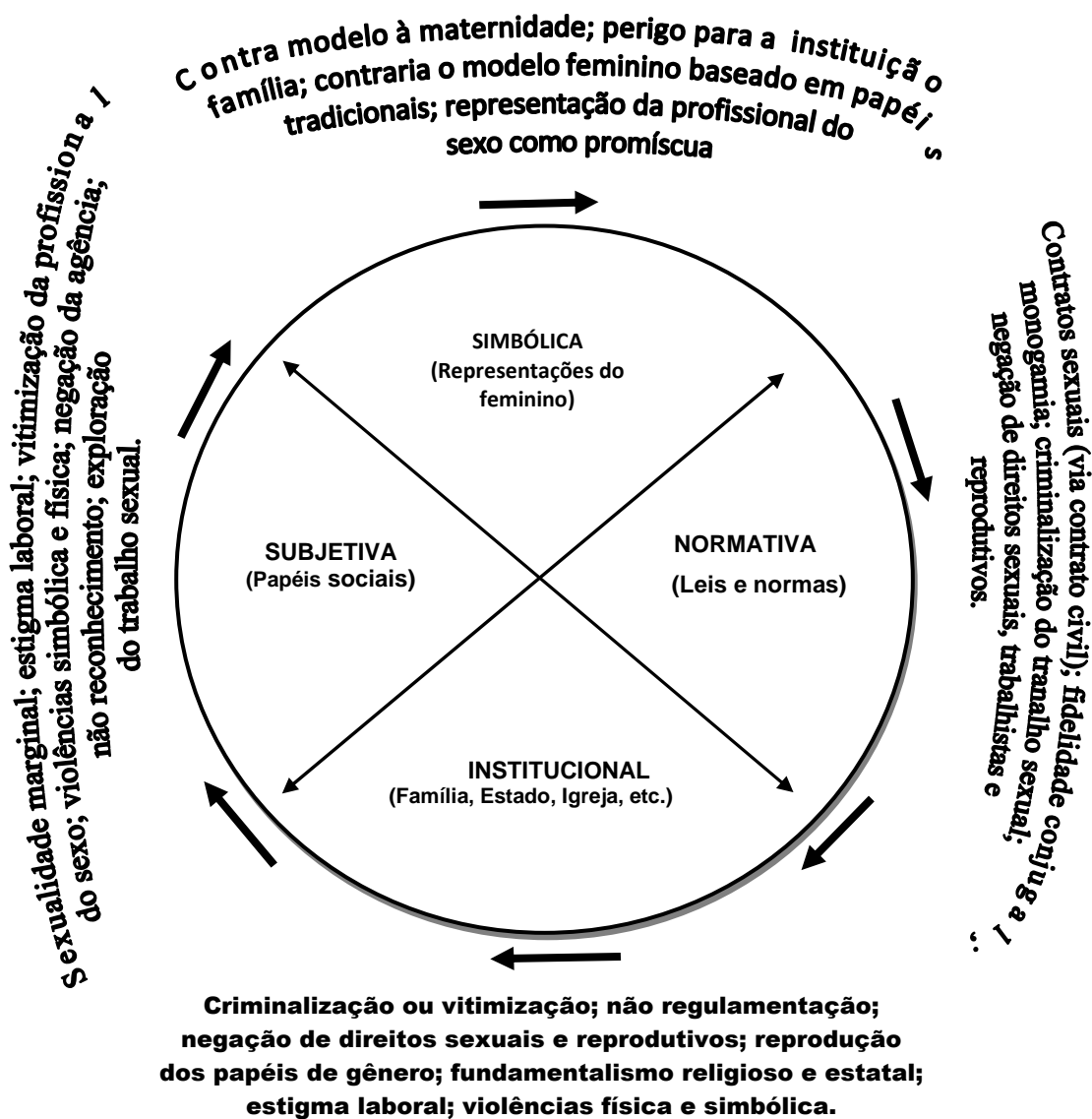


Figura 2: Esquema sinóptico da intersecção entre gênero e prostituição feminina
Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Tal quadro foi elaborado a partir das quatro dimensões de gênero: simbólica (representações), normativa (leis, estatutos e normas), institucional (lôcus das desigualdades) e a subjetiva (papéis de gênero) – conforme a idealização de Scott (1995).

As questões discutidas nesta subseção e ao longo da segunda seção enfatizam a categoria gênero com as suas dimensões normativas, enquanto um conceito de análise imprescindível para compreender as desigualdades que são produzidas no âmbito da prostituição feminina.

Na próxima seção, prossegue-se a discussão trazendo a noção de sexualidade como um dispositivo histórico de poder para, posteriormente, destacar os efeitos da intersecção entre gênero e sexualidade sobre a identidade subjetiva da trabalhadora sexual.

2.4 A sexualidade na perspectiva do feminismo

A discussão apresentada na seção anterior teve como foco principal situar o surgimento da categoria de análise “gênero” e a forma como esta passou a ser incorporada e revista pelos estudos feministas a partir dos anos de 1980. Na subseção, tomamos como base o conceito de gênero e a forma como os papéis sociais têm produzido hierarquias em termos da sexualidade feminina e o quanto a subversão desses pelas prostitutas pode marginalizá-las.

Em ambas as seções, trazem-se questões relativas à prostituição fundamentadas em perspectivas que a reconhecem como uma modalidade de trabalho que é deslegitimado socialmente, por romper com os papéis de gênero impostos cultural e socialmente às mulheres. Deste ponto em diante, portanto, passamos a discutir a emergência do conceito “sexualidade” enquanto um dispositivo de poder que interseccionado com o gênero produz efeitos sobre a identidade subjetiva da trabalhadora sexual.

Duas questões conduzem a discussão que se desenvolve aqui: Como os elementos constitutivos das relações de gênero produzem desigualdades que se expressam na falta de autonomia sobre o corpo e a sexualidade feminina? Que reflexos essas desigualdades têm sobre as trabalhadoras sexuais? São questões que têm sido tema de discussão entre as diferentes correntes femininas, conforme seguimos sublinhando.

Inicialmente cabe pontuar que apesar das tensões que perpassam as discussões acerca do trabalho sexual, há um ponto para o qual convergem as diferentes concepções feministas acerca da prostituição feminina, que é a sexualidade – definida como sendo uma construção patriarcal através dos papéis sociais de gênero. Do mesmo modo, é unânime entre as diferentes orientações feministas que os “padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável — um poder historicamente enraizado” (LOURO, 2000, p. 40).

Tal poder se manifesta no controle e acesso sobre o corpo feminino como, por exemplo, a criação de leis, disciplinas, normas e regulamentos androcêntricos que visam controlar as formas de acesso ao sexo, os direitos reprodutivos, a legalidade ou ilegalidade de práticas sexuais. Entretanto o ponto de fricção das feministas está na forma como as mulheres utilizam a sexualidade, especialmente no modo como os homens têm acesso a seus corpos. Além disso, a despeito de que uma parcela expressiva das feministas localize certo androcentrismo na perspectiva foucaultiana, permanece a confluência de ambos ao pensar o corpo como lugar de disputa política e relações de poder.

Na acepção do feminismo radical (de orientação abolicionista), a sexualidade feminina constitui-se, potencialmente, de dominações de gênero e, deste modo, o sexo mercantilizado é percebido como uma das expressões capitalista da “dominação masculina”. Em oposição às feministas radicais, as de orientação liberal (defensoras da perspectiva laboral/trabalhista) encaram a sexualidade feminina “desviante” como símbolo de autonomia sexual para as mulheres e ameaça à dominação masculina e, por assim pensarem, aproximam-se dos movimentos de prostitutas organizadas nos anos 1970.

Por um lado, percebe-se o sexo como sendo a fonte de opressão das mulheres⁴⁰ (sejam elas prostitutas ou não), por ser percebido como uma forma de extensão dos privilégios masculinos. Por outro, é considerado como uma fonte de poder feminino que deve se desvincular das funções reprodutivas – lembremos das discussões de liberação sexual dos anos de 1960 e 1970. Noutras palavras, significa dizer que para a corrente de pensamento feminista radical a origem da opressão da mulher está localizada na sexualidade e nas funções reprodutivas.

⁴⁰ Simone de Beauvoir, que marcou a visibilidade dos feminismos no século XX ao publicar o *Segundo Sexo* (1949), equipara pela via do sexo (considerado como fonte de opressão econômica e sexual da mulher submetida à dominação masculina) a condição da esposa a da prostituta, segundo a qual, a primeira se vende pelo casamento (via contrato), já a segunda se vende pela prostituição, o que as diferencia são o preço e o tempo de duração do contrato. Décadas depois, Carole Pateman, publica *O Contrato sexual* (1993), onde afirma que “o direito patriarcal está claramente corporificado na ‘liberdade de fazer contratos’” (p. 279); essa feminista australiana faz uma reinterpretação da teoria política clássica apontando que o contrato de casamento (e também da prostituição entendida por ela como um acordo entre vendedor e comprador) ainda é um contrato que estabelece a dominação dos homens sobre as mulheres através do que ela denomina “patriarcado moderno”.

As teóricas feministas liberais também procuram compreender a prostituição centralizando as suas análises na sexualidade – mas diferentemente das primeiras –, essa corrente de pensamento defende que a prostituição tanto pode ser vista como uma forma de reiteração do poder masculino, quanto como uma fonte de resistência à dominação masculina; já que a sexualidade é compreendida por certa parcela do feminismo – tomando por base Foucault (2014) – como um dispositivo histórico de poder com efeitos na subjetividade (afetos, desejo, prazer, sexo).

Na trilha aberta pelas feministas liberais, a sexualidade (não restrita apenas ao ato sexual) não pode ser compreendida dissociada das relações de gênero, as quais impõem modos diferenciados do exercício da sexualidade de acordo com cada sexo biológico (masculino/feminino). Do mesmo modo, a prostituição deve ser compreendida segundo o contexto sociocultural da problemática de pesquisa, que se desdobra para o econômico e social.

Daí, também, a importância de se situar a categoria de análise “sexualidade” incorporada pelos feminismos pós-modernos dos fins dos anos 1980, cuja base conceitual de análise fundou-se, inicialmente, nos estudos de Michel Foucault. Justamente em um momento onde surgiam novas abordagens feministas que iniciaram a discussão da sexualidade, em especial a feminina, abordando sexo e gênero como sistemas portadores de certa autonomia (COLVERO 2010; PISCITELLI, 2013).

Desde então, o estudo sobre a *História da sexualidade I*, de Michel Foucault, tem sido central para as discussões acerca do corpo e da sexualidade entre cientistas sociais e historiadores/as, especialmente os/as que adotaram a perspectiva de gênero relacional com base no construcionismo social. Apesar de algumas críticas feministas às ausências relacionadas às questões das mulheres e da diferença sexual em Foucault, os conceitos foucaultianos demonstram bastante pertinência operacional para os estudos feministas⁴¹.

⁴¹ No texto, “Problematizações feministas à obra de Michel Foucault”, Nardi e Narvaz (2007) destacam algumas convergências (e também contribuições) entre o autor e os feminismos, como as questões da ética, da liberdade, do poder, da crítica à razão ocidental e à teoria universalizante do sujeito; com a mesma profundidade e capacidade de síntese, os autores também apontam algumas áreas consideradas problemáticas por teóricas feministas na obra de Foucault, entre elas a omissão dos aspectos de gênero e da erótica feminina (pensada por ele a partir do modelo masculino grego e romano) em seus escritos sobre a história da sexualidade e da subjetividade e,

Parece-nos que embora o livro seja um estudo da história da sexualidade moderna no século XIX, de fato, o foco desses estudos consiste em suas concepções contemporâneas, sobretudo, aquela que prevaleceu entre os anos 1960 e 1970. Foucault (2014) dedica-se mais a fazer a história política de uma produção de "verdades" do que propriamente a sociologia histórica das proibições acerca do corpo, do sexo e da sexualidade. Assim, aponta para a desconstrução da ideia de "sexualidade reprimida" como causa de inúmeras neuroses humanas, que precisava ser liberta dos vários mecanismos de poder repressivos limitadores de uma sexualidade autêntica, natural e saudável (OKSALA, 2011).

Na acepção foucaultiana, as concepções e experiências do indivíduo com a sexualidade é sempre resultado de convenções culturais e mecanismos de poder dos quais depende para existir. Nesse caso, ele considera que libertar-se de um conjunto de normas significava adotar em seu lugar outras normas que poderiam mostra-se, igualmente, imperativas e normalizadoras; já que colocar o sexo em discurso era uma estratégia do "biopoder" desde o surgimento da ideia de população no século XVIII, considerando que esse parte do dispositivo de sexualidade que aprisiona o indivíduo.

O interesse desse filósofo francês pela investigação histórica, a sua concepção de poder das lutas específicas, a busca das discontinuidades como forma de desnaturalizar as normas sociais e, especialmente, a constituição do sujeito e a percepção da sexualidade como "dispositivo histórico de poder" (e não como um dado biológico) nos permite afirmar que há convergências entre parte de sua obra e o pensamento feminista. Nesse sentido, a noção de poder de Foucault foi adotada por Scott em sua reelaboração do conceito de gênero como uma forma primária de manifestação de poder.

Na mesma direção, Desmond e Quinby (1988) destacam alguns pontos de convergência entre a obra de Foucault e o pensamento feminista:

- 1) ambos identificam o corpo como o local de poder, como o lócus de dominação através do qual a docilidade é executada e a subjetividade constituída; 2) ambos apontam para as relações locais do poder ao invés de concebê-lo apenas como o poder vertical do Estado ou do capital; 3) ambos enfatizam o papel crucial do discurso e sua capacidade de produzir e sustentar as

também, "o uso de formas masculinas de práticas eróticas como modelo generalizante a partir da sexualidade antiga" (2007, p. 45)

formas de dominação e enfatizam os desafios e as possibilidades de resistência dos discursos marginalizados; 4) ambos criticam o humanismo Ocidental que tem privilegiado a experiência da elite masculina em seus universais de verdade, liberdade e natureza humana (DESMOND e QUINBY, 1988, apud NARVAZ e NARDI, 2007, p. 47).

Desta feita, as reflexões desse expoente do estruturalismo francês cruzaram-se e, em certa medida, subsidiaram as teóricas feministas pós-estruturalistas em suas “produções teóricas e políticas nas últimas décadas” (DESMOND e QUINBY, 1988). Nesse sentido, elas têm buscado desvelar no histórico-social e cultural os quadros de disciplinarização e formas de controle político dos corpos, que produzem aparatos tecnológicos próprios, padrões de funcionalidade e utilidade (política e econômica).

Os estudos da fase⁴² “genealógica” – sendo o termo que Foucault escolheu para a sua análise do poder –, trazem questões acerca da sexualidade que convergem para o pensamento feminista que se adota como perspectiva de abordagem, onde são discutidas as relações entre o poder, o saber e o corpo nas sociedades modernas. Dessa fase de investigação, decorre a percepção de que o corpo participa diretamente das práticas de poder – não apenas como objeto de saberes –, mas lugar de atualização do poder que não “se concentra, não se centraliza, nem se totaliza. Ele faz e se desfaz em focos” (CARDOSO JUNIOR, 2011, p. 162).

Desse modo, a despeito das diferenças e das tensões constitutivas da abordagem, uma parcela significativa das feministas passou a operar – incorporando em suas pesquisas – ferramentas conceituais foucaultianas na desconstrução de discursos hegemônicos acerca do gênero e do sexo (NARVAZ e NARDI, 2007). Uma das tensões foucaultianas incorporada às discussões feministas refere-se aos efeitos normatizantes dos modos de dominação centrados na visão masculina – denominada como falocentrismo ou

⁴² No final dos anos 1960, Foucault lança mão da “genealogia” como complemento da análise arqueológica iniciando sua investigação poder próprio aos regimes discursivos, publicando os resultados de sua pesquisa no texto a *Ordem do Discurso*, de 1970. Em um segundo momento, conforme indica Cardoso Jr. (2011, p. 161), “especialmente representado pelo livro *Vigiar e punir e História da Sexualidade*, vol. I, a Genealogia deixa de ser um recurso complementar e passa a englobar a Arqueologia, pois se dedica às ‘relações entre o poder, o saber e o corpo na sociedade moderna’. Essa mudança é catalisada pela percepção de que o corpo participa diretamente das práticas de poder, e não apenas como objeto dos saberes, mas como um lugar de atualização do poder”.

androcentrismo –, e presentes na produção da subjetividade humana, os quais têm, também, implicações sobre a produção dos discursos sobre a sexualidade. Contribui para essas abordagens:

Sua ideia de poder produtivo – poder que produz e incita formas de experiência e conhecimento, em vez de reprimi-las e censurá-las – forneceu valiosas ferramentas para a contestação de ideias políticas conservadoras sobre sexualidade, gênero, delinquência e doença mental. Seu pensamento foi uma importante fonte intelectual e política para ativistas gays, bem como para outros radicais da cultura (OKSALA, 2011, p.10).

Nesta direção de entendimento, as práticas de poder são apontadas por Foucault como “práticas discursivas” geradoras de verdades dos discursos e saberes científicos. Ele chega a tal entendimento ao analisar o entrelaçamento dos saberes científicos (a medicina, a psiquiatria, os discursos morais e, também, a justiça penal, a política e a religião) surgidos a partir do século XVIII com as práticas de poder (FOUCAULT, 2014).

Isso porque naquele período – conforme indica Foucault – houve uma proliferação de discursos (úteis, científicos e públicos) sobre o sexo, incitados especialmente pelo poder. De fato, os discursos de saber/poder – que tinham a função de classificar, prevenir, proteger e separar e que foram difundidos, especialmente, através das instituições –, não objetivavam reduzir ou proibir as práticas sexuais, contrariamente, objetivam o controle do indivíduo e da população (FOUCAULT, 2014).

De todo modo, a noção de poder foucaultiana adotada por algumas correntes feministas – para contestar ideias conservadoras acerca da sexualidade – rejeita a concepção jurídica de poder vinculada à “hipótese repressiva”; assim, considerando as palavras de Foucault (2014, p. 89): “a história dos últimos séculos nas sociedades ocidentais não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo”. Ele segue tal pista com vistas à reconfigurar a relação entre sexualidade e poder demonstrando, através do método genealógico, que a “sexualidade tornou-se objeto de um novo tipo de discurso – médico, jurídico e psicológico – e de o discurso ter de fato se multiplicado” (OKSALA, 2012, p. 87).

A hipótese repressiva defendia que desde a Era Vitoriana (1837 – 1901) a sexualidade era reprimida e o discurso sobre o sexo fora silenciado. Tal hipótese estava fundamentada na ideia de que desde o século XVIII – com a ascensão da burguesia – a sociedade vivia uma fase de repressão sexual onde o sexo estaria reduzido à função reprodutora. Lembre-se que naquele contexto a força de trabalho passou a ser muito explorada na crescente produção industrial e, por esse aspecto, acreditava-se que as energias não poderiam ser dissipadas nos prazeres com o sexo.

Noutra direção – antes de se partir da noção de “repressão sexual” como evidência histórica, para escrever a história da sexualidade (e também do sexo) a partir da idade moderna –, Foucault (2014) entende que todos os elementos negativos atribuídos ao sexo adquirem uma função técnica de poder e de vontade de saber. Naquele contexto, o sexo é pensado apenas como um ato entre indivíduos do mesmo sexo, necessário para a procriação e perpetuação da espécie, nunca como uma ação corpórea resultado de desejos que levassem ao prazer e à diversão.

O esquadramento e enquadramento do sexo dentro de um contexto histórico-cultural influenciado por dispositivos de saber/poder coloca em evidência o sexo, que sai dos limites da esfera privada. Foi tal deslocamento que produziu a sexualidade como algo móvel submetido aos mecanismos de controle e da formação do sujeito moderno. Ao surgir como um novo objeto de discurso científico a partir do século XVIII, “a sexualidade tornou-se assim um constructo essencial na determinação não só moral de uma pessoa, mas também de saúde, de seu desejo e de sua identidade” (OKSALA, 2011, p. 87).

Desse modo, o “sexo” tornou-se uma questão de polícia (vigilância) passando a ser regulado por meio de discursos úteis e públicos. Mas para Foucault, todos os elementos negativos da interdição do sexo como, por exemplo, as proibições e censuras são somente parte de uma técnica de poder maior que têm uma função local e tática discursiva. Assim sendo, os indivíduos são obrigados, desde então, a dizer “verdades” sobre si (antes ditas apenas aos padres), confessando detalhes acerca da própria sexualidade aos médicos, terapeutas e psicólogos ou psiquiatras – o sexo é colocado em discurso. Naquele contexto:

[...] nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não sobre a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob a forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através das pesquisas quantitativas ou causais. Levar 'em conta' o sexo, formular sobre ele um discurso que não seja unicamente o da moral, mas da racionalidade, eis uma necessidade suficientemente nova para, no início, surpreender-se consigo mesma [...]. Cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar sobre um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se o poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 2014, p. 26-27).

Naquele contexto de transformações culturais, econômicas e políticas do século XVIII, os governos se atentaram, de fato, para além das questões inerentes as populações “com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, formas de alimentação e de *habitat*” (FOUCAULT, 2014, p. 28). Nessa direção, a leitura foucaultiana indica a idealização de um poder⁴³ disciplinar, num primeiro momento; e, posteriormente o biopoder que passam a adestrar os corpos e a população, em geral, no intuito tanto de multiplicar suas forças, para que possam produzir riquezas, quanto diminuir sua capacidade de resistência política. Lembre-se que essa visão de Foucault se relaciona ao momento em aparece a noção de “população” como problema econômico e político.

Nos termos da crítica foucaultiana, não se atuou apenas controlando a sexualidade, instituiu-se uma economia política da população, onde se passaram a afirmar que o futuro e a economia da sociedade estariam “ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo” (FOUCAULT, 2014, p. 29). A ideia de repressão sexual defendida por muitos teóricos, desse modo, é desconstruída pelo autor que aponta para o imenso aparelho construindo em torno do sexo para produzir a verdade.

⁴³ De acordo com o próprio Foucault indica em *Dits et écrits* vol. III, a concepção de poder apresentada nas obras as *Palavras e as coisas* (1966), *Arqueologia do saber* (1969) e *Ordem do Discurso* (1970) puramente negativa, contrasta com a noção de “biopoder” apresentada pela primeira vez na *História da sexualidade: vontade de saber* (1976).

Primeiro pela confissão pastoral “da penitência”; segundo pela confissão clínica/científica “do fazer falar” – ambos os procedimentos estavam interessados nos prazeres proporcionados pelo sexo. Uma vez que para Foucault (2014, p. 70): “A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo que se desenrola numa relação de poder”. Ele não nega a repressão sexual, mas avança destacando que as formas de exercício de poder sobre o corpo e o sexo vão muito além da repressão.

2.4.1 A sexualidade como um dispositivo histórico de poder

Foucault demonstra como as concepções e experiências acerca da sexualidade dos indivíduos são o resultado de convenções culturais e mecanismos de poder, localizados historicamente, dos quais depende para existir. Ele reconhece, de fato, que a repressão fora uma evidência histórica, porém ela não consistia numa instrumento de análise do poder. Não haveria nenhuma sexualidade natural ou autêntica a recuperar, como nos alerta Oksala (1996) em sua leitura de Foucault, pois libertar a sexualidade de um conjunto de normas significava adotar outras que poderiam revelar-se, igualmente, imperativas e normalizadoras do sexo.

Nestes termos, a sexualidade, é definida por ele como um dispositivo histórico que produz um conjunto de efeitos sobre os corpos e comportamentos resultantes de uma rede de relações políticas complexas. Nestes termos (e em síntese):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas a grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2014, p. 115).

Desta feita, circunscrevendo às suas análises aos séculos XVII, XVIII e ao início do XIX, Foucault procura centrar-se na gênese e, sobretudo, na proliferação de discursos de saber/poder que convidavam a enunciar a sexualidade por meio de intuições como, por exemplo, a Igreja (confessionário), a escola (manuais

sexuais), o consultório médico (sexualidade saudável), a família conjugal e de saberes como a demografia, a medicina (psiquiatria, psicologia), a pedagogia, dentre outros saberes.

De acordo com a leitura foucaultiana, não é somente a “sexualidade normal” (heterossexual, monogâmica, sadia) que foi produzida, mas a figura do desviante sexual é produzida seja ela a representação do homossexual, da histérica, do masturbador, da ninfomaníaca, do perverso. Desta feita, “o prazer erótico [o sexo] se transforma em ‘sexualidade’ à medida que a sua investigação produz textos, manuais e estudos que distinguem a ‘sexualidade normal’ de seus domínios patológicos” (GIDDENS, 1993, p. 30).

É relevante ressaltar aqui que Foucault localiza a gênese da sexualidade como um dispositivo poder no “dispositivo de aliança” que foi perdendo importância a partir do século XVIII. O dispositivo de aliança tinha a função de manter a lei com seu conjunto de regras (definindo o permitido e o proibido), cumprindo a função de estrutura reprodutora das tramas das relações dentro do corpo social.

Em termos de função estruturadora das relações sociais, esse dispositivo valorizava o matrimônio, as relações de parentesco e a transmissão de nomes e bens estruturando-se, sobremaneira, em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido. Em face disso, ele mantinha uma relação estreita com a economia devido ao papel que podia desempenhar na circulação e transmissão de riquezas, enquanto o dispositivo de sexualidade passa a controlar o corpo que produz e consome (FOUCAULT, 2014).

Mas à medida que as estruturas políticas e os processos econômicos deixam de vislumbrá-lo como um instrumento eficiente de controle esse vai perdendo importância. Desse modo, como o dispositivo de sexualidade se desenvolve na célula familiar a partir do dispositivo de aliança a partir do século XVIII, “a família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (FOUCAULT, 2014, p. 118).

Daí, diferentemente do dispositivo de sexualidade, o que é pertinente para o dispositivo de aliança é o vínculo entre parceiros com *status* definido; uma vez

que para o primeiro, são as sensações corpóreas, “as qualidades dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues e imperceptíveis que sejam” (FOUCAULT, 2014, p. 116). De forma comparativa, Foucault define ambos os termos:

Numa palavra, o dispositivo da aliança está ordenado para a homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí o vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo para ele, ser a “reprodução”. O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o de reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (FOUCAULT, 2014, p. 116).

Na verdade, o que Foucault pretende demonstrar é que não houve uma ruptura substituição do dispositivo de aliança com a instalação do dispositivo de sexualidade a partir do século XVIII. Naquele momento, a família burguesa é o foco mais ativo da sexualidade onde os cônjuges são os principais agentes do dispositivo da sexualidade, dentro dessa estrutura “que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo ‘psicologizar’ as relações de aliança” (FOUCAULT, 2014, p. 120).

A leitura de Foucault de uma sequência de eventos históricos indica a fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade no interior da família em geral. A análise dos eventos que deram causa, a tal dispositivo histórico⁴⁴, permitiu o autor compreender: “que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família” (FOUCAULT, 2014, p. 118). Em torno desta análise, a de pensar no termo “dispositivo” aplicado à instância da sexualidade e, como sempre, ligado ao poder, seguindo uma perspectiva teórica de orientação feminista pós-estruturalista contemporânea, obtém-se segundo orienta Foucault, a produção de um objeto: o sexo.

De outro lado, o discurso que permeia a sexualidade (seja ele médico, pedagógico ou catequético) se deu inicialmente no âmbito do corpo, nos órgãos sexuais. Mas o discurso sobre o sexo aparece, de fato, como foco de interesse

⁴⁴ Nesse sentido, o autor localiza a formação do dispositivo de sexualidade a partir de quatro grandes estratégias que tiveram início no século XVII que se desdobraram no século XIX: “sexualização da criança, histerização da mulher, especificação dos perversos, regulação das populações; estratégias todas que passaram por uma família que precisava ser encarada não como poder de interdição e sim como fator capital de sexualização” (FOUCAULT, 2014, p. 124).

somente após o século XVIII, onde segundo o autor, “a noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal.” (FOUCAULT, 2014, p.168).

Vale lembrar que ao propor uma história da sexualidade, demonstrando a historicidade desse dispositivo, Foucault desconstrói a noção de sexo natural passando a inscrevê-lo no plano jurídico e político, levando a cabo a ideia de desnaturalização da sexualidade, lançado pistas para a compreensão do modo pelo qual convenções sociais permeiam os saberes e práticas sobre a sexualidade (PISCITELLI; GREGORI; CARRARA, 2003).

Nas relações de poder a sexualidade é um dos elementos dotados de enorme instrumentalidade utilizável em incontáveis manobras servindo às mais variadas táticas e negociações; ela funciona conforme técnicas móveis, poliformas e conjunturais de poder. Por exemplo, o uso instrumental do sexo, por motivação econômica; a sedução e a sexualidade e, sobretudo, a sensualidade, como ferramenta de persuasão. Desse modo, a sexualidade, então, segundo a abordagem foucaultiana, não seria um ímpeto natural e indócil a ser dominado pelo poder conforme indicava a “hipótese repressiva” ela é, antes disso, um dispositivo histórico, um conjunto de efeitos sobre corpos e comportamentos que são produzidos por uma rede de relações políticas complexas.

Nesse sentido, esse pensador pontua que esse dispositivo histórico de poder – importante para pensarmos seus efeitos sobre o corpo, o controle dos impulsos sexuais e, também, como um ponto de produção e difusão de poder – foi elaborado para e pela burguesia privilegiada, que buscava se autoafirmar através de discursos de verdade sobre seu sexo e dos cuidados com o corpo; difundindo-se, depois, pelo resto do corpo social, para controle de natalidade e moralização das classes populares, a partir de instrumentos diferentes, por exemplo, de uma política sexual expressa em manuais médicos, orientações pedagógicas, entre outras estratégias de poder (FOUCAULT, 2014).

Vê-se que o conceito sexualidade trazido por Foucault – adotado e discutido posteriormente por outros autores, especialmente as feministas pós-estruturalistas –, pode ser compreendido como um emaranhado de linhas que atravessa o indivíduo e a sociedade. A leitura desse emaranhado indica que a

vivência sexual adquire um significado único para cada indivíduo. Isto tem a ver, por um lado, como cada um se relaciona com o próprio corpo, desejos, experiências, fantasias, medos e necessidades. Por outro, é uma experiência histórica especialmente para as mulheres que têm em comum a vivência da sexualidade numa sociedade androcêntrica. Assim, a construção histórica de um modelo sexual feminino dominante androcêntrico considerado normal – cuja idealização se baseia no controle e na repressão (FARIA, 1998) – não consegue abarcar as experiências de todas as mulheres.

Há um conjunto de imposições sociais sobre a sexualidade feminina cujo objetivo principal é o de controlar o corpo da mulher. A regulação social da sexualidade feminina aparece na ideia de que o prazer é exclusivamente masculino (FARIA e NOBRE, 1998). Neste caso, os prazeres incomuns como, por exemplo, as práticas sexuais não convencionais devem ser suprimidas sob o risco de a mulher ser classificada como prostituta, já que às práticas “sexuais anormais” (sexo oral, sexo anal, inversão de posições, práticas ativas, etc.) não correspondem aos papéis reservados às esposas.

A leitura realizada aqui também confirma que a intersecção entre gênero e sexualidade produz categorizações que situam uma sexualidade normal e saudável em oposição a uma anormal e patológica. Torna-se relevante aqui abordagem foucaultiana porque conseqüentemente, estas categorizações levam a representações sociais precipitadas do trabalho sexual como algo inerentemente negativo. Em termos do trabalho sexual há uma vigilância constante sobre a sexualidade porque o fenômeno tem implicações no controle reprodutivo e na moralidade sexual mantida e, contraditoriamente, respaldada pela cientificidade.

Isto confirma que não se pode compreender a sexualidade dissociada da dimensão das relações de gênero que impõem maneiras hierarquizadas da vivência da sexualidade de homens e mulheres. Tal intersecção é altamente pertinente para a análise do trabalho sexual inserido na sua relação com as dimensões de gênero de Scott (1985), especificamente a dimensão dos símbolos culturais contraditórios, conforme foi abordado na primeira seção deste capítulo.

Os símbolos culturais materializam representações socialmente construídas das prostitutas como mulheres de vida fácil, sexualmente lascivas,

levianas, pecadoras, transgressoras das regras morais, destruidoras de lares, entre outras⁴⁵. São representações construídas com base na conduta sexual da prostituta que é considerada inadequada em relações aos papéis sociais de gênero da “mulher direita”. Sob tais circunstâncias, a imagem estigmatizada da prostituta reforça o peso social da culpa sobre as mulheres que operacionalizam as suas práticas sexuais em termos econômicos.

Nesta direção, os efeitos da intersecção entre gênero e sexualidade sobre a identidade subjetiva da trabalhadora sexual podem ser apreendidos através das seguintes dimensões:

- ✓ da normatização das práticas sexuais legítimas como sendo aquelas vinculadas à reprodução e aos relacionamentos estáveis, por exemplo: a difusão pré-noções de que as prostitutas não querem filhos/as, quando os têm são péssimas mães ou os abandonam **(sexo → reprodução)**;
- ✓ da representação da maternidade que está implicada diretamente na feminilidade, por exemplo: a maternidade e os cuidados com as/os filhos/as são colocados como valores imprescindíveis para a realização plena da mulher **(maternidade → auto realização feminina)**;
- ✓ da institucionalização das relações afetivas que está vinculada intimamente à conjugalidade monogâmica, por exemplo: as prostitutas são representadas como mulheres que estão sempre disponíveis sexualmente, por isso quando estabelecem relacionamentos estáveis carregam o estigma de mulheres infiéis que não criam vínculos familiares **(relacionamentos afetivos → monogamia/infidelidade)**;
- ✓ da regulação social da prostituição que está relacionada à intervenções políticas que podem criminalizar/proibir ou

⁴⁵ O reflexo das desigualdades de gênero entre profissionais do sexo pode ser ilustrado com o exemplo da prostituição viril, onde os homens (garotos de programas e michês) são representados como símbolos de masculinidade e, ao contrário, não carregam a mesma carga de estigmas e preconceitos imputada às mulheres que se ocupam da prostituição; esta evidência é o resultado das condições de subalternidade social da mulher – em termos de gênero e liberdades sexuais – manifestada no trabalho sexual que se contrapõe ao modelo dominante de sexualidade.

regulamentar o trabalho sexual, por exemplo: a repressão estatal da prostituição pode fomentar tanto o surgimento de culturas de resistência de coletivos como submeter as trabalhadoras à situações de exploração econômica, ou, pode anular os aspectos que tornam a atividade interessante para muitas mulheres como, por exemplo, o anonimato, o caráter informal das práticas, a flexibilidade de dias e horários de trabalho **(estatuto legal → autonomia/criminalizar/proibir)**.

A família é a instituição que busca garantir que a sexualidade esteja em conformidade com os padrões de normalidade, ainda que se tenha assistido a uma verdadeira revolução sexual a partir de meados do século XX; momento em que a sexualidade passa a ser pensada como meio de emancipação da mulher. Aqui estamos considerando – a partir de Foucault – que o dispositivo de sexualidade tem a sua origem no dispositivo de aliança (com o qual se aliou originando uma nova ordem de poder na família), transferindo para essa instituição a economia do prazer e a intensidade das sensações.

À vista disso, as discussões teóricas de Foucault acerca do dispositivo de sexualidade articuladas às abordagens de gênero são uma chave importante para compreender as questões deste estudo; uma vez que o objeto empírico permite investigar um conjunto de sujeitos que compartilham, cotidianamente, em suas práticas, experiências de transgressão dos mesmos papéis sociais femininos atribuindo-lhes sentido. Desta forma, as representações da prostituta amalgamadas na intersecção entre gênero e sexualidade, produzem efeitos no modo como a trabalhadora operacionaliza suas práticas de trabalho sexual transgredindo papéis sociais de gênero. Tal questão diz respeito às mudanças contemporâneas na percepção dos sujeitos acerca da vivência da sexualidade⁴⁶ e do erotismo.

⁴⁶ Na leitura realizada acerca da sexualidade na modernidade, Anthony Giddens, no livro *Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, traz contribuições que, em certa medida, complementam a abordagem foucaultiana ao ampliar a compreensão das principais transformações na ordem social moderna que, segundo ele, se manifestam no campo da intimidade. Giddens aponta para a revolução sexual assistida durante as últimas décadas, representando algo novo em termos de potencial de liberdade, onde as mulheres exerceram um papel muito importante na transformação da intimidade no campo de possibilidades de democratização da esfera pessoal. Isso quer dizer que a emergência do que ele chama

Nesse sentido, a abordagem acerca da sexualidade de trabalhadoras sexuais não se restringe exclusivamente ao ato sexual venal. Tomada aqui como um dispositivo histórico de poder, a sexualidade é permeada por inúmeras tradições e práticas sociais, familiares, jurídicas, científicas, morais e religiosas que se inter-relacionam às formas contra hegemônicas de sujeitos à margem dos padrões sexuais considerados normais.

A sexualidade abrange uma totalidade que alcança para além do corpo físico compreendendo relações afetivas, econômicas e culturais e, também, interesses recíprocos, realização de fantasias, percepções de mundo e liberdades individuais. Na próxima seção abordamos a noção de autonomia rediscutida pelo feminismo político e a sua articulação com as perspectivas que buscam identificar a capacidade de autonomia pessoal dos indivíduos tomando por base a capacidade do sujeito racional.

2.5 A autonomia individual do sujeito do feminismo político

No limiar dos 1960, o feminismo assumiu o empoderamento das mulheres como uma condição para a mudança do *status quo* feminino. Isso implicava em uma alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem e perpetuam a posição de subalternidade da mulher dentro das estruturas sociais. Um dos elementos centrais trazidos pela chamada “segunda onda do feminismo” diz respeito à construção social da mulher e aos limites impostos à sua capacidade de agência autônoma (MIGUEL, 2016). Nesse segundo momento, as feministas estavam preocupadas especialmente com o fim da discriminação e com a conquista da igualdade plena entre os sexos.

O empoderamento produziria, conforme defendiam as feministas da segunda onda, transformações de ordem econômica, política e social que garantiriam às mulheres autonomia no controle do seu corpo, dos direitos reprodutivos, da sua sexualidade e de suas liberdades individuais. Tais valores dizem respeito ao ideal de emancipação feminina e ao exercício dos ideários que se opõem aos modelos de dominação que impõem as assimetrias de gênero,

“sexualidade plástica” foi o ponto marcante na “emancipação” da mulher no que diz respeito à sua reivindicação ao prazer sexual.

especialmente as que subalternizam a posição das mulheres dentro das estruturas sociais.

Nesse sentido, o projeto político feminista inaugurado em meados do século XX assumiu o empoderamento das mulheres como referência para o processo de conquista da autonomia da mulher. A noção de autonomia atribuída ao feminismo naquele momento vinculava-se, portanto, à ideia de “autodeterminação” do sujeito político mulher (GURGEL, 2014), uma perspectiva política herdada da primeira onda⁴⁷ do feminismo que se desenvolveu no século XIX em países como França, Reino Unido e Estados Unidos⁴⁸.

Inicialmente a noção de autonomia adotada pela teoria política feminista estava intimamente vinculada à conceitualização do individualismo liberal, fundado na filosofia moral kantiana fortemente embasada na razão⁴⁹. A autonomia é conceitualizada pela tradição liberal como um ideal moral de autodeterminação em conformidade com as leis da razão, remetendo à filosofia iluminista de Emanuel Kant, na qual a relação entre autonomia e razão é fundamental. De acordo essa concepção clássica, fundamentada no liberalismo político, as escolhas do indivíduo estão sempre relacionadas à sua aderência ou distanciamento em relação à liberdade e a razão.

Nesta direção, a noção de autonomia do liberalismo político clássico é um ideal moral a ser alcançado pelos indivíduos, cujo princípio se apoia nas

⁴⁷ Iniciada nos fins do século XX, a primeira onda do feminismo assumiu como eixo de reivindicações o acesso à esfera pública, especialmente o sufrágio universal e um conjunto de direitos que eram necessários para que tal acesso pudesse ocorrer como, por exemplo, os direitos à educação e à propriedade.

⁴⁸ No Brasil dos anos 1990, com a institucionalização do feminismo e a sua subordinação ao aparelho estatal esse movimento desvincula-se da noção de autonomia como autodeterminação (que se caracteriza pela luta por emancipação e liberdade individual); assim, o “feminismo dos anos de 1990 é marcado por um processo de transferência do [para o] campo de representação e tomada de decisão, sem, com isso se conseguir a construção de um coletivo total, o qual atuasse com as diversas dimensões de opressão que marcam as experiências das mulheres” (GURGEL, 2004, p. 101).

⁴⁹ Na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), Kant introduz a concepção de autonomia como a propriedade que a vontade possui de ser lei para si mesma, propondo que indivíduo deve “escolher sempre de modo tal que as máximas de nossa escolha estejam compreendidas, ao mesmo tempo, como leis universais, no ato de querer” (KANT, 1964, p. 104). Para esse filósofo iluminista, a autonomia deve ser o princípio da dignidade da natureza humana e a liberdade é, sobretudo, a chave da autonomia da vontade do homem.

instituições e normas que conduzem em direção a um ideal político e social⁵⁰ que é imprescindível à liberdade.

Aqui, o ideal consiste simultaneamente na possibilidade de que o indivíduo determine seus próprios fins de maneira racional e na capacidade de determiná-los e realizá-los sem que seja dominado por outros. [...] É essa a base, de modo abreviado, para a relação que se estabelece entre o individual e o universal em uma das abordagens que mais influência exerceu sobre o pensamento contemporâneo sobre justiça, liberdades e direitos individuais. O princípio da autonomia compreende a soberania dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros, correspondendo à capacidade de estabelecer as leis morais sob as quais vive como leis morais universais, isto é, prescrevendo a si mesmo leis que outros indivíduos racionais prescreveriam a si próprios (BIROLI, 2013, p. 24).

Deste modo, o ideal de autonomia que inspira algumas abordagens do feminismo político liberal está, como se percebe acima, baseando na capacidade do indivíduo de fazer as suas próprias escolhas de forma racional sem que seja constrangido a fazê-las dominado por outros (BIROLI, 2013). Entretanto, atualmente há filósofos políticos e teóricas feministas dedicados à filosofia moral que têm rompido com os ideais clássicos de autonomia, assumindo a sua crítica como ponto de partida para o trabalho com perspectivas relacionais, que concedem o caráter social e relacional da agência humana (MACKENZIE, 2014).

Nestes termos, as perspectivas relacionais evidenciam que o indivíduo autônomo não é somente racional e independente – conforme discute a concepção liberal clássica – esse deve dispor diante si de uma variedade de opções para tomar livremente as suas decisões (BIROLI, 2013; ÁLVAREZ, 2015). Desse modo, os ideais de autonomia mobilizados pelas correntes do feminismo político contemporâneo que, necessariamente, não aderem as conceitualizações clássicas vinculadas ao liberalismo, colocam em foco a desconfiança de que as escolhas dos indivíduos sejam baseadas exclusivamente em critérios racionais (ÁLVAREZ, 2015; BIROLI, 2013; MACKENZIE, 2014).

⁵⁰ Esta concepção de autonomia, compreendida como ideal político e social, parte da abordagem de John Stuart Mill discutida em *Sobre a liberdade (1859)*, onde o autor apresenta vários argumentos que influenciaram a favor da liberdade de expressão e dos direitos humanos fundamentais, consagrados no artigo 19.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas*.

No entendimento de certas teóricas feministas, há limites subjetivos que se impõem quando o ideal de autonomia é acionado pelos sujeitos os quais dizem respeito às vontades individuais. Conforme argumentam, as decisões dos indivíduos podem ser impostas ou assumidas na ausência de alternativas e/ou na impossibilidade de reflexão sobre as próprias escolhas (BIROLI, 2013). Nesse sentido, a renovação da noção de autonomia enquanto categoria política leva em conta que a produção dos interesses e das escolhas dos indivíduos não é inteiramente individual sendo, portanto, definida em relação às posições do mesmo diante da coletividade.

Trata-se de uma categoria política por apostar na emancipação feminina já reivindicada pela primeira onda do movimento feminista. Assim, a busca pela emancipação feminina que, inicialmente, estava relacionada às questões inerentes à esfera privada foi ampliada a partir de meados do século XX com reivindicações de igualdade para as mulheres na esfera pública.

Esta é a perspectiva que se adotou para analisar os agenciamentos das trabalhadoras sexuais entrevistadas neste estudo, cuja conceitualização de autonomia revisada demarca um giro importante em relação à concepção clássica liberal. Nesse sentido, um dos pontos de partida presente na redefinição atual diz respeito às opções individuais, tanto na vertente objetiva como subjetiva do conceito (ÁLVAREZ, 2015), conforme problematizo em seguida.

No entendimento de Biroli (2013), o aporte relacional incluído na noção de autonomia do feminismo político pode, talvez, ser considerado como uma das maiores mutações no debate recente sobre autonomia, qual seja: a ideia de que a produção das preferências e escolhas “não é individual” e está enraizada nas teorias que tratam da “autonomia relacional” (BIROLI, 2013, p. 57). Esta perspectiva avança pelo viés de análise socioestrutural ao vincular a categoria autonomia à ideia de que há padrões estruturais para o seu exercício, porém, não rompe com outra dimensão cara e fundamental à autonomia que é a “autodeterminação” (SZWAKO, 2015).

Nesse sentido, a noção de “autonomia relacional” é de especial relevância para a compreensão do processo de construção da autonomia das trabalhadoras sexuais na qual há condicionantes, limites e restrições que dizem respeito às questões macroestruturais. Isso requer a escuta individual das prostitutas, que

sugere agenciamentos dentro de um universo nada uniforme, a começar pela distinção entre prostituição voluntária e prostituição forçada (exploração) que remete ao debate pró e contra a regulamentação do trabalho sexual⁵¹. Uma vez que a capacidade dos indivíduos em decidir a sua própria vida depende da posição que ocupam nas relações de poder, inclusive, o gênero, a classe social e a etnia a que pertencem (BIROLI, 2013).

No instigante texto, *La autonomía personal y la autonomía relacional* (2015), Silvina Álvarez, uma feminista da Argentina, recupera o que ela considera como um dos elementos centrais da noção de “autonomia” que tem se desenvolvido na literatura feminista atual: o contexto de relações que tem dado lugar a chamada “autonomia relacional”. Nesta discussão, os aspectos normativos da autonomia relacional são incorporados pela feminista ao núcleo conceitual da noção de autonomia individual sem renunciar as opções e os processos de formação de preferências dos indivíduos.

Nesse texto, Álvarez defende que são três as condições necessárias para que se possa existir autonomia: a racionalidade (condição subjetiva), a independência (condição subjetiva e objetiva) e as opções relevantes (contextos relacionais). No seu entendimento, a teoria feminista tem feito importantes avanços na discussão sobre autonomia pessoal nos últimos anos. Tal perspectiva traz contribuições ao pensar não somente o lugar que o conceito tem adquirido na demanda das mulheres, como também tem contribuído para o seu debate teórico, alcance e problematização dos elementos que definem a sua conceitualização.

A autora afirma que as razões dos esforços dispendiosos por parte daqueles que têm se dedicado a definição do conceito, estão relacionados ao entranhado de valores dos quais parte a noção e cuja discussão contribui. Nestes termos, diz ela:

Estes valores apontam seguramente para o ideal de emancipação, do autogoverno: a realização da liberdade individual que ocorre através do exercício consistente da racionalidade prática; a fundamentação de sua contrapartida, a responsabilidade; a

⁵¹ A crítica do feminismo abolicionista que opera na sinonimização entre prostituição e exploração defende que as “mulheres prostituídas” não dispõem de condições para fazer as suas próprias escolhas. Conforme discutido na seção anterior, o abolicionismo, por um lado, parte da crítica da objetificação das mulheres pelos homens prostituidores; por outro, enfatiza as desigualdades que operam na divisão sexual e internacional do trabalho, especialmente a intersecção entre classe e raça, negando agência às mulheres “dos países pobres” (SZWAKO, 2015).

igualdade entendida como consideração e respeito pelas escolhas individuais; a diferença que emana das decisões dos indivíduos. Todas essas aspirações giram de alguma maneira em torno do conceito de autonomia, por isso é tão importante precisar tal conceito (ÁLVAREZ, 2015, p. 14). (Tradução nossa)

Do ponto de vista da autora, a noção de autonomia colocada em discussão pelo feminismo atual está permeada por um conjunto de aspirações que se opõe aos modelos de dominação e opressão; portanto, condena a imposição de princípios e normas de conduta; rejeita a dependência que nega o reconhecimento moral das pessoas, o qual recusa a discriminação e a marginalização; e, ao mesmo tempo, condena o autoritarismo na medida em que esse representa a negação da capacidade (agência) de escolha política dos indivíduos (ÁLVAREZ, 2015).

Considerando tais aspectos, ela traça uma breve descrição dos fatores que são evidenciados como sendo os recursos fundamentais para a autonomia do indivíduo: as condições internas (subjetivas) e as externas (objetivas). Para ela, a racionalidade é a umas das principais condições internas que a literatura clássica sobre autonomia tem destacado, mas enriquecida por abordagens atuais relativas às novas possibilidades de ação racional.

No entanto, diferentemente da concepção clássica – idealizada com base na abordagem kantiana –, a ação racional do indivíduo é precedida por um processo de singularização dos desejos e das preferências individuais que é seguido de outro processo de classificação e hierarquização das mesmas (ÁLVAREZ, 2015).

Na concepção de Álvarez, a ação racional é o procedimento de singularização dos desejos e das preferências individuais, o indivíduo realiza comprometido com a sua capacidade de avaliar, equilibrar, ponderar, refletir e, afinal, de determinar uma ordem de prioridades. No entanto, o processo de ordenamento das prioridades deve corresponder às diretrizes que revelam a disposição moral e emocional do indivíduo.

Deste modo, esse procedimento se completará com a segunda condição para a autonomia que é a “independência” que se caracteriza por sua condição dual:

Mientras que la racionalidad hace referencia a una condición estrictamente subjetiva, exclusivamente interna del sujeto, la independencia se mueve en un terreno dual. Por un lado, también la independencia es una condición interna en la medida en que se refiere a la aptitud del sujeto para distanciarse de influjos ajenos, de condicionamientos externos, de deseos y preferencias que no son las suyas. Esto no quiere decir que las preferencias no puedan configurarse fuera del sujeto sino que para considerarlas propias las tiene que haber querido y escogido para sí. La independencia es en este sentido la aptitud para decidir por una misma, para no dejar en manos de otras personas elecciones relevantes. Por otro lado, la independencia tiene un aspecto externo en la medida en que nos habla de la posición que el sujeto ocupa respecto de su entorno y del tipo de relación que tiene con las personas con las que interacciona (ÁLVAREZ, 2015, p. 16-17).

Neste desenho teórico, a independência é incorporada ao núcleo conceitual da noção clássica de autonomia que é a racionalidade; porém, enquanto a última implica assumir uma condição estritamente subjetiva, a independência é marcada pela dualidade. Por um lado, ela é uma decisão “interna” que diz respeito às aptidões e desejos do indivíduo, o qual se distancia de influências externas e aspirações que não são suas. Por outro lado, tem um sentido “externo” que enuncia a posição, o contexto de relacionamentos, as capacidades emocional, cognitiva e comportamental do indivíduo.

Conforme ressalta Alvarez, neste segundo sentido da noção de independência, “se faz necessário recordar que numerosos aspectos da vida do indivíduo vêm condicionados por circunstâncias que não estão sujeitas a decisões nem a revisão pessoal” (ÁLVAREZ, 2015, p. 17). Estes aspectos devem ser levados em conta em relação ao contexto das relações dos indivíduos como, por exemplo, as características físicas (idade/geração, gênero, raça/etnia, etc.) que formam um quadro de referência que, por sua vez, pode condicionar as decisões pessoais do indivíduo.

Noutros termos, a autora ressalta que estes aspectos devem ser considerados para se avaliar a extensão da independência do campo de decisão do indivíduo. A condição de independência deve ser considerada, conforme Álvarez segue discutindo, incluindo três aspectos: em primeiro lugar, a capacidade do indivíduo para refletir acerca de si mesmo, de seu contexto social e da sua relação com os outros; em segundo, essa capacidade deve juntar-se à

aptidão para tomar distanciamento do contexto das relações sociais⁵²; por último, a decisão deve ser independente e tomada com base nas próprias preferências, porém consciente do reconhecimento direto ou indireto do seu círculo de relações.

A perspectiva desenhada anteriormente discute as condições de independência do indivíduo, entretanto apresenta argumentos contrários ao que sugere a concepção clássica de autonomia como independência. Conforme vimos, a idealização dessa teórica evidencia uma importante dimensão relacional, a independência. Na perspectiva assumida por ela, que adotamos aqui, o indivíduo independente não se isola dos demais, bem ao contrário, ele busca levar em consideração a trama de relações da qual faz parte, para poder se posicionar, definir e decidir a própria definição.

Na sequência, Álvarez introduz a terceira condição para a configuração da autonomia apoiando sua discussão em Joseph Raz (1986), que tem se referido às “opções relevantes” com uma condição necessária para a autonomia. Conforme Raz (1986) apud Álvarez:

Las opciones se refieren a un componente de la autonomía que es externo al sujeto y que permitiría entonces hacer una evaluación de la misma a partir de elementos objetivos que tienen que ver precisamente con el contexto y las relaciones en las que se inscribe la acción del sujeto (ÁLVAREZ, 2015, p. 18).

Na direção, as opções relevantes são, por um lado, um componente da autonomia que é externo ao sujeito (em relação ao contexto e às relações pessoais) e permite que esse faça uma avaliação baseada em critérios objetivos. Por outro, é um componente subjetivo (a percepção que o indivíduo tem do contexto e das relações) porque para que as opções se configurem como relevantes para o indivíduo, as oportunidades que lhes são apresentadas devem ser percebidas como legítimas e viáveis.

Nesse sentido, as opções devem ser suficientes e adequadas para que as preferências do indivíduo possam se expressar. Uma vez que a autonomia, conforme define Álvarez (2015), consiste na capacidade que o indivíduo dispõe

⁵² Segundo Álvarez (2015), essa dupla dimensão é necessária para que o indivíduo tenha consciência de sua posição em relação ao seu meio, da distância que ocupa e o vincula ao contexto social e aos demais indivíduos.

de tomar decisões que afetam significativamente a sua vida e refletem as suas preferências individuais. Nestes termos:

Las opciones se configuran precisamente a partir de todos aquellos factores que conforman el escenario de toma de decisiones de una persona. El ámbito familiar y de relaciones afectivas que rodean el desarrollo evolutivo en la infancia marcan sin duda la autonomía de los niños y niñas, en la medida en que podemos hablar de una incipiente autonomía. Progresivamente, el entramado de relaciones traspasa el ámbito familiar para abarcar contextos más extensos y variados. Así, las opciones de una persona adulta darán cuenta de la red de relaciones de la que forma parte, así como de los ámbitos o contextos –familiar, de amistades, social, laboral, etc.– en los que actúa e interactúa. Todo este entramado relacional y contextual que rodea al agente tiene una dimensión objetiva, externa, observable. Pero dicho entramado dota a las opciones también de un significado subjetivo que depende del tipo de inserción que vincula al agente con otras personas en su ámbito de referencia (ÁLVAREZ, 2015, p. 19).

Nestes termos, uma questão que se coloca em relação à noção de autonomia – permeada pelas três condições (a racionalidade, a independência e as opções relevantes) apontadas anteriormente – é o peso que as desigualdades sociais, especialmente as de gênero têm sobre a capacidade diferenciada de o indivíduo fazer as suas escolhas autonomamente. Álvarez (2015) sublinha que cabe delimitar uma linha a partir da qual podemos considerar que as opções, as quais o indivíduo tem diante de si, são suficientemente relevantes e não estão comprometidas, por exemplo, por relações de subordinação ou discriminação que possam potencializar a sua autonomia.

Nesse sentido, Alvarez (2015) sugere como ponto de partida para a reformulação das condições objetivas da autonomia o contexto das relações que remete às “opções relacionais”. Essa noção é apresentada por ela em duas vertentes que se complementam: a objetiva (relações concretas relacionais) e subjetiva (motivações, disposições e atitudes). Em ambas, a forma como o indivíduo se vincula com o seu meio e o tipo de relações que estabelece com os demais sujeitos são centrais para determinar o conteúdo do que a autora denomina opções relacionais. Uma opção será relacional sempre que no curso de uma ação – uma ocasião ou oportunidade – o indivíduo a reconhecer como

relevante para si, ou seja, se a identificar como uma alternativa que poderia escolher para si ou não.

No entanto, as relações sociais estão marcadas por significados socioculturais que condicionam as posições e, portanto, as opções dos indivíduos, uma vez que homens e mulheres não têm as mesmas opções. Por um lado, a gama de opções que as mulheres reconhecem para si são limitadas e determinadas pelos papéis de gênero, por outro, os estereótipos da sociedade patriarcal contribuem para criar restrições socioculturais à autonomia plena das mulheres. Nestes aspectos, a reformulação proposta por essa teórica feminista foca, especialmente, as condições necessárias para a autonomia o que permite compreender melhor as consequências normativas tanto da presença da autonomia pessoal com de sua ausência.

Nesse sentido, o cenário relacional é a base necessária para as decisões autônomas do indivíduo que segue atuando, em contextos fortemente relacionais, fazendo uso de ferramentas forjadas durante o seu processo de desenvolvimento (ÁLVAREZ, 2015). A tese defendida por Álvarez é a de que os indivíduos são constituídos em um contexto de interdependência que se inicia com a socialização, perpassando por outras esferas no decorrer da vida. Isso quer dizer que tanto as possibilidades de ação quanto as de percepção das escolhas finais do indivíduo são definidas relacionalmente. Desse modo, as trocas produzidas em termos contextuais e relacionais adquirem um papel central na reconfiguração das opções do indivíduo.

Nos termos apresentados, a apropriação teórica discutida há pouco permite analisar a capacidade de agência das prostitutas em relação às decisões que afetam a sua sexualidade, identificando os limites da autonomia que as permitem tomar decisões nos diversos papéis que exercem, especialmente, como mães, companheiras e trabalhadoras sexuais. À vista disso, a principal contribuição dessa noção de agência relacional consiste em uma possibilidade de análise das condições objetivas e subjetivas da autonomia do indivíduo, que apontam para a importância que as oportunidades e opções têm para uma agência autônoma.

Na próxima seção estabelecemos teoricamente a relação entre a noção de autonomia problematizada pelo feminismo político e prostituição compreendida como trabalho.

2.5.1 A autonomia da prostituta

Nos seus primórdios, o feminismo pode ser caracterizado como um movimento político influenciado pelo pensamento liberal europeu do século XVIII, cujo ideário de liberdade e igualdade foi propagado pela Revolução Francesa que prometeu conceder direitos iguais a todos os “homens”. Desse modo, o feminismo que irrompeu na transição do século XIX reivindicou para as mulheres os mesmos direitos que o liberalismo concedia aos homens.

As feministas reivindicaram a participação, direta ou indiretamente, da mulher na esfera pública com vistas a um conjunto de direitos que eram necessários para que tal participação pudesse ocorrer – entre eles, o sufrágio universal e o direito à propriedade privada. As feministas colocaram em discussão a exclusão da mulher da esfera pública e a sua opressão no espaço privado, direitos à igualdade política e civil.

Nas primeiras décadas do século XX, com a conquista desses direitos que foram alcançados gradativamente por mulheres de outros continentes, surgiram novas demandas. Todavia as reivindicações dos movimentos feministas foram ampliadas sem estar, contudo, acompanhadas “de uma redefinição das hierarquias no espaço doméstico ou da rediscussão das fronteiras entre público e privado” (MIGUEL, 2015). Situado historicamente, o feminismo pode ser classificado em três ondas acadêmicas (algumas referências apontam uma quarta) datadas entre os séculos XIX e XX com pautas específicas que as caracterizaram⁵³. Mas foi apenas nos anos 1980 que o direito ao próprio corpo e à sexualidade feminina foi colocado em evidência e, conforme situei anteriormente,

⁵³ Em termos breves, o feminismo é dividido em três ondas acadêmicas sendo que a primeira, conforme refiro acima, data dos fins do século XIX quando foram reivindicados direitos civis e políticos como o direito ao voto, à propriedade e à cidadania plena; a segunda teve início a partir dos anos 1960, naquele momento Simone de Beauvoir já havia desnaturalizado o ser mulher, em 1949, em *O Segundo Sexo*, ao defender que “não se nasce mulher, torna-se” distinguindo entre a construção social do “gênero” e o “sexo” como dado biológico; já a terceira onda, que teve início dos anos 1990, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, colocando em discussão a micropolítica e o direito à diferença, onde muitas críticas estiveram fundamentadas pelos escritos de Judith Butler.

esse momento foi marcado pela adesão de parcela significativa do feminismo acadêmico às pautas de movimentos de trabalhadoras sexuais organizadas em coletivos, reivindicando direitos.

Antes de prosseguir a discussão, cabe reafirmar que a sexualidade feminina⁵⁴ sempre esteve relacionada à reprodução da espécie sendo tratada com uma questão de saúde pública. Do mesmo modo, a sexualidade feminina sempre esteve vinculada em diferentes culturas a mitos, práticas androcêntricas e tabus que exercem a função social de fazer com as mulheres não tenham conhecimento do próprio corpo.

Trata-se de uma forma de controle social sobre o corpo feminino, ou seja, a sexualidade em termos foucaultianos confirma um dispositivo histórico de poder. Isso porque a cultura e a sociedade sempre exerceram um papel modelador da atividade sexual humana, especialmente da sexualidade da mulher. Em meio aos debates feministas estabelecidos acerca da liberdade sexual feminina, a prostituição emerge idealizada por parte de certas teóricas como a expressão máxima da dominação masculina.

De um modo geral, o debate sobre o trabalho sexual é inserido no Brasil como pauta em um momento no qual as feministas reivindicavam liberdade sexual e o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, especialmente o acesso aos métodos anticonceptivos e o direito ao aborto. Esse debate tem alcançado as discussões atuais com pautas bem pontuais – o reconhecimento e garantia de direitos sexuais laborais das trabalhadoras sexuais.

Desse modo, a prostituição tem reaparecido nos debates de ativistas da prostituição brasileiras e das “pro sex” (feministas liberais) como uma temática relacionada aos direitos sexuais femininos. Esse segmento do feminismo, articulado às ativistas brasileiras e de outros países, tem marcado presença frequente em congressos feministas⁵⁵, seminários e fóruns de discussões

⁵⁴ Às mulheres sempre foram negados o direito ao prazer e a liberdade sobre o próprio corpo, por isso a sexualidade feminina sempre foi tratada como algo restrito à esfera privada. Por isso a medicalização, repressão do prazer e associação do prazer feminino à promiscuidade, desvio e/ou patologia.

⁵⁵ Em julho de 2017 o Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil) sediou, junto com o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13ª edição Women's Worlds Congress*, realizado pela primeira vez na América do Sul, onde, entre seminários temáticos sobre trabalho sexual aconteceu a Mesa Redonda: “Um Século e Meio de Abolicionismo: Prostituição, criminalização e o controle do corpo feminino”; essa mesa foi

promovidos pelo Observatório da Prostituição (OP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com a participação de trabalhadoras sexuais e acadêmicas “pro sex”.

Uma das questões que tem aflorado nos debates diz respeito não somente a regulamentação do trabalho sexual como à capacidade de autonomia e agenciamentos da trabalhadora sexual. Cabe ratificar, conforme discuto na primeira seção do Capítulo 2, que o debate feminista sobre a prostituição pode, de um modo geral, ser resumido ao par antagônico: abolicionistas e pró-regulamentação. Este embate constitui-se, portanto, como um verdadeiro divisor de águas⁵⁶ no feminismo contemporâneo, conforme foi discutido nas seções anteriores.

No limite, o texto abolicionista inverte a lógica dos teóricos do contrato: neles, a capacidade moral das mulheres é-lhes atribuída e, posteriormente ao casamento, retirada; já no abolicionismo, as mulheres “prostituídas”, isto é, forçadas à exploração sexual parecem ser de antemão menores, sendo apenas potencialmente agentes morais, pois não desfrutam *ainda* das condições para fazer suas escolhas. O ataque à prostituição é, em vários sentidos e não sempre convergentes, conexo a debates feministas sobre autonomia (SZWAKO, 2015, p. 182).

Por um lado, as feministas liberais argumentam que a sociedade não pode intervir em atos consensuais entre indivíduos adultos. Elas justificam que a regulamentação da prostituição minimizaria a estigmatização e ofereceria recursos para que as trabalhadoras sexuais ficassem em posição menos vulnerável (argumentos considerados ingênuos pelas feministas radicais). Por outro, entre os posicionamentos das feministas radicais predomina a defesa da proibição da prostituição, como uma estratégia para combater a exploração sexual feminina e o tráfico de seres humanos, cujo argumento principal é o de que a prostituição é a expressão máxima da violação dos direitos humanos.

coordenada pela professora Ana Paula da Silva (UFF/INFES), com a participação da debatedora Monique Prada (CUTS) e das palestrantes Adriana Gracia Piscitelli (PAGU/UNICAMP), Melinda Chateauvert (Front Porch Research Strategy) Pye Jakobsson (Rose Alliance).

⁵⁶ Os debates foram intensificados e adquiriram contornos dramáticos com a aproximação da Copa do Mundo – realizada no Brasil em 2014 – (BIROLI, 2013) e com os Jogos Olímpicos Mundiais que aconteceram em 2016 no Rio de Janeiro. Os ecos da militância feminista abolicionista (as radicais) e de grupos religiosos reacenderam as discussões a respeito do Projeto de Lei 4.211/12 que propõe a regulamentação da atividade dos/as profissionais do sexo.

Os argumentos de Pateman (1993), uma cientista política britânica, têm alcançado ressonância entre as feministas abolicionistas brasileiras em relação à regulamentação do trabalho sexual e à descriminalização das atividades correlacionadas ao mercado do sexo. Para a autora, o contrato sexual estabelecido entre a prostituta e cliente sintetiza as assimetrias e as vulnerabilidades que estão presentes tanto no contrato de trabalho como no contrato matrimonial. Em uma leitura crítica da obra de Pateman, a filósofa Nancy Fraser sintetiza a tática do contrato social liberal apontada pela primeira da seguinte forma:

Los contratos que involucran fuerza laboral y servicios de gestación y sexuales, establecen entonces diadas de amos-sujetos; el jefe adquiere el derecho de mando sobre la empleada, el esposo sobre la esposa, el que contrata a la prostituta sobre de ella, y así sucesivamente. Cuando la mercancía está atada al cuerpo de una mujer, además, entra en juego el contrato sexual específico (FRASER, 1997, 296-297).

Para Pateman (1993), a prostituição feminina representa a expressão máxima da coerção econômica, exploração e alienação do trabalho assalariado via contrato liberal. Conforme a sua crítica, o contrato de trabalho acaba por torna-se um contrato de prostituição, pois há uma relação de dominação intrínseca nas relações impostas pelo contrato liberal moderno. Desse modo que,

O problema da prostituição [em especial] torna-se então envolvido na questão de por que os homens reivindicam que os corpos das mulheres sejam vendidos no mercado capitalista. A história do contrato sexual também dá a resposta: a prostituição faz parte da lei do direito sexual masculino, uma das maneiras pelas quais os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres. [...] Na estrutura da instituição prostituição, as “prostitutas” estão submetidas aos “clientes”, exatamente como as “esposas” estão submetidas aos “maridos”, na estrutura do casamento (PATEMAN, 1993, p, 285-286).

Nestes termos, a condição subalterna das prostitutas garantiria ao cliente acesso unilateral e ilimitado ao corpo das mulheres, o que legitimaria a ideia de que a pessoa, ou seja, o corpo da trabalhadora sexual possa ser negociado e submetido à subordinação de outro ser humano (PATEMAN, 1993). No entendimento da autora o contrato sexual relativo à prostituição assegura que os

homens possam comprar o ato sexual e, desse modo, exercerem o seu direito patriarcal sobre as mulheres. Nesta modalidade de contrato, conforme defende Pateman, não há sequer a possibilidade de proteção que nos contratos de trabalho e casamento seria a contrapartida da obediência feminina (PATEMAN, 1993).

A obra *O Contrato sexual*, Pateman (1993) realiza uma crítica abrangente do contrato, “que para o pensamento liberal garante a possibilidade de cooperação social sem coerção, na medida em que se baseia em consentimentos voluntários e acordos mútuos, mas que ela descreve como produtor de padrões de submissão” (MIGUEL, 2017, p. 2). Nesta direção, a crítica dessa feminista permite entender como relações de subordinação modernas que, no seu entendimento, reduzem a possibilidade de autonomia do sujeito e são impostas por esse instrumento liberal, ocorrem de forma consentida e voluntária.

Pateman (1993) analisa, a partir desta constatação, como a subordinação imposta pela teoria contratualista organiza, sobretudo, uma ordem política liberal que se apresenta como neutra em relação a gênero, uma vez que para “o pensamento liberal garante a possibilidade de cooperação social sem coerção” (MIGUEL, 2017, p. 2). Entretanto, Fraser (1997) discorda da crítica que o contrato da prostituição seja uma forma de exacerbação institucionalizada da subordinação da mulher.

Fraser (1997) considera que tratar o contrato da prostituição nos moldes da relação senhor e súdito é algo equivocado, pois a relação entre as prostitutas e seus clientes impõem limites onde elas negociam com seus contratantes como serão as suas performances sexuais. No entanto, a crítica dessa autora não ignora o papel preponderante desempenhado – conforme aponta Pateman (1993) – pela prostituição na economia simbólica da dominação masculina (MIGUEL, 2014).

Nos termos de Fraser (1997), pensar o contrato da prostituição como expressão máxima da subordinação e coerção da mulher na sociedade capitalista é algo insuficiente. Neste ponto concordo com Fraser, segundo a qual afirmar que a relação senhor/súdita parece bem mais apropriada para explicar a relação cafetão/prostituta do que para explicar a relação cliente/prostituta. Essa relação de subordinação não é, contudo, explorada por Pateman (1993). Ademais,

diferentemente do contrato matrimonial, o da prostituição não estabelece uma relação de dependência duradoura. Fraser é enfática a respeito disso.

La transacción está gobernada a menudo por la negociación anticipada de servicios específicos, lo cual limita el poder del cliente. (Decir esto no implica negar la vulnerabilidad de las prostitutas frente a la violación, la coerción y la violencia, especialmente cuando la prostitución es ilegal y el "contrato" no puede ejecutarse). Algunas etnógrafas (feministas) informan, además, que las prostitutas que se encuentran en la cúspide de la escala ocupacional detentan un control considerable de la transacción sexual como tal y considerable autonomía fuera de ella (FRASER, 1993, p. 306).

Nesse embate crítico, Fraser finaliza apontando que em algumas culturas masculinas contemporâneas, recorrer à prostituição não é um símbolo de poder, mas de vergonha – uma condição agravada por ter que se pagar por sexo. Noutros termos, para essa autora, o contrato da prostituição analisado pela teórica do contrato sexual não confirma uma parcela de poder significativo do cliente sobre a prostituta. Mas longe de sugerir que a prostituição feminina seja algo libertador, a abordagem dessa filósofa crítica estadunidense sugere, pelo contrário, que a dominação masculina pode persistir, inclusive, para além da relação senhor/serva.

Na compreensão de Fraser (1997), as garantias de autonomia da trabalhadora sexual em relação aos clientes residem, portanto, nos limites estabelecidos na negociação dos serviços demandados. Uma vez que na prostituição contemporânea, vende-se “uma fantasia masculina do ‘direito sexual masculino’, que implica a sua precariedade no mundo real; pois mais do que adquirir comando sobre a prostituta, o que o cliente recebe é uma encenação deste comando” (FRASER, 1997, p. 307). Isto é, através da prostituição moderna é vendida uma fantasia de domínio que é encenada pelas prostitutas.

Por um lado, do ponto de vista da dominação masculina, o contrato da prostituição implica desigualdade de gênero, por outro, isso não significa que mulheres nessa relação assumam posições de subalternidade e acatem, efetivamente, as ordens de seus contratantes. Certamente, esse dado permite

perceber o quanto a capacidade de agenciamento da corporeidade⁵⁷ tem implicações sobre a autonomia da trabalhadora sexual.

De fato, a prostituição feminina contemporânea está “codificada por significados culturais prejudiciais para as mulheres como uma classe” (FRASER, 1997, p. 307). Nesse sentido, adoto como referência a crítica apresentada há pouco, para defender que o contrato sexual impõe formas de subordinação (que muitas vezes é performática), mas que, ao mesmo tempo, também determina os seus limites (FRASER, 1997). Isso confirma a necessidade de compreender a prostituição contextualmente.

A pesquisa de Pasini, cujos resultados foram apresentados nos textos *Limites simbólicos corporais na prostituição feminina (2000)* e *Prostituição e a liberdade do corpo (2005b)*, traz elementos significativos para pensar a autonomia imposta em termos da relação cliente/prostituta. Apresento os resultados dessa pesquisa para compor a discussão proposta nessa seção, principalmente porque eles demonstram que as profissionais do sexo estabelecem regras (algumas vezes flexíveis) norteadoras de suas práticas.

No primeiro texto, Pasini (2000) aponta as regras que as prostitutas indicam como constituidoras de suas performances corporais, onde cabe a elas definirem os limites e barreiras simbólicas sobre seus corpos, confirmando regras que se inscrevem em suas “vidas dentro e fora da prostituição” (PASINI, 2000, p. 190). Tais regras se tornam fronteiras simbólicas que elas devem performatar tanto para permanecer nos pontos de prostituição quanto para “legitimarem sua postura de boa garota de programa” (PASINI, 2000, p. 190).

Nesse sentido, o dado relevante dessa pesquisa aponta que “a compreensão dessas regras é fundamental, pois, inscritas nos corpos, elas dão visibilidade tanto à *performance* dessas mulheres na prostituição como à algumas distinções em suas relações sociais (PASINI, 2000, p. 190). O argumento da autora, embasado nas falas de suas entrevistadas, também esclarece que existem limites e regras que orientam o trabalho sexual.

No universo da minha pesquisa, os dados também confirmam a existência de regras nas práticas das mulheres entrevistadas. A despeito do corpo e da

⁵⁷ Entendo corporalidade a partir da noção de Pasini (2000, p. 183), pensada “como um espaço social, do qual fazem parte elementos socioculturais, que comunicam significados e simbologias do grupo”, de modo que “é nesse jogo que os limites corporais são constituídos”.

corporalidade serem o foco da pesquisa citada anteriormente, as análises da pesquisadora não escapam da questão da autonomia das prostitutas. Os argumentos de Fraser (1997) indicam, pois, conforme situei anteriormente, que a garantias de autonomia da trabalhadora sexual reside nos limites estabelecidos na negociação dos serviços demandados. Nestes termos,

O primeiro conjunto comunica sobre a *performance* nos pontos: a roupa, a quantidade de maquiagem no rosto, a forma de abordagem do cliente, o tempo, o valor do programa e as ofertas de serviço. O segundo conjunto de regras explicita o relacionamento com os clientes: não beijá-los, não deixá-los encostar em seus seios, não fazer sexo anal, não gozar, não dormir com eles, usar preservativo nas relações sexuais e cobrar pelo programa (PASINI, 2000, p. 190).

No segundo texto de Pasini (2005b), ela estabelece de forma pontual um debate em torno do dualismo autonomia/exploração da prostituta para compreender como as prostitutas estruturam as suas práticas profissionais e pessoais. Pasini (2005b) levanta elementos que possibilitam refletir a respeito da liberdade do corpo da prostituta no exercício da prostituição. Ela amplia as suas análises acerca da autonomia do corpo da prostituta retomando seu argumento principal apresentado anteriormente: o “uso” que a prostituta faz do seu corpo na prática da prostituição é pleno de relações sociais e “nele estão marcados significados socioculturais” (PASINI, 2005b, p. 1).

No contexto estudado pela autora, as prostitutas têm autonomia em relação a seus corpos o que, de fato, as coloca em um lugar de possibilidade de “escolha em relação aos seus atos e ao seu corpo” (2005b, p. 6). O argumento principal da autora aponta a figura performática da prostituta que aparece, outra vez, como agente do cumprimento ou das regras em termos de interação com seus clientes. À vista disso, é a prostituta quem decide se fará o programa, se vai dispor do seu corpo e ficar mais tempo com o homem no quarto onde acontece o programa sexual, se receberá ou não dinheiro por isso, quais os serviços sexuais que serão prestados: sexo vaginal? sexo anal? Beijo? Isto é um forte indicativo para demonstrar que o corpo da prostituta não é tão alienado e vitimizado quanto pode parecer e, mais do que isso, que a prostituta tem sim certo tipo de escolha (PASINI, 2005b, p. 5).

Nos termos postos por Pasini (2000; 2005b), há uma circulação de poder na prática dos programas, porém esse poder nem sempre está nas mãos da trabalhadora sexual. Tal dado permite perceber que, apesar dos argumentos abolicionistas, em grau maior ou menor as prostitutas buscam estabelecer regras que objetivam anular os efeitos negativos do trabalho sexual “racionalizando suas práticas” (GASPAR, 1984).

No que diz respeito às relações de poder, Pasini constatou que “para as prostitutas o fato de estes homens as procurarem e de elas decidirem o que aconteceria na negociação e na prática do programa parecia ‘empoderá-las’. É como se as prostitutas usassem o desejo dos homens para comandarem a relação” (2005b, p. 6). Em termos da abordagem foucaultiana, nas relações de poder, “os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvos inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 1989, p. 183).

Nesse sentido, a reflexão dessa antropóloga feminista sugere que as relações de poder são intercambiadas entre prostitutas e clientes. Ela conclui a análise defendendo que é preciso entender (e respeitar) que muitos sujeitos que se prostituem operacionalizam sua corporalidade a partir de uma escolha, “a qual esta colocada em um campo de possibilidades de um possível agenciamento social” (2005b, p. 7). Os posicionamentos da autora ocupam um lugar tenso no debate feminista, especialmente porque seus argumentos são em defesa da regulamentação do trabalho sexual e da autodefinição da prostituta: “nessas questões todas há uma discussão fundamental de cidadania, já que parece mesmo que as prostitutas são consideradas cidadãs pela metade, o que as impede de se estabelecer no lugar de quem tem autonomia do corpo e de suas escolhas” (PASINI, 2005b, p. 7).

Diante do que foi posto, estabeleço duas linhas para a compreensão da autonomia da trabalhadora sexual: a) da autoterminação da prostituta expressa em suas práticas e negociações com os seus clientes; b) da capacidade de agenciamentos em seus locais de atuação profissional. A primeira remete a questões relativas à objetificação do corpo da trabalhadora; a segunda a aspectos inerentes à exploração laboral do seu trabalho. Por um lado, a definição de

regras/limites que delimitem os serviços de natureza sexual prestados aos clientes, os quais possam indicar possibilidades de autodeterminação. Por outro, a presença de mecanismos ou barreiras de coerção que as submetam a situações de exploração do seu trabalho nos estabelecimentos onde trabalham.

No próximo capítulo, esclarecemos como (e onde) acontecem as interações e sociabilidades entre clientes e trabalhadoras sexuais locais e oriundas de outras regiões brasileiras, que tiveram as suas presenças intensificadas durante o período de maior número de operários nos canteiros das obras das de construção das usinas. Uma vez que são espaços que possibilitam a observação das diferentes modalidades, normatividades e interesses que regem as relações estabelecidas entre os gêneros em situação de interação e sociabilidade, onde são negociados agenciamentos, serviços sexuais e, especialmente, companhia para beber, conversar e jogar.

CAPÍTULO 3

INTERAÇÃO E SOCIABILIDADE EM LUGARES PROSTITUCIONAIS

*O olhar atravessa uma parede de madeira grosseiramente caiada onde borrões amarelos de umidade entranhados de subira marcam todo o ambiente iluminado por três candeeiros pendurados em pregos enferrujados. Sobre aquela parede estão coladas gravuras de diversos tipos, desde imagens devocionais da Virgem da Conceição, até de políticos brasileiros, senhoritas em traje de banho e astros e estrelas do cinema. Contra o desordenado painel de imagens envelhecidas e sujas retiradas de revistas ilustradas, o olhar de Finnegan cai sobre o rosto de duas mulheres [...]. Uma delas, a mais nova, movimenta ansiosa os olhos pelo ambiente, enquanto a outra permanece parada como uma estátua de pesadelo esculpida por alguma mente perversa. A mulher mais jovem abre a boca desdentada num sorriso repulsivo. Finnegan e Collier estão sentados num banco tosco de madeira, na sala do melhor e único bordel de Porto Santo Antônio (Márcio Souza, **Mad Maria**, 1980, p. 171).*

Na literatura do amazonense Márcio Souza encontramos, particularmente, na obra *Mad Maria*, os episódios mais inacreditáveis e macabros dos registros históricos dos cinco anos de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, que descrevem duas tentativas fracassadas que previa a ligação da atual Porto Velho a Guajará-Mirim; duas cidades rondonienses fundadas no início do século XX durante a construção dessa emblemática ferrovia. No excerto escolhido e citado a pouco são representadas as figuras da prostituta (índias caripunas) e do operário (um engenheiro inglês e um médico norte-americano) em um bordel de Porto Santo Antônio do início do século XX. São descritas, sobremaneira, situações de interação e sociabilidade entre dois operários da construção do empreendimento que demarcam o início da formação sociocultural do estado de Rondônia.

Isso implica que há pelo menos um século vem ocorrendo prostituição feminina nas áreas próximas às grandes obras e empreendimentos da Amazônia brasileira. Conforme registra a abordagem historiográfica, foi a partir de meados

do século passado que se deu o início a um intenso processo de ocupação (oficial e não oficial)⁵⁸ dessa região.

Os processos de ocupação contribuíram para que a região se transformasse em um interessante ponto de atração para o exercício da prostituição feminina, como, por exemplo, durante a construção da rodovia Transamazônica e da BR 364 e, também, em áreas de garimpo⁵⁹ e mineração, somente para citar alguns. Além deste aspecto, o excerto aponta marcadores sociais da diferença para além do gênero, evidenciando o de classe e o étnico que também foram percebidos no contexto desta pesquisa.

Neste capítulo, vemos como (e onde) ocorrem as interações e sociabilidades⁶⁰ entre operários das obras de construção das UHEs Santo Antônio e Jirau e as prostitutas locais e de outras regiões brasileiras. A presença de trabalhadoras sexuais foi intensificada no contexto da pesquisa durante o período de maior número de operários nos canteiros das obras de construção das UHEs.

A abordagem etnográfica realizada em diferentes “lugares prostitucionais” em Porto Velho e no distrito de Jaci Paraná (mesclada à teoria e as falas dos/as informantes) possibilitou-nos analisar as diferentes modalidades, normatividades e interesses que regem as relações estabelecidas entre os gêneros em situação de interação e sociabilidade, qual seja: a relação entre prostituição sexual e as performances estabelecidas entre os gêneros nos espaços de prostituição, bem como compreender o “brega” como espaço privilegiado para sociabilidades masculinas. Veremos também como o aumento de uma mão de obra masculina

⁵⁸ A construção da BR-364 ligando Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco e os projetos de colonização implantados pelo INCRA a partir da década de 1970 impulsionaram a ocupação dessa região, recolonizando antigos e inexpressivos lugarejos do então Território Federal de Rondônia, formados por modestos núcleos urbanos ribeirinhos dependentes de um decadente modelo extrativista baseado na borracha e garimpagem (diamantes e cassiterita), e também pequenos lugares implantados no começo do século passado em razão das linhas telegráficas de Marechal Rondon.

⁵⁹ Tedesco (2015) em sua Tese de Doutorado “No Trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS – UFRGS) e no Departamento de Antropologia Social e Cultural (VU Amsterdam), traz uma importante contribuição acerca das experiências de mulheres em áreas de garimpos da Amazônia brasileira. Tedesco defende que, dentre as diferentes atividades laborais exercidas por essas, consta o trabalho sexual; porém a pesquisadora deu mais ênfase à mobilidade social e econômica (baseada em trocas de sexo/afeto e dinheiro) que a mobilidade espacial (migração) dessas mulheres entre áreas de garimpo na Amazônia brasileira; no livro *Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil* publicado em 1992, Dimenstain relata os resultados de sua investigação acerca da rota da exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia brasileira, destacando especialmente modalidades de prostituição ocorridas em áreas de garimpos do Norte brasileiro.

flutuante contribuiu para uma transformação no mercado do sexo local, complexificando e ampliando as noções e definições dos lugares prostitucionais.

3.1 As interações e os “lugares”

Nossa análise aqui se baseia na noção de interação de Simmel (2006a), referência para o desenvolvimento da perspectiva interacionista, e de Goffman (2013) cujos recortes analíticos privilegiaram os comportamentos individuais, considerando que os mesmos localizam os indivíduos socialmente. Simmel (2006a) propõe uma noção de interação que se constitui na *forma* como determinados impulsos, sentimentos e desejos (conteúdos interacionais) que estão no indivíduo, são realizados à medida que esse sai da individualidade em busca de certas finalidades, onde o objetivo consistirá em se socializar (interagir) com o outro num universo de diversas possibilidades.

Assim sendo, “a sociação é a *forma* (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (SIMMEL, 2006a, p. 60). Nesta direção, Simmel (2006a, p. 60) propõe que o indivíduo “exerce efeitos sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles” através da interação que surge a partir de determinados impulsos, por exemplo, “os instintos eróticos”.

Não podemos deixar de ressaltar que foi a noção de “interação” apropriada da perspectiva sociológica goffmaniana (a de caráter dramaturgico) que possibilitou compreender as relações sociais (dentro de um lócus privilegiado de estudo) e, por conseguinte, organizadas dentro dos limites físicos de lugares⁶⁰ de sociabilidades marginais (bares/ “bregas” e boates). Nesse sentido, utilizamos, ainda, a noção de “representação teatral” de Goffman (2013) cuja abordagem é chave para compreender como os atores sociais se apresentam sob a máscara

⁶⁰ O artigo “Erving Goffman, sociólogo do espaço”, da socióloga Fraya Frehse, publicado no *Dossiê Goffman*, traz uma interessante discussão sobre as concepções de espaço físico na sociologia goffmaniana; onde a autora explora aspectos (para a autora pouco destacados pelas abordagens interacionistas), evidenciando que: “as menções espaciais medeiam concepções sobre o ambiente físico da vida social que têm importância teórica significativa no esquema conceitual desenvolvido por Goffman para a compreensão da estrutura normativa das interações face a face não estritamente convencionais” (FREHSE, 2008, p. 156).

de um personagem para personagens projetados por outros atores. O autor parte do princípio, de que a lógica normativa das interações face a face reside nas próprias interações, oferecendo à sociologia uma interpretação alternativa do papel do espaço físico nas relações sociais.

Nesta perspectiva está contida a ideia de que os indivíduos são sensíveis à forma como são vistos pelos outros, por isso utilizam estratégias de gestão e regulação das impressões para assegurar que os outros reajam da forma desejada. Sendo que as impressões, conforme a concepção dramaturgica, “são o resultado da interpretação realizada pelo antagonista acerca do significado dos signos expressados pelo ator social” (AMPARÁN e GALLEGOS, 2015, p. 242). É importante ressaltar que o que caracteriza a interação na concepção goffmaniana é que ela se produz em um processo de manejo de impressões emitidas (definição da situação) pelo ator e recebidas pelos coadjuvantes da representação da ação social. Mas, conforme a perspectiva empregada por Goffman, cada agente social é observado como ator social e como audiência (espectadores).

Ademais, assumimos o termo representação para nos referir a toda atividade do ator/atriz social caracterizada por sua presença contínua diante de determinado grupo de observadores, sobre os quais tem (ou deseja ter) alguma influência.

Neste capítulo o “espaço” é pensado como uma variável que interfere nas interações sociais cotidianas. Um estudo desenvolvido por Frehse (2008) apontou duas concepções de cunho espacial da ordem da interação da sociologia goffmaniana coexistentes no início da obra desse autor: espaço social e espaço interacional. Assim, quando nos referimos aos lugares de interações e sociabilidades, “trata-se de uma abstração teórico-metodológica, construção do sociólogo [de orientação simmeliana] que permite compreender o que une socialmente os indivíduos em grupos” (FREHSE, 2008, p. 157). Melhor dizendo, referimo-nos propriamente ao *espaço social*. Já a concepção de *espaço interacional*, de orientação goffmaniana, está associada às regras de condutas vigentes nas interações face a face aos “rituais de evitação” e “apresentação” durante as situações de interação social cotidiana sendo “configurado simbolicamente através das regras de conduta nas quais os indivíduos se orientam em copresença” (FREHSE, 2008, p. 157).

Nesse sentido, diferente de como o espaço é pensando em trabalhos das mais variadas naturezas e, mais particularmente, nos estudos sobre prostituição que adotam a descrição etnográfica dos lugares prostitucionais, aqui, o espaço prostitucional é “mais do que cenário, do que condicionante físico ou signo, o espaço é ambiente de signos para a interação” (FREHSE, 2008, p. 161). Deste modo, postulamos que os lugares prostitucionais puderam ser lidos, por termos assumido a perspectiva dramaturgica, como quadro teórico-metodológico (tendo em vista os contextos de interação e sociabilidade), considerando que as interações não são neutras e acontecem nos campos de ação onde vários interesses e necessidades estão em jogo.

Nas falas de nossas interlocutoras aparecem indistintamente os termos “bar” e “brega” que são utilizados com o sentido de prostíbulo, ou seja, lugar de prostituição onde as “mulheres de brega” trabalham e habitam – no distrito de Jaci Paraná encontramos com maior incidência situações em que não há separação entre lugar de trabalho e moradia. Mas ficou bem evidente que “brega” e “mulher de brega” são expressões pejorativas (impregnadas de estigmas) e utilizadas como termos desqualificativos de lugares e pessoas. Referir-se ao próprio estabelecimento como bar e do seu concorrente como brega faz parte de uma lógica classificatória que hierarquiza tanto os estabelecimentos como seus frequentadores.

Isso posto, é relevante dizer que não nos interessou realizar um mapeamento exaustivo dos lugares de interação e sociabilidade frequentados pelos trabalhadores das obras, considerando o caráter qualitativo desta pesquisa. Ademais a observação privilegiada, proporcionada pela abordagem etnográfica, tornou-se relevante por evidenciar a forma como a prostituição feminina ocorre informando sobre os diferentes agentes da prostituição, os lugares e modalidades de trabalho sexual realizado e as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos (prostitutas/clientes, prostitutas/proprietários/as).

Inicialmente tínhamos em mente realizar durante a pesquisa exploratória⁶¹ a identificação dos principais lugares prostitucionais e estabelecer o mapa da

⁶¹ A pesquisa exploratória foi realizada entre os dias 04 e 08 de junho de 2014, durante esse período estabelecemos alguns contatos com informantes privilegiados, pesquisadores da Fundação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), ONGs e com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e da Defesa dos Usuários dos Serviços da Educação (CAO

prostituição em Porto Velho e no distrito de Jaci Paraná (**Fotografia 3**) Não bastava estabelecer (e pouco contribuiria naquela fase da pesquisa) a configuração espacial da prostituição no campo de pesquisa, definindo as diferentes categorias de profissionais do sexo, descrever e identificar as modalidades de prostituição (anúncios e classificados de jornais, agências, boates, *trottoir*, etc.), seria preciso compreender as dinâmicas estabelecidas nos diferentes lugares de prostituição.



Fotografia 3: Comércio popular entre bares de prostituição, distrito de Jaci Paraná (RO).

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2017).

Tais procedimentos possibilitariam, de certo modo, caracterizar o “mercado do sexo” local, levando-se em consideração as transformações demográficas, espaciais e socioeconômicas que se intensificaram como o início das obras de construção das duas UHEs, conforme indicam instituições da sociedade civil e governamentais daquele estado. Mas seria uma tarefa, de certa forma, impossível de se realizar em tão curto espaço de tempo, considerando que

INF) do Ministério Público Estadual (MPE-RO); identificamos os principais locais de prostituição feminina da região central de Porto Velho principalmente das praças Jonathas Pedrosa e Marechal Rondon, localizadas na Avenida Sete de Setembro e, também, a que ocorre em bares próximos à calçada da Rua Barão do Rio Branco e no Terminal Hidroviário Cai N'Água.

juntas as duas obras geraram aproximadamente 40 mil empregos⁶² (com predominância de mão de obra masculina desacompanhada de suas famílias), o que fez com que os lugares prostitucionais (principalmente bares, bregas e drinks) se expandissem de forma desordenada em razão da demanda por sexo pago entre os anos de 2009 e 2013.

De fato, o que importava naquele momento era identificar lugares prostitucionais frequentados por trabalhadores das obras e prostitutas que aceitassem participar da pesquisa e, principalmente, identificar informantes privilegiados que pudessem intermediar o acesso às mulheres em situação de prostituição.

Já nas primeiras observações pude constatar que o campo empírico do estudo estava modificando-se à medida que as obras de construção do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira avançavam (algo constatado em outras fases da pesquisa). Até então, o que conhecíamos do contexto empírico da pesquisa havia sido acessado através de dados secundários que precisaram ser lidos de forma crítica. Além disso, os documentos que dispúnhamos eram relativos ao contexto anterior e inicial à implantação dos dois canteiros de obras, coletados por nós em matérias de jornais veiculadas *online*, em relatórios de pesquisas⁶³; por exemplo, nos *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)* e *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*,

⁶² Este dado foi retirado do relatório da Plataforma Dhesca Brasil (2011), considerando que os *sites* da energia Sustentável do Brasil (ESBR) empresa responsável pela construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Jirau (UHE Jirau) e da Santo Antônio Energia SA, responsável pelo desenvolvimento do projeto de implementação da UHE Santo Antônio não constam dados relativos aos números de trabalhadores canteiros de obras, bem como não disponibilizaram esses dados quando fizemos sucessivos contatos através de seus canais de comunicação.

⁶³ Referimos-nos aos relatórios, a saber: *Violações de Direitos Humanos Ambientais no Complexo Madeira (2008)*, realizado em 2007 que apresenta o relatório sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o processo decisório de implementação das UHEs; posteriormente, *Violações dos Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira: Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento (2011)*, realizado pela Plataforma Dhesca Brasil que aponta os impactos ambientais e sociais ocasionados pelos empreendimentos; e, por último, *Exploração sexual e grandes obras: construção de uma agenda de convergência para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes*, realizada em 2009 pela Childhood Brasil em parceria com a UFRGS e apoio do Instituto Camargo Corrêa, que buscou entender o contexto de vida e trabalho dos profissionais que atuam nas “grandes obras” no Brasil, entre essas a Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, e traça o perfil dos trabalhadores considerando aspectos relativos à vida sexual e o conhecimento sobre a existência de prostituição nos arredores dos alojamentos erguidos nos limites das obras, destacando-se a exploração sexual de crianças e adolescentes (nota-se que a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) foi tratada como “prostituição infantil”, algo passível de discussão levando-se em consideração que, do ponto de vista legal e conceitual, o que existe é exploração sexual infantil); entre os sites acompanhamos dois, em especial, o do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Observatório de Barragens da UFRJ.

cujo teor traz dados relativos às fases que antecederam as autorizações e concessões dos consórcios executores das obras de construção das UHEs Jirau e Santo Antônio.

Nesta direção, o contexto observado durante a pesquisa exploratória apresentou dois aspectos bem evidentes: i. a progressiva diminuição no número de trabalhadores nos canteiros de obras em relação à fase inicial da pesquisa em 2013 e, outro que foi bem relevante para a melhor (re)definição do problema da pesquisa, ii. o fechamento de inúmeros estabelecimentos vinculados ao mercado do sexo local, outros colocados à venda ou em arrendamento.

A frequência de trabalhadores das obras demandando por entretenimento nos locais prostitucionais estava diminuindo sensivelmente e, com isso, modificando o perfil (idade, características físicas, origem) das profissionais do sexo que atuavam nos lugares identificados como sendo de interação e sociabilidade dos trabalhadores. Tal aspecto refletiu nos negócios relacionados à prostituição levando ao fechamento de vários estabelecimentos vinculados à prostituição, segundo nos relataram as/os proprietários/as dos estabelecimentos comerciais vinculados ao mercado do sexo local que identificamos naquela oportunidade.

Nas conversas informais estabelecidas como os/as próprios/as proprietários de bares de prostituição apareceram justificativas para as mudanças percebidas durante a pesquisa exploratória, realizada durante o mês de junho de 2014, em relação ao que conhecíamos através do que a literatura apresenta para os anos iniciais da implantação dos canteiros de obras, ocorridos entre os anos de 2008 e 2012. No entendimento deles, com a conclusão da fase inicial das obras (que consistiu em colocar em operação comercial as primeiras turbinas) deu-se início a uma série de demissões e transferências de trabalhadores especializados (ou não) para outras obras em andamento no Brasil e executadas pelas construtoras desse complexo hidroelétrico.

Isto refletiu em termos quantitativos (algo que pudemos verificar empiricamente), em relação à presença diminuta de prostitutas oriundas de outras regiões do Brasil, principalmente das regiões sul e sudeste brasileiras. No período de maior circulação de dinheiro, principalmente durante o pagamento dos salários dos trabalhadores das UHEs, elas se deslocavam até a cidade de Porto

Velho e o distrito de Jaci Paraná por meio de transporte rodoviário, aéreo ou fretando ônibus especiais (no caso das acreanas), para prostituírem-se nos bregas.

Estes aspectos constatados e, sobremaneira, considerados a partir do que foi relatado por nossas interlocutoras, levaram-nos a inferir que os lugares frequentados pelos “barrageiros” (e identificados durante a pesquisa exploratória como prostitucionais) estavam deixando de ser ponto de atração para prostitutas de outras regiões brasileiras; particularmente do sul e sudeste (classificadas pelos clientes e donos/as dos estabelecimentos como as garotas de programas, “garotas top”, “altas garotas”, “meninas finas” e “mulheres de classe”), bem como daquelas com origens nos estados vizinhos (Amazonas, Acre, Pará, Maranhão e Mato Grosso).

Na ocasião inferimos que elas poderiam estar buscando outros lugares prostitucionais, em que naquele momento disporia de um maior número de homens demandando por sexo pago ou, ainda, elas estariam se inserindo noutras atividades formais e informais, ou mesmo, estabelecendo laços de conjugalidade com ex-clientes. Isto também levou-nos a levantar uma questão trazida aqui (porém problematizada no próximo capítulo), que considerou a dinâmica do mercado do sexo local e relativa às mobilidades das prostitutas entre os diferentes lugares de atuação (áreas de garimpo, grandes obras e grandes centros urbanos) e suas capacidades de agenciamentos: qual a posição dessas mulheres em relação aos/as donos/as dos estabelecimentos em termos de agenciamentos individuais e autonomia (há alguma forma de poder que restringe as suas mobilidades e trânsitos entre diferentes locais de trabalho e/ou origem familiar?).

Naquela oportunidade despertou-nos atenção os termos êmicos “altas garotas”, “meninas finas” e “mulheres de classe”. Tais termos são parte integrante de uma gramática de classificação local, cujos sentidos são compartilhados pelos frequentadores dos bregas (e também pelos donos/as dos estabelecimentos), que os utilizam para classificar as prostitutas consideradas como de “alto nível” que, por sua vez, apresentam características físicas consideradas, por esses, como sendo “sulistas” (estatura alta, cútis clara, cabelos e olhos claros) associados aos atributos qualificativos: “educadas”, “carinhosas” e “finas”.

O lugar de desigual e subdesenvolvido atribuído às regiões norte e nordeste brasileiras no âmbito nacional (em contraste à posição de “desenvolvido” e “civilizado” do sul e sudeste) define, de modo especial, a posição das prostitutas dentro do mercado do sexo local; a regionalidade “sulista” interseccionada às características de fenótipo europeu conferem a condição de garotas de programa de “alto nível”. Nesse sentido, os termos referidos anteriormente são ativados nas dinâmicas de interações entre prostitutas/clientes e, particularmente entre clientes/agentes durante os momentos de negociação dos programas, consistindo numa estratégia que tem como objetivo capitalizar (valorizar) os serviços da prostituta.

Aqui cabe um parêntese que diz respeito às questões relativas à migração e miscigenação no Brasil, considerando que, a despeito de tratar-se da Amazônia brasileira⁶⁴. – onde predomina uma população descendente de povos indígenas –, as características físicas das mulheres nem sempre representa uma origem sulista. Há prostitutas que apresentam traços de fenótipo europeu, porém muitas delas, naturais da região amazônica, apresentam traços de fenótipos herdados de familiares que migraram da região sul do Brasil em direção ao centro oeste e norte durante o processo de implantação das “políticas de integração” e “desenvolvimento” dos governos militares (BECKER, 2001; IANNI, 1997), conforme relataram durante a aplicação do roteiro de entrevistas.

Além disso, pode-se perceber que independentemente da origem regional e das características físicas, como vimos em *loco*, as mulheres habitualmente recorrem a intervenções estéticas, por exemplo, o uso de lentes de contato coloridas, a coloração e alisamento dos cabelos, bem como o implante de próteses de silicone com o intuito de aproximarem-se de padrões estéticos de beleza, cujas representações são veiculadas reiteradamente pelas mídias

⁶⁴ A região amazônica foi palco de um intenso processo de ocupação territorial (como respostas as tensões sociais) durante os governos militares, cuja política foi de “ocupar para não entregar”, dando início a uma série de empreendimentos que visou o desenvolvimento dessa região, por exemplo, a construção da BR 163 (integrando o Sul, o Centro Oeste e Norte do Brasil) e os projetos de assentamentos agrícolas a partir dos anos de 1980 no antigo Território de Rondônia, apenas para citar alguns, conforme discutimos brevemente na *Introdução* desta Tese, que promoveram um contínuo processo migratório em direção ao Norte dos inícios dos anos 1970 a fins de 1990, ocasionado a miscigenação de nativos da Amazônia com descendentes de migrantes europeus migrados, principalmente dos estados da região Sul brasileira, onde predominam características fenotípicas europeias.

transformando o copo feminino em um artefato dos mercados econômico/social/cultural (ANDRADE, 2003).

No segundo momento da pesquisa de campo, através da observação direta propiciada pelo encontro etnográfico mais demorado que aconteceu nos fins de 2015 – estabelecido nos espaços onde existem possibilidades de troca de sexo e companhia para beber ou conversar em troca de dinheiro –, constatamos que o fator etário articulado à classe e regionalidade estabelece intersecções “em processos de erotização e também de viabilização de consumo erótico” (PISCITELLI, 2005, p. 22).

Um diálogo com uma boliviana proprietária de brega em Jaci Paraná sobre os negócios da prostituição podem ser somados a essa reflexão:

Havia “altas mulheres” que viam de todas as regiões brasileiras, “alemãs”. Vinham mulheres muito bonitas [risos]. Tinha algumas de São Paulo, outras vinham... Mas havia muitas mulheres jovens e bonitas por aqui. Muitas mesmo. Os homens das firmas gostavam, procuravam sempre por elas. Mas as meninas conviviam bem, não tinha disputas. Havia muitos clientes, era homem que não acabava (Dona de brega TS17, Entrevista de 2015, Pesquisa de Campo).

Nossa hipótese aqui é de que gênero, sexualidade e origem regional (raça/etnia) em intersecção como a idade hierarquizam o corpo da prostituta em termos de atividade laboral (prostituição), produzindo categorias identitárias de discriminação. Tais intersecções produzem efeitos⁶⁵ que interferem, efetivamente, nas capacidades de agenciamentos e dos ganhos econômicos da prostituta e, particularmente na autopercepção da condição prostitucional, evidenciando o gênero enquanto a primeira forma de manifestação de poder (SCOTT, 1988) materializado aqui em duas dimensões inter-relacionadas: a simbólica (corpo idealizado) e a subjetiva (identidade da prostituta).

A forma como compreendo aqui os lugares prostitucionais buscou afastar-se das abordagens que as definiriam como zonas de baixo meretrício. Trata-se de

⁶⁵ Isto se tornou bem evidente ao retornamos a campo entre os dias 02 a 17 de novembro de 2015, quando foi realizada a pesquisa empírica e pudemos constatar o quanto o fator idade e raça/etnia determinam a posição dessas mulheres no mercado do sexo local; tal aspecto parece interferir nos ganhos delas com a prostituição, bem como percebemos que quanto maior a faixa etária da prostituta maior o uso de evocações simbólicas negativas para definir a atividade prostitucional.

uma realidade bastante complexa que inclui numa mesma espacialidade diferentes comportamentos, interesses e estilos de vidas contraditórios. Ademais, a emergência de um mercado do sexo local estruturado de forma desordenada e transitória inviabilizaria essa categorização, bem como no contexto estudado o exercício da prostituição extrapola os espaços tradicionais de prostituição como o “cabaré”/boate/puteiro/zona de meretrício e outros espaços de prostituição. Minha observação baseou-se na apropriação da categoria de “região moral” de Park (1973) que repousa numa concepção que divide o espaço urbano em círculos concêntricos: uma faixa residencial, outra industrial e o centro.

Nessa acepção, o centro de uma determinada espacialidade está contido em uma divisão espacial que se presta, ao mesmo tempo, como ponto de concentração administrativa e comercial e, também, como lugar de encontros de indivíduos com interesses em comum que, por sua vez, extravasam seus impulsos reprimidos pela civilização (PARK, 1973). Tal acepção designa um território residual, conforme os gostos e interesses marcados por comportamentos desviantes, onde “prevalece um código moral específico” (GASPAR, 1985), para o qual convergem “interesses, gostos e temperamentos ligados à boêmia, ao desejo não convencional, o lugar onde as paixões indisciplinadas, reprimidas, sublimadas encontrariam vazão” (SIMÕES, 2009, p. 541).

Nos termos propostos por Park (1973), a localização dos lugares onde iniciei a observação direta em Porto Velho pode ser conceituada, de fato, como uma “região moral”. Trata-se da região central da cidade onde são desenvolvidas diversas atividades o que faz dela um centro administrativo, comercial e de serviços que privilegia o encontro de indivíduos que compartilham códigos morais específicos. Iniciei o percurso etnográfico caminhando pelo centro histórico da capital e fui, despretensiosamente, buscando identificar os “tipos desviantes” (GOFFMAN, 2008) que interessavam para pesquisa entre as centenas de indivíduos que caminhavam, de forma apressada, pela Avenida 7 de Setembro em direção às “paradas” de ônibus da Praça Marechal Rondon (Praça do Baú).

No entorno dessa praça identificamos uma sequência de estabelecimentos comerciais (bares comuns, bregas, lanches) vinculados ao mercado do sexo local, enfileirados à esquerda de quem caminha em direção aos galpões da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Do conjunto arquitetônico

que emoldura essa praça histórica, onde foi palco de acontecimentos políticos⁶⁶ importantes e manifestações culturais dos dias atuais, fazem parte os imponentes prédios do antigo Cine Teatro Resk (onde hoje funciona uma unidade da Igreja Internacional da Graça de Deus) e o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO).

Tudo isso contrasta com os evidentes sinais de abandono e descaso por parte do poder público em relação ao patrimônio histórico da região central dessa cidade. Abaixo destacamos a fotografia da Praça Marechal Cândido Rondon que é cenário para diferentes interações sociais entre populares dessa cidade (**Fotografia 4**).



Fotografia 4: Praça Marechal Rondon, Porto Velho (RO).

Fonte: Pesquisa de Campo (Novembro, 2015).

Ali bem dentro do ângulo de visão do observador (durante um curto espaço de tempo), fomos categorizando mentalmente os frequentadores da praça que, provavelmente, compartilhavam entre si os mesmos códigos morais marcados por comportamentos considerados desviantes: trabalhadores

⁶⁶ Segundo nos relatou uma informante privilegiada, a Praça Marechal Rondon foi construída pela Estrada de Ferro Madeira Mamoré nos fins da década de 1930 quando já estava nacionalizada, e foi durante os anos de 1950 e 60 cenário de discursos políticos de Ademar Barros, Juscelino Kubistchek, João Goulart e Jânio Quadros quando estiveram em visita no recente criado Território Federal de Rondônia (atual estado de Rondônia).

ambulantes informais (pequenos lanches, “bancas de camelôs”, vendedores de água), dependentes químicos (álcool e drogas ilícitas), prostitutas, homossexuais e desocupados.

Naquele instante nos sentamos em um desses lugares para registrar no diário de campo as impressões e sentimentos suscitados com aquela experiência para, posteriormente, utilizá-los nas reflexões iniciais e categorizações acerca da pesquisa de campo. Conscientes dos efeitos da “relação da pesquisa” que, de fato, não deixa de ser uma relação social e, de igual modo, não deixa de produzir efeitos sobre os resultados da investigação (BOURDIEU, 2007, p. 694), procuramos seguir a ótica bourdieusiana. Isto é, objetivando a nós mesmos, nos colocando no lugar social do objeto em investigação e, através de um jogo mental, assumindo os seus pontos de vista tentando minimizar os “efeitos que as estruturas objetivas exercem não somente nas interações [ordinárias], mas também na sua interação [pesquisador] com as pessoas submetidas à observação ou à interrupção”.

Naquela mesma tarde, seguindo as orientações de uma informante foi possível identificar outros bares próximos à área do Terminal Hidroviário Cai N'Água, localizado a exatas duas quadras da Praça Marechal Rondon. Essa área faz parte do bairro Triângulo e fica às margens do Rio Madeira e, segundo populares, foi o primeiro bairro criado em Porto Velho, recebendo este nome por ser o local onde as locomotivas da estrada de ferro Madeira-Mamoré faziam a curva para descarregar.

Na condição de “observador observado” (GOFFMAN, 2013), fomos estabelecendo, pouco a pouco, relações diárias de interação com os sujeitos da pesquisa; desse modo, através daquelas primeiras experiências de inserção diretamente no local de trabalhos das minhas interlocutoras, pude colocar em fricção e tensão a subjetividade do pesquisador com as das entrevistadas que, juntas, passaram a fazer parte da construção dos dados da pesquisa.

De imediato, já se pôde perceber a existência de uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais que oferecem entretenimento e possibilidades de interação entre prostitutas e homens que buscam diversão em bares/bregas. Esse contexto proporcionou incontáveis possibilidades de interações entre os frequentadores da área portuária, considerando a grande concentração e

circulação diária de pessoas pela local, principalmente homens que transitam pela área do porto a serviço (carregadores de cargas, pescadores, vendedores ambulantes, etc.); outros estão em trânsito pelo terminal hidroviário de embarque/desembarque de cargas e passageiros (comandantes de barcos, garimpeiros, marinheiros, passageiros de embarcações); além desses trabalhadores, desocupados e praticantes de pequenos delitos (furtos, consumo e tráfico de drogas ilícitas) se misturam aos que se dirigem à região nos finais de tarde e fins de semana em busca de entretenimento.

À vista disso, iniciamos a pesquisa de campo com as trabalhadoras sexuais do contexto empírico descrito anteriormente, conforme descrevo nas próximas seções.

3.2 Os bares de prostituição

Os bregas⁶⁷ iniciam as suas atividades a partir das 9 horas da manhã permanecendo, quase sempre, abertos diariamente até o anoitecer ou enquanto houver clientes nos estabelecimentos. Apesar disso, conforme relatou a proprietária de um brega localizado na zona portuária de Porto Velho, o funcionamento do seu bar se encerra por volta das 21 horas por questões de segurança.

A presença das mulheres nos bregas de Porto Velho é mais intensa nos períodos da manhã e da tarde, horários que funcionam como turnos de trabalho mais ou menos flexíveis, conforme os dias e frequência dos clientes. Em Jaci Paraná, os estabelecimentos também funcionam conforme a frequência de clientes, apesar disso a presença das prostitutas é notada especialmente nos períodos da tarde e da noite, uma vez que a maioria delas mora no local de trabalho.

Nos estabelecimentos não são oferecidos serviços sexuais sofisticados – massagens especiais, *pole dance*, *strip-tease*, shows eróticos, etc. – pois, sem

⁶⁷ Não utilizamos os nomes próprios dos estabelecimentos onde foram realizadas as observações e entrevistas, que foram omitidos como forma de preservar a identidade e o anonimato de seus/as proprietários, bem como a relação desses lugares com a prostituição, considerando que os Artigos 227, 228 e 229 do CP. Brasileiro criminaliza quem mantém casa de prostituição, favorece ou intermédia a prostituição; utilizamos o nome próprio de uma boate (bar) de Porto Velho por se tratar de um dos estabelecimentos prostitucionais que remete a época de florescimento aurífero de Rondônia, cuja história e prestígio fazem parte da memória coletiva local.

exceção, os mesmos dispõem de estruturas físicas bem simples. De um lado, trata-se de locais públicos para entretenimento masculinos que não apresentam elementos visuais indicativos das suas vinculações com o mercado do sexo, de outro, são estabelecimentos que estão associados quase que exclusivamente a prostituição.

Em geral, os bares funcionam em locais precários e de forma irregular, dispondo de uma estrutura física que comporta pouco mais do que alguns jogos de mesa com quatro cadeiras, máquina de música *junkbox* e mesa para jogo de bilhar. Muitos desses estabelecimentos dispõem, eles próprios, de quartos que são alugados para os clientes por R\$ 30,00 para os encontros íntimos contratados de alguma “garota” vinculada aos estabelecimentos.

Tudo isso, por si só, pode garantir o movimento diário de frequentadores, principalmente, durante os fins de semana e períodos de pagamentos de salários dos trabalhadores das UHEs, desde que o bar seja frequentado por mulheres que estejam dispostas a interagir com os homens que frequentam esses locais. Mas o que parece fazer, de fato, com que o brega seja “bem frequentado” por uma clientela disposta a gastar com bebidas, gratificações e programas sexuais é o grande prestígio do qual gozam alguns proprietários/as. Essa relação de prestígio⁶⁸ pode ser observada tanto entre os frequentadores como entre as mulheres que buscam esses estabelecimentos para o exercício da prostituição.

Tais empreendedores conquistam prestígio entre os frequentadores de seus estabelecimentos através de um atendimento diferenciado dispensado aos “clientes especiais” que, em alguma medida, tornam-se “amigos da casa”, ou seja, um status relacionado ao cliente habitual dos serviços. Em geral, envolve alguma forma de camaradagem entre os agentes envolvidos como, por exemplo, ser chamado por apelidos carinhosos, cortesias oferecidas pela/o proprietária/o, sentar-se à mesa do cliente e compartilhar da sua bebida.

Dentre as funções do/as proprietários/as dos bares cabe conciliar algum conflito que possa acontecer entre os frequentadores e entres esses e as

⁶⁸ Como observa Gaspar (1985), partindo de um contexto mais amplo de análise: “Do ponto de vista do cliente, o prestígio desses agenciadores [cafetões e cafetinas] liga-se à sua capacidade de oferecer mulheres que satisfaçam a qualquer hora as suas exigências (beleza e *performance* sexual). Do ponto de vista das prostitutas, à sua oferta de programas bem remunerados” (GASPAR, 1985, p. 21).

prostitutas, bem como indicar garotas especiais, vender a crédito, etc. Esse tratamento especial é dispensado aos frequentadores como clientes gastadores, os de “mãos abertas” que dão boas gratificações às suas acompanhantes. Desse modo, a figura desses agenciadores, aqui percebidos como empreendedores de estabelecimentos comerciais vinculados ao mercado do sexo local, traz evidências que possibilitam romper com as representações clássicas do cafetão e da cafetina associadas exclusivamente à exploração sexual das prostitutas.

Algumas abordagens, como as de Araújo (2008) e Tedesco (2008), que realizaram estudos da prostituição a partir de uma perspectiva focada nas questões da identidade e do estigma sobre o/as profissionais do sexo, trazem elementos que rompem, definitivamente, com as representações clássicas da figura do cafetão e da cafetina. À vista disso, o meu campo de pesquisa raríssimas vezes se ajustou à ideia da subalternização das prostitutas por esses agentes.

Tedesco (2008), ao analisar as relações comerciais e afetivas entre mulheres que se prostituem e os demais agentes da prostituição, constata que os termos cafetão e gigolô estão permeados por noções estigmatizadas e são utilizados de forma ambígua e confusa tanto pelas prostitutas como pelos demais agentes da prostituição. Segundo a autora, as relações entre as prostitutas e esses agentes caracterizam-se, muitas vezes, por relações imbricadas em afetos e parcerias, ao contrário de explorá-las, pois muitos desses homens “exercem vários papéis em uma parceria mútua que envolve o mundo do trabalho e dos afetos” (TEDESCO, 2008).

Noutra perspectiva de análise, o estudo de Araújo (2006) indica que a figura clássica da cafetina ou do cafetão tem desaparecido, fato que, conforme constata em sua pesquisa, deve-se à atual diversificação e ampliação das modalidades de serviços sexuais, como “a praticada nas ruas, bares e boates, além dos anúncios de jornais e *sites* da *internet* que são utilizados para o oferecimento dos serviços dos profissionais do sexo” (ARAÚJO, 2006, p. 98). De fato, o mercado do sexo contemporâneo oferece opções aos/às profissionais do sexo que têm inviabilizado a presença desses agenciadores do sexo que, tradicionalmente, oferecia às prostitutas garantias de “segurança” e locais fixos

para trabalharem em troca da subtração de parte substancial dos proventos oriundos da prostituição.

No universo desta pesquisa, as observações de campo e as entrevistas com as prostitutas não se ajustaram à ideia de subalternização das mulheres por parte desses agentes em termos de exploração sexual. Os estabelecimentos que dispõem de maior popularidade são aqueles onde as proprietárias são ex-prostitutas que acumularam uma bagagem de conhecimento prático, os quais são acionados em termos de administração dos seus negócios.

Tais conhecimentos também são capitalizados por elas na mediação de conflitos e tensões que possam ocorrer entre os diferentes agentes da prostituição –, há uma noção de “cuidado” tanto em relação aos clientes quanto às mulheres que trabalham em seus estabelecimentos.

Na prática essas noções de “cuidado” são demonstradas em contextos nos quais o “bom cliente” bebe “além da conta” e, em alguma medida, ele fica mais suscetível a envolver-se em brigas, confusões e à exposição aos furtos. Tais situações acontecem com certa frequência, com os operários da construção das hidrelétricas vindos de outras regiões do país que, por descuido e desconhecimento da região portuária, fazem amizades com “noiados” (usuários de drogas ilícitas) e “malandros” (indivíduos envolvidos em pequenos delitos).

Na fala de uma de nossas entrevistadas, dona de brega em Porto Velho, uma sulista de 43 anos de idade, aparece a noção do “cuidado” que ela dedica a seus clientes: “aqui todo mundo é família, eu cuido dos meninos quando eles bebem muito, pois tem muita gente ruim que aproveita da situação pra brigar, roubar, fazer mal”. Ela ratifica relatando que:

Eles ficavam embriagados. Então, eu falava: *Olha cuidado fulano, beltrano, olha!* Eu ficava cuidando deles, porque eu já sabia os que eram más influências e os que não eram. Porque eu já tenho quinze anos nesta região e já conheço um pouco as pessoas que ficam arrodando. Então eu falava: - “Não se acompanhe com esse, porque não dá certo. É uma pessoa que... é usuário pode te vender, te assaltar ou roubar”. Eu os avisava (TS4, 43 anos, Dona de brega, Entrevista, Pesquisa de campo).

Nessas situações, os/as proprietários/as entram em cena na condição de conselheiros/as e amigos/as, intervindo diretamente nos conflitos e brigas em favor do “bom cliente”. Quando estes excedem na bebida, são eles/as que

guardam seus “pertences de valor” (aparelhos de celular, carteiras, chaves de veículos, etc.). Isso confirma e aponta para as especificidades desses locais de prostituição em relação ao que a literatura sobre o tema tem apresentado.

No que diz respeito à presença de seguranças, os bares de prostituição não utilizam desses profissionais para a proteção das garotas e/ou mediação de possíveis conflitos relacionados às práticas dos programas sexuais e ao consumo de bebidas alcoólicas. Tampouco verificamos alguma presença masculina exercendo esta função, mesmos nos estabelecimentos que são dirigidos exclusivamente por mulheres. De fato, as trabalhadoras sexuais se protegerem de situações de risco, desenvolvendo estratégias e mecanismos de controle que buscam neutralizar alguma eventualidade, conforme discutiremos no Capítulo 4.

Nas regiões estudadas na cidade de Porto Velho, pode-se perceber uma associação entre prostituição e violência, considerando que a zona portuária é um ponto de atração de usuários e traficantes de drogas, especialmente nas áreas portuária e do Trevo do Roque (na BR-364). A mídia local veicula com certa frequência matérias jornalística onde as prostitutas são representadas como protagonistas e vítimas de situações violentas. Tal correlação “é reforçada por vários fatores, na medida em que o trabalho sexual é percebido como um ‘mercado do sexo’, uma ‘venda de mulheres” (GASPAR, 1985, p. 36). Isto é, uma atividade vinculada à criminalidade.

No entanto, os conflitos e situações de escândalo chamariam atenção da polícia e dos comerciantes locais para a situação imputada como crime pelo CP. Brasileiro. Por um lado, os bregas são lugares onde elas podem estabelecer interações com frequentadores habituais, vínculos de amizade com os proprietários, arranjar programas sexuais com clientes fixos, receber gratificações pela companhia. Por outro, as trabalhadoras atuam nesses estabelecimentos com a segurança de que ali não acontecerão determinadas práticas comuns na modalidade de prostituição de rua como, por exemplo, violência física, estupros, furtos, calote do programas e, sobretudo, repressão policial.

Os estabelecimentos observados dispõem sempre de um número regular de mulheres jovens que matêm vínculos de atuação exclusivos, cuja fidelização é garantida graças aos incentivos dos/as agenciador/as, que concedem algumas “gentilezas” para a garota, disponibilizando alimentação, cigarros, local de

moradia e clientes rentáveis e generosos nas gratificações. Segundo eles/as nos relataram, a presença de “garotas” atraentes e jovens no estabelecimento é garantia de clientela.

Em geral, as prostitutas revelam que ocultam o trabalho sexual dos seus familiares e das pessoas próximas, embora as mesmas mantenham relações estreitas com familiares (pais, mães, irmãos e filhos). Muitas delas contribuem diretamente com o sustento da família extensa. Entretanto, aquelas que estão em “trânsito” por áreas de prostituição “sazonal” relataram em suas entrevistas que romperam os laços familiares para ocultar as suas práticas, ou seja, uma *identidade deteriorada* enquanto um estigma – analisando nos moldes de Goffman (2008).

Em Jaci-Paraná foi possível constatar um número maior de trabalhadoras sexuais com origens em outras regiões brasileiras (pelo fato desse distrito continuar sendo um ponto de atração interessante para elas), principalmente dos estados do Acre, Mato Grosso e também da Bolívia, país que faz fronteira com a Amazônia brasileira. Nesse contexto, a inserção no trabalho sexual é marcada por rompimentos com os seus locais de origem, que são restituídos quando elas alcançam uma posição econômica favorável.

Tal posição confirmada através da aquisição de bens materiais (aparelhos de celular de última geração, roupas de grife, veículos automotores, etc.) coloca essas mulheres em uma posição de prestígio dentro de suas redes familiares, apesar disso, elas não lhes revelam a identidade profissional. Uma vez reestabelecidos os vínculos familiares, elas retornam com regularidade a seus locais de origem onde prestam ajuda financeira e investem os recursos adquiridos com os programas sexuais.

Entre as entrevistadas, algumas confirmaram as suas preferências por programas sexuais conforme a idade, a ocupação e a origem do cliente. A maioria delas relatou que preferem os operários da região centro-sul que frequentemente são “gastadores e generosos”; isso em detrimento dos que são originários das regiões Norte e Nordeste do Brasil que reclamam dos valores cobrados pelos programas sexuais tampouco dão gratificações. Já os clientes jovens, geralmente não querem pagar pelos programas sexuais, propondo estrategicamente às mulheres namoro para terem sexo sem pagar, conforme elas nos relataram.

Tais marcadores de diferença parecem hierarquizar as relações entre as trabalhadoras sexuais/clientes, trabalhadoras sexuais/proprietários/as de estabelecimentos e também entre os últimos e os clientes. Trata-se de uma lógica que tem a ver, de fato, com o número de frequentadores e com a demanda por programas sexuais.

Os programas realizados nos bregas são percebidos pelas mulheres como estratégicos e seguros, pois os/as proprietários/as dos estabelecimentos gozam de bastante prestígio entre os frequentadores dos estabelecimentos. Isso coíbe possíveis situações de violência, comuns na modalidade de prostituição praticada nas ruas onde elas estão mais expostas as diferentes formas de violências física e simbólica. No entanto, por estarem vinculados à prostituição, os/as proprietários desses bares são considerados contraventores – por mediação e favorecimento da prostituição, arts. 227 e 228 do CP. –, por isso investem na manutenção da ordem minimizando conflitos, afastando indivíduos vinculados à criminalidade e negando o vínculo da prostituta com o local.

À vista do que foi dito, os bregas proporcionam vantagens em termos de negociação dos valores dos programas, da não cobrança de diárias pelos proprietários e da flexibilidade em termos de horários e dos locais de trabalho sexual. Estes aspectos indicam um relativo grau de autonomia profissional, uma condição que pode ser ilustrada como os depoimentos abaixo.

Nestes termos, cabe ressaltar que muitas trabalhadoras sexuais relataram em suas entrevistas que são “livres” para organizar as suas próprias jornadas de trabalho sexual em termos de locais, dias e horários de atuação. Elas trabalham quando (e onde) bem quiserem, estabelecendo contratos sexuais com quem lhes convier, conforme indicam os extratos de suas entrevistas. Entretanto, as vantagens apresentadas por elas não são encontradas na modalidade de prostituição praticada em boates e casas de prostituição fechadas.

A fala de TS5 que anteriormente esteve vinculada profissionalmente a boates, uma trabalhadora sexual de 19 anos de idade, que está atuando através de anúncios na *internet* e nos bares das proximidades da rua Dom Pedro II, subesquina com Tenreiro Aranha, ilustra tal aspecto:

Pesquisador: Você tem local fixo de trabalho? Eu não tenho local fixo de trabalho. Até porque, hoje, é a terceira vez que eu

venho aqui. Eu não fico aqui! Eu não gosto de me expor! Não gosto de ir a boates. Fui uns três meses, só que não vale a pena. Porque lá os donos querem que a gente beba uísque e *red bull* para dar lucro para a casa. Aqui, não sou obrigada a beber. Eu não gosto de beber. Eu não bebo e não fumo. Aí, eu não quis, não fui mais. Eu trabalho com [anúncios] internet. Então, quando está devagar eu venho aqui. Mas é a terceira vez que eu venho. Na rua eu não fico. **Pesquisador: Você tem horário fixo de trabalho?** Se a pessoa ligar aqui para mim e diz: Oi Jéssica [nome profissional], você está livre agora? Se eu estiver, a gente encontra. Senão, eu não vou. Se eu não quiser também não vou. Se for 10 horas da noite, eu não saio sozinha. Por exemplo, para eu dirigir, se for final de semana, não saio. Pego o táxi e vou. Mas a pessoa [cliente] paga o taxi para eu ir e voltar. Se for durante a semana tem que ser antes das 10 horas da noite. Porque trabalhar de segunda a domingo, após as 10 horas eu não vou dormir oito horas. Tem a faculdade e o meu filho (TS5, 19 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

As falas das demais entrevistadas também remetem à ideia de liberdade profissional em relação à modalidade de prostituição que acontece nos bares vinculados à prostituição. A passagem abaixo também ilustra a relação de exploração laboral a qual as trabalhadoras sexuais que atuaram anteriormente em boates são submetidas.

Pesquisador: Você tinha horário fixo de trabalho? Na boate, às 6 horas da tarde você tinha que estar pronta e ia até às 4 horas da madrugada trabalhando. Às vezes você fazia dois, três, quatro programas e tinha que ficar na mesa fazendo “cera”. O homem só fazia beber e a gente tinha que ficar aguentando o “saco” do homem. Eram homens chatos e bêbados que nos fins das contas não transavam nada. E ainda ficávamos levando chamada [advertidas]. Tinha que beber. **Pesquisador: Você tinha que beber com os clientes?** Tinha que fazer eles [clientes] gastarem! Ele [proprietário] queria que a gente fizesse o cliente gastar. Por isso a gente tinha que beber com eles. **Pesquisador: Você recebia alguma comissão sobre o consumo de bebidas?** Dava! Sempre dava, às vezes naquele tempo, a dose de uísque custava trinta reais, cinco reais eram nosso. Às vezes se fosse mais, eram dez reais ou vinte reais [de comissão]. Na boate, a gente pegava uma porcentagemzinha, ganhava um dinheiro a mais (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Isso difere a modalidade de prostituição que acontece em bregas daquela que ocorre em espaços fechados como, por exemplo, boates, casas de massagem e clubes masculinos, conforme ilustra a fala de TS6. Trata-se de uma trabalhadora sexual veterana que atuou anteriormente em diferentes

modalidades de prostituição. Atualmente ela organiza as suas práticas conforme a disponibilidade e demanda dos clientes fixos que matêm.

Nas boates, as trabalhadoras precisam pagar diárias aos proprietários/as dos estabelecimentos e não dispõem de autonomia em relação à escolha dos clientes, ao consumo de bebidas alcoólicas e horários de trabalho flexíveis. Tampouco elas são dispensadas do pagamento das multas por atrasos e não comparecimento ao trabalho, entre outras estratégias utilizadas pelos/as proprietários/as de boates para explorar o trabalho da prostituta.

Na fala de TS3, de 36 anos de idade, uma ex-garimpeira e operária da construção civil, que atua na prostituição em diferentes bares da área portuária ilustra a noção de liberdade experimentada por ela:

Pesquisador: Você tem vínculo de trabalho no bar? Eu fui porque eu quis mesmo. Lá é uma boate... Um brega! Não tenho nenhum horário de trabalho ali não. De jeito nenhum! Se eu decidir não ir lá, não vou. Ela não tem nada a ver com a minha vida. Entrei lá na tora [começou a trabalhar no local] e saio. Entro e saio. A porta é aberta. Até a noite todo mundo sai fora. Até a noite todo mundo sai fora. Cada um fica na sua, só não pode brigar lá dentro. Não é? Rapaz, ela chega e fala apenas isso, para a gente não brigar. Se o cliente não combinar o valor com a gente, saímos fora e vamos procurar outro. Eu sou livre! Se não der o acordo certo lá dentro [do brega] a gente já procura outra pessoa (TS3, 36 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Na prática, porém, não acontece dessa forma. Há marcadores sociais de diferença que interferem na autonomia profissional dessas mulheres. De fato, tal liberdade está bem mais relacionada às mulheres de “certa idade” (ou que não representam um ideal estético de beleza desejado pelos clientes) do que às mulheres jovens, que precisam manter uma rotina diária de trabalho vinculada a determinado estabelecimento; ou seja, o fator etário é um marcador social de diferença que atua diretamente no agenciamento das prostitutas.

Nesse sentido, a noção de liberdade sugerida por TS3 parece estar relacionada às trabalhadoras sexuais que estão no limite da carreira ou àquelas que exercem outras funções nos estabelecimentos. A liberdade relatada por essa entrevistada não é experimentada pelas trabalhadoras sexuais que exercem outras funções no local de trabalho e também por aquelas que residem no estabelecimento de atuação profissional. Desse modo, tal liberdade é

experimentada mais pelas trabalhadoras desprovidas dos atrativos físicos desejados pelos clientes do que pelas jovens das quais os/as donos/as dos estabelecimentos deseja/exigem exclusividade.

A fala de uma trabalhadora sexual boliviana que reside no local de trabalho, entrevistada em um bar de prostituição de Jaci Paraná, ilustra essas diferenças em relação à autonomia das trabalhadoras.

Pesquisador: Qual é o seu principal local de trabalho? Aqui no Brasil eu trabalho apenas em Jaci. Eu já estive no Mato Grosso, adorei trabalhar lá! O programa era cem e cento e cinquenta reais e a pulseira três reais. Os caras de lá fechavam a boate. Nunca vi isso por aqui. É um local de trabalho diferente. E por lá eu quase não vi drogas. Já aqui em Jaci têm drogas demais. Tem as regras para se cumprir, tipo horário e tal. **Pesquisador: Você tem horário de trabalho no bar?** Depende se eu durmo muito. Se eu amanheço, por exemplo, hoje eu trabalhei até às 6 horas da manhã. E eu tive que abrir aqui às 6 horas da manhã porque bateram na porta. Agora, por exemplo, vou tomar um banho e apagar (TS11, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

De maneira semelhante, a fala de TS5, uma trabalhadora de jornada livre e itinerante, ilustra como o fator etário e o local de atuação na prostituição têm articulações com os agenciamentos profissionais das prostitutas que atuam em bregas.

Ele paga para a dona, só que antes de ir para o quarto ele dá o dinheiro do meu programa que é cento e cinquenta reais. E trinta reais que são das chaves. Eu não pago nada para ela [proprietária]. Aqui eu não tenho que beber! Mas nas outras boates tipo Bataclan, Enigma e Bacco... Na Bacco nem tanto! Mas nessas outras a gente é obrigada a beber alguma coisa. Principalmente se tiver homem, porque eles pagam se estiverem com dinheiro. E tem que fazer *striper* também. Na Bacco não tem que fazer *striper*, mas na [boate] Enigma é obrigado (TS5, 19 anos, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2015).

À vista disso, o fator etário atua como um marcador social de diferença relevante que interfere diretamente tanto no agenciamento quanto nos ganhos econômicos das prostitutas. Isso porque a demanda pelos serviços sexuais de prostitutas na faixa etária acima dos 40 anos não acontece com a mesma frequência que das mais jovens, tampouco os programas sexuais são valorizados.

No contexto observado, as trabalhadoras que estão no final de carreira são submetidas à modalidade de prostituição com “dupla função”, são exploradas

em termos da indefinição da jornada de trabalho e da informalidade das outras funções exercidas nos bregas; entre as mais jovens que atraem um maior número de clientes e frequentadores é exigida exclusividade profissional em relação aos locais de trabalho, entre outras regras; já as trabalhadoras que moram no local em que atuam como prostitutas há um maior controle de suas práticas e uma indefinição do horário de trabalho, bem como são gerados custos com as suas alimentação e estadia.

Resta-nos acrescentar à discussão que, diferente de outros contextos descritos na literatura sobre prostituição, há mulheres que conciliam no local de atuação o trabalho sexual com a função de garçoneiro/cozinheira, se diferenciando das demais trabalhadoras sexuais. Trata-se de uma categoria encontrada com maior frequência nos bares de prostituição observados em Porto Velho. Essas trabalhadoras com dupla função estão geralmente inseridas dentro de redes femininas de cuidados e solidariedade (e às vezes de proteção), principalmente quando o proprietário do estabelecimento é uma ex-prostituta⁶⁹.

O extrato da fala de TS11, uma prostituta boliviana que trabalhadora em Jaci Paraná, ilustra como as redes são organizadas:

Eu voltei a trabalhar com a Dona Anita [nome fictício]. Ela me deu meu quarto. Eu moro com ela! Viajo com ela! Ela viaja para Santa Cruz e La Paz, e eu sempre tenho um presente. Sempre tenho um espaço dentro do carro dela. Os filhos delas são como se fossem meus irmãos. A gente se leva muito bem [silêncio]. Ela viajou para Santa Cruz há duas semanas. Ela fica duas, três semanas por lá! Eu fiquei cuidando do bar. Agora, ela chegou sábado. Eu devolvi de novo [a direção do bar]. Há pouco acabei de fazer umas contas (TS11, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Em Jaci Paraná, as mulheres que ocupam este lugar de prestígio geralmente residem no mesmo local onde atuam como prostitutas. Em Porto

⁶⁹ Durante o campo pudemos constatar, por mais de uma vez e em diferentes lugares, como são constituídas essas redes de cuidados e solidariedades entre donas de bregas e suas funcionárias (garçonetes/cozinheiras), por exemplo, a prostituta veterana que convida a amiga para juntas abrirem o próprio brega; a prostituta que acumula as funções de cozinheira e balconista que convida a proprietária do brega em que trabalha para ser a madrinha do seu filho, nascido de uma gestação planejada; os conselhos às mais jovens em relação aos investimentos do dinheiro recebido pelos programas, algumas vezes a guarda desses valores é confiada as donas dos bregas; a interação dessas mulheres em caso de conflitos surgidos entre prostituta e cliente em relação à discordância do combinado no acerto do programa; contextos de ciúmes de um cliente pretenso “namorado” da trabalhadora, entre outras situações presenciadas por nós.

Velho, as que se encontram em tal posição realizam uma série de atividades: atendem o balcão e as mesas, realizam serviços de limpeza e preparam porções de “tira-gostos”. Embora as últimas não residam nos estabelecimentos onde praticam a prostituição, muitas vezes elas são as responsáveis pelo bar na ausência do/a seu proprietário/a.

Pesquisador: Você tem vínculo de trabalho no bar? Não temos horário fixo de trabalho. Quem determina o meu horário de trabalho sou eu. Eu defino o meu horário! Mas tenho a minha obrigação de chegar cedo. A partir do momento que eu fiz a minha obrigação, se não tem movimento eu vou direto para casa. Quando ela [dona do estabelecimento] pode me pagar por dia, ela paga. Quando ela pode pagar por semana, ela paga e assim vai. Eu defino o preço do meu programa, o valor médio do meu programa é setenta reais . Eu chego a negociar porque [pausa] A crise você já viu, está em todo canto, mas o meu médio [valor] é setenta reais (TS1, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

De fato, as mulheres que exercem dupla função nos bregas matêm vínculos trabalhistas informais com os seus empregadores, pois cumprem diariamente horários fixos de trabalho sem que seja firmado um contrato formal de trabalho. A situação de informalidade dessas trabalhadoras esconde, em geral, uma estratégia adotada pelos/as proprietários/as dos estabelecimentos. A despeito dessas condições de trabalho, essas trabalhadoras não têm consciência da exploração do trabalho exercido como atendentes de balcão e cozinheiras. Tal aspecto confirma que a falta de regulamentação das atividades dos/das profissionais do sexo pode submetê-las/los a condições degradantes e de exploração do seu trabalho.

Por um lado, a legislação brasileira criminaliza as relações formais de trabalho no universo da prostituição, mas não o trabalho autônomo da prostituta de acordo com que foi discutido no capítulo anterior. Por outro, a situação informal da trabalhadora com dupla função exime o empregador dos encargos trabalhistas relativos às atividades exercidas como balconista e/ou cozinheira. Isto é, o atual estatuto da prostituição no Brasil corrobora a exploração do trabalho das prostitutas.

Na próxima seção descrevemos um bar de prostituição localizado na zona portuária da capital rondoniense, objetivando identificar o lugar que as prostitutas

ocupam no estabelecimento, bem como descrever as suas interações com os clientes e os frequentadores.

3.2.1 O bar da Hebe, um brega da zona portuária de Porto Velho

Nas primeiras interações com as entrevistadas nos seus próprios ambientes de trabalho, pude perceber que a minha presença ocasionava desconforto tanto nas trabalhadoras sexuais como nos frequentadores. Mesmo que eu já tivesse me identificado previamente à proprietária do brega como estudante de pós-graduação “sulista” interessado em estudar a dinâmica das relações que se estabelecem naquele lugar, tornou-se bem perceptível que a minha aproximação daquele estabelecimento era vista de forma suspeita.

É bem possível que a minha presença estivesse sendo vinculada por aquelas pessoas às instituições e órgãos estatais que, indiretamente, controlam e reprimem a prostituição no Brasil. Isto pareceu refletir o fato de a prostituição ser comumente associada a atividades ilícitas, a redes de tráfico e exploração de mulheres, dentre outras ilegalidades, especialmente pela não regulamentação da atividade perante a legislação brasileira. Conforme foi dito anteriormente, essa relação coloca os proprietários de estabelecimentos na posição de criminosos (lenocínio).

Sem sombras de dúvidas, a entrada no campo e o contato com as entrevistadas, sejam quais forem as condições, dar-se-á através de um processo de interação social que desperta no informante sentimento de interesse, suspeita e curiosidade (MINAYO, 1998). À vista disso, a pesquisa de campo exigiu um processo de negociação contínuo com as entrevistadas e os/as proprietários/as dos bares de prostituição. No bojo dos eventos descritos a pouco, iniciei a abordagem etnográfica em um dos vários estabelecimentos da rua Euclides da Cunha (quase esquina com a João Alfredo), localizado especificamente nas proximidades do Shopping Popular Rio Madeira.

Na fachada frontal pintada em azul turquesa, lê-se “Bar da Hebe”⁷⁰ grafados em letras garrafais, posicionadas em destaque logo acima do acesso

⁷⁰ Nossa interlocutora (que empresta seu nome próprio ao estabelecimento) faz jus ao nome fictício que lhes atribuímos em razão da simpatia, espontaneidade e espírito jovial com que recebe e atende seus clientes o que, de imediato, evocou em nós a imagem de uma deusa da mitologia

que se dá diretamente por duas grandes portas de aço. Não há qualquer identificação visual de que ali seja um espaço vinculado à prostituição, porém, o que causa certo estranhamento ao observador pouco familiarizado com o contexto (e embasado por representações sexistas) é a presença de mulheres bebendo e, frequentemente, jogando bilhar (sinuca) com os homens.

Não seria exagero, pois, dizer que localmente é pouco aceitável (considerando os papéis de gênero) que “mulheres direitas” frequentem bregas e, sobretudo, compartilhem dessas atividades vistas como masculinas – considerando o gênero, enquanto um organizador da cultura que define os papéis sociais entre os sexos (SCOTT, 1988). Nesse sentido, a região do Terminal Hidroviário Cai N’água apresenta características bem distintas de outras áreas de prostituição de Porto Velho no tocante à presença e fluxo de profissionais do sexo. Em geral, são mulheres da própria cidade e migrantes do interior do estado que têm uma origem social nos estratos subalternizados, cujas presenças são percebidas nos bares/bregas a partir das primeiras horas da manhã.

O “Bar da Hebe” é um brega como tantos outros espalhados nas proximidades do Terminal Hidroviário Cai N’água. No que se refere ao fluxo de clientes, trata-se de um lugar bastante conhecido da região que apesar de ter iniciado as suas atividades há apenas três anos tornou-se, em pouco tempo, um movimentado ponto de garotas de programas. Não se diferencia em termos de estrutura física de qualquer outro bar enquanto espaço privilegiado para sociabilidades masculinas.

O lugar destaca-se pelas suas paredes cobertas pela metade por ladrilhos brancos (o restante pintada de azul turquesa), balcão retangular simples de madeira (posicionada a direita de quem entra) ladeado por quatro bancos altos no mesmo material, separando a área comum da privativa (quartos de programas e cozinha/depósito). Nas prateleiras do lado de dentro do balcão, vê-se algumas poucas garrafas de “bebidas de doses” distribuídas em prateleiras improvisadas e, completando o cenário desse estabelecimento: um extintor de incêndios, dois

grega, “Hebe”, filha de Zeus e Hera, que é consagrada como deusa da juventude e de todo vigor que, por ter recebido o privilégio da eterna juventude representava, na Antiguidade, a donzela consagrada aos trabalhos domésticos ou seja, o tipo divinizado da mulher, esposa e mãe (HACQUARD, 1996); na narrativa mítica consta que Hebe era a portadora da taça das bebidas no Olimpo, transportando-a durante os banquetes dos Deuses, enchendo as suas taças quando se esvaziavam.

ventiladores (ligados ininterruptamente), seis jogos de mesas amarelas (com logomarcas de cerveja) que possibilitariam a permanência de vinte e quatro pessoas sentadas, além de uma mesa de bilhar e uma máquina *jukebox* sempre pronta a oferecer aos frequentadores músicas do “gênero brega”.

Nas suas paredes vê-se afixados vários cartazes publicitários de diferentes marcas de cervejas, bebidas energéticas, refrigerantes e sucos artificiais, que disputam espaço com dois outros cartazes que trazem observações acerca dos códigos de comportamento do lugar. Eis os dizeres das placas: “Proibido o uso de drogas nesse estabelecimento... Obrigado!” e “Não jogue sinuca apostando!”. Os únicos elementos simbólicos que remetem ao erotismo são os cartazes publicitários de cerveja, onde as imagens da mulher e do produto se fundem, constituindo-se num único produto para o consumo em massa.

Trata-se de uma forma de objetificação da mulher (transformada em objeto sexual de acesso irrestrito), onde corpo é representado em cartazes publicitários que são direcionados a um público majoritariamente masculino, ou seja, um corpo sexualmente desejável e acessível àqueles que consomem o produto. Nesse sentido, as imagens idealizadas em “corpos perfeitos” atuam subliminarmente como um dos diferentes mecanismos ideológicos que legitimam e reproduzem a ordem social androcêntrica que, de fato, consiste em uma forma de manifestação de poder materializado na “dimensão simbólica” (SCOTT, 1988), que inter-relacionada a outras produzem gênero.

Assim, o apelo ao consumo da bebida é transmitido através de representações imagéticas de modelos femininas esculturais (de uma beleza física idealizada) vestidas em sumários biquines e desfilando por paradisíacas praias brasileiras, convidando o espectador para tomar uma geladíssima cerveja que, de fato, é a bebida com maior consumo nos estabelecimentos.

Todos os elementos descritos acima permitem dizer que há certa economia da apropriação de elementos simbólicos presentes em cenários prostitucionais tradicionais. Por exemplo, espelhos, luzes coloridas, palcos para strip-tease, performances eróticas, roupas sensuais, etc., principalmente aqueles que compreendem “a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o

desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele” (GOFFMAN, 2013, p. 34).

Nessa modalidade de prostituição (praticada nos bares), as mulheres estão bem mais expostas aos olhares externos de indivíduos que, quase sempre, não compartilham dos mesmos códigos morais desses lugares de práticas prostitucionais, fazendo com que elas sejam discretas quanto aos modos de se vestir e abordar os clientes. A roupa não é um indicador do comportamento sexual dessas mulheres, o quão indicativo sejam os símbolos marcadores da prostituição, as mulheres desse contexto economizam “os adornos, os gestos e a postura que emitem símbolos corporais que de certa maneira antecipam os prazeres sexuais que garota pode oferecer” (GASPAR, 1986, p. 32).

Localizar-se, portanto, em uma região caracterizada espacialmente por uma segmentação comercial diversificada requer certa “discrição”, considerando que os bares/bregas demarcam (e separam) comportamentos definidos como desviantes (bebedeiras, drogadição, prostituição e lenocínio). Nesse ponto, manter a discrição significa não ter problemas com os agentes da “lei”, ou seja, não criar situações que façam com que os estabelecimentos recebam diariamente “batidas” policiais, visitas de fiscais da prefeitura (e também do Estado).

Sendo assim, a “discrição” – por parte tanto das prostitutas e clientes como dos donos/as dos estabelecimentos – evita denúncias por perturbação da ordem pública (música alta, brigas, lenocínio), que podem partir dos comerciantes das proximidades. Isso não significa a inexistência de conflitos e tensões diárias, onde imagens recorrentes sobre prostituição e prostitutas são instrumentalizadas (em geral através da mídia e por comerciantes e moradores próximos aos estabelecimentos).

Nestes episódios, que acontecem especialmente em períodos de maior fluxo de clientes, são veiculadas representações da prostituta “explorada” e vinculadas à retórica da marginalidade (tráfico de drogas, drogadição, violência, furtos), bem como desses lugares e de seus frequentadores. É recorrente a veiculação de matérias jornalísticas (*online* e impressas) cujo teor reforça a imagem dessa região como “um antro de drogados e prostitutas”.

Em geral, as interações nesses lugares são regidas por códigos implícitos de conduta que parecem orientar os comportamentos dos diferentes agentes

prostitucionais quanto à forma de se vestir, às performances eróticas (que são ausentes) e as abordagens; por outro lado, pôde-se perceber um maior investimento em símbolos verbais utilizados nas interações entre as garotas de programa e os frequentadores do Bar da Hebe.

O relato de TS4, uma gaúcha de pouco mais de 40 anos, uma ex-prostituta que é a proprietária desse bar de prostituição aberto há dois anos, ilustra uma trajetória com um resultado bem sucedido. Sentindo-se motivada pela rápida expansão do mercado do sexo local (impulsionado pelas obras de construção das UHEs), decidiu abrir o seu próprio negócio para sair da situação de exploração laboral a qual submentida no estabelecimento do próprio irmão.

São quinze anos que eu estou aqui na região. Eu trabalhava lá [brega do irmão]. Meu irmão pagava muito pouco para mim. Eu cuidava como se fosse meu. Mas eu precisava fazer programas para sobreviver. Então, eu parei e pensei. Daí eu arrumei. Conversei com esse rapaz [namorado], que te falei. Ele tem 42 anos de idade. E estou com ele. Então eu falei pro meu irmão: *Não vou mais trabalhar, ou vou trabalhar se for à metade [sociedade]. Senão, eu não vou trabalhar!* Eu estava cansada. Eu havia arrumado um problema de coluna, porque lá é grande. Eu limpava e abastecia todos os freezers E ainda tinha os serviços de casa para fazer. O que acontece? Ele falou: *Eu não posso dividir os lucros com você. Então está bom, é o que você quer? E o seguinte, eu vou sair e pensar um pouco.* Eu e aquela [funcionária e amiga]. Ele disse assim para nós: *Eu não vou alugar o bar para vocês! Eu disse: Você é quem sabe! O negócio é seu.* No dia 29 de outubro completa dois anos que isso aconteceu. Nós fomos ao cemitério porque a mãe dela havia morrido há pouco tempo. Havia falecido em setembro, e nós fomos ao cemitério. Eu falei: *Vamos antes! Porque amanhã é dia de pagamento da Odebrecht. E amanhã, nós não vamos poder sair.* Era dia de muito movimento. Quando chegamos para trabalhar, ele falou assim: *Eu aluguei o bar por cinco mil reais.* Eu respondi: *Que bom, nem! Então, ele me mandou ler o contrato. Não! Eu não quero ler! Você não alugou? Não é seu? Você faz o que quiser! Eu fiquei pensando: Meu Deus o que eu vou fazer?* Ela tinha R\$50,00 [amiga e funcionária]. Eu tinha R\$83,00. Esse ponto aqui estava fechando. Eu corri lá na proprietária. Não tinha energia elétrica. Não tinha água ligada. O pessoal que morou aqui deixou cortar tudo. [...] Isso era uma quarta-feira. Pensei tá bom, vou trabalhar. Vamos trabalhar. Nós fomos lá para a rodoviária. Porque lá na rodoviária [bares próximos] era assim, muito, muito movimento. Fomos eu e ela trabalhar. Nesse dia, eu fiz mil e duzentos reais durante a noite. Botei pra trabalhar mesmo. Cheguei a minha casa às 8 horas da manhã. Fiquei sem dormir. Eu tinha trabalhado o dia inteiro aqui e de noite lá. Voltei lá na proprietária da loja. Ela falou: *O aluguel é mil e quinhentos reais.* Eu falei: *Está bom!* Cheguei com mil reais e

falei: *Está aqui, o restante eu vou correr atrás!* Ela falou: *Está bem minha filha. Quando arrumar os quinhentos reais que faltam você traz. Eu vou alugar para você!* [...] À noite eu limpei isso aqui. Juntamos mais pessoas. Esse meu namorado, eu já namorava ele, mais uns amigos e essa minha amiga daí. Eu sei que com três dias, nós conseguimos quatro jogos de mesas com cadeiras amarelas. (TS4, Ex-prostituta e dona de brega, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

A minha interlocutora diz ter orgulho da profissão e, por mais de uma vez, afirmou que o seu bar é um “ambiente familiar”, inclusive, a sua filha casada a auxilia na administração e trabalha diariamente como atendente de balcão, onde é respeitada por todos. O fragmento acima ilustra a alternativa que esta ex-prostituta teve para sair do lugar de trabalhadora sexual com dupla função para torna-se uma proprietária de bar de prostituição. Nesse processo, ela contou com a ajuda dos amigos/as os quais fez durante os anos de trabalho na zona portuária, especialmente de uma colega de trabalho sexual.

Noutra fala, ela enfatiza que não permite a presença de mulheres casadas no seu bar “fazendo programas, porque isso não está certo”. No seu entendimento, a presença de mulheres casadas se prostituindo em bregas pode resultar em conflitos caso os maridos descubram, pois há mulheres que “*saem de casa dizendo que estão indo fazer faxina em casa de família, mas vão pro brega*”. A fala dessa entrevistada remete a uma questão que até então não havia me dado conta que, de um modo geral, apareceu nas falas de outras mulheres: fidelidade conjugal e matrimônio⁷¹. Isso indica que para essas mulheres a prostituição quebra o pacto conjugal por isso o julgamento moral.

No decorrer das observações verifiquei a presença diária nesse bar de prostituição de um número de mulheres oscilando entre seis e dez, das quais um número reduzido chegava ao estabelecimento por volta de 9 horas permanecendo durante à tarde; já outras chegam à tarde permanecendo até o estabelecimento fechar. Neste sentido, pôde-se perceber que muitas das mulheres transitam entre

⁷¹ Aqui há pistas (que retomamos adiante) para se refletir sobre os papéis sociais da mulher (mãe/esposa dedicada/ reprodutora biológica e social) que se tornam incompatíveis com uma sexualidade exercida de forma livre através do trabalho sexual.

um e outro estabelecimento da região a procura de clientes, principalmente aquelas que não estabeleceram algum contrato informal⁷² com algum dono de bar.

A permanência das mulheres nos estabelecimentos está condicionada a determinados horários e dias da semana; muitas delas disseram que vão ao “bar” especialmente quando estão precisando “fazer algum dinheiro rápido”. Mas, seja qual for a intenção do cliente, ele receberá inicialmente toda atenção da prostituta. No contexto observado, também consta entre as suas atribuições profissionais fazer com que ele gaste o máximo possível com o consumo de bebidas, porções de “tira-gosto”, fichas da máquina de música e jogo de bilhar (sinuca), considerando que ela receberá comissão sobre o consumo do cliente. Entanto, nem sempre o contrato dos serviços sexuais é estabelecido, pois muitos homens procuram os bares apenas para beber, conversar e jogar.

Nessas situações, a prostituta é gratificada financeiramente ou com presentes por seu acompanhante, que receberá toda atenção da trabalhadora sexual. Em tal contexto de interação que não há restrição que a garota compartilhe da bebida de seu acompanhante. Tampouco ela é obrigada pelos/as donos/as dos estabelecimentos a consumir bebidas alcoólicas, podendo substituir esse consumo por sucos e refrigerantes.

Mas comumente muitas delas pedem que os clientes lhes paguem uma cerveja ou refrigerante, porém, conforme constatei durante as observações, elas não consomem tal dádiva, ficando com o crédito na casa que posteriormente será incluído aos seus ganhos diários. Nos estabelecimentos fechados como, por exemplo, em boates não existe a possibilidade de tais negociações entre a trabalhadora sexual e os/as proprietários/as, conforme o relato de nossas entrevistadas que já atuaram nesses locais. Nesses estabelecimentos, as trabalhadoras sexuais são incentivadas (muitas vezes obrigadas) a consumirem drinks que simbolicamente representa uma “dádiva” do cliente para a prostituta.

Em relação à quantidade de mulheres que frequenta o Bar da Hebe, há aproximadamente dois anos atrás, havia mais de vinte “meninas” trabalhando diariamente nesse estabelecimento. Naquele período de maior clientela, algumas

⁷² A situação de informalidade é uma tática desenvolvida pelos proprietários de boates que não cria “vínculos que possam enquadrá-los na lei que visa impedir a exploração sexual [...], o que possibilita certa mobilidade e resulta no fato de que cada casa tenha sempre um novo contingente de mulheres” (GASPAR, 1986, p. 74-75).

mulheres chegavam a fazer em média de oito a dez programas em dias de maior movimento, segundo o relato da proprietária desse estabelecimento.

No seu entendimento, a queda no movimento do bar (e do comércio em geral), por um lado, é devido à fase de finalização das hidrelétricas que estava se aproximando e, com isso, “a maioria dos trabalhadores já foi embora atrás de obras em outras regiões o [demitidos ou transferidos]; por isso as meninas têm ido pros flutuantes⁷³ ou para lugares com mais clientes”.

Na interação com os frequentadores desses lugares, as mulheres vislumbram a negociação de programas, possibilidades de arranjos afetivo-sexuais duradouros e gratificações pela companhia e presentes. Conforme ilustra o depoimento de uma entrevistada:

No domingo vêm muitos, são barrageiros. Eles vêm para beber, brincam e gostam da gente. Mas nenhum fica com a gente. Têm muitos que dá vinte [reais], dá trinta [reais], cinquenta... Assim, nós ficamos bebendo, brincando... Mas têm muitos que não dão nada. Mas nós não nos importamos, não levamos em conta. Nós já conhecemos, ficamos ali bebendo, pois a maioria é amizade (TS1, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Em termos de autonomia econômica, as prostitutas confirmam a importância desses estabelecimentos como local de trabalho que lhes garantiu a consecução de projetos pessoais. Por exemplo, a aquisição da casa própria, melhores condições de vida para os filhos/as, montarem pequenos comércios, a compra de veículos automotores a maioria motocicletas, especialmente no período em que havia maior circulação de clientes, que foi durante a fase de implantação dos canteiros de obras das hidrelétricas.

Embora a estrita necessidade econômica apareça, por um lado, como a principal motivação para a inserção e permanência na atividade prostitucional. Por outro, as motivações parecem remeter menos a questões macroestruturais do que a elementos que perpassam as trajetórias pessoais das mulheres, especialmente

⁷³ Nossa informante está se referindo a uma modalidade de barco/bar flutuante que funcionam como opção de lazer das populações das cidades de médio e grande porte da Amazônia, que oferecem entretenimento (música, bebidas, comidas regionais) principalmente durante os finais de semana; nós últimos anos houve uma proliferação de dragas no rio Madeira extraído ilegalmente do rio ouro, atraindo muitos garimpeiros, com isso os vários flutuantes tornaram-se lugares de sociabilidade para esses homens, fazendo com que as prostitutas busquem esses espaços para exercerem o trabalho sexual.

os que dizem respeito às questões de gênero e às suas sexualidades, os quais têm a ver com a autonomia pessoal.

A fala de TS13, de 35 anos de idade, uma prostituta paranaense que atua em diferentes bares de prostituição, ilustra esta questão:

Pesquisador: Como foi a sua entrada na prostituição? Foi por influência de alguém? Não foi por influência de ninguém. Eu não sei explicar o que me influenciou. Depois que eu me separei, ainda fiquei por um tempo na minha cidade. Voltei a trabalhar em lojas. Eu me sustentava. Não entrei por necessidade financeira. Mas conheci garotas que disseram ter entrado por necessidade. Muitas garotas entram para ter um padrão de vida elevada. Elas gostam de ostentar. Já conheci garotas que entram para manter vício com as drogas. Tem muito disso na prostituição de luxo. Mas se você observar, com as modelos não é muito diferente. Saem com caras por drogas. Vão a festas onde rola de tudo! No meu caso, o meu ex-marido continuou me apoiando financeiramente por um tempo. Fazer programas foi algo inesperado que eu não planejei. Tínhamos ido à Curitiba. Eu e duas amigas lá da minha cidade. Saímos na noite para curtir. Uns carinhos ficaram interessados na gente. Estavam ostentando na mesa. E nós nos fazendo de difícil. Então, um deles veio dizendo que achava que éramos garotas de programas. Na hora fiquei irritada. Então eu disse que era mesmo. Fui logo dizendo que o meu cachê não estava no nível dele. Ele disse que pagaria o valor que fosse. Então, entrei na brincadeira. Pra mim era brincadeira. Mas ele levou a sério. Então, eu me passei por garota de programa. Tive uma noite maravilhosa. Fui bem tratada. E ainda recebi mil reais por ter passado a noite com ele. O melhor de tudo foi a sensação de ser paga para fazer o que muitas mulheres fazem sem cobrar. Não vi nada de errado nisso! Depois dessa experiência voltei outras vezes à Curitiba com a mesma intenção. Um ano depois fui trabalhar na Vila Roma, uma boate de alto padrão (TS13, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Neste estrato de entrevista, a motivação para a inserção no trabalho sexual parece ter sido mais pelo valor recebido com o primeiro programa realizado do que por necessidades econômicas. A sensação experimentada após o primeiro programa aparece como um dado relevante, que será explorado no capítulo 4, acerca da função do dinheiro para as prostitutas. No contexto dos bares,

O corpo da mulher na prostituição é usado por ela mesma como um instrumento para seduzir, fazer sexo, fazer companhia ou simplesmente conversar com homens com o explícito propósito de ganhar dinheiro. E a compra dos bens vendidos por ela é feita

voluntariamente pelos homens interessados, sem nenhuma espécie de coação (COLVERO, 2010, p. 18).

Tais mulheres rompem com os papéis tradicionais de gênero ultrapassando barreiras no uso do corpo, como o sexo relacionado à monogamia, a reprodução e a fidelidade conjugal. Muitos estudos sobre prostituição apontam que a estrita necessidade econômica aparece como uma autojustificativa comum entre as prostitutas com origem nos estratos sociais populares, pois essa seria a única condição que legitimaria a inserção no trabalho sexual.

Os dados também permitem apontar como motivação “possível” a possibilidade de conciliar o trabalho sexual com outras atividades que elas exercem paralelas à prostituição como, por exemplo, auxiliar de serviços gerais, diarista, manicura e venda de cosméticos por catálogo, as quais complementam a renda mensal da trabalhadora sexual.

Apesar da incerteza no número de programas estabelecidos, as interações nos bares podem garantir programas sexuais com clientes fixos que, muitas vezes, resultam em ganhos significativos e gratificações, principalmente para aquelas mulheres que, por diferentes motivações, flertam com o trabalho sexual. Nesse sentido, caso o cliente contrate os serviços sexuais da prostituta cabe a esse efetuar o pagamento antecipado do programa e da “chave” (aluguel do quarto) ao dono/a do bar. Do montante pago, apenas o valor do aluguel do quarto é retido pelo proprietário do bar, ou seja, o valor do programa é entregue integralmente à trabalhadora sexual no final do expediente ou semanalmente, conforme elas relataram nas entrevistas. Esse arranjo funcionará conforme a relação de afinidade com os/as proprietários/as e o lugar ocupado pela prostituta no estabelecimento.

Nesse espaço o programa acontecerá somente se houver um acordo prévio entre a prostituta e o cliente acerca do tempo, da modalidade dos serviços de natureza sexual a serem prestados e da remuneração estabelecida. A fala de TS2 aponta para esse dado que também foi confirmado entre as demais entrevistadas. Em seu depoimento ela aponta o papel relevante da negociação que precede o programa sexual, que visa estabelecer o que o cliente deseja contratar:

Têm homens que veem a mulher como bicho do mato. Se eles puderem fazer de tudo um pouco, eles fazem de ruim! Mas vai da mulher aceitar. Eles fazem o que a mulher aceitar, por exemplo, praticam o sexo anal. Nem toda mulher gosta! Eu pelo menos caio fora! Então, hoje, eu tenho os meus clientes fixos. Eu saio com os meus clientes fixos! O homem chega aqui e fala: *Eu estou te notando, vamos sair?* Não, eu não saio! Eu tenho os meus clientes, a hora que eles quiserem sair, eles me ligam ou eles vêm aqui, me procuram. E se for homem estranho eu não saio. Justamente por isso, porque eu não tenho paciência, pois tenho receio de gerar uma discussão. Tem homem ignorante, por isso eu me sinto mais segura aqui (TS2, 39 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Isso difere essa modalidade de prostituição daquele que ocorre em espaços fechados como, por exemplo, em boates, casas de massagem e clubes masculinos onde as trabalhadoras sexuais pagam diárias para os proprietários dos estabelecimentos. À vista disso, a fala de TS2 também ilustra que preferência pelos programas sexuais com clientes fixos é uma das estratégias que elas adotam visando afastar as possíveis situações de violência.

Além desses aspectos, o contexto observado permitiu, por um lado, perceber que as trabalhadoras sexuais utilizam os argumentos morais vinculados às histórias tristes como justificativa para a inserção na prostituição. Por outro, as suas falas confirmaram uma racionalização quando elas foram questionadas em relação à permanência no trabalho sexual. Isto é, as mulheres se inserem na prostituição por falta de opção e permanecem pela flexibilidade e ganhos maiores em relação a outras atividades. Este aspecto é retomado e discutido no capítulo 4 com base na análise das trajetórias das mulheres.

Na próxima seção apresentamos a descrição de uma casa de prostituição tradicional de Porto Velho que remota aos ciclos da borracha e dos garimpos, localizada na área comercial da região central, para compreender os padrões de conduta das trabalhadoras. Trata-se de um lugar que ao longo das décadas passou por modificações em relação à estrutura física e às modalidades de serviços oferecidos e, sobretudo, aos vínculos de trabalho que as prostitutas mantêm com o estabelecimento.

De fato, como veremos adiante, atualmente a Boate Maria da Eunice pouco se diferencia de um bar de prostituição pela estrutura e organização dos serviços que são oferecidos: sinuca, bebidas e prostitutas.

3.3 A "Boate" Maria Eunice: um sociólogo interagindo na boate

O campo de pesquisa em Porto Velho foi ampliado objetivando abranger mais de uma modalidade de prostituição, por isso, contemplamos aqui aquela modalidade que ocorre em ambientes fechados. Isso possibilitou identificar mudanças e permanências na prostituição local, influenciadas por fatores relacionados a um modelo de desenvolvimento (baseado na expansão de matrizes energéticas) que fomentou o mercado do sexo local.

Nesta seção fazemos uma descrição dos acontecimentos que anteciparam as entrevistas realizadas durante as pesquisas de campo realizadas em novembro de 2015. Portanto, por se tratar de uma descrição etnográfica acontecida nesse estabelecimento, nos enunciamos na primeira pessoa.

Tomando por referência a abordagem teórico-metodológica adotada neste capítulo defendo que os limites físicos de uma boate constituirão um lugar privilegiado para observar as interações entre prostitutas, clientes e demais agentes da prostituição. Nos termos da perspectiva goffmaniana, o espaço de interações é definido como "região de fachada", ou seja, o lugar onde a representação é executada pelo indivíduo. Seguindo a definição de Goffman: "Uma região pode ser definida como qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção" (GOFFMAN, 2013, p. 120-121):

Nesta mesma direção, Goffman (2013, p. 102) diz: "A representação de um indivíduo numa região de fachada pode ser vista como um esforço para dar a aparência de que a sua atividade mantém e incorpora certos padrões". São os padrões de conduta presentes nas performances das profissionais do sexo que buscamos evidenciar nesta seção. Tomando como referência tal definição, a "região" pode associar-se, sobremaneira, à expectativa a respeito da conduta dos sujeitos envolvidos (clientes, prostitutas e demais agentes da prostituição) estabelecendo, desse modo, um dado comportamento (papel social).

Trata-se da "Boate Maria Eunice", localizada há quase seis décadas na rua Pedro II, próxima do cruzamento da Tenreiro Aranha e situada em uma área de concentração quase que exclusivamente comercial. A existência dessa casa de prostituição remete à época de desenvolvimento do extrativista mineral rondoniense iniciado a partir da década de 1950. Em termos da sua estrutura

física, o estabelecimento em nada lembra uma boate de prostituição, o que diferencia o lugar dos demais bares de prostituição são o perfil das prostitutas que nela trabalham e as regras estabelecidas entre a proprietária e as trabalhadoras sexuais.

Meire, uma informante privilegiada de 54 anos de idade, uma “ex-prostituta” contatada através da AMATEC, que ocasionalmente flerta com a prostituição “por gostar”, relatou que trabalhou por lá entre os fins dos anos de 1980 e inícios da década seguinte. Segundo ela, a proprietária da “boate” faleceu no ano de 2000. Maria Eunice, conhecida como ficou imortalizada nas crônicas locais, foi uma das mais prestigiadas cafetinas de Porto Velho. Isso em uma época, onde, mais do que hoje, a “mulheres de vida fácil” eram percebidas como um “ajuste funcional”, um “mal necessário” (GASPAR, 1985; RAGO, 1991; PEREIRA, 2004), para protegerem a família patriarcal da libido masculina, preservar a castidade das “moças de família” e, sobretudo, iniciar sexualmente os jovens do sexo masculino.

O acesso e as conversas como as trabalhadoras sexuais da Boate Maria Eunice foram sugeridas (não mediadas) por essa informante privilegiada, ex-prostituta desse lugar que ocasionalmente flerta com a prostituição em bregas. Numa primeira impressão, o observador desavisado frustra-se com a ausência de imagens que evoquem o período de *glamour* da casa. A própria arquitetura desse espaço de interações e sociabilidades masculinas não antecipa a inserção que ele ocupa no sistema classificatório do mercado do sexo local.

Mas chama atenção a sua fachada separada por um muro, conferindo ao lugar relativa discrição não denunciando que ali sobrevive há décadas – à especulação imobiliária e, especialmente, às questões legais que dizem respeito à falta de regulamentação do trabalho sexual no Brasil – um tradicional espaço para sociabilidades masculinas da cidade; dificilmente quem desconhece o endereço, passando em frente ao lugar conseguirá identificar a Boate Maria Eunice ocultada pelos altos muros pintados em azul turquesa.

Em termos arquitetônicos, trata-se de uma construção antiga que originalmente foi projetada para ser uma residência e, com o tempo, devido às funções para as quais foi destinada passou por modificações físicas. A boate é composta por dois ambientes subdivididos funcionalmente e com acessos

externos independentes. O estabelecimento está subdividido internamente de acordo com os usos para os quais se destina, portanto, são disponibilizados espaços coletivos para interação e entretenimento entre os frequentadores, onde qualquer indivíduo dentro dos limites e das regras de sociabilidade pode ter acesso às mulheres, as bebidas e aos serviços oferecidos: máquina de música, mesa de bilhar, porções e serviços sexuais.

Os antigos quartos de madeira utilizados há décadas para os encontros íntimos e, também, como moradia das próprias prostitutas deram lugar aos diferentes ambientes de alvenaria, que estão distribuídos em dois salões, depósitos para bebidas, cozinha e seis quartos confortáveis para os encontros íntimos; cada um dispendo de aparelho de ar condicionado, banheiro com chuveiro quente e frigobar abastecido com bebidas. Nos dias atuais ainda são narradas diversas “histórias” acerca o período de maior opulência do estabelecimento envolvendo figuras importantes, que se perpetuaram por meio da memória coletiva local, especialmente daqueles que viveram o período de maior circulação de riquezas no Estado, proporcionada pelos ciclos extrativistas: borracha, ouro e cassiterita.

Além disso, escutam-se muitas histórias entre as gerações atuais que confirmam a fama da “casa” onde há décadas atrás havia as “mulheres mais bonitas e caras da cidade”, escolhidas a dedo pela cafetina Maria Eunice que conduzia as suas prostitutas com pulso forte. Do mesmo, a fama da boate se encontra registrada em crônicas de jornalistas e na literatura memorialista de escritores regionais que relembram a pacata cidade de Porto Velho.

Meire, uma de minhas informantes privilegiadas, relatou que esse estabelecimento foi a “casa mais bem frequentada da época, buscada por homens que queriam companhias diferentes, principalmente de mulheres vindas de outras regiões brasileiras”. Entre eles, segundo contou, havia muitos políticos influentes do estado de Rondônia (inclusive um ex-governador do estado, frequentador assíduo da casa), seringalistas, garimpeiros artesanais, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas e boêmios em geral.

Mas, do período áureo do ex-Território Federal de Rondônia a boate lembra bem pouco, funcionando, atualmente, apenas das 10 às 16 horas (durante

o horário de maior circulação de pessoas pela área comercial do Bairro Areal), adequando-se tanto ao perfil das mulheres que atuam nos seus limites físicos como dos seus frequentadores. Embora essa “boate” esteja localizada há décadas no mesmo espaço, sendo denominada como tal, a sua estrutura física passou por modificações que permitem caracterizá-la atualmente como uma hibridação de bar e boate, conforme já sinalizei e descrevo adiante.

Assim, salvo a presença de várias profissionais do sexo não se observará qualquer elemento que lembre o ambiente de uma boate nos moldes atuais. Muitas prostitutas permanecem ali durante o horário de funcionamento, algumas relataram informalmente que estão vinculadas a agências⁷⁴ e/ou *sites* de acompanhantes que oferecem serviços especializados de garotas de programas. Outras afirmaram que frequentam a boate apenas esporadicamente (ou seja, flertam com a prostituição) por estarem exercendo a atividade há pouco tempo e sem o conhecimento dos seus familiares.

No fundo elas estão tentando relativizar com essa justificativa o peso de seu estigma e, deliberadamente, legitimar a sua escolha. Dito de outro modo trata-se de uma estratégia utilizada para minimizar o estigma imputado à prostituição e, da mesma maneira, um modo de dizerem para seus interlocutores (nesse caso o pesquisador) que o exercício da prostituição é uma situação ocasional ou provisória.

Inicialmente chama atenção, a ausência de elementos simbólicos que caracterizariam a boate como tal, o que, com efeito, corrobora o alheamento do lugar para os transeuntes que diariamente passam por essa área comercial. De fato, quem desconhece a localização exata (e foi essa a minha condição) dificilmente conseguirá identificar a *Boate Maria Eunice*; salvo o observador mais atento que a cada par de minutos perceberá o *entra e sai* de homens dos dois portões localizados um ao lado do outro (na parte central do muro que separa a rua do salão principal).

⁷⁴ Verificamos através de ferramentas de busca da *internet* que existem três *sites* de anúncios/classificados gratuitos com perfil e fotos de mulheres oferecendo serviços sexuais e de acompanhantes de Porto Velho, onde as mulheres apresentam-se como “acompanhantes de luxo” cobrando uma média de R\$ 200,00 (duzentos reais) por hora ou R\$ 500,00 (quinhentos reais) por noite; acompanhamos um desses sites por certo período quando verificamos uma frequência de 70 anúncios de profissionais do sexo oferecendo serviços.

Esses dois receptáculos em forma retangular permitem o acesso aos dois ambientes da boate; o primeiro livre para interação e sociabilidade dos frequentadores (bar, salão e demais estruturas de apoio); o segundo para os seis quartos destinados exclusivamente para os encontros íntimos. Mas, ainda em dúvidas quanto à localização exata da boate chego por volta das 11 horas da manhã, procurando na fachada do local indicado por uma informante privilegiada algum símbolo (e não encontro) indicativo de que naquele local funcionava um estabelecimento vinculado à prostituição.

Não há porteiros ou seguranças recepcionando os frequentadores que entram e saem com a mesma agilidade e discrição. Também não se percebe qualquer forma de controle de quem entra e sai da boate o que transmite à primeira vista, uma impressão de clandestinidade às atividades desenvolvidas naquele estabelecimento.

Num impulso da curiosidade, acesso o portão do qual saíram dois homens e atravesso lentamente (um pouco vacilante pela incerteza) o pequeno pátio que separa a rua do salão principal da boate, uma espécie de varanda aberta para um pátio interno que dá acesso a outros espaços da boate; entro demonstrando certa naturalidade. A princípio, a intenção foi comportar-me como um cliente habitual do lugar o que, por razões práticas, possibilitaria observar as interações sem interferir nas informações emitidas pelos diferentes agentes em interação na boate.

No entanto, a minha presença despertou atenção das mulheres e dos frequentadores que, de modo geral, votaram-se olhando para a direção que eu estava posicionado, de pé, próximo à entrada do salão principal e explorando visualmente o ambiente. Nos moldes da análise de Goffman (2013), os indivíduos quando se colocam na presença de estranhos buscam informações que se prestem à *definição de situação*:

Para as pessoas presentes, muitas fontes de informações são acessíveis e há muitos portadores (“ou veículos de indícios”). Se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados. Podem também supor, baseados na experiência passada, que

somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social (GOFFMAN, 2013, p. 13).

Na falta de comunicação da minha parte, envolvendo a emissão de símbolos verbais que enunciassem a identidade desse pesquisador e, sobretudo, informasse a sua intenção com o lugar – uma situação que Goffman chamaria como “expressividade dos indivíduos”, isto é, a capacidade de dar impressão –, aqueles indivíduos utilizaram como referência a minha aparência (fisicamente diferente da deles) e os objetos que eu portava (caderno de campo pasta com formulários de entrevistas e caneta esferográfica) para inferirem a meu respeito.

Possivelmente, as informações emitidas por mim de forma inconsciente fizeram com que os frequentadores, baseados em experiências anteriores, chegassem a definições estereotipadas a meu respeito, como já foi sugerido anteriormente, associando a minha presença a fiscalização de órgãos estatais que indiretamente combatem a prostituição e exploração sexual: fiscal do trabalho, investigador de polícia, polícia federal, conselheiro tutelar.

Sentei-me em uma mesa bem próximo à parede lateral (à direita de quem está entrando na casa), nem tão perto e nem tão longe do principal foco de interesses tanto do pesquisador quanto dos frequentadores: as garotas de programas que estavam posicionadas ao lado da porta de entrada da boate. Estrategicamente posicionado, consegui visualizar aproximadamente quinze prostitutas, uma garçonete (Kátia), a gerente (“Baixinha”), uma cozinheira/copeira que se reveza as suas funções entre a venda de cosméticos (de uma marca brasileira conhecida) e o trabalho manual em ponto *crochê* aplicado em panos de prato, por certo, para ocupar-se enquanto aguarda algum possível pedido.

Um grupo de cinco (ou quatro) mulheres estavam sentadas em cadeiras próximas da entrada da boate – com exceção de algumas que conversavam em duas mesas com clientes que bebiam cerveja e uísque com energético –, as demais interagem entre si sentadas em grupos de três ou quatro em mesas do salão principal – elas bebem água mineral e sucos, enquanto manuseiam aparelhos de telefone celular de última geração. Aquelas que estão sentadas com clientes em suas mesas não compartilham das mesmas bebidas de seus acompanhantes que bebem cervejas; elas consomem outras *drinks* com baixo teor alcoólico, sucos ou refrigerantes pagos por eles.

Nesse curto espaço de tempo, exploro o cenário focando os olhares em direção às garotas de programa buscando informações a respeito daqueles indivíduos para na melhor expressão goffmaniana, buscando “definir a situação” para saber como agir (representar) diante daquelas mulheres que fariam parte deste estudo; são mulheres jovens que aparentam ter, em geral, cerca de vinte e três anos de idade, das quinze que estavam em sociação no salão principal, fisicamente bem diferentes das prostitutas que atuam na região do Terminal Hidroviário do Cai N’água.

Nos minutos seguintes ao episódio descrito acima – não houve qualquer tentativa de interação por parte das mulheres (que era de se esperar) ou tão pouco fui atendido pela garçonete –, abrimos o caderno de campo para fazer algumas anotações. Naquele instante percebi as devidas proporções daquela postura que parecia estar causando certo desconforto na gerente da boate que, através de sua fisionomia indagadora, demonstrou não estar entendendo o que eu estaria fazendo ali. Naquele momento sentimos o desconforto de alguém que estava protagonizando uma ação invasiva com os/as agentes que logo se tornariam parte da pesquisa, pois nós ainda não havíamos nos identificado à gerente/proprietária da boate como pesquisadores.

Nisso, atravessei o salão sob os olhares das mulheres e dos frequentadores, seguindo em direção à mesa da gerente que estava posicionada nos fundos do salão principal. Desse ponto de observação, ela controlava toda a movimentação do lugar, liberando as chaves dos quartos e acertando as comandas e, também, recebendo antecipadamente os valores dos programas sexuais, ou seja, desempenhando as funções de agenciadora das trabalhadoras sexuais.

À vista do que foi descrito, cheguei ao caixa para fazer um pedido aproveitando para informá-la a minha condição como estudante da região Sul do Brasil, que estava ali para conhecer a boate e, se ela consentisse, desejava conversar com as “garotas”. De sua parte, não houve qualquer restrição em relação a minha permanência no estabelecimento, entretanto ela foi enfática ao dizer que não poderia falar comigo naquele momento, pois estava bastante ocupada. Ela enfatiza, ainda, que não teria muito que dizer, pois um jornalista já havia escrito um livro “contado tudo sobre a casa”. De volta à mesa, evitei fazer

anotações no caderno de campo enquanto aguardava o pedido que demorou a ser entregue.

No momento em que recebo o pedido, busco estabelecer um diálogo com a garçonete explicando-lhe que eu desejava conhecer a boate e, se fosse possível, gostaria de conversar com as garotas de programa sobre o trabalho delas. Contextualizo que tal conversa tinha a ver com uma pesquisa que eu estava realizando desde o ano de 2013 sobre prostituição feminina em Rondônia. Interessada, ela conta que um sobrinho viera do estado do Acre para fazer uma pesquisa semelhante; passei mais alguns minutos ouvindo a história sobre o seu sobrinho (ali assumi uma simetria de comunicação com comunicação com essa interlocutora) e, também, sanando as suas curiosidades a meu respeito.

Desse modo, senti que a minha presença já não despertava a mesma atenção inicial; se havia alguma dúvida em relação ao meu papel, elas foram esclarecidas com o diálogo estabelecido com a garçonete. Assim, iniciei o trabalho de pesquisa na “Boate Maria Eunice”, onde utilizei o aparelho de celular – objetivando minimizar os efeitos de campo – para registrar através de mensagens de texto as impressões e as observações empíricas a partir das quais compus esta descrição etnográfica.

No universo analisado aqui, a discricção e a privacidade do lugar oferecem possibilidades de jogos de sedução e de performances bem mais ousadas do que aquelas ocorridas nos bregas. No entanto, os rituais de interação pouco diferem dos que acontecem em lugares não prostitucionais com indivíduos em situações de interação cotidianas.

No contexto dessa boate, os atributos “discricção” e “sedução” aparecem, por um lado, enquanto elementos constitutivos das performances femininas. Por outro, os símbolos de status aparecem enquanto elementos de empoderamento masculino por sugerir/simular a posição que esses ocupam na estrutura social. Pois, em geral, os frequentadores desse estabelecimento ostentam roupas e acessórios de grifes, aparelhos de celular de última geração, garrafas de uísque, bebidas energéticas, chaves de veículos, etc..

À vista disso, procurei descrever aqui algumas das situações de interação presenciadas durante as observações que analisadas a partir do enfoque

dramatúrgico de Goffman, oferecem pistas para compreender as performances masculinas e femininas em lugares vinculados à prostituição.

Na Boate Maria Eunice, as prostitutas são discretas ao abordarem os clientes deixando-os se convencerem de que são eles que têm o controle da situação. Tudo inicia com a troca de olhares entre o cliente e a profissional do sexo. Nisso, fica evidente que “o cálculo já está contido no sistema de olhares recíprocos que constituem o primeiro sinal de comunicação” (PERLONGHER, 1987, p. 160). É entre o ir e vir pelo salão – passando pela mesa da colega de trabalho, dirigindo-se à máquina *jukebox* para simular a escolha de uma música –, que ela se lança no ritual de interação com aquele que corresponder ao seu flerte discreto inicial.

Nesse estabelecimento, sem dúvida, a comunicação mais importante acontece através dos olhos que juntamente com a postura corporal comunicam a intenção da prostituta; se o olhar da garota se intercrusa com o do cliente e esse corresponde demonstrando interesse, imediatamente a garota abrirá um encenado e tímido sorriso ou emitirá outro sinal corporal que dará sequência à representação de um jogo de sedução de ambas as partes. Mais ainda, parte do cliente a iniciativa de convidar a garota para sentar-se a sua mesa para conversarem.

Na etapa seguinte, a garota de programa orientando-se pelos códigos de conduta do lugar, solicita ao seu acompanhante lhe pague um *drink* ou outra bebida em retribuição à companhia; sempre os mais caros como, por exemplo, espumantes, bebidas isotônicas e “bebidas de dose”, em geral, acompanhadas de água mineral ou refrigerantes. Embora a cerveja seja a bebida alcoólica com o valor mais baixo e padronizado, independente da marca de preferência local, às mulheres são proibidas de consumi-la. Trata-se de uma estratégia que faz com que os clientes tenham despesas extras com as suas acompanhantes.

Do mesmo modo, há nesse estabelecimento um valor mínimo que deve ser cobrado pelo programa básico (sexo convencional durante 30 minutos), geralmente elas definem entre si as margens de negociação com os clientes. Mas cada mulher é livre para negociar com seus clientes concedendo descontos ou sobretaxa sobre os serviços extras como, por exemplo, práticas de sexo oral,

sexo anal, massagens, prolongamento do programa, saída do estabelecimento com o cliente, etc.

Na sequência da *performance* descrita, dar-se-á início à comunicação verbal que segue um *script* um tanto quanto flexível: *Qual o seu nome? É a primeira vez que você vem à casa? Então, veio descontrair um pouco? Eu estou há pouco tempo nisso, só venho de vez em quando!* No *script* dos clientes quase sempre constam perguntas que dizem respeito à identidade pessoal da prostituta: *É nova na casa? O que você faz fora daqui? Você é muito gatinha!*

Tudo isso é acompanhado de uma *performance* corporal encenada pela prostituta que varia entre: precipitar levemente o corpo em direção ao cliente para exibir discretamente parte dos seios pronunciados pelo decote da blusa, seguido de um sutil cruzar de pernas valorizando o tônus muscular das coxas trabalhadas em academia; acompanhados de leves toques de dedos pelos cabelos, expondo o pescoço, para em seguida prendê-los atrás das orelhas ou no alto da cabeça com algum objeto improvisado.

Conforme a conversa vai evoluindo, vão sendo incorporados ao repertório expressões verbais com conteúdos eróticos sutis como: *Vamos fazer amor gato! Quer que eu te mostre o paraíso? Vamos gozar gostoso!* Isto faz parte do repertório dessas mulheres sendo utilizado para convencer o seu acompanhante a contratar o programa, ou seja, é parte da *performance* que integra os rituais de interação entre prostitutas e clientes. Podemos citar uma passagem sobre rituais de interação retirada de um estudo sobre identidade social de prostitutas:

A sedução, enquanto ritual de interação e técnica de ofício, é fator fundamental de poder sobre o cliente. Ele é um jogo onde o homem é conquistado, mas no qual ele se supõe conquistador. Entretanto, a conquista não está em questão, pois a garota vê a maioria dos seus clientes de um ponto de vista predominantemente profissional, visando seus possíveis favores e dinheiro [...]. Por dominarem técnicas de excitação e evitação, as prostitutas têm a possibilidade de controle da situação, transformando a oferta inicialmente feita – prazer sexual – em um bem a ser conquistado. Pois se pagar uma mulher dá a (falsa) impressão de que ela foi toda comprada, sempre como que sobra algo a ser conquistado, algo que permanece intocável e cuja possibilidade de conquista dá emoção ao jogo da sedução (GASPAR, 1985, p. 102).

A sedução envolverá outros marcadores de diferença como, por exemplo, a beleza física e a idade (alguns casos a raça/etnia) enquanto manifestações de sensualidade e juventude da prostituta. Mas, diferentemente das performances observadas nos bregas, se a garota de programa constatar que o cliente não contratará os serviços sexuais a conversação não se prolongará; a *performance* será interrompida tão logo a garota tenha esgotado todas as suas estratégias de sedução e recebimento de dádivas com bebidas, passando a investir em outra interação que possa resultar num programa sexual.

No contexto descrito a pouco, os investimentos da prostituta com a *performance* e o tempo que são dedicados ao seu acompanhamento têm a ver com a menor ou maior capacidade desse para gastar com ela. O programa acontecerá somente após muita conversação, mas às vezes o contrato sexual não é estabelecido, considerando que nem sempre o cliente busca por serviços sexuais.

De acordo com Gaspar (1985), a beleza física é um atributo fundamental na sedução feminina por ser uma fonte de *poder* que elas exercem sobre os clientes. Por isso, quando instrumentalizada, torna-se um elemento de manipulação e também uma via de ascensão social para a prostituta. Nesta direção, a autora apoiada em Barthes (1979) afirma que a sedução é, de modo geral, um meio legítimo de interação social inclusive para o sexo masculino. Mas, detendo-se, especificamente a uma modalidade de sedução exercida por mulheres que não participam de códigos morais compartilhados por uma maioria define que:

É a sedução exercida por aquelas que estão livres para explorar plenamente seus encantos sexuais e despertar emoções eróticas. A sedução é, nesse caso, uma pequena amostra dos prazeres que elas estão dispostas a oferecer. As prostitutas enquadram-se em tal maneira de se relacionar com o “outro” levando-a, porém, ao extremo (GASPAR, 1985, p. 100).

Noutros contextos como acontece na prostituição de rua e naquela praticada em estabelecimentos que oferecem “serviços sofisticados”, as vestimentas sensuais adotadas pelas mulheres funcionam, por um lado, como um símbolo distintivo da atividade que elas exercem. Trata-se, por outro, de um elemento de sedução e erotismo por colocarem em evidência as partes erógenas do corpo da profissional do sexo. No contexto descrito aqui, ainda que a

privacidade do lugar possibilite as mulheres usarem roupas que possam colocar em evidência partes do corpo que evocassem o erotismo, elas optam por vestimentas comuns.

Nesse sentido, elas se diferenciam em pouco das mulheres não prostitutas adotando como vestimenta de trabalho camisetas tops e shorts jeans que ressaltam o físico bem definido em academias; usam sandálias de salto alto para alongar a postura, complementam o visual com o uso de acessórios como anéis, brincos, pulseiras, tornozeleiras e óculos de sol de grifes (usados quase que como um item indispensável pelas garotas). Elas também dedicam certo cuidado à maquiagem (sempre presente e adequada para o ambiente diurno, colocando em foco os olhos e a boca enquanto elementos que evocam a sensualidade), destacando especialmente com os cabelos comumente longos e lisos (alguns à custa de procedimentos estéticos).

Tais aspectos completam o visual das prostitutas dando-lhes um *status* de sofisticação e refinamento. Desse modo, ao invés de roupas extravagantes extremamente justas e curtas, elas contrariam as representações estereotipadas ao se vestirem com roupas sem apelo erótico muito explícito que, de outra forma, denunciaria a sua condição profissional em contextos não prostitucionais.

Ao estudar o estigma, Goffman (2008) indica que a “informação social” mais relevante sobre o indivíduo tem determinadas propriedades (reflexiva e corporificada) e comunicam, sobretudo, sobre as suas características mais ou menos permanentes, que são opostas a seu estado de espírito, as intenções ou sentimentos momentâneos. À vista disso, os símbolos são de duas ordens, conforme a abordagem goffmaniana: os *símbolos de estigma*, ou seja, aqueles que visíveis ou invisíveis marcam uma discrepância em relação à identidade do indivíduo e, de outra forma, os *símbolos de status* (que nos interessa aqui) os quais indicam uma “posição social bem determinada”. Nas palavras do autor:

Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem. Aqui chamarei de “social” a informação que possui todas essas propriedades. [...] A informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem a respeito do

indivíduo completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura (GOFFMAN, 2008, p. 53).

De fato, as roupas e maquiagens não são um indicador do comportamento sexual dessas mulheres considerando que são signos que transmitem uma “informação social” (GOFFMAN, 2008). Não são percebidos quaisquer sinais distintivos da atividade seja no modo de vestir, seja no comportamento que indiquem que elas sejam prostitutas. Os únicos marcadores sociais de diferença que identificam a condição dessas mulheres é a permanência delas nesse lugar vinculado ao mercado do sexo e, por certo, a atividade profissional que elas desempenham de forma clandestina.

Do mesmo modo, as performances das prostitutas são discretas e orientadas por uma economia de gestos e posturas corporais que possam indicar, explicitamente, a sua condição de trabalhadora sexual. Nesse caso, em mais de uma oportunidade pudemos perceber que, antes do estabelecimento de uma interação que possa (ou não) resultar em um programa sexual, deve haver todo um investimento em termos de cooperação por parte de ambos – seja durante o seu desempenho ou fora dele.

Nessas interações, o contato visual é determinante para a definição dos programas sexuais. Mesmo que elas tenham relatado que não fazem distinção ao estabelecerem as interações em relação às diferenças de classe social ocupação profissional ou idade dos clientes, as observações sugerem que os homens os quais apresentam *símbolos de status* são mais “disputados” pelas mulheres.

No entanto, diversos estudos indicam que as prostitutas tomam como referência os símbolos de prestígio *status* ao entram em negociação do programa. Por exemplo, relógios, óculos e roupas de grife, assim como aparelhos de celulares de última geração que, para elas, são símbolos indicativos da posição social do cliente. À vista disso, no distrito de Jaci Paraná, os uniformes usados pelos operários do consórcio construtor das UHEs tornaram-se um símbolo distintivo de prestígio do trabalhador em detrimento de homens não operários. Isto é, um símbolo de *status* (hierarquizado conforme a cor do uniforme) tanto na percepção das prostitutas como das mulheres locais em geral.

Do mesmo modo, são disputados pelas trabalhadoras aqueles que são clientes habituais de quem elas já possuem alguma informação prévia. Situação

semelhante é daqueles frequentadores que, embora não apresentem esses símbolos, consomem bebidas caras (uísque e espumantes) e são generosos quando se trata das dádivas atribuídas as suas acompanhantes. Isso indica, por um lado, que a informação social transmitida deliberadamente pelos frequentadores através de signos (símbolo de *status*) pode estabelecer uma pretensão especial desejável, aqui uma posição de prestígio e distinção.

Na modalidade de prostituição praticada nas casas fechadas e nas boates, uma situação que não pôde ser confirmada na Boate Maria Eunice, a cobrança de diárias impõe que as trabalhadoras realizem diariamente um número mínimo de programas sexuais que compense os gastos com a permanência no estabelecimento e resulte em algum provento no final da jornada de trabalho.

No entanto, os relatos que coletamos entre trabalhadoras sexuais que anteriormente atuaram profissionalmente em boates confirmam que elas não dispõem de autonomia em relação escolhas dos clientes, horários de trabalho, consumo de bebidas alcoólicas e multas por não comparecimento a casa, entre outras estratégias utilizadas para explorar o trabalho da prostituta.

Além destes aspectos, cabe acrescentar que embora as mulheres apresentem atributos físicos (beleza, jovialidade, sensualidade e simpatia), que interseccionados à condição laboral as colocam em situação de disponibilidade e receptividade para atender a todos os clientes indistintamente – em condições de submissão e exploração segundo a perspectiva abolicionista –, porém aquelas com as quais conversamos declararam que lhes cabem a decisão final de fazer o programa sexual. Isso aponta para algum grau de autonomia em relação a seus corpos, no que diz respeito aos programas sexuais.

Tomando como referência as observações das interações entre as prostitutas e os seus clientes, por um lado, parece-nos que elas se deixam conduzir desde o momento que são escolhidas pelo cliente sugerindo, desse modo, que as suas performances aconteçam fora dos esquemas de dominação; por outro, o “poder” (de sedução) não é exercido exclusivamente pelas prostitutas considerando que as interações, as negociações e os programas são permeados por relações de interesses de caráter material e subjetivo (afetivo, econômico, sexual, de relacionamentos estáveis, etc.) que conferem ou não autonomia à trabalhadora.

Tanto nessa boate quanto nos bregas, as prostitutas não são obrigadas a consumirem bebidas alcoólicas, porém aquelas que consomem são proibidas de compartilhar do que o cliente estiver bebendo, conforme apontei anteriormente. Contudo, elas devem incentivar os seus acompanhantes a consumirem bebidas alcoólicas e, por essa prática, recebem comissão sobre os valores gastos.

Receber comissões sobre os gastos dos clientes é uma estratégia praticada especialmente nos bregas onde os marcadores sociais de diferença influenciam de forma significativa sobre os ganhos da prostituta, uma vez que os valores cobrados pelos programas são negociados conforme o perfil dos clientes. Esta prática foi observada com mais frequência nos bares de prostituição de Jaci Paraná.

No próximo capítulo retomamos esta questão a partir da análise das trajetórias das trabalhadoras sexuais, verificando com elas subvertem ou confirmam (em termos de autonomia no trabalho sexual) os esquemas de poder produzidos na intersecção entre gênero e sexualidade.

CAPÍTULO 4

TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO SEXUAL: NEGOCIANDO AUTONOMIA

A prostituição não é uma profissão fácil. A paixão é fundamental para suportar as contradições e os chamados ossos do ofício. Mas até hoje nunca conheci uma puta que largasse a profissão por não gostar dela.

A Igreja misturou muito o sexo com o amor. Sexo é da vida. Amor é egoísta, é do indivíduo. O mundo não é feito de vítimas. Todo mundo negocia. Alguns negociam bem, outros mal. Mas cada um sabe, o mínimo que seja, quanto vale aquilo que quer. E sabe até onde vai para conseguir.

Com a prostituta não é diferente.

(Gabriela Leite, 2010, p. 63, **prostituta ativista** dos direitos das profissionais do sexo, fundadora da ONG Davida).

A presença de mulheres em espaços de sociabilidades masculinas não é algo recente na cidade de Porto Velho. Escritores como Márcio Souza (1980) apontam essa presença em sua obra *Mad Maria*, escrita com base em relatos históricos da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ocorrida no início do século XX. À vista disso, a percepção amplamente difundida dos bregas como espaços ocupados majoritariamente por homens contrasta com o que a pesquisa de campo evidenciou, pois nos estabelecimentos observados o número de mulheres superava muitas vezes o de homens, especialmente no distrito de Jaci Paraná.

No entanto, não se tratava de mulheres que acompanhavam seus parceiros nesses lugares: eram as chamadas localmente de “mulheres de brega”. Este é um termo usual para se referir às mulheres que gostam de “piseiro”⁷⁵, ou seja, aquelas que, ignorando os códigos locais de conduta moral, frequentam bregas à procura de parceiros sexuais. Desse modo, na percepção dos habitantes

⁷⁵ Localmente o termo “piseiro” é utilizado tanto para se referir à bagunça, festa e farra de que “mulher certa” não participa, como aos lugares frequentados por mulheres que desempenham atividades relativas à prostituição.

locais, a “mulher de brega” é aquela que “se vende” a qualquer um por quantias irrisórias ou em troca de bebidas alcoólicas e drogas. Trata-se de um termo semanticamente ofensivo que equivale a “puta”⁷⁶, o qual coloca a mulher que recebe este rótulo na escala moral mais baixa da prostituição.

Nesse contexto, a partir das análises das entrevistas e das observações etnográficas realizadas nos diferentes bregas da cidade de Porto Velho e do distrito de Jaci Paraná, esse próximo à UHE Jirau, interessou-nos compreender neste capítulo o lugar das profissionais do sexo, as modalidades de trabalho e os papéis sociais representados, ou seja: o lugar ocupado pela prostituição nas trajetórias dessas mulheres. Não estávamos interessados simplesmente na história dos sujeitos desta pesquisa, mas no que esta abordagem poderia revelar de suas experiências de vida e trabalho, especialmente como gênero e sexualidade operam sobre os processos sociais nos quais estão inseridos.

Uma de nossas questões dizia respeito à compreensão da prostituição (*Que funções as prostitutas desempenham? Que papéis sociais representam? Qual o lugar ocupado por elas em termos de agência?*) no contexto dos bregas e ao lugar que o trabalho sexual ocupa na trajetória dessas mulheres. Nesse sentido, os relatos das experiências individuais das mulheres prostitutas, explorados nas entrevistas em profundidade, tornaram-se um dado eficiente que também nos possibilitou compreender o sentido atribuído pelas mulheres às suas experiências de trabalho sexual.

As mulheres entrevistadas estão localizadas em territorialidades geograficamente dispersas, cujas trajetórias apresentam peculiaridades e elementos em comum, que nos permitiram classificá-los conforme o lugar que ocupam nos bares de prostituição, os papéis desempenhados e os seus processos de agenciamentos em termos da sua autonomia.

À vista disso, a análise das entrevistas nos possibilitou identificar três formas de inserção na prostituição, diferenciadas pelos vínculos das trabalhadoras com os bares de prostituição, os quais se relacionam com a possibilidade de maior ou menor autonomia em termos de agenciamentos

⁷⁶ O termo foi apropriado e ressignificado politicamente pela Rede Brasileira de Prostitutas (RBO), que completou 30 anos em 2017. Inicialmente Gabriela Leite defendia que o termo “puta” deveria ser assumido pelas prostitutas como estratégia de combate ao estigma, mas atualmente o termo ainda carrega uma enorme carga ofensiva, portanto, ainda é utilizado para desqualificar alguém moralmente, especialmente se for do sexo masculino.

peçoais: a) dupla função, com jornada diária de trabalho, conciliando a prostituição com as atividades de garçõete e cozinheira; b) jornada livre e itinerante, as que trabalham em dias, horários e lugares com maior circulação de clientes; e c) regime de pensionato, com uma jornada de trabalho ininterrupta no local de trabalho.

As tabelas 1 e 2 apresentadas no capítulo 2 trazem algumas informações do perfil das trabalhadoras sexuais, cujas entrevistas subsidiaram a pesquisa em termos de relatos das trajetórias das trabalhadoras.

Na primeira seção, exploramos as estratégias e as formas de resistência que aparecem como um dado relativo as três modalidades de prostitutas que foram identificadas durante a pesquisa empírica, evidenciando as motivações para a inserção e permanência nessa ocupação laboral, a dimensão da maternidade e o trabalho doméstico que é preterido, atravessam as três formas de inserção dessa categoria ocupacional.

Nas segunda, terceira e quarta seções deste capítulo, as análises sublinham as táticas e as estratégias desenvolvidas pelas trabalhadoras de cada modalidade, buscando ao final apontar as margens de autonomia dessas trabalhadoras a partir do lugar ocupado e das funções exercidas nos estabelecimentos. Essas formas de inserção na prostituição se foram desenhando à medida que as entrevistas aconteciam, confirmado os diferentes arranjos que o mercado do sexo impõe às trabalhadoras sexuais.

A análise das trajetórias visou a não somente compreender os efeitos produzidos pela interseção entre gênero e sexualidade, frente à falta de regulamentação do trabalho sexual, mas conhecer a realidade de trabalho e as motivações para permanecerem (ou não) como prostitutas, diante do estigma. Para tanto, apresentamos deste ponto em diante, a análise das entrevistas realizadas com quinze trabalhadoras sexuais e duas donas de bregas (ex-prostitutas).

4.1 A inserção: projetos pessoais, escolhas e justificativas

*O mais importante e bonito do mundo é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas –
mas que elas vão sempre mudando.*
(Guimarães Rosa, **Grande Sertão Veredas**, 1956, p. 20).

Iniciamos este capítulo explorando aspectos das trajetórias de trabalho das prostitutas, focando as dinâmicas de inserção e de permanência na prostituição, para compreendermos as diferentes formas de resistência que essas mulheres acionam em busca de autonomia no exercício profissional. Em algum momento de suas vidas, essas mulheres fizeram escolhas com base nas opções que lhes pareciam coerentes, como inserir-se na prostituição, preterir o trabalho doméstico mal remunerado, acionar estratégias com vistas a minimizar os efeitos negativos da prostituição, etc. A produção dos interesses é, portanto, definida com base na posição que ocupam diante de seus familiares, conforme ilustram os extratos das entrevistas analisadas logo adiante.

Nesse sentido, a forma como elas se inserem na prostituição é demarcada, muitas vezes, por motivações econômicas, a partir das quais procuram construir a sua autonomia financeira em relação as suas redes familiares. Depois de inseridas, essas mulheres buscam negociar a sua autonomia pessoal na prostituição, conforme ilustra o seguinte extrato:

A maioria das pessoas pensa que uma mulher entra nessa vida por falta de opção. Algumas até podem ser, mas no meu caso, não. Eu trabalhava como vendedora em lojas. Eu passava um dia inteiro em pé esperando clientes. Não podia sentar, e ainda precisava fazer cara de simpática! No final do mês, a comissão e o salário básico não chegavam a um salário mínimo. Isso foi antes de eu me casar. Depois que me separei, poderia ter voltado a trabalhar no comércio ou ter me casado, mas continuaria dependendo financeiramente de homem. Não recrimino as mulheres que buscam relacionamentos por interesse. Eu entendo isso como uma troca, não é justo? Uma mulher dá o melhor de si para o companheiro, abre mão dos seus projetos para cuidar de uma casa, dos filhos... Poucas vezes a sua dedicação é reconhecida. Quando decidi ser garota de programa, pensei: Se para ter a minha independência, eu precisar pagar um preço alto, eu irei pagar! Há dez anos fiz essa opção. Naquela época eu poderia contentar com um relacionamento por conveniência, ou por um emprego de assalariado, não quis. Muita gente não entende, mas é por puro preconceito (TS 13, 35 anos de idade, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Nascida em uma cidade do interior paranaense, a autonomia dessa entrevistada é buscada e exercida tanto no nível financeiro quanto no âmbito da liberdade de escolha pela prostituição. Entre as opções possíveis havia o trabalho como vendedora de lojas ou o casamento por conveniência. Por um lado, como

vemos, a sua fala sublinha um dos principais aspectos das desigualdades de gênero: a invisibilidade do trabalho feminino no âmbito doméstico. Por outro, as suas decisões remetem a noção de autonomia de Alvarez (2005), na qual as escolhas dos indivíduos compreendem uma ação racional onde os desejos e as preferências são singularizadas com base nas relações intersubjetivas.

Nessa acepção, a autonomia é uma decisão “interna” que diz respeito às aptidões e desejos do indivíduo, o qual se distancia de influências externas e aspirações que não são suas; mas, também tem um sentido “externo” que enuncia o contexto de relacionamentos, as capacidades emocionais e a posição do indivíduo (ALVAREZ, 2005). A fala de TS13 evidencia, portanto, a sua capacidade de reflexão acerca das opções que tinha, levando em conta a trama das relações da qual fazia parte, para poder posicionar, definir e decidir. De modo geral, a inserção na prostituição aparece como uma possibilidade para a realização dos projetos pessoais das prostitutas.

Na idealização dos projetos pessoais, aparece como um dado comum às três modalidades de trabalhadoras não somente o desejo de aquisição de bens materiais, mas também a apropriação simbólica de capital cultural pelos filhos como, por exemplo, aquele adquirido através da educação de nível superior e dos cursos de informática, profissionalizantes e de línguas estrangeiras. Muitas delas têm como projeto em longo prazo empreenderem negócios próprios que lhes garantam um futuro seguro: ateliê de confecção de roupas, consultório odontológico, lojas de confecções, restaurante, salão de cabeleireiros.

A despeito de essas mulheres ainda não terem iniciado o próprio negócio, que lhes possibilitaria mudar de atividade e/ou garantir um futuro seguro, as suas falas confirmam o desejo de “mudar de vida” após conseguirem acumular dinheiro suficiente para iniciarem seus próprios empreendimentos comerciais. Entre as mais jovens, constatamos uma noção bem definida de uma carreira⁷⁷ planejada em longo prazo, na qual o trabalho sexual aparece como um meio possível para a realização dos seus projetos futuros.

⁷⁷ Este termo remete a Fonseca (1996), onde “a noção de carreira implica estratégias calculadas – projetos planejados – em longo prazo. Implica certa percepção da continuidade de tempo de fé na linearidade de causa e consequência – percepções que especialmente nos grupos onde rege a instabilidade generalizada de emprego moradia e saúde não são de forma alguma evidentes” (FONSECA, 1996, p. 29).

No contexto estudado, deparamo-nos com mulheres que se inseriram em relacionamentos de interesses de ambas as partes, mas permeados por laços afetivos e de ajudas mútuas, que escapam à lógica dos programas sexuais, como exemplificam as falas de TS6, TS7, TS8 e TS16. Entre as “veteranas”, especialmente aquelas que estão na faixa etária dos 40 anos de idade, o desejo de encontrar um parceiro estável e o agenciamento do “sexo tático” aparecem como alternativas que sugerem garantias de apoio financeiro diante da irregularidade dos programas no final da carreira como prostituta.

A noção de sexo tático remete a Cabezas (2016), que a utiliza para categorizar os arranjos afetivos que envolvem diferentes intercâmbios de sexo por dinheiro ou benefícios materiais. Tampouco acontece a autoidentificação da envolvida nessas trocas como prostituta, a despeito de as interações sexuais envolverem marcadores sociais que delimitam as diferenças de classe socioeconômica, cidadania, idade e raça/etnia (CABEZAS, 2016).

Trata-se, aqui, de relacionamentos abertos estabelecidos com homens mais velhos, que as ajudam com uma quantia de dinheiro e as procuram mensalmente para manterem relações sexuais. São homens que saíram do lugar de clientes e ocuparam a posição de companheiros afetivos; que dispõem de prestígio e *status* nas relações familiares dessas mulheres, sendo apresentados como “amigos”, “ficantes” ou namorados.

Tais arranjos se opõem à ideia de que o amor é essencialmente desprovido de interesses econômicos e pensa as ligações entre trabalho e sexo, e entre afetos e dinheiro, através de um *continuum* e de uma fluidez de fronteiras (CABEZAS, 2004; 2016). À vista disso, o contexto aqui estudado confirma a importância da participação dos bens materiais e das ajudas financeiras na construção dos afetos que permeiam os arranjos táticos entre algumas trabalhadoras sexuais e seus parceiros afetivos (ZELIZER, 2005).

Em um estudo realizado em Porto Alegre, Fonseca (1996) constatou que é o sonho de muitas prostitutas das classes baixas conseguirem um velho que as ajude com dinheiro ou presentes: “o velho é uma figura que não somente deve ser enganado, deve ser também explorado” (FONSECA, 1996, p. 24). Nesta abordagem, o termo “velho” foi utilizado para elucidar uma modalidade de cliente que as ajuda e se lhes torna “freguês”; que além de pagar generosamente pelos

programas, oferece presentes às prostitutas. Em conformidade com essa antropóloga, a figura do “velho que ajuda” não se confunde com a posição de marido; de fato, trata-se de alguém que nutre a ilusão de ser o único ou pelo menos o privilegiado no que diz respeito aos afetos da prostituta.

A fala de TS6, uma trabalhadora sexual de 43 anos de idade, traz elementos que ilustram essa modalidade de arranjos afetivo-sexuais estabelecidos de forma paralela à prostituição, que confirmam uma tática comum adotada frente à insegurança e à instabilidade econômica da atividade, especialmente para trabalhadoras dessa faixa etária e classe social.

Encontrei um “velho” que me ajudou a criar a minha filha. Ela tinha dois anos na época. E até hoje ele me ajuda. Só que ele mora no sítio, eu moro na cidade. Só que ele sempre me ajuda. A minha filha considera ele como um pai. Ele dá as coisas. Todo mês ele me dá trezentos e cinquenta reais. Dá uma ajudinha lá em casa, com alguma coisa. E eu estou levando a minha vida. Só que eu estou no vício das drogas. Só que eu maneirei mais! **Pesquisador: A tua relação com ele é um namoro?** Não! É assim... É quase igual à prostituição! Eu vou lá, ele me “usa”! Me paga! E eu fico aqui, e ele lá. E, quando ele vem à cidade, eu fico com ele só um dia. E ele vai embora para o mato de novo. Então, é desse jeito. Aquela vida de rua que eu levava, pega um aqui, pega outro ali, aquilo eu parei. Mas quando, vira e mexe, aparece um, liga para mim, uns conhecidos que eu tenho, eu saio ainda. Continuo nessa vida (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Em outra parte da entrevista foi evidenciado que essa mulher manteve arranjos afetivo-sexuais em outros momentos de sua trajetória na prostituição.

Eu ficava com um “nêgo veio”, que eu nem sabia o nome dele direito. Passei ainda uns quatro meses com ele. **Pesquisador: Ele não importava que você fizesse programas.** Ele não importava, chegava lá na boate, a gente fazia *striper*, e tudo! Essa lá de [cidade] União Bandeirantes. Eu estava lá, e comecei a fazer programas, e me engracei por ele, e ele por mim. Saímos, ele me pagou, paguei a chave porque agente tem que pagar uma taxa. Daí começou, e toda vez que fechava a boate, ele ficava me esperando, até de manhã. Ele ia para lá e ficava enrolando, mas me dava a minha grana. Sabia, não tinha ciúmes e, ainda, passou uns quatro meses indo lá. Ele queria que eu ficasse morando com ele. Eu falei que não porque eu tinha família aqui em Porto Velho, os meus filhos. Mas só não fiquei com ele porque eu sabia que não daria certo. Ele iria ficar jogando na minha cara, porque é sempre assim, quando o homem sabe que agente é “quenga”. Quando a gente vai se ajuntar com um homem, ele sempre joga

na cara da gente (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

No âmbito desses relacionamentos, essas mulheres veem na figura de seus “amigos”, “coroas” e “velhos” uma margem de segurança financeira e um ideal de companheiro – impossível de encontrar entre os mais jovens – que não exigem fidelidade nem compromissos conjugais. Estes depoimentos são reveladores das estratégias desenvolvidas frente às condições precárias de trabalho e aos valores irregulares alcançados com os programas para as mulheres em fim de carreira.

O depoimento de TS16, de 38 anos de idade e mãe de três filhos, que se inseriu na prostituição aos 25 anos, arregimenta o sexo de forma tática com um homem mais velho.

Eu sou uma mulher que chama atenção. Os homens gostam de mulher com corpão. Mas daqui a uns anos – talvez, uns cinco anos, seis! – eu não sei se estarei nessa vida. Porque nesse tipo de trabalho, quando você passa dos quarenta anos, fica difícil. O fim das garotas que não se garantem quando estão novas é a calçada. A rua, rapaz! Isso eu não desejo nem para as inimigas. Depois que você chega a certa idade, as boates e agências não te deixa trabalhar. Por isso já tratei de arrumar logo o meu “velho”! [risos] Ele é militar aposentado. Ajuda com as contas da casa. Não exijo nada! Ele cuida de mim, e eu cuido dele! Na verdade, eu cuido do bolso dele! [risos] É brincadeira! A gente se curte bem. Os meus filhos conhecem ele e tal. Mas para mim não é um namoro. É um cliente que ficou íntimo. A gente se vê pelo menos uma vez por semana. Quando ele pode, é claro! Porque a família dele fica na cola. Ele não se importa que eu continue levando essa vida. Ele sabe que, se não fosse assim, não rolaria. Mas eu cuido bem dele. Dou o carinho que ele não recebe em casa. Já tive até pesadelo que ele morria. Deus me livre! (TS16, 38 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

O próximo depoimento exemplifica a situação de TS8, uma mulher de 54 anos de idade, que durante a sua trajetória de prostituição manteve mais de um relacionamento afetivo-sexual com homens idosos.

Já me amiguei com um coroa. Fiquei seis anos com ele em São Paulo. Aqui em Porto Velho eu tive um, que me transmitiu essa doença [HIV]. Eu fiquei quinze anos com ele. Quinze anos! Foram quinze anos com ele! Ele me deu duas casas. Ele era um coroa. Um empresário da sociedade e casado. E irmão de juiz. Não vou

falar o nome porque ele já morreu. A esposa dele comprou uma casa para mim. [...] Ela foi à minha casa e disse: *Olha, sou casada com ele! Nós somos da sociedade, não podemos separar. Para a sociedade, nós somos marido e mulher!* Ele faleceu há três anos (TS8, 54 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

O tema central reforça a figura do “velho” como uma categoria que aparece nas entrevistas com mulheres em diferentes contextos da prostituição, como nos estudos de Gaspar (1985), Fonseca (1996) e Piscitelli (2011). No contexto pesquisado aqui, a figura do velho que ajuda está associada taticamente às prostitutas veteranas. Algumas de nossas entrevistadas, já no final de suas carreiras, mantêm um número relativamente restrito de programas, não estabelecendo mais que dez ou doze programas sexuais mensais, muitas vezes praticados de forma clandestina, isto é, sem o conhecimento de seus familiares.

Nem sempre elas encerram a carreira quando chega a tal idade. Uma de nossas entrevistadas, de Porto Velho, TS8, de 54 anos de idade, afirmou que se mantém na ativa e realiza uma média de cinco programas semanalmente. Em tais circunstâncias, os envolvimento afetivo-sexuais com seus amigos, coroas, e o sexo tático com seus velhos tornam-se uma estratégia que, apesar de contribuir para sua subsistência, não possibilita que essas mulheres deixem de realizar os programas sexuais nos bares de prostituição.

A nossa hipótese é a de que gradativamente o trabalho sexual dá lugar a essas trocas afetivo-sexuais, as quais resultam em ajudas à medida que a idade das trabalhadoras avança, especialmente para aquelas que, ao chegarem ao final da carreira como prostitutas, não conseguiram se estabelecer noutra ocupação.

Diante do que foi posto anteriormente, a categoria ajuda “remete a trocas, geralmente assimétricas, que envolvem dinheiro e/ou outros benefícios [geralmente gêneros alimentícios] e tendem a criar obrigações e, com frequência, afetos” (PISCITELLI, 2011, p. 13). O contexto estudado por Piscitelli (2011) é o da transnacionalização dos mercados do sexo em territórios transfronteiriços, onde brasileiras jovens estabelecem relações afetivo-sexuais com “gringos”. Embora Piscitelli critique a ideia de que os intercâmbios sexuais considerados como ajuda estejam essencialmente vinculados à prostituição, na conceitualização nativa do lócus de nossa pesquisa essa diferenciação não se mostrou relevante.

Apesar disso, a categoria ajuda utilizada por esta autora se presta à compreensão das práticas de algumas de nossas entrevistadas. Há entrevistadas que identificaram nos relacionamentos com seus velhos uma forma de prostituição, porém outras não os identificam dessa forma. No entanto, o nosso estudo levanta a discussão sobre os agenciamentos das prostitutas e as estratégias desenvolvidas frente às desigualdades de gênero e da sexualidade no exercício da atividade. Portanto, nesse contexto, à vista do que as entrevistas evidenciam, arranjar um velho é um objetivo perfeitamente adequado à lógica dos envolvimento estratégicos e, sobretudo, uma tática na qual convergem as carreiras familiar e profissional para a garantia de alguma segurança (FONSECA, 1996).

No âmbito da realização dos projetos pessoais das prostitutas, o desejo de aquisição de bens materiais aparece nos seus depoimentos como um dado significativo, que aponta para a dimensão simbólica que o dinheiro adquire na trajetória dessas mulheres. A consecução dos seus projetos, no entanto, tem articulação direta com a quantidade de programas sexuais realizados, os valores cobrados, os locais de atuação e, sobretudo, a idade da trabalhadora sexual, conforme veremos nas próximas seções.

Na obra *Filosofia del dinero* (2013), publicada no limiar do século XX, Simmel traz elementos capazes de nos fazer compreender a nossa própria sociedade em um momento histórico no qual o dinheiro se apresentava como um elemento imprescindível para a sobrevivência individual e coletiva. Simmel (SIMMEL, 2013) situa uma visão não pecaminosa da função do dinheiro, chamando a atenção para as consequências da impessoalidade na sociedade moderna e seus efeitos sobre os indivíduos.

Na perspectiva desse autor, a monetização da vida moderna faz parte de um processo natural, que foi resultado da necessidade de substituição dos vínculos de sangue e parentesco por algo que se mostrasse impessoal e inodoro, como o dinheiro (SIMMEL, 2013). Para o autor, o dinheiro carrega o simbolismo do “impessoal”, do “racional” e do “individualismo” e se ajusta à modernidade, que estava surgindo no mundo capitalista ocidental. Nessa acepção, tal relação com o dinheiro alterou drasticamente as relações sociais, provocando efeitos que

convergir para a individualização (ou individualismo), em um momento de suplantação das regras de interações sociais tradicionais.

Noutro texto, *Prostitution* (1971), Simmel propõe uma interessante tipologia das relações sociais, defendendo que a prostituição é uma modalidade básica, que envolve um sistema de trocas simbólicas: a transferência da impessoalidade do dinheiro para o corpo da prostituta. Ele desenvolve a ideia de que na prostituição há uma discrepância na troca que se estabelece, pois o dinheiro degrada tudo o que se deixa trocar por ele. Numa visão não reducionista, ele aponta que a prostituta se despoja de suas próprias características ao trocar o que tem de mais íntimo e pessoal por uma quantia de dinheiro, bem como a prostituição reduz as relações sexuais à sua forma monetizada.

A despeito dessa análise pessimista, a perspectiva de Simmel contribui para entendermos a influência (e a função) que o dinheiro recebido com os programas sexuais tem na vida das nossas entrevistadas. Também estamos considerando que, ao fazer a análise do sistema de trocas simbólicas que envolvem dinheiro, Simmel (2006) mostra que esse artefato moderno, produto da crescente interação da economia de mercado, representa liberdade e, ao mesmo tempo, dependência para os indivíduos inseridos em uma sociedade cada vez mais monetizada.

De fato, o dinheiro é, de modo geral, um elemento justificador muito presente nas falas de nossas entrevistadas, uma relação que independe do espaço e do lugar em que se atua como prostituta. Se para o senso comum a relação imediata da prostituição é com o dinheiro “fácil” que as prostitutas ganham (MARTIN, 2003), relação na qual o contexto da atividade é reduzido à ausência de opções e à pobreza material, a materialização da “prostituta vítima” não se confirmou com as entrevistas nem através das observações etnográficas.

No recorte considerado aqui, a possibilidade de ganhar “um dinheiro rápido” aparece como um dos aspectos que elas consideram como positivos e determinantes do trabalho sexual para a consecução de seus projetos. O excerto da entrevista de TS14, uma acreana nascida em Rio Branco, de 27 anos de idade e mãe de dois filhos, ilustra como o sexo é instrumentalizado.

Na prostituição, o que conta é o dinheiro. Não tem essa de prazer!
De se envolver com cliente. Prazer é voltar para casa com mil

reais na carteira. A gente não faz programas porque gosta. Nem as mulheres casadas transam com os maridos porque gostam. Tudo é uma troca. Cabe a você escolher ser de um homem ou de vários. A diferença de quando você está nessa vida não tem homem para te mandar. Daquela porta para dentro representamos uma personagem. Se o cliente chega no quarto e quer uma fantasia, eu realizo a fantasia dele. É o dinheiro que conta. O bolso do cliente é o passaporte pra suas fantasias. Mas desde que esteja combinado no programa. Então, pra mim, não tem nada que dá mais satisfação do que pegar o dinheiro de um “programa bom”. Programa bom é aquele que o cliente paga o valor sem reclamar. Sem pedir desconto! Por isso, se a mulher não levar isso como uma profissão séria, ela chega ao final da vida fazendo programa na rua por vinte reais ou trinta reais. Tenho as minhas metas, pra alcançá-las eu preciso de dinheiro! Já ouviu aquela frase: *My business is money!* Tem cara que chega e diz: *Vem comigo, gata! Vou te dar uma vida de princesa!* Jamais! Eu sou uma mulher cara. Não nasci pra ter dono! (TS14, 27 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Na fala de TS14 aparece a noção de carreira em longo prazo, apontando para a necessidade de assumir a prostituição como “uma profissão séria” para que, no final da carreira, não precise inserir-se na prostituição de rua, que aparece, nesta e em outras falas, como algo indesejado. No seu entendimento, o ato sexual é uma ação monetizada, que não tem a ver com prazer, mas com negócios; os afetos e as carícias fazem parte do desempenho da trabalhadora. À vista disso, o dinheiro resultante da prostituição adquire, em geral, um duplo papel: aproxima e afasta indivíduos, afasta e une (WAIZBORT, 1996).

Estas falas das entrevistadas ilustram a percepção ambígua de positividade/negatividade, autonomia/dependência, que as mulheres e, sobretudo, o senso comum social têm em relação ao dinheiro dos programas sexuais. Tal percepção negativa da prostituição tem a ver com a monetização do ato sexual, ou seja, com o fato de as mulheres cobrarem por aquilo que é garantido aos homens via contrato de matrimônio:

O lado bom é o dinheiro! Eu gosto de trabalhar. Ter o meu dinheiro! Eu nunca fui de chegar e pedir nada para ninguém. Eu não sou de pedir. Tanto que eu moro com os meus irmãos, e eles vivem praticamente do que eu dou. Não são eles que me dão. É o contrário, sou eu que dou a eles. [...] Eu gosto de ter o que é meu. Gosto de ver os meus filhos vestidos. Vê-los comendo bem. Sou eu quem pago para eles. O importante para mim é eles. Então, se a mulher tiver cabeça, ela consegue adquirir as coisas (TS1, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Neste outro fragmento, a entrevistada, aponta a positividade da prostituição como um trabalho que lhe proporciona autonomia financeira e liberdade.

Você não fica sem dinheiro. Por um lado, não falta nada. Sempre tem uma “ajuda” daqui, outra “ajuda” acolá, não é? Você não volta sem um [dinheiro] para casa. [...] Eu penso em ter a minha casa verdadeira, com dois andares e piscina dentro. É o meu sonho ainda. Mas quem vai me ajudar, homem?! Homem só quer te usar. Então, se é pra usar, tem que pagar (TS3, 36 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

A facilidade e o imediatismo aparecem como elementos que caracterizariam, em geral, a relação que essas mulheres têm com o dinheiro dos programas sexuais. Os depoimentos sugerem que o dinheiro adquirido com os programas sexuais proporciona uma relativa sensação de autonomia e independência econômica em relação aos companheiros e familiares. No entanto, o valor de uso desse dinheiro adquire diferentes sentidos, que perpassam desde a relação imediatista quanto à solução de problemas intrínsecos à subsistência material das mulheres a um valor que deve ser poupado tanto para a aquisição de bens duradouros quanto para a realização dos seus projetos futuros.

Na compreensão de TS6 e TS14, o valor de uso do dinheiro dos programas também adquire um sentido negativo, pois, para elas, tal valor está diretamente associado à facilidade de gastá-lo mal, muitas vezes com coisas supérfluas.

O que tem de positivo na prostituição? Se você me perguntar isso em um dia que eu estou precisando levantar algum, vou te responder que é o dinheiro [risos]. Se não fosse pelo dinheiro, eu não estaria aqui. Há cinco anos eu levantava fácil, fácil, uns cinco mil líquidos por mês. Nós íamos para Jaci nos finais de semana. Eu tirava entre dois e três mil em um fim de semana bom. Depois foi diminuindo. Eu te pergunto: *Aonde eu coloquei esse dinheiro?* Não sei responder! Comprei algumas coisas: montei o meu apartamento aqui, comprei roupas; ajudei pessoas da minha família; investi dinheiro lá para o Acre; comecei uma construção lá; curti com minhas amigas. Essas coisas... Eu poderia ter feito mais [pausa]. Quando o dinheiro entrando fácil, você não dá valor (TS14, 27 anos, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2017).

Referindo-se ainda a esta questão, outra entrevistada aponta para o caráter pecaminoso do dinheiro que é produto da prostituição:

É um dinheiro que vem e vai rápido. Não é um dinheiro que vem e a gente aproveita. Você pega e, quando pensa, já não tem nada. Porque é um dinheiro amaldiçoado! Dinheiro de programa, para mim, é um dinheiro amaldiçoado. Você pega, quando olha, cadê? Já foi todo. Você trabalha, parece que o dinheiro dura. Mas não dura [risos] (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

No entendimento desta mulher, o estigma da prostituição contamina o dinheiro que é resultado dos programas sexuais; portanto, elas incorporam a lógica da construção do valor econômico negativo que perpassa a moral cristã. Mas, apesar desta percepção negativa em relação ao dinheiro, a prostituição é compreendida como um trabalho. Nos termos de Simmel (2006), tais dados apontam, em geral, que o dinheiro é o domínio da indiferença e neutraliza qualquer traço de personalidade da relação sexual com clientes; onde tudo se torna mercadoria, este rompe todas as fronteiras. Mas, ao mesmo tempo, o dinheiro dos programas apaga e fortalece os traços de (im)personalidade dessa troca, que envolve carícias, sexualidade e relações de poder entre os gêneros, a depender do lugar que o cliente ocupa na vida da prostituta.

Resta-nos discutir, aqui, um segundo dado significativo que aparece nas falas das entrevistadas como um todo. O desejo de mobilidade social e de aquisição de bens materiais permeia as falas das prostitutas, falas essas que têm articulações com a dimensão simbólica da “maternidade”. Isso nos remete a esse elemento que é acionado pelas mulheres como um filtro que racionaliza as práticas das prostitutas e, sobretudo, justifica a inserção e a permanência como condições necessárias para suprir as necessidades materiais dos filhos/das filhas menores.

A importância que TS1 atribui à dimensão da maternidade em relação à prostituição e aos ganhos financeiros alcançados com os programas sexuais é exemplar do lugar que os filhos/as filhas ocupam nos projetos pessoais dessas mulheres. Quando foi estimulada a falar sobre o período de maior fluxo de clientes no bar, ela relatou:

No começo foi bom! Porque quem ganhou soube aproveitar e investir. Foi bom! Hoje já está mais difícil. Eu consegui. Assim, não cheguei ao meu objetivo completo. Mas, se Deus quiser, eu vou chegar lá. Eu consegui construir a minha casa, que era o meu sonho. Consegui construir a minha casa. Hoje o meu filho está fazendo faculdade. E isso tudo eu tiro daqui, trabalhando. E eu vou lutando por eles [risos]. O outro vai fazer doze anos e já está fazendo o sétimo ano. Resolvi ter a minha pequenininha por opção própria. Eu queria e hoje eu tenho. Eu não tenho o que reclamar. Só trabalho para manter. O meu sonho era ter uma menina. Mas vieram dois homens. E, assim, eles são muito apegados ao pai dela, e acredito que ele em mim também. Nós já vivíamos [juntos] há dez anos, nove ou dez anos. E foi quando eu me cuidei para ter menina. Eu falei: *Resolvi engravidar, vou engravidar!* Então engravidei. – *Mas meu amor, mesmo no centro trabalhando?* E para mim foi uma benção! (TS1, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Neste relato, TS1 evidencia o orgulho que sente por ser a principal provedora da família e poder proporcionar aos filhos acesso a bens culturais, principalmente o curso universitário, que pode pagar para o filho de 18 anos de idade. Vemos que a análise da trajetória de TS1 conflita com a imagem da prostituta representada como péssima mãe e mulher que não estabelece vínculos afetivos duradouros com seus companheiros e filhos. Nesta direção, a decisão de realizar o sonho de ter “uma menininha”, através de uma gravidez planejada, mesmo questionada pelo companheiro, demonstra a importância que ela atribui à maternidade. Os vínculos que ligam esta trabalhadora sexual ao pai de sua filha caçula ultrapassam o sexo tático, considerando que a sua decisão pela maternidade foi discutida por ambos.

Assim como é com a maioria das demais histórias de vida das nossas entrevistadas de pesquisa, também TS1 atribui à educação dos filhos um sobrevalor. À maternidade é reservado, portanto, um lugar de destaque na trajetória dessa mulher, que dedica parte importante de seu relato para descrever o que pode proporcionar a seus três filhos: uma menina de 1 ano e 7 meses de idade e dois adolescentes homens, de 12 e 18 anos, conforme já mencionado.

Parece-nos que o discurso da maternidade é acionado não somente para justificar a prostituição, como também para convencer o interlocutor e redirecionar o foco discursivo principal: a sua entrada na prostituição. No relato de TS1, a opção pelo trabalho sexual aparece como uma atividade possível e “lugar de luta”, mas também de realizações de projetos pessoais: “E isso tudo eu tiro daqui,

trabalhando. E eu vou lutando por eles”. A ideia de luta remete à noção de “batalha”, que é utilizada por profissionais do sexo que exercem a prostituição de rua quando vão à procura de clientes.

A família tem um valor moral, na qual elas buscam afirmar a identidade real, através da maternidade, confirmando os papéis sociais de gênero esperados das mulheres “direitas”. Desse modo, a representação de “boa mãe” é utilizada de forma calculada e racional para desconstruir a ideia de que a prostituição é incompatível com a maternidade. A vivência da prostituição não exclui a experiência da maternidade tampouco é negada, à vista disso, a dimensão da maternidade é a que parece ter o maior peso na vida das prostitutas.

A ideia de sacrifício/luta associada à figura da provedora é um elemento discursivo presente que parece operar como um filtro neutralizante do estigma que pesa sobre a prostituta e o trabalho sexual. Referir-se aos filhos como o bem maior de suas vidas e proporcionar-lhes acesso a bens culturais e materiais parece ser uma justificativa que tem a função de isentá-las da responsabilidade e culpa por estarem prostituindo-se: “a maternidade é usada como um redirecionamento discursivo, uma tentativa de apagar o lugar da prostituta ocupado, intensificando discursivamente o sacrifício materno realizado” (FERRAÇA, 2016, p. 1.158).

É dessa forma porque a cultura patriarcal estabelece os papéis sociais de gênero tomando como referência símbolos culturais contraditórios, conforme aponta Scott (1995). À vista disso são criadas representações da prostituta como se fosse um indivíduo desprovido de determinados traços considerados distintivos do gênero feminino: “carente de laços de vivência afetiva, não é merecedora de vivência conjugal, do convívio familiar e da maternidade” (CAVOUR, 2011, p. 77).

A entrevistada TS1, ao descrever a sua vida, relata que foi a segunda de uma família de quatro filhos, dois homens e duas mulheres; a irmã é empregada doméstica, um dos irmãos é estivador, e o outro recebe um benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) por haver sofrido no garimpo um acidente que o deixou paraplégico. Ela declara ser a principal provedora da família, com quem coabita, juntamente com seus três filhos, e têm todos um bom relacionamento.

No nosso universo de pesquisa, a análise das trajetórias de prostitutas com filhos salienta a conexão entre maternidade e renúncia às relações sexuais dentro de uma relação monogâmica como sacrifício pelo bem-estar e melhores condições de vida dos seus filhos. Sobre a entrada na prostituição, uma das entrevistadas relata:

Foi há quinze anos. Na época eu precisava de um dinheiro e não tinha. Precisava para pagar um rancho [compras de supermercado] e eu não tinha o dinheiro em mãos. E a minha mãe estava doente. Eu precisava para comprar remédios e não tinha dinheiro porque eu estava desempregada. Foi quando uma pessoa me chamou, então eu fui. No começo eu me senti horrível, depois me acostumei. Foi um amigo! Foi com ele que comecei... Eu já tinha um filho (TS1, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

As histórias tristes fazem parte, de forma geral, do elenco de justificativas que demarcam a entrada na prostituição. Tais histórias também são acionadas sempre que elas são questionadas por algum cliente ou pessoas de seu círculo de relações sobre o porquê de estarem se prostituindo. As motivações para a inserção na prostituição são lembradas, portanto, como um marco comprobatório das dificuldades financeiras de seus familiares, cujas responsabilidades de suprimento são depositadas em mulheres tão jovens, confirmando um aspecto relevante de suas trajetórias.

À vista disso, a fala de TS14 exemplifica o quanto a dimensão simbólica da maternidade marca a trajetória dessas mulheres.

Na época... Eu já tinha saído de um relacionamento de quase dez anos. Meu ex-companheiro trabalhava na prefeitura. Ganhava pouco. Mas ele sempre ajudava, ainda ajuda, com cesta básica. E pensão alimentícia também. Mas era muito pouco. Isso faz uns oito anos. Eu fiquei com o meu filho pequeno! O meu filho [primeiro] tinha apenas quatro anos. Agora ele vai fazer quinze anos. Eu já trabalhava como fiscal de ônibus em Rio Branco. Depois da licença-maternidade, eu fui demitida. Na época eu pensei: *O que eu vou fazer, meu Deus?!* Isso coincidiu com a minha separação. Tudo de uma vez só! Saí do seguro-desemprego. Então fui trabalhar numa loja do centro. Era salário de comissão e um pouquinho mais. Não dava para manter a casa com três filhos pequenos. Eu vivia no sufoco. Parcelava fatura de cartão de crédito. Tinha o aluguel. Tinha as despesas com o meu filho pequeno. Ele sacrificado na casa dos outros, passando falta das coisas! Porque eu precisava trabalhar fora. Lembro bem do dia! Foi num final de ano. Eu tinha feito amizade com uma cliente

da loja. Ela comparava bem. Andava sempre muito produzida! Um dia ela chamou para a gente ir tomar uma cerveja. Conversa vai, conversa vem, eu reclamando da vida, então ela confidenciou pra mim que fazia programas. Eu perguntei: *É mesmo? Como é isso? Dá dinheiro?* Então ela me explicou tudo. Eu pensei na época: *Vou fazer isso pelo meu filho!* Então, eu fui! Essa amiga me levou. E eu fui pegando gosto! A gente saía de Rio Branco e íamos para Jaci nos finais de mês. As obras estavam no começo. Tinha muitos homens! Era só ficar lá como quem não queria nada. Eles chegavam e começavam a conversar... Pra minha família eu dizia que estava vendendo produtos [cosméticos] nos bregas. No começo eu tinha vergonha [pausa]. Mas com tempo a gente acostuma. Já faz quatro anos que eu vim definitivo, por isso eu deixei o meu filho com pai dele. Quando chegar a hora, eu pretendo contar para ele. No dia certo de cada mês, deposito o dinheiro dele [pausa]. Não tenho arrependimentos do que eu faço (TS14, 27 anos, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2017).

Vimos como algumas mulheres inseridas no trabalho sexual concebem o pacto de sacrifício da maternidade e vivenciam esse papel social em suas vidas. À vista disso, o discurso da maternidade parece, de fato, purificá-las do pecado que cometem entregando-se sexualmente a vários homens. Isso porque os valores da maternidade conflitam com os papéis sociais atribuídos à prostituta, de quem a sociedade não espera que conheça ou desempenhe os papéis sociais que a cultura reservou ao gênero feminino, seja como filha, irmã, mãe, esposa ou abnegada dona de casa (LEITE, 2010).

A análise das entrevistas também revela outro dado comum que perpassa as trajetórias de nossas entrevistadas. O trabalho doméstico remunerado aparece em algum momento das trajetórias das trabalhadoras sexuais como uma alternativa de renda considerada por elas pouco interessante, mesmo para aquelas com pouca escolaridade, conforme discutiremos deste ponto em diante. No entanto, no final de suas carreiras como prostitutas, o trabalho doméstico torna-se uma alternativa viável, especialmente para aquelas que não se inseriram noutra ocupação mais rentável.

Para Fonseca (1996), a alternativa mais comum encontrada por muitas prostitutas de classes baixas é o trabalho doméstico em casa de família, que, quase sempre, é assimilado pejorativamente por elas. Essa antropóloga aponta que, no mercado de trabalho atual, as alternativas disponíveis para mulheres com origem nos estratos humildes e de baixo nível de escolaridade não são atraentes. Mesmo com as recentes conquistas desse segmento, persiste a imagem

inferiorizante e inferiorizada da categoria de trabalhadores e trabalhadoras domésticas no Brasil.

Saffioti (1978) sugere que a ocupação de doméstica é das que menos exigem qualificação, considerando que a qualificação para o desempenho deste trabalho, socialmente desvalorizado, “é obtida através da socialização da mulher para o exercício de seus papéis futuros de dona de casa ou no próprio emprego” (SAFFIOTI, 1978, p. 58).

No entanto, as relações de subordinação/dominação entre patrões e empregadas catalisam as reações negativas da parte dominada, do lado mais fraco, as empregadas domésticas com frequência queixam-se da posição que ocupam nessa relação de trabalho subalterna. Nesses termos, Saffioti aponta que, muitas vezes, o trabalho doméstico será ocupado apenas durante o período em que a mulher aguarda melhor oportunidade de emprego.

Entre os relatos de nossas entrevistadas das demais categorias de prostitutas aparecem depoimentos que expõem a escolha pela prostituição em detrimento do trabalho doméstico considerado social e moralmente mais digno.

Pesquisador: Antes de fazer programas, você teve outros empregos? Eu fui empregada doméstica. Trabalhei em casa de família. Foi logo depois que eu me casei. Trabalhava feito uma escrava e ganhava quase nada. Eu limpava casa, cozinhava, passava roupa e cuidava de criança. E ainda tinha que aguentar assédio de patrão. Quer coisa mais humilhante do que chegar o final do mês, e o seu dinheiro todo contado?! Seus filhos querendo as coisas, e você não podendo comprar! Mas, depois que eu separei, preferi ficar como os meus programas. Isso de ficar esfregando fundo de calcinha de “madame” não é pra mim. Em épocas boas, a gente tirava em um final de semana duas vezes o salário do mês na casa de família. Hoje nem tanto, mas teve uma época que eu até pagava uma menina para olhar os meus filhos. Quando eu estou em condições, dou o melhor pra eles. Tudo com o meu trabalho aqui. Tem gente que não concorda. Acha feio o que a gente faz. Humilhante [pausa]. Fiz a minha opção. Fui mais desrespeitada como doméstica do que como “puta”. Tem os momentos ruins. Mas é igual em outros tipos de emprego. Nem tudo no mundo é uma maravilha. (TS16, 38 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Nesta fala há uma indicação recorrente do caráter precário do trabalho doméstico que sobrepõe o trabalho sexual. Esse é comparado à escravidão, e preterido por TS16, pelos baixos salários, informalidade, quantidade de funções e

situações percebidas por ela como degradantes. Ser empregada doméstica⁷⁸ foi uma condição à qual ela precisou recorrer nos primeiros anos de casamento, porém foi o trabalho sexual que lhe proporcionou melhores condições de vida.

Nesses termos, a motivação econômica aparece como um dado importante para a inserção na prostituição. As aspirações de TS16 pelo trabalho sexual, que, em épocas boas, proporcionava, em um único final de semana, rendimentos próximos a dois meses de trabalho como empregada doméstica, de fato, parecem anular os aspectos negativos da prostituição com seu *status* estigmatizado.

Estudos de antropólogos e historiadores têm demonstrado reiteradamente que, “para a mulher jovem e bonita em tais circunstâncias, a prostituição soa como opção nada desprezível” (FONSECA, 1996, p. 21). Uma boliviana de 20 anos, 10 como, trabalhadora sexual em um bar de Jaci Paraná, menciona que optou pela prostituição em detrimento do trabalho doméstico em casa de família. Jovem e bonita, esta migrante boliviana indocumentada entrou na prostituição motivada pelo caráter precário e pelos baixos salários pagos na Bolívia às empregadas domésticas.

Pesquisador: A sua mãe sabe sobre o seu trabalho no Brasil?

Ela sabe. Ela fala para eu procurar um trabalho melhor. Mas não tem. Não tem outra coisa para fazer mesmo. Porque a gente procura trabalho, e as pessoas... O salário é muito baixo. Não tem salário bom, como se pagavam antigamente. Agora, na Bolívia, o salário de uma empregada [doméstica] que faz limpeza é oitocentos bolivianos. Não chega a trezentos reais no Brasil. Então, não é bom. E também, aqui no Brasil, a diária é quarenta reais ou cinquenta reais. Então, não está certo, entendeu? Agora, os homens procuram é mulher mais jovem para fazer programas. Por isso que os programas estão fazendo mais dinheiro para as meninas, entendeu? Então, é isso! **Pesquisador: Quando você disse diária, o que seria isso?** Diária é tipo fazer limpeza. É isto que eu estou me referindo. Não dá para trabalhar de diária. Para trabalhar por diária aqui no Brasil, por quarenta reais. (TS10, 20 anos, Entrevista, Caderno de campo, 2015).

⁷⁸ A palavra escravidão é constante na fala de empregadas domésticas; por um lado, refere-se à sua própria condição como empregada doméstica, no sentido histórico, às atividades realizadas por escravos, por outro, reafirma a condição atual, “expressando a ausência de tempo e espaços livres, a ausência de liberdade: um sentido metafórico” (KOFES, 2001, p. 129).

Esta mesma concepção a respeito do trabalho doméstico permeia a fala de outras entrevistadas que têm as suas origens nas classes econômicas baixas e pouco escolarizadas do Brasil – o que é compreensível, se atentarmos para o fato de que o trabalho doméstico remunerado é assumido provisoriamente por jovens de classe baixa, enquanto esperam conseguir inserção profissional em atividades com melhor remuneração (SAFFIOTI, 1978; KOFES, 2001). Entretanto, do montante de entrevistadas que estão na faixa etária dos 40 anos, duas mulheres declararam que também trabalham como diaristas.

Isso aponta que, com a redução do número programas realizados, influenciada especialmente pelo fator etário, as trabalhadoras sexuais que têm pouca escolaridade reencontram no trabalho doméstico uma alternativa de renda apenas no final de suas carreiras como prostitutas, frente ao caráter descartável da prostituição.

Na próxima seção damos prosseguimento à análise das trajetórias, aprofundando as questões que dizem respeito ao lugar e às funções que as trabalhadoras sexuais ocupam nos bares de prostituição, adensando a interpretação sobre como o lugar ocupado por elas nos estabelecimentos determina os agenciamentos de suas práticas. Como já tem sido evidenciado, discutiremos deste ponto em diante as três modalidades de inserção das prostitutas nos bregas, as quais foram identificadas empiricamente.

4.2 “O lugar” das prostitutas com “dupla função”

*O desafio é não se submeter
ao desejo alheio.*

Monique Prada, prostituta ativista e feminista.

As prostitutas com “dupla função” são mulheres que estão na faixa etária dos 40 anos de idade, a maioria delas é da região Norte do Brasil, em geral têm filhos dos quais são as principais provedoras. Sem exceção, elas acumulam anos de trabalho sexual exercido em diferentes modalidades de prostituição. Esta modalidade de trabalhadoras pode ser ilustrada através das trajetórias de TS1, TS2 e TS4, que são mulheres com idades próximas desta faixa etária e começaram a se prostituir por volta dos 20 anos de idade.

Em nossa pesquisa de campo, constatamos que a presença dessas mulheres é bem comum nos bregas da zona portuária, porém, por estarem envolvidas no funcionamento dos estabelecimentos atendendo, cozinhando, limpando e repondo bebidas no *freezer*, as mulheres nesta condição não demonstraram disponibilidade de tempo para concederem entrevistas. No distrito de Jaci Paraná, essa modalidade de vínculos com os bregas dá lugar a inserções ocupacionais nas quais as prostitutas moram no mesmo local onde trabalham.

No que tange às peculiaridades desse segmento de prostitutas em relação às demais aparece, de forma bem enfática, o desejo de empreenderem algum tipo de negócio próprio. Elas relatam que têm poupando recursos financeiros para realizarem os seus projetos profissionais futuros e realizações pessoais. Os relatos dessas mulheres sugerem que atualmente o trabalho sexual ocupa um papel secundário em suas vidas.

A partir da relação que essas trabalhadoras mantêm com os bares de prostituição, pudemos constatar que a intensificação da subordinação está associada aos seguintes fatores: a) ao *status* do trabalho sexual, que, frente à falta de regulamentação, é realizado informalmente, expondo-as a situações de exploração laboral; b) às atividades realizadas paralelamente ao trabalho sexual, que são desempenhadas informalmente, sem o devido registro profissional em carteira de trabalho; c) à indefinição ou inadequação dos salários recebidos pelas funções exercidas como atendente de balcão e cozinheira; d) à indefinição dos horários de trabalho em ambas as funções que são exercidas nos estabelecimentos de prostituição.

Nesse sentido, TS2 declarou que, além de atuar eventualmente como prostituta, no período da manhã é funcionária terceirizada dos Correios, onde trabalha como auxiliar de serviços gerais. TS1 sempre assumiu a prostituição como um trabalho regular, inclusive para os seus familiares, dos quais ela afirma ser a principal provedora. TS4 deixou de realizar programas sexuais desde que abriu, no ano de 2013, o seu próprio brega na zona portuária da capital rondoniense.

Entre essas trabalhadoras sexuais, TS1 e TS2 assumem a prostituição como atividade secundária, apesar de os rendimentos alcançados com os programas sexuais serem maiores que o salário recebido com as funções

exercidas do lado de dentro do balcão. Esta condição profissional confirma uma mobilidade dos papéis e funções exercidas por essas mulheres nos bregas (ora prostitutas, ora trabalhadoras comuns, ora frequentadoras em busca de sociabilidades).

Nesse sentido, as trocas de papéis ocorrem necessariamente dentro desses lugares. No entanto, as atividades exercidas são orientadas pelas mesmas regras que controlam as práticas de mulheres localizadas em outra posição dentro do estabelecimento.

Geralmente, são mulheres que estão chegando à idade limite para a prostituição, levando-se em conta que a quantidade de programas decresce à medida que a idade avança. Em comum com as demais entrevistadas, que compõem as outras modalidades, TS1, TS2 e TS4, que já esteve nessa posição, vislumbraram, com o aquecimento da economia local durante os primeiros anos de construção das UHEs, a oportunidade de realizar seus projetos pessoais, pois, conforme temos destacado, houve um incremento no número de bregas de entre os anos de 2008 e 2013.

Iniciamos com a análise da trajetória de TS1 – uma rondoniense de 35 anos de idade, natural de Porto Velho, que começou a trabalhar como prostituta aos 20 anos –, por ser bem representativa das trabalhadoras sexuais com dupla (ou tripla) função. Ela abandonou os estudos antes de concluir o ensino médio e nos justifica que precisou ajudar a mãe nos cuidados com um irmão, que ficou paraplégico devido a um acidente no garimpo. Esta interlocutora aparenta ter menos idade do que realmente tem. Os seus muitos “amigos” são justificados por ela pelo fato de ser uma pessoa comunicativa e simples – *“por isso nunca falta programas”* (TS1, 2015).

Nossa entrevistada faz parte de uma família extensa, da qual é a principal provedora e cujas despesas divide com os irmãos. Toda a sua família tem conhecimento do que ela faz, inclusive os filhos adolescentes e o seu parceiro, um acreano com quem ela tem uma filha de 1 ano e 7 meses, nascida de uma gravidez planejada. Em termos de rendimentos mensais, essa trabalhadora diz acumular aproximadamente R\$ 2.800,00 com os programas sexuais e as gratificações; o salário das funções de cozinheira e balconista é recebido

semanalmente, mas a sua relação profissional como comerciária não é registrada em carteira de trabalho.

O valor do programa sexual é definido por TS1, pelo qual cobra R\$ 70,00, sem incluir o valor da chave do quarto; ela realiza uma média de cinco ou seis programas diários, que variam conforme as datas. No entanto, ela não se considera jovem o suficiente para continuar na prostituição, por isso pretende parar com “os programas” nos próximos cinco anos. Quando lhe questionamos qual seria o seu vínculo profissional com estabelecimento, TS1 afirmou que era funcionária do bar e os programas eram realizados ocasional e voluntariamente, sem a intervenção da proprietária do estabelecimento.

Nesse sentido, a trajetória desta entrevistada é bem ilustrativa da posição ocupada pelas trabalhadoras com dupla (ou tripla) função. Sentados à mesa de um bar da zona portuária da capital rondoniense, bem próximos da entrada, TS1 começa o seu relato com certa insegurança, mas decidida a falar sobre a sua trajetória de vida.

Pesquisador: Que tipo de trabalho você faz aqui? Eu faço programas. Também atendo no balcão e cozinho [pausa]. Eu sou uma prostituta. Mas a minha atividade principal é atendente de balcão. **Pesquisador: Explique o que é ser prostituta.** Nós somos muito discriminadas pela sociedade. Tem gente que olha para nós, não sei o quê... Só que a prostituta é aquela mulher que está no ambiente de trabalho dela. Ela não vai à porta de outra pessoa fazer separação. Dar incerta [oferecer-se]. O homem vem até ela. Eu vejo [a prostituição] como uma profissão. Ela [a prostituta] é uma pessoa que se previne que se cuida! Tanto que hoje a maioria das mulheres contaminadas por DST são casadas. Porque, se acontece algo conosco, o que nós fazemos? Pelo menos a maioria, eu não vou dizer todas. Procuramos um médico, para saber o que aconteceu, o que está acontecendo. E a mulher... ela sendo casada, relaxa. Ela vai confiar no parceiro. E aonde a gente não pode confiar em ninguém. Eu não confio! (TS1, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Vemos que os termos prostituta e prostituição são evitados por esta entrevistada. TS1 assume a prostituição como trabalho, mas ela situa essa prática como uma função secundária. Por um lado, isso parece ter a intenção de afastar da imagem da trabalhadora o estigma relacionado à prostituição, mas, por outro, ela restitui semanticamente a figura da prostituta, que em seu relato adquire importância, como ao dizer: “Ela é uma pessoa que se previne. Que se cuida”

(TS1, 2015). Os termos utilizados por essas mulheres podem dizer muito sobre a compreensão que elas têm de si mesmas e desse campo de atuação.

Desse modo, esta entrevistada define a prostituta atribuindo-lhe características positivas, que a colocam em uma posição diferenciada da “não prostituta”, como ao demonstrar esclarecimento quanto aos riscos relacionados às práticas sexuais desprotegidas, que, frequentemente, são associadas aos/às profissionais do sexo. De fato, como vemos, ela procura afastar da trabalhadora sexual ideias que remetam a representações estigmatizadas que associam à imagem da prostituta as noções de risco e contágio de doenças infectocontagiosas.

Na sequência da sua definição, ela afirma que a prostituta é uma mulher que “*está no ambiente de trabalho dela*” (TS1, 2015), onde o homem a procura por vontade própria. Nos termos desta interlocutora, subentende-se que cabe à prostituta manter a ordem moral, segundo a qual: “ela [a prostituta] não vai à porta de outra pessoa fazer separação” (TS1, 2015); se os homens a procuram em seus locais de trabalho – seguindo a sua lógica –, é-lhe permitido “dar incerta”, isto é, emitir sinais que indiquem a sua disponibilidade para interagir com eles. No relato de TS1, também aparece a ideia cristalizada pelo imaginário social da representação da prostituta como destruidora de lares e casamentos.

Tais ideias, que associam a instituição do matrimônio e a conduta moral da prostituta, parecem colocar em foco valores que estão relacionados à dimensão espacial do “dentro” e do “fora” do local de trabalho. À vista disso, os bares de prostituição e a rua são divididos em dos dois mundos simbólicos, que determinam a conduta moral da prostituta. Se submetermos esse dado à interpretação teórica de Goffman (2008), podemos verificar que a divisão do mundo do indivíduo desviante em lugares públicos e privados é resultado do ônus da revelação ou da dissimulação da identidade deteriorada, ou seja, do sentido que adquire o fato de o estigma ser ou não conhecido.

Nos termos desta análise, conforme vemos, o mundo de fora é representado por um conjunto de valores associados a um modelo que define os comportamentos considerados compatíveis com a moralidade da sociedade em geral. Assim, o mundo de dentro, experimentado nos espaços de prostituição, representa a possibilidade de subversão dos comportamentos e valores morais

que dizem respeito à sexualidade hegemônica. Na sequência da entrevista, questionamos TS1 acerca da falta de regulamentação da prostituição no Brasil; ela, apesar de desconhecer o estatuto jurídico que classifica os/as profissionais do sexo e suas atividades no código de número 5198-05/2002 da CBO, demonstra que compreende a prostituição como uma profissão.

Pesquisador: Você acha que deveria existir uma lei que regulamentasse a prostituição? Se existisse uma lei que tornasse a prostituição um trabalho legalizado, mudaria. Porque daqui [pausa], suponho, mais uns cinco anos, eu já não [pausa]. Eu pretendo parar. Opinião minha, porque eu já estou segura do que quero. Já estou com o meu dinheirinho pra montar o meu próprio negócio. Já cheguei ao meu objetivo. Mas pra mim seria bom, porque eu ficaria garantida pra poder aposentar futuramente. Só que aí eu vou começar do zero. Eu quero montar um restaurante. (TS1, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Na fala dela aparece, em particular, uma noção clara de carreira: os limites que as práticas lhe impõem e a falta de garantias previdenciárias. Embora TS1 já tenha acumulado capital suficiente para montar o próprio negócio no ramo de alimentação, ela pretende trabalhar mais um pouco para garantir a sua aposentadoria futuramente.

Outro dado relevante diz respeito à compreensão que TS1 tem a respeito do estatuto legal da prostituição a regulamentação do trabalho sexual aparece como justificativa racional diante do caráter informal da atividade no Brasil, como ilustra o seu relato. Das dezesseis entrevistadas, somente quatro declararam ter conhecimento da existência de um PL, em tramitação no Congresso Nacional, visando à regulamentação do trabalho sexual.

Nessa acepção, embora haja diferentes percepções acerca da noção de carreira dentro e fora da prostituição, vemos que a preocupação em garantir o futuro é um dado que pode ser confirmado entre as demais trabalhadoras sexuais entrevistadas. A informalidade impacta diretamente os rendimentos da trabalhadora, frente à sazonalidade dos programas e à curta duração da carreira, que, para muitas delas, finaliza com poucas garantias de sucesso econômico.

Em geral, a instabilidade dos rendimentos aumenta proporcionalmente à idade da trabalhadora, de modo que o fator etário, aliado à informalidade, impede a trabalhadora sexual de construir um plano de carreira em longo prazo.

Entretanto, o desejo de ter um negócio próprio, a busca pela independência fora da prostituição é um dado constante e recorrente nas trajetórias.

Neste segmento, apresentamos alguns aspectos da trajetória de TS2, uma prostituta veterana, visando a aprofundar o foco da análise quanto à compreensão da articulação entre as motivações para a inserção da/permanência na prostituição e os projetos pessoais das trabalhadoras sexuais. Trata-se de uma mulher de 39 anos de idade que nasceu em Sena Madureira, uma cidade do Acre com aproximadamente 35 mil habitantes. Nasceu em uma família humilde que migrou há mais de três décadas para a capital rondoniense, onde conheceu o ex-marido, falecido há mais de 10 anos. Tem dois netos e quatro filhos, dos quais, uma moça e um rapaz, que são casados e têm, respectivamente, 19 e 23 anos de idade; os outros dois filhos são um menino de 11 anos e uma menina com 13 anos de idade, que moram com os seus respectivos pais.

Inicialmente ela esboça resistência em permitir que a entrevista seja registrada com o equipamento eletrônico de gravação. Uma vez mais, reiteramos o propósito e a relevância da pesquisa, especialmente o compromisso ético que estávamos assumindo em relação à não identificação das entrevistadas. Naquele quente novembro amazônico, demonstrando timidez de quem não entende os códigos da pesquisa acadêmica, TS2 permite a gravação da entrevista, reforçando que não quer ser identificada no “trabalho da faculdade” que estávamos fazendo.

A introspecção inicial desta mulher, que há mais de duas décadas está “nessa vida”, dá lugar à espontaneidade e firmeza, expressas em frases calculadas e curtas, porém com muito efeito semântico. Logo no início da entrevista, ela argumenta que nos últimos tempos não está “fazendo” programas, mas que se algum dia precisar voltará a fazer. Ela nos relata que é uma pessoa cristã e assídua aos cultos da Igreja Assembleia de Deus, mas não vê problemas em ir de vez em quando aos bregas, porque deixou de fazer programas há algum tempo.

Em termos de escolarização, ela tem o ensino fundamental incompleto, não obstante atribui valor à educação formal, evidenciado orgulho à circunstância de os filhos menores estudarem e ela lhes poder enviar mensalmente auxílio financeiro para os estudos.

A princípio, TS2 nega a sua condição/lugar de trabalhadora sexual naquele bar da zona portuária. Parece que ela nega a sua condição pelo *status* estigmatizado da prostituição e, para tanto, se apoia em outras atividades não condenáveis moralmente, como as funções de balconista e auxiliar de serviços gerais nos Correios. Inicialmente, o seu relato parece indicar e ocultar, ao mesmo tempo, a prática da prostituição; o seu foco no discurso oscila entre o “*quando eu fazia programas*” e “*logo no começo [construção das UHEs] foi bom, mas de uns tempos pra cá [risos]. Foi bom porque dava muito dinheiro. Não parava...*” (TS2, 2015).

Neste contexto, a condição desta trabalhadora se foi desenhando em meio às ambiguidades, às lacunas e às práticas que se foram evidenciando durante a entrevista e nos encontros posteriores. Para Tedesco (2015), há dois pontos que caracterizam a prostituição como um trabalho, quais sejam: a espera de clientes e a troca de sexo por dinheiro. Tais pontos se mostraram bem nítidos em relação a esta entrevistada, pois, mesmo TS2 tendo afirmado que deixara de fazer programas, nós a encontramos, em mais de uma oportunidade, interagindo com clientes no estabelecimento. Por fim, com a frequência e permanência diária nos bregas, ela nos relatou, em tom confidencial, que ocasionalmente fazia programas.

O relato de TS2 traz elementos que particularizam a sua experiência com a prostituição, em relação às demais entrevistadas. Essa trajetória foi marcada por alguns incidentes sinalizados (mas não detalhados) durante a entrevista, que parecem ter influenciado a percepção que essa trabalhadora tem si e da prostituição. Ela é a única dentre as demais que declara ter entrado na prostituição quando era menor de 18 anos de idade.

Pesquisador: Como foi a sua entrada na prostituição? A primeira vez? Eu tinha uns dezesseis anos! Eu tinha uns dezesseis anos, e na época era o antigo Brener [bar de prostituição]. Ainda era o antigo Brener, tipo o Trevo do Roque. Na [Avenida] Jorge Teixeira, lá era um brega. Brega de um lado, brega de outro, boates... Eu tinha uns dezesseis anos. Nesse tempo, ainda era o tempo dos “de menor”, que não podiam entrar nos bares, porque o Juizado de Menores “embarcava”. Eles iam lá, tiravam e levavam pro pai, mãe. Hoje eu estou com trinta e nove anos. **Pesquisador: A sua família sabe que você faz programas?** A minha família sabe. Justamente a minha mãe, o meu pai e os meus próprios filhos. Hoje eles são casados, os três.

Para mim, até agora eles não disseram nada. Tem um que diz que prefere me ver assim do que envolvida em negócios de usar drogas ou roubos. Ele não quer isso para mim. Ele prefere que eu fique assim a ir parar na cadeia. **Pesquisador: E os outros filhos o que pensam?** Eles dizem assim: preferem ver a mãe deles fazendo os programas dela e trabalhando, ganhando o dinheiro dela do que ficar nessa vida. Tem esses que ficam pela vila [pausa]. Quando eu me separei do meu ex-marido, pai dos meus filhos mais velhos, eu morava lá no [bairro] Santana. Eu vivia disso aí [prostituição]. Tinha que ajudar os meus filhos, comprar as coisas para eles. Eu já cheguei a pagar aluguel com dinheiro de programa. E a maioria dizia que eu e meus filhos vivemos melhor depois que o pai deles morreu. Então, bem dizer, eu criei eles dois com dinheiro de programa. Eu estava desempregada e não tinha com quem deixá-los (TS2, 39 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015). (Grifos nossos)

No início da entrevista, não parece a descrição de uma “trajetória triste”, que frequentemente é utilizada como justificativa para a entrada na prostituição. Ela não titubeia em iniciar o seu relato afirmando, com espontaneidade, que entrou na prostituição aos 16 anos de idade. Na época em que começou a frequentar bares de prostituição, TS2 não tinha consciência de estar fazendo algo não permitido a pessoas menores de 18 anos. Mas ela tinha conhecimento do que acontecia nos bares da Avenida Jorge Teixeira, conforme nos relatou.

A literatura sobre prostituição confirma que esta é uma condição comum partilhada por muitas prostitutas das classes baixas, sobretudo aquelas que têm origem em famílias socialmente vulneráveis. Mattos (2009) constata, através da análise das trajetórias de prostitutas da “ralé”, que a infância e a adolescência das entrevistadas são marcadas por episódios de violência e exploração sexual. Para Mattos, tal classe carece de socializações familiares bem-sucedidas, a partir das quais se possa “construir nas meninas o sentimento de que elas não ‘são um fim em si mesmas’ e que não precisam instrumentalizar o próprio corpo para terem acesso mínimo de atenção do mundo externo” (MATTOS, 2009, p. 193).

Não raro, elas se inserem no trabalho sexual pelas portas da exploração sexual infanto-juvenil e da violência sexual. Mas, independentemente da classe social, em parte discordando de Mattos, há estudos os quais confirmam que muitas adolescentes conhecem precoce e violentamente o sexo, ao serem abusadas e estupradas por uma figura masculina próxima ou que faz parte do seu círculo familiar.

Embora o foco deste estudo não seja a violência sexual ou a exploração sexual infantil (alhores categorizada erroneamente como prostituição infantil), durante as pesquisas de campo realizadas em 2015, o olhar atento do pesquisador identificou indícios de uma possível situação de exploração sexual⁷⁹ de menor vinculada a bares de prostituição de Jaci Paraná. Tal episódio parece ter-se tornado uma barreira entre o pesquisador e as prostitutas vinculadas a determinado bar de prostituição desse distrito, uma vez que, apesar do consentimento das entrevistas pela proprietária do brega, não houve adesão por parte das mulheres, que sempre justificavam estar ocupadas. Tanto as mulheres quanto a proprietária do estabelecimento sugeriam, consecutivamente, que voltássemos para realizar as entrevistas em um horário e dia com menos movimento.

Na sequência do relato de TS2, para darmos prosseguimento às análises, aparece, em um segundo momento, outro dado comum às outras entrevistadas: “as trajetórias tristes” utilizadas como justificativa para a condição da prostituição, conforme destacamos no extrato da entrevista. No entanto, embora esse elemento discursivo não apareça para justificar a inserção na prostituição, a prostituição aparece como o meio que lhe possibilitou criar os dois filhos quando se separou do marido. Em seu relato, a prática da prostituição é associada à ideia de luta da mulher separada e viúva que, para manter a subsistência dos filhos pequenos, sacrifica-se fazendo programas.

Nesse sentido, a aceitação familiar e o reconhecimento que diz ter dos filhos, criados à custa dos programas sexuais, parecem compensar os efeitos negativos produzidos não somente pelo trabalho sexual exercido em condições tão adversas, como pelo estigma que ela mesma aponta como um dos aspectos negativos da prostituição. Trata-se de uma lógica, consciente ou não, segundo a qual os fins parecem justificar os meios e cujo bem maior são os filhos.

⁷⁹ Em uma pesquisa realizada entre operários de grandes obras brasileiras, a Childhood Brasil entrevistou 316 trabalhadores, constatando, em um universo de 288 questionários válidos, que 97,2% dos entrevistados afirmaram que há prostituição nas obras por onde andam; contudo, apenas 56,7% admitem ter contratado os serviços de prostitutas. Nesta pesquisa, em que foram entrevistados os operários das obras de construção das UHEs Jirau e Santo Antônio, verificou-se que 57,3% dos entrevistados relataram presenciar ou já ter presenciado crianças e adolescentes sendo exploradas perto das obras. Na pesquisa, 25,4% dos operários entrevistados afirmaram já ter feito programa uma ou mais vezes com crianças e/ou adolescentes; contudo, desse montante, 19,8% desvincularam completamente seu comportamento com a prática de exploração sexual, ficando evidente, pelos relatos destes, que se tratava de namoro.

Refletindo sobre o lugar ocupado pela maternidade nas narrativas de trabalhadoras sexuais, Ferraça (2016) destaca que as prostitutas comumente lançam mão dos filhos, da separação e do desemprego para se eximir da culpa e amenizar o estigma sobre as suas práticas. Esta pesquisadora defende que, de forma estratégica, as entrevistadas exaltam, discursivamente, o lugar materno que ocupam, enfatizando o quanto são boas mães de modo que constroem, durante a entrevista, a defesa da escolha que fizeram.

Na trama discursiva, o sujeito ocupa um ou mais lugares pré-determinados na trama social, ou seja, desempenha papéis de gênero que lhe são atribuídos socialmente. Utilizando a análise do discurso, a partir de uma pesquisa realizada com prostitutas em bordel de Cascavel, estado do Paraná, Ferraça (2016) aponta que:

As garotas entrevistadas apresentam várias justificativas com a intenção, seja ela consciente ou não, de se defenderem das acusações (nem tão) implícitas que existem socialmente contra elas. **Em toda a entrevista, há uma matriz de sentido organizadora que pode ser reunida sob a tutela de: “faço algo errado e devo me justificar e apresentar boas razões para estar fazendo o que faço, senão posso ser julgada de forma equivocada” (ou algo semelhante).** São apresentadas boas razões (mas não boas o suficiente, já que não rompem com o imaginário reinante) que buscam explicar o porquê de elas terem feito a escolha que fizeram, visando a convencer o interlocutor de que, apesar de se prostituir ser considerado *errado*, como elas mesmas afirmam, ainda assim é justificável. **A culpa está sempre no outro, seja ele um motivo mais ou menos nobre: nunca elas mesmas são as culpadas.** Como se vê, elas se submetem, sem falhas, à condição de ter que justificar o injustificável: tentativa vã de se tornar aceitável perante aos valores morais perpetuados. Para *defesa*, elas mostram que ocupam outros lugares na trama social e se apoiam neles como mudança de foco discursivo (FERRAÇA, 2016, p. 1.161). (Grifos nossos)

Na bibliografia brasileira sobre prostituição, há abordagens que buscam indicar os fatores que determinam a inserção de mulheres de segmentos populares na prostituição. O ponto de partida desses estudos foram as “trajetórias tristes” (baseadas em episódios negativos) contadas pelas prostitutas, desconsiderando os cruzamentos empíricos e analíticos entre prostituição, gênero e estigma, ou seja, as trajetórias tristes foram consideradas como o dado principal de análise.

As trajetórias tristes – um *script* acionado por essas mulheres para justificar a atividade prostitucional – quase sempre traçam uma associação estreita entre as ideias de exploração sexual infantil, prostituição forçada e falta de oportunidades de vida. Tal dado parece confirmar que as prostitutas, de fato, traduzem a interpretação da realidade através dos papéis sociais que lhes são atribuídos. No nosso contexto de estudo, a função da maternidade como algo idealizado não aparece enquanto papel social que se sobreponha ao da prostituta.

Nesse sentido, ambas as funções, que socialmente são representadas como antagônicas, são vivenciadas por nossas entrevistadas como experiências individualizadas, porém que se complementam por questões econômicas, como exemplificam os relatos de TS2 e TS1. Noutras palavras isso quer dizer que a identidade estigmatizada das prostitutas (sujeitos representados como péssimas mães e mulheres irresponsáveis, que abandonam os filhos) não impede que essas mulheres sejam mães provedoras, responsáveis e idealizem projetos de mobilidade social. No extremo oposto dessa classificação, teremos as prostitutas jovens que apesar de acionarem o peso da maternidade para justificar a inserção na prostituição, não demonstra com tamanha ênfase o quanto essa dimensão determina as suas escolhas.

Na sua idade, TS2 sabe e deixa evidente em seu relato que está no “limite” da idade rentável na prostituição, na qual a juventude é um atributo que pode proporcionar maiores rendimentos, conforme ilustram os perfis das entrevistadas, que constam nas Tabelas 1 e 2, das páginas 60 e 61. Segundo nos relatou durante a entrevista, frequentar bregas tem sido para ela uma prática associada ao lazer e à descontração nos dias de folga do trabalho como auxiliar de serviços gerais.

Pesquisador: Você vem ao bar com regularidade? Hoje eu venho porque gosto! Não é por necessidade. Agora, tem várias vezes que a gente vem por necessidade. Mas como hoje eu não tenho necessidades, vim para tomar a minha cerveja e depois ir embora. Já chegou gente aqui querendo dar conselhos pra minha vida. Eles dizem que isso não é de Deus, vender a própria carne! Falaram pra eu procurar um emprego, que seria mais bonito. **Eu disse: “Se é esse emprego que eu quero, é disso que eu vou viver”.** Esse dia eu parei pra pensar e falei: “Não! Vou procurar um emprego pra mim”. Porque eu era mulher de ficar soltinha no brega. Isso não dá em nada, eu acho. Hoje em dia eu venho assim, uma vez lá, uma vez cá. Quando é no dia da minha folga,

tomo uma cervejinha e já vou embora (TS2, 39 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Na sequência da entrevista, questionamo-la sobre alguma situação de discriminação relacionada à prostituição.

Pesquisador: Você já passou por alguma situação de discriminação? Isso já faz tempo. Foram colegas minhas. Pessoas de chegar assim: *Ô, Rosi! Elas me chamam de Rosi. Ô, Rosi! [nome fictício] Arranja um emprego pra ti. Mulher que é casada que fica com esse negócio. Pra tu trabalhar por dia, em um emprego. Ficar aí vendendo a sua carne.* Eu nunca vendi a minha carne! Os crentes da Igreja também chegaram para mim e falaram, colegas da minha família, amigos do meu pai (TS2, 39 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Na primeira passagem, ela sugere que a prostituição foi uma escolha, dentre outras possíveis, feita de forma autônoma “pra poder viver”. Trata-se de uma opção racional de anos atrás, que visou a suprir as expectativas econômicas dessa mulher da classe popular. Não obstante, ao ser aconselhada sobre o caráter antirreligioso da prostituição, na qual a mulher “vende a própria carne”, ela chega à conclusão de que a prostituição “*não dá em nada*”. Nesses termos, ela argumenta que buscou um emprego porque era “uma mulher soltinha no brega” – uma pessoa liberada que bebia com os clientes e “*dava incertas*”, conforme nos explicou.

Nos dois extratos da entrevista aparece a ideia comum que associa a prostituição feminina à venda do corpo, reforçado o estigma sobre as trabalhadoras sexuais. Isso parece ter efeitos sobre a nossa entrevistada, que, conforme dissemos dantes, inicialmente negou a sua condição de trabalhadora sexual. Se, por um lado, ela buscou um emprego que não conflitasse com os seus valores religiosos, por outro, essa mulher continua inserida na prostituição, exercendo a atividade esporadicamente.

Temos a nítida impressão de que, nas circunstâncias nas quais os programas são realizados nos bregas, não podemos afirmar que a prostituição seja praticada como uma estratégia de sobrevivência. Este dado confirma que a atividade não exclui trabalhos assalariados, considerando que TS2 tem carteira assinada trabalhando formalmente como auxiliar de serviços gerais das 7 às 13 horas, para uma empresa de limpeza terceirizada.

No entanto, a situação descrita expõe o lugar ocupado por esta mulher no mercado do sexo de Porto Velho. Um lugar que singulariza a experiência de muitas mulheres das classes populares brasileiras, que assumem a prostituição como atividade complementar diante dos baixos salários recebidos em empregos pouco valorizados econômica e socialmente.

Tal desvalorização corrobora a exploração da mão de obra feminina pouco escolarizada e empobrecida, frente ao contexto de informalidade de alguns setores de empregos no Brasil. Nesse sentido, o trabalho doméstico remunerado é bem ilustrativo, pois apenas recentemente essa ocupação adquiriu algumas previsões legais mínimas na CLT. No entanto, a despeito de essa ocupação profissional atrair uma camada social feminina pouco escolarizada, no contexto estudado esta é preterida em relação ao trabalho sexual, conforme discutido no final da seção anterior.

No que diz respeito às condições do exercício do trabalho sexual ou à relação de informalidade das demais funções que são exercidas nos estabelecimentos, a modalidade de inserção discutida nesta seção não se autopercebe como explorada profissionalmente. À vista disso, os laços de afinidades e solidariedades que permeiam as relações dos/as proprietários/as dos bregas com essas trabalhadoras parecem funcionar como um importante mediador dos conflitos e das tensões geradas pelo contexto de informalidade e exploração profissional.

Na próxima seção apresentamos a segunda modalidade de prostitutas identificadas durante as pesquisas de campo, a qual se diferencia num primeiro momento pelos vínculos e funções que exercem nos bares de prostituição.

4.3 O “lugar” das prostitutas com jornada livre e itinerante

A ideia que nos é imposta como sendo o “amor” é algo que tem sido usado há séculos para tomar trabalhos das mulheres, para garantir que as mulheres forneçam o trabalho de cuidados, o trabalho sexual, o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico sem nada cobrar por isso⁸⁰.

Monique Prada, prostituta ativista e feminista.
(Entrevista, Revista JP, Jun. 2017).

⁸⁰ Entrevista: “Voz do feminismo no Brasil, a prostituta Monique Prada fala para a Revista J.P”, Por Maria Clara Drummond. Disponível em: < <https://glamurama.uol.com.br/voz-do-feminismo-no-brasil-a-prostituta-monique-prada-fala-para-a-revista-j-p/>>. Acessado em: 20 de mar. 2018.

Nesta modalidade de prostitutas, encontramos mulheres com diferentes idades que frequentemente desempenham outras atividades informais paralelas à prostituição. No entanto, as atividades não estão relacionadas aos estabelecimentos onde elas atuam como trabalhadoras sexuais. Em comum, estas prostitutas dessa modalidade atuam com jornada livre e itinerante entre os diferentes locais de prática da prostituição, uma condição que não é permitida às prostitutas com dupla função, que atuam profissionalmente em um único bar de prostituição.

Estrategicamente elas circulam entre os estabelecimentos à procura de interações com os frequentadores. Em geral são mulheres que estão “em trânsito” seja entre bregas, cidades ou estados; para algumas delas, até mesmo a prostituição é uma condição transitória. Em regra, encontramos uma maior resistência por parte destas mulheres em relação à adesão às entrevistas, uma circunstância que parece apontar para a forma “clandestina” pela qual o trabalho sexual é exercido pela maioria delas.

Trata-se de uma modalidade de inserção ocupacional quantitativamente maior do que aquela apresentada na seção anterior. Nesse sentido, a sua composição com uma amostra ampliada de entrevistadas exigiu o deslocamento espacial do lócus da pesquisa, devido à metodologia (bola de neve), que possibilitou acessar sujeitos que concordassem em conceder entrevistas. Apesar da não adesão às entrevistas, estabelecemos conversas informais com um número significativo de trabalhadoras sexuais, nas diferentes etapas da pesquisa de campo.

Como tática, elas frequentam mais de um brega, permanecendo onde for constatada uma quantidade de frequentadores que compense os investimentos nas interações que possam resultar em programas sexuais e/ou gratificações. Nesta modalidade de inserção, podemos situar as entrevistadas TS3, TS5, TS6, TS8, TS13, TS14, TS15 e TS16. Destas, duas estão na faixa etária acima dos 40 anos e, segundo relatam, geralmente são mulheres com origem em diferentes regiões brasileiras; outras duas foram entrevistadas em duas fases da pesquisa de campo, objetivando aprofundar as entrevistas (ver tabelas das páginas 60 e 61).

Nesse modo de inserção, as trabalhadoras sexuais não mantêm vínculos estreitos com os estabelecimentos de prostituição, embora fosse uma situação desejável por parte dos proprietários/as – isso porque entre essas prostitutas há muitas mulheres jovens e atraentes que representam o padrão estético e erótico desejável pelos clientes. Do mesmo modo, para elas, circular em diferentes bares de prostituição aumenta as possibilidades de conseguirem estabelecer um maior número interações que resultem em programas sexuais.

No exercício da atividade, elas não usam roupas insinuantes ou exageradamente decotadas a ponto de denunciarem o seu ofício, tampouco utilizam maquilagens marcantes. À primeira vista, a maioria delas passaria como mulheres “comuns”: trabalhadoras do comércio, domésticas, mães, moças e senhoras de meia-idade em situações de descontração em espaços pouco recomendados às “mulheres de família”.

Nas interações com os frequentadores dos bregas não são utilizadas *performances* eróticas. A comunicação inicial sempre é iniciada com a troca de olhares discretos. A performance das prostitutas tem a ver com essa modalidade de prostituição que acontece em bares, onde a atividade é desenvolvida de forma disfarçada e discreta. Desse modo, há performances corporais de gênero habitualmente verificadas em ambientes vinculados à prostituição.

Na medida os homens chegam ao bar, as mulheres procuram estabelecer interações com eles, trocando olhares, pedindo para que lhes pagarem alguma bebida ou sentando-se à suas mesas. Ainda que a prostituta tenha o hábito de consumir bebidas alcoólicas, essa permanecerá junto com cliente para simbolizar que está disponível para fazer programas. Desse modo, aceitar as bebidas ou pedir que um frequentador lhe pague uma é um código que faz parte das interações entre nos bares de prostituição no contexto estudado.

À vista disso, uma mulher que estiver acompanhando um frequentador jamais receberá ou pedirá que outro homem lhe pague uma bebida. Trata-se de um código de honra masculino comum aos estabelecimentos de prostituição, onde os frequentadores o seguem à risca, objetivando evitar desentendimentos e brigas.

No período de maior presença de clientes e frequentadores nos bregas, que foi durante as fases inicial e intermediária da construção das UHEs, essa

modalidade mostrou-se predominante nos bregas de Jaci Paraná, distrito da capital rondoniense.

De acordo com o que tem sido discutido aqui, as trabalhadoras sexuais itinerantes (conforme as categorizamos), sem prejuízo da idade que têm, desempenham alguma ocupação ou trabalho informal em paralelo à prostituição. São essas atividades que elas assumem publicamente como ocupação quando precisam, por exemplo, abrir linha de crédito em estabelecimentos ou ao serem questionadas no colégio dos filhos/das filhas.

Por um lado, manter uma atividade “honesta” parece ser uma tática que visa a garantir à trabalhadora uma renda mínima, que lhe garanta o pagamento de despesas fixas com aluguel, energia elétrica, alimentos, dentre outras mais imediatas, especialmente para aquelas que estão numa idade na qual a prática de programas sexuais diminui de forma significativa. Por outro lado, contudo, as atividades exercidas paralelamente à prostituição – consultora de beleza, diarista, garimpeira, manicura, operária da construção civil, vendedora de cosméticos e de peças de *lingerie* – são utilizadas como uma “fachada” que encobre o *status* estigmatizado da prostituição.

Um extrato da entrevista de TS15, uma rondoniense de 28 anos de idade, natural de Vilhena e mãe de um adolescente de 14 anos de idade, ilustra como esta trabalhadora sexual lida com a sua condição. Ela procura diversificar a sua atuação profissional como prostituta tanto através de anúncios em *sites* da *internet* como nos diferentes bares de prostituição, chegando a frequentar bares flutuantes do rio Madeira. Na época em que foi entrevistada, ela nos relatou que pretende ir para uma cidade maior, onde possa se inserir na prostituição de luxo.

O valor dos seus programas sexuais é definido de acordo com a modalidade de atuação, sendo cobrados R\$ 250,00 por hora de serviços sexuais contratados por meio dos anúncios de um *site* especializado. Esta entrevistada diz ter um namorado que aceita e compreende a sua profissão como garota de programa. No ínterim das práticas, entre um bar e outro, ou também, entre os bares flutuantes e algum programa agendado por telefone, TS15 vende *lingerie*.

Pesquisador: Como foi a sua entrada nessa atividade? Já faz algum tempo! Uns oito ou nove anos pelo menos. Eu já fui uma mulher com marido e tudo. Não vou te falar que a minha vida era melhor do que hoje. Melhor nem pior! Pelo menos eu não tenho

um homem pra mandar em mim. Desde que eu me separei e decidi entrar nessa vida, não quis mais homem na minha cola. E o que insistiu, eu estabeleci as minhas regras. No meu corpo mando eu. Quando comecei foi em Vilhena. Depois, com as hidrelétricas, eu vim pra Porto Velho com duas amigas. Isso faz uns seis anos atrás. Era muito bom! Eu ganhei dinheiro fazendo programa nos bregas de Jaci. Até há pouco tempo nós ainda íamos, aos finais de semana. Hoje, pra viver apenas dos programas, preciso frequentar os bares e ir aos flutuantes. Depende também... Por isso, daqui a algum tempo, pretendo ir pra uma cidade maior. Talvez Goiânia ou São Paulo, eu ainda não sei bem. **Pesquisador: Você desenvolve alguma outra atividade?** Eu vendo peças íntimas [*lingerie*]. Mas é um complemento na minha renda mensal. Se eu fizer pelo menos dois programas durante a semana [através de anúncios], não tenho que me preocupar. Na verdade, eu digo pra minha família que trabalho vendendo roupas pras clientes. Não deixa de ter um fundo de verdade [risos]. Não tenho coragem de revelar pra eles que eu faço programas, principalmente pra minha mãe. Mas isso não é um problema pra mim, lido bem com isso. O que eu faço da minha vida não é problema de ninguém (TS15, 28 anos de idade, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Um fato que nos chamou atenção durante o campo, foi o ir e vir dessas mulheres entre um e outro estabelecimento, que, por um lado, parece simular a prática do *trottoir*, que caracteriza a prostituição de rua. Nesta modalidade, as mulheres também vão à “caça de clientes”, porém elas estão menos expostas aos olhares recriminadores do que aquelas que atuam na prostituição de rua. Por outro lado, o deslocamento contínuo parece ampliar a margem de segurança em relação aos riscos de se encontrar algum conhecido nos bregas, afastado de si a rotulação de “mulher de brega”, pouco desejável entre elas.

Neste contexto estudado, a lógica das mobilidades entre diferentes locais e modalidades de prostituição apoia-se no pressuposto de que, do ponto de vista econômico, para as prostitutas, quanto maiores forem as suas possibilidades de interação com clientes, maiores serão as oportunidades de programas sexuais que possam resultar em ganhos significativos. Os excertos abaixo ilustram as motivações para que tais mulheres exerçam atividades paralelas à prostituição.

Pesquisador: Você desenvolve alguma outra atividade? Sim! Eu vendo produtos de beleza. Nesse ramo tem dias que você volta pra casa com mil reais na bolsa. Mas tem outros dias que mal dá pra pagar o táxi. Se a mulher não tem um “ficante” que banque as suas despesas com o aluguel, condomínio, essas coisas, ela passa apertado. Programa bom, rapaz, tá bem difícil ultimamente. Está faltando homem no brega e sobrando puta

[risos]. Tem demais! Mas eu me viro! Jogo uma conversa no pé de orelha do *boy*. Tenho os meus segredos. Se não fechar, eu negocio o programa e me garanto. A crise também atingiu as putas [risos]. Eu, pra não precisar passar por isso, e ficar na precisão, vendo os meus produtos [cosméticos], pra me garantir. Bem no início do mês até a metade dá pra segurar uns programinhas (TS14, 27 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Para algumas das entrevistadas desse segmento, as atividades que exercem paralelamente à prostituição têm pouco impacto em relação aos vencimentos alcançados com os programas, especialmente entre as mais jovens que exercem mais de uma modalidade de prostituição. Esta é a condição de TS13, uma profissional do sexo de 35 anos de idade, paranaense da cidade de Araucária, que migrou para o estado de Rondônia em 2012, motivada por uma colega, também trabalhadora sexual, que migrara um pouco antes.

Quando começou a se prostituir, há 13 anos, logo após se ter separado em um casamento sem filhos, que “tinha tudo para ser um conto de fadas” (TS13), essa mulher de olhos verdes, cabelos pretos e silhueta alongada, atuou profissionalmente em boates e casas de *shows* nas cidades de Curitiba, Londrina e Goiânia. Tão logo chegou à cidade de Porto Velho, ela esteve vinculada a uma boate que oferecia serviços especializados. No entanto, TS13 não se adaptou à rotina de trabalho mais empresarial, uma modalidade de prostituição que habitualmente exige vínculos exclusivos de trabalho e a cobrança de comissão sobre os programas, por isso ela decidiu atuar de forma autônoma em bares de prostituição e através de anúncios.

Desde então, TS13 tem atuado como “garota de programa”, atendendo em bregas e por meio de anúncios publicados em jornais e sites especializados da *internet*. Os valores dos programas praticados por essa mulher que se autodefine como garota de programa variam conforme o local de atuação, que tem a ver com o perfil dos clientes. Os programas em bregas já lhes renderam ganhos bem significativos, especialmente os localizados no distrito de Jaci Paraná. No entanto, com as mudanças no mercado do sexo local, esta trabalhadora precisou ampliar seus lugares de atuação e o perfil de clientes atendidos.

Nos programas realizados por meio de anúncios em *sites* especializados, onde são criados perfis das prostitutas, com fotos sensuais, o valor varia entre

R\$ 250,00 e R\$ 300,00 por hora de atuação, sem incluir os valores do táxi e do motel. Nos bregas e bares flutuantes do rio Madeira, o valor praticado varia entre R\$ 70,00 e R\$ 120,00, sem incluir o valor das chaves. Mas, conforme nos disse, depende do que for negociado com o cliente.

De uma entrevista longa, realizada em um restaurante da área central, desta cidade – onde TS13 tem concentrado as suas práticas, que não excluem idas aos bares flutuantes do Madeira –, nós recolhemos principalmente o que foi relatado sobre a sua profissão e a percepção que tem dos programas sexuais realizados a partir de interações nos bregas. Parece-nos que buscar por outros lugares de prostituição foi uma tática desenvolvida por essa trabalhadora, visando a manter os ganhos conseguidos inicialmente com os programas sexuais realizados nos bregas de Jaci Paraná.

Pesquisador: Você trabalha em um único lugar? Logo que cheguei, fiquei com exclusividade em uma boate. No começo eu não vi problema, porque eu já estava acostumada com as normas das casas de *shows* e boates. Trabalhei lá no sul em boates de luxo! Lá os cachês chegavam a mil reais. Na época, eu já tinha passado por várias casas em Curitiba. Os clientes gostam de novidades, por isso a gente muda de boate. Uma amiga de Curitiba, que já estava por aqui, telefonou me convidando [pausa]. Então, eu vim. Fiquei apenas um mês nessa boate, porque eu não concordava com as taxas e regras. Além disso, lá em Jaci Paraná, tinha meninas que fazia naquela época dois mil reais num único final de semana. Íamos todos os finais de semanas. Os programas chegavam cento e cinquenta reais. Dependia do que fosse combinado pelas meninas. Alguns donos de bares ofereciam hospedagem, porque as mulheres do sul atraíam muitos clientes. Na época tinha muitos operários das obras. **Pesquisador: E, atualmente, você trabalha em outros bares ou boate?** Em boate não. Eu prefiro não ter patrão! Trabalhando em boates fechadas tu tens um patrão, que exige o cumprimento de horários, regras e produtividade. Mas é um patrão que não te paga salários. Em uma boate eu não poderia dizer *não* para um cliente. Atualmente eu foco os meus programas [no Bar da Maria Eunice]. Pago anúncios também, porque pela *internet*, eu consigo clientes que estão dispostos a pagar trezentos reais por programa de uma hora. Normalmente, são homens casados, que têm esposa e não podem se expor. Querem um serviço especial. Muitos não têm tempo, então preferem programas com horário agendado. **Pesquisador: Você desenvolve alguma outra atividade profissional?** Não posso dizer que chega a ser uma atividade profissional, um trabalho mesmo. Mas vendo cosméticos, principalmente perfumes e maquiagens. É um complemento. Mas dá para pagar algumas despesas. Com os programas, eu ainda

consigo tirar mais (TS13, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Vemos que, quanto à aparência física, idade, escolarização e ganhos com os programas, esta categoria não pode ser considerada homogênea, e as demandas dos clientes atendidos, por lugar de atuação, por idade ou mesmo por características físicas e sinais distintivos de classe, são bem variadas, como podemos constatar através das observações de campo. Nossa hipótese é de que, com o aquecimento do mercado do sexo local, entre os anos de 2009 e 2013, a demanda por sexo pago aumentou significativamente nesse período, aproximando sujeitos de classes, origens sociais, idades e práticas distintas.

Para a maioria delas, manter atividades paralelas à prostituição parece representar, também, uma tática que lhes possibilita assegurar margens de autonomia na prática dos programas sexuais, especialmente para as mais jovens. Isso significa que as trabalhadoras desta modalidade que têm fonte de rendimentos fora da prostituição, ainda que variáveis, não precisam submeter-se às situações de exploração do seu trabalho em boates – por exemplo, a jornadas prolongadas de trabalho, com vínculos profissionais restritos a determinados estabelecimentos, onde são obrigadas a consumir bebidas alcoólicas e a realizar programas com clientes indesejáveis, dentre outros artifícios de exploração do trabalho da prostituta.

Na sequência da entrevista de TS13, um excerto ilustra a forma como algumas mulheres agenciam a sua autonomia em relação aos programas sexuais e à sua performance com os clientes.

Como eu já te disse, nós temos que ser profissionais! Por mais que tu não gostes, tu não podes ser mal-educada. Se algum cara passa da conta e insiste em nos incomodar, a dona do bar vai e pede com jeito para ele parar. Na maioria das vezes eles são bem tranquilos. Não passam dos limites. Muitos homens se encorajam por causa do álcool e por causa dos amigos. Entre as quatro paredes, muitos ficam tímidos! Perdem toda aquela coragem. Por isso, uma mulher que decide entrar na prostituição tem que desenvolver a capacidade de entender o seu cliente. Na prostituição a garota representa o tempo todo. Isso não quer dizer que tu finges. Mas uma profissional do sexo tem que saber corresponder às expectativas do cliente! Se a garota não o tratar bem, se não for atenciosa e gentil, ele não voltará e, se voltar, vai querer outra companhia. Um homem busca os serviços de uma garota por vários motivos. Às vezes eles não se realizam com as

esposas ou namoradas. Eles vêm para realizar as suas fantasias sexuais. Muitos também querem companhia pra beber e conversar. Eu mesma tenho muitos clientes fixos que me procuram no “bar” pra eu fazer companhia, beber e conversar com eles. Se não tem movimento, tudo bem! Porque eles sempre deixam uma gratificação. Normalmente, eles nos pagam drinques e são boas companhias. Mas, quando tem movimento e aparecem mais clientes, tu vais preferir aqueles que querem programas. Porque tu tens mais retorno! Na prática, a garota vai aprendendo estas coisas! Por exemplo, identificar os clientes que vão te pagar drinques. Não vão reclamar do valor do programa. Nesse meio tem uma frase que a gente diz pros caras que chegam aqui e perguntam de cara o que a gente faz: “*O seu bolso é o seu guia e o nosso também*” (TS13, 35 anos de idade, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

Nesse excerto da entrevista de TS13, aparecem elementos que ilustram a percepção que a trabalhadora sexual tem das suas práticas nos bregas e como operacionaliza as situações em que algum cliente mais exaltado torna-se inoportuno, incomodando-a. Para TS13, um cliente torna-se inoportuno em situações nas quais, influenciado pelo consumo excessivo de álcool ou pela presença do grupo de amigos, perante os quais quer se mostrar, ele insiste, diante da recusa da garota, em lhe fazer companhia, estabelecer programas sexuais e, com frequência, tocá-la nas partes do corpo sem o seu consentimento. À vista disso, os excertos da entrevista de TS13 ilustram também a forma como as prostitutas desta modalidade têm uma noção bem nítida de carreira no trabalho sexual, um dado que não foi constatado nas entrevistas das prostitutas com dupla função.

O fragmento adiante ilustra como TS6, uma rondoniense de 45 anos de idade e mãe de quatro filhos adultos (um deles, falecido), mantém a prática da prostituição em paralelo à ocupação de manicura. Ela exerceu diferentes modalidades de prostituição nas últimas duas décadas, praticadas em boates e bregas de Porto Velho e de cidades do interior do estado – Bandeirantes, Guajará-Mirim, Vilhena –, nas áreas de garimpos e no distrito de Jaci Paraná.

Pesquisador: Atualmente você tem trabalho fixo? Trabalho fixo?! Fixo mesmo eu não tenho. Então, como eu já te disse, trabalho de “manicure” desde os meus dezesseis anos de idade. Parei apenas quando fui para as boates. Eu já andei lá por Ariquemes, Vilhena e em Jaci, por último. Eu não parava quieta num lugar. No lugar que tinha um “piseiro”, nós íamos atrás. Já tem um tempinho isso. Então, eu parei com o serviço de manicure.

Nos últimos tempos, eu ando bem tranquila [pausa]. Como já te disse, continuo fazendo uns programinhas. Sempre aparecem os “amigos” da gente. Tenho programa certo, todo começo de mês. Eles me ligam, a gente combina o hotel. Mas pros bregas, eu não tenho ido muito. Fica feio na minha idade [pausa]. Não está certo. Lá pra Jaci, mesmo, nunca mais fui. No tempo que nós íamos... Eu, uma amiga e a minha irmã, rolavam programas bons. Mas, nos últimos tempos, todos aqueles peões foram embora. Nas boates, agora, nem pensar! Foi o tempo que eu me submentia àquilo lá. Então, sabe como é?! Tem a idade também! Por isso voltei a fazer unhas. Um dinheiro garantido todo final de semana. Dá pra ir levando. Agora, o dinheiro dos programas dá uma ajuda boa. Segura as pontas. **Pesquisador: Qual das duas atividades você considera como principal?** Não sei te dizer. Porque os programas eu faço quando aparecem. É sempre no comecinho do mês. Se for pra conseguir mais, até dá. Mas aí eu precisaria ficar “rodando” brega. Na minha idade já fica meio complicado, entendeu?! **Pesquisador: Por que ficaria complicado?** Porque eu já não estou mais na idade. Os caras querem garotas novas! Tem muita menina nova fazendo programas (TS6, 45 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

A trajetória de vida de TS6 possibilitou-lhe acumular situações concretas que nos foram relatadas, as quais sintetizam as experiências de trabalho sexual nos diferentes contextos de prostituição. Os programas sexuais, pelos quais ela cobra atualmente em média R\$ 80,00 – sem incluir o valor das chaves ou da hora do motel –, são realizados com clientes fixos e através das interações ocasionais estabelecidas nos bregas. Este fragmento exemplifica a situação limite do trabalho sexual para mulheres de determinada faixa etária.

A fala de TS6 confirma que – a despeito de ela trabalhar informalmente como manicura, atendendo clientes nas suas próprias casas –, os rendimentos com os programas que realiza ocasionalmente nos bregas e os com clientes fixos a cada mês acabam sendo a principal fonte de renda dessa mulher. No entanto, conforme vimos, ela também tem a nítida percepção de que chegou à idade limite do trabalho sexual, a qual exigiria mais investimentos de tempo para as interações e *performances* nos bregas. O depoimento dessa entrevistada ilustra algumas das situações concretas vividas por profissionais do sexo na meia-idade, que estão numa posição desigual em relação às garotas jovens, as quais, segundo a fala de TS6, são as preferidas pelos clientes e proprietários de boates fechadas.

Os fragmentos analisados acima confirmam que o fator etário é um marcador social de diferença que define a ocupação dos espaços, os ganhos e as modalidades de práticas das prostitutas. Nesses termos, os ganhos com o trabalho sexual são proporcionalmente inversos à idade da trabalhadora, ou seja, à medida que a idade da prostituta avança, a quantidade de programas decresce progressivamente.

De todos os sujeitos da pesquisa, TS5, uma acreana de 19 anos de idade, estudante de odontologia em uma instituição privada desta cidade, é a trabalhadora sexual que está há menos tempo na ocupação: na época da entrevista, atuava há oito meses. Esta trabalhadora sexual compõe a modalidade de prostitutas que denominamos “trabalhadora com jornada livre”. Na entrevista, disse-nos que mora juntamente com a filha de 1 ano e 3 meses de idade em um apartamento alugado nesta capital; ela ressalta que é a responsável pelo próprio sustento, apesar de receber auxílio financeiro do companheiro, um representante comercial no Acre.

Por ser bem jovem, TS5 consegue valores significativos com os seus programas sexuais, atuando tanto em bares de prostituição – onde cobra R\$ 180,00, incluído o valor de R\$ 30,00 da chave do quarto –, quanto através dos anúncios que publica em *sites* da *internet* especializados – cobrando valores próximos de R\$ 250,00 a R\$ 400,00 por hora, sem incluir o motel. Inicialmente, ela atuou em diferentes boates da cidade – *Bataclan*, *Enigma* e *Bacco* –, porém não se adaptou às regras dos estabelecimentos: comissões, diárias, horários de trabalho pouco flexíveis, multas, obrigatoriedade de beber com clientes etc.

Pesquisador: Quantos programas você faz diariamente? Olha! No final de semana, eu não trabalho aos domingos, e no sábado eu atendo no máximo estourando até às duas horas da manhã. Normalmente, eu faço até quatro [programas]. Durante a semana, eu faço uma média de dois por dia. Lógico que eu recebo a ligação de mais clientes. Mas eu não estou fazendo mais do que dois. **Pesquisador: Que profissão você declara para as pessoas?** Eu digo que sou autônoma, porque eu tenho um cadastro na Mary Kay. E, com o dinheiro que eu ganho com os programas, abri uma miniloja lá onde a minha mãe mora. A venda dos produtos de beleza segura quando o movimento está fraco. Tenho gastos que não esperam (TS5, 19 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Nossa entrevistada TS5 não vê vantagens em ficar vinculada a um local de trabalho porque não gosta de se expor. Tampouco gosta de atuar em boates. No universo estudado, mulheres com os atributos de beleza, juventude e comunicatividade como TS5 são bem requisitadas pelas boates locais que oferecem serviços especializados, onde são cobrados valores bem elevados pelos serviços prestados pelas prostitutas.

Nesse sentido, a trajetória de TS5 permite classificá-la na modalidade de profissionais do sexo com jornada livre e itinerante, com trabalho em dias e horários com maior circulação de clientes, uma condição que lhe possibilita atuar em diferentes estabelecimentos. Assim como TS1, essa trabalhadora tem uma percepção bem nítida da sua condição como trabalhadora sexual.

Pesquisador: Que tipo de trabalho você faz aqui? Eu sou uma garota de programas. O que eu faço aqui é prostituição. Sou prostituta, entendeu? [pausa] **Pesquisador: Explique o que é ser prostituta.** Eu considero que é a mesma coisa de [pausa]. Não é porque [o cliente] está pagando. Se eu estou com uma pessoa e não sou casada com ela, acho que é prostituição. E, se essa pessoa me dá alguma coisa, algum presente, e estou namorando ela, é prostituição. Porque, querendo ou não, está rolando bens materiais e alguma outra coisa a mais. É prostituição! A prostituta, pra mim, é uma pessoa normal, que tem o seu trabalho normal. Ela não está roubando. Está fazendo o que gosta. Porque tem necessidades ou porque gosta. **Pesquisador: Você acha que há diferenças entre garotas de programa e prostitutas?** Não há diferenças entre a prostituta, a garota de programa, a puta! [pausa] E muito menos da meretriz. Como é mesmo que se fala? Não tem diferenças (TS5, 19 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

A fala de TS5 remete à abordagem de Pateman (1993), que, em sua crítica ao contratualismo liberal, conforme discutimos no capítulo 3, se dedica à problematização do contrato de prostituição, cujas assimetrias e vulnerabilidades estão presentes tanto no contrato de trabalho quanto no “contrato de matrimônio”. De modo especial, Beauvoir (1988) esboça uma crítica bem arguta – que parece ter inspirado Pateman –, ao posicionar o casamento como uma condição correlata à prostituição. Para essa feminista, o que há em comum entre a prostituta e a mulher casada é a condição econômica; a primeira se vende pela prostituição, e a segunda, pelo casamento: “a única diferença consiste no preço e na duração do contrato” (BEAUVOIR, 1988, p. 362).

Por um lado, TS5 equipara a condição da prostituta à da mulher solteira que mantém relações sexuais sem cobrar por isso, sobretudo, àquela que recebe presentes do parceiro sexual. Por outro, a sua fala sugere que o casamento é uma instituição que concede aos homens direitos sobre as mulheres, ou seja, remete à noção de poder patriarcal que, nos termos de Pateman e Beauvoir, assegura ao homem o acesso ao sexo através do contrato de matrimônio.

Sendo a condição da prostituta que exige a impessoalização dos sentimentos durante a prática de sexo comercial, conforme algumas abordagens defendem, já que uma mulher nessas condições é vítima da dominação masculina, ela se pessoaliza comparando-se à mulher comum. Longe de perceber a prostituição como uma forma de opressão feminina, conforme sustentam as feministas abolicionistas – ou, nos termos de Beauvoir (1988, p. 362), a prostituta como um indivíduo desrespeitado em sua dignidade e expressão de “todas as figuras da escravidão humana” –, essa entrevistada percebe a prostituta como uma pessoa “normal” que “tem o seu trabalho normal” (TS5, 2015).

Nos termos desta análise, o entendimento que TS5 demonstra ter da prostituição ilustra as críticas tanto de Pateman (1993) quanto de Beauvoir (1988). Em síntese, a primeira entende que ambos os contratos fazem parte da lei do direito sexual masculino, que garante aos homens acesso aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993); a segunda defende que as prostitutas se vendem pelos serviços sexuais, e as mulheres, pelo casamento; portanto, enquanto uma é protegida por um homem contra todos durante toda a sua vida, a outra é defendida por todos contra a tirania exclusiva de um único homem por determinado tempo (BEAUVOIR, 1988).

No entanto, não podemos dizer que TS5 compartilhe da crítica dessas teóricas feministas. De fato, a sua percepção acerca da imagem da prostituição é acionada como um mecanismo de autoindulgência, ou seja, uma estratégia defensiva que busca afastar de si o estigma da prostituição. Na sequência da entrevista, perguntamos a ela sobre os seus projetos para o futuro, intentando reconstituir os sentidos das ações dessas mulheres para além dos relatos calculadas que elas fazem de suas trajetórias.

Pesquisador: Você tem algum projeto para o futuro? Eu pretendo terminar a minha faculdade. Eu não tenho a pretensão de me casar. Eu não quero ter relacionamentos estáveis por enquanto. Também não quero ter mais filhos. Eu quero ter as coisas pra minha casa. A minha profissão. Ao terminar a minha faculdade, vou querer montar o meu consultório. Agora eu não sei se vou continuar. Até porque essa profissão tem sido boa pra mim, porque eu conheci muita gente da área que estou estudando. E a gente conversa demais sobre isso. Eu não penso em deixar de ser garota de programa por causa disso também, porque se conhece muita gente boa: médico, vereador, dentista. Daqui a dez anos eu não sei se estarei fazendo [pausa]. Eu consegui muitas coisas. Quando eu vim para Porto Velho, trouxe apenas uma bolsa. Agora não, já tenho as minhas coisas. Comprei uma Moto Biz, coisas de casa como armário, móveis em geral (TS5, 19 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Neste relato, os programas com clientes “*gente boa*” aparecem como condição para a realização de seus projetos imediatos, que estão relacionados à aquisição de bens materiais e de capital intelectual (curso universitário). Em termos de projetos para o futuro, o relato dessa jovem trabalhadora sexual sugere, por um lado, o desejo de construção de uma carreira como profissional em odontologia; por outro, a motivação econômica e os “clientes gente boa” aparecem como elementos que fazem com ela tenha dúvidas se permanecerá ou não na prostituição após realizar seu projeto futuro.

Mattos (2009) faz um estudo com base nas trajetórias de prostitutas de classes baixas, no qual defende que as condições materiais e sociais precárias de existência produzem subjetividades precarizadas as quais incidem sobre a autoestima e a autoconfiança dessas mulheres, uma vez que, elas, como membros da “*ralé*”, são incapazes de se autorremodelar porque “isso requer tanto condições cognitivas quanto psicossociais que não estão disponíveis para os membros da *ralé*” (MATTOS, 199, p. 2009).

Em geral, defende Mattos, as prostitutas da “*ralé*” são produtos de uma socialização familiar que as transformou em objeto de desejo dos homens, embora apenas uma parcela possa vender o corpo com sucesso. No entanto, conforme vemos nos relatos de TS1 e TS5, as condições materiais de existência não as impediram de estabelecer planos de carreira em longo prazo, especialmente TS5, que está investindo em uma formação de nível superior.

Do mesmo modo, a pouca experiência de TS5 no trabalho sexual não a impediu de identificar as estratégias utilizadas com frequência pelos proprietários de boates e casas noturnas, para explorarem o trabalho dos/das profissionais do sexo. Na verdade, mesmo em contextos de dominação, há possibilidade de desenvolver estratégias de resistência, ou seja, abre-se a possibilidade de liberdade de resistência, “que é fundamental na contraposição a todas as formas de violência e opressão” (NARVAZ; NARDI, 2007, p. 56).

O jogo de poder embutido no trabalho sexual, típico das relações entre as prostitutas e os proprietários/as dos estabelecimentos do contexto observado, é um exemplo no qual podemos encontrar trocas de posições e no qual estão previstas formas de resistência que confirmam a noção de poder de Foucault (2014). Adotando as palavras do autor, “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta” (FOUCAULT, 1995, p. 248).

As relações que definem os contratos informais de trabalho firmados entre os donos/as dos bregas e as trabalhadoras sexuais exigem das mulheres atitudes que definem as relações de exploração do trabalho sexual através do cumprimento das regras de atuação, que são específicas para esses estabelecimentos: beber com os clientes, fazer-lhes companhia, ouvi-los, motivar o seu consumo, prestar-lhes serviços de natureza sexual.

Por seu lado, as prostitutas com jornada livre e itinerante procuram retirar dessa relação mais do que ela parece oferecer. Em termos materiais, elas desfrutam das dádivas oferecidas nos bares, seja se beneficiando da alimentação sem custos, seja utilizando os espaços físicos dos estabelecimentos para a negociação dos programas, seja, ainda, solicitando a indicação de clientes que gratificam generosamente pelas companhias. Em troca, elas oferecem amizade, gratidão e prestígio aos estabelecimentos a que se vinculam, agregando valor simbólico àqueles que frequentam com assiduidade.

Trata-se de uma negociação, na qual o poder circula. Um extrato da fala de TS6 ilustra com bastante clareza o modo como a sua sexualidade é utilizada como uma fonte de poder, negando a objetificação do seu corpo durante os programas.

Pesquisador: Você vê algo bom ou positivo na prostituição.

Eu acho que existe algo de bom, porque você segura um homem na cama. [risos] Porque você está com um homem, não procura outro. E você sendo garota de programa, faz o *piseiro* e deixa o homem doido. O meu pensamento é assim, é bom a gente segurar o homem na cama. No entanto, um homem que queira ficar com a gente realmente, porque os outros chegam ali, “comem” e caem fora. Para mim, bom é isso aí só (TS6, 43 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Na fala de TS13, uma paranaense, de 35 anos de idade, também aparece elementos que sustentam essa noção de poder que circula, na qual a sexualidade da prostituta é a sua fonte.

[...] Então o cara vem cheio de gracinhas querendo beijo de língua. Se ele é atraente, eu até permito algumas liberdades que não foram combinadas no programa. Quando isso acontece, fico no lucro, porque já pensou: *Você ser paga pra fazer sexo com um cara gato, e que te trata bem!* Então eu te pergunto: *Por que um cara desses vem pro puteiro?* Eu acho que é porque a gente sabe dar prazer para um homem na cama. Quer coisa melhor do que você ter o controle da situação?! Por isso, a conversa é importante, tem esse lado, fazer programas não só uma coisa mecânica (TS13, 35 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2017).

No decorrer desta seção, vimos que as trabalhadoras têm plena consciência de que os programas sexuais, se comparados às outras atividades paralelas à prostituição, podem garantir mais do que um salário restrito, especialmente às jovens e atraentes. Apesar disso, o trabalho sexual não é assumido por algumas delas como ocupação principal, embora os programas sexuais resultem em rendimentos superiores aos alcançados com as atividades exercidas de forma complementar.

A instabilidade dos rendimentos mensais, que tem a ver com a quantidade de interações bem-sucedidas, acaba tornando-se um problema para as mulheres que chegaram (ou estão chegando) à idade limite viável para o trabalho sexual. Entre as trabalhadoras sexuais que estão na faixa etária dos 30 anos de idade, especialmente aquelas que exercem mais de uma modalidade de prostituição, os ganhos com os programas são bem significativos, se comparados aos daquelas que estão no final da carreira.

Os dados reportam a não percepção da prostituição por estas entrevistadas como uma carreira, confirmado também a situação de instabilidade

e transitoriedade da ocupação, que aliadas à sua falta de regulamentação e ao estigma fazem com que as trabalhadoras sexuais estejam mais suscetíveis às diferentes formas de exploração. Na próxima seção, aprofundamos as análises, compondo a terceira modalidade de trabalhadoras sexuais.

4.4 “O lugar” das prostitutas que atuam em regime de “pensionato”

*A lacuna está em deixar de perguntar
qual é a natureza das relações
Se a relação entre homens e mulheres é
concebida como um contraste, qual é a questão
do contraste? Que forma de poder é focalizada pelas
exclusões e oposições?*
(Marilyn Strathern, **O gênero da dívida**, 2006, p. 110)

Nesta seção, situamos a análise das entrevistadas da terceira forma de inserção ocupacional na prostituição: são mulheres que moram no local onde se prostituem. Esse grupo é composto pelas trabalhadoras TS9, TS10, TS11 e TS12. À vista disso, a relação que essas prostitutas mantêm com os estabelecimentos confirma os seus vínculos de trabalho exercido informalmente.

Nesses locais, elas são as responsáveis pelas despesas com a própria alimentação e deslocamento quando migrantes. Em contrapartida pelos vínculos de atuação com determinado bar, elas não têm despesas com moradia. A existência desses vínculos torna possível que aconteça a exploração laboral. Em geral, são mulheres que se deslocam entre as diferentes cidades e regiões brasileiras para exercerem o trabalho sexual clandestina e discretamente. Comumente, há mulheres que foram recrutadas por isso as despesas com a viagem são financiadas pelos/as proprietários/as dos estabelecimentos de prostituição.

Isso faz com que elas contraiam uma dívida inicial com seus/as empregadores/as. Nesse caso, o vínculo inicial pode ser desfeito apenas após o pagamento das despesas com a viagem. Apesar disso, muitas delas desenvolvem sentimentos de gratidão em relação aos seus/as empregadores/as informais. Importa dizer que foi entre essas trabalhadoras sexuais que encontramos uma maior resistência quanto à adesão às entrevistas. Tal fato impediu que pudéssemos diversificar a amostra do estudo.

Em Porto Velho, não pudemos constatar a presença de prostitutas morando no mesmo local de trabalho. Embora uma de nossas informantes privilegiadas que atua nessa cidade, TS8, tenha afirmado que a “Boate Maria Eunice” mantém atualmente garotas de programas residindo no local de atuação profissional, esse dado não pôde ser confirmado durante as pesquisas de campo.

Na época da pesquisa de campo foi, portanto, este o perfil de trabalhadoras que predominou no distrito de Jaci Paraná, onde constatamos uma acentuada rotatividade de mulheres. Essa rotatividade está associada à mobilidade das prostitutas entre as diferentes áreas de atração ou concentração de mão de obra masculina, por vezes à situação transitória com que elas assumem a atividade está relacionada à forma clandestina de seu exercício.

Para além destes aspectos, a alta rotatividade na prostituição é uma estratégia amplamente utilizada pelos proprietários/as de bordéis e boates para atrair clientes, considerando que esses se interessam mais por aquelas que chegaram há pouco tempo nesses locais em detrimento das veteranas. De tal modo, garantir um fluxo constante de trabalhadoras sexuais impulsiona os negócios dos estabelecimentos de prostituição.

Em face destas características, essas trabalhadoras migrantes residem nos estabelecimentos onde atuam profissionalmente. Os quartos nos quais os programas sexuais acontecem frequentemente são os mesmos utilizados como dormitórios. Em tais circunstâncias, o trabalho sexual é exercido em condições precárias e com regras de atuação pré-estabelecidas e pouco flexíveis quanto a permissão da atuação dessas mulheres em outros bregas, impossibilitando ampliação do número de interações com outros clientes.

Em Jaci Paraná nos deparamos com um número significativo de prostitutas originárias de cidades bolivianas, por exemplo, Guayaramerin, Ribeiralta e Santa Cruz de La Sierra, bem como de trabalhadoras brasileiras migrantes dos estados do Acre e Mato Grosso. Apesar das várias conversas informais que as interações nos bares nos proporcionaram, apenas quatro interlocutoras desta formação de inserção ocupacional concordaram em conceder entrevistas, três delas bolivianas.

Nesse distrito, pudemos constatar a existência de dois bares de prostituição onde tanto as trabalhadoras sexuais como as proprietárias dos

estabelecimentos são migrantes bolivianas. Elas são em sua maioria mulheres jovens procedentes dos extratos baixos da Bolívia que migraram motivadas pelo mercado do sexo formado em razão das obras de construção das UHEs.

Nesse sentido, as entrevistadas TS10, TS11 e TS12 são migrantes indocumentadas da mesma região boliviana, que vieram para o Brasil a convite de uma dona de bar de prostituição também boliviana. Entre estas, apenas TS12 declarou que não se prostituía em seu país de origem, entretanto, as demais confirmaram que atuavam anteriormente como garotas de programa de forma discreta, atendendo clientes nos motéis de cidades do lado da fronteira boliviana.

Interessa dizer que o nosso primeiro contato com as trabalhadoras sexuais bolivianas foi mediado por um grupo de religiosas de uma pastoral da Igreja Católica, que na época da pesquisa de campo mantinham trabalhos sociais com elas. Apesar disso, tal mediação não corroborou para a maior adesão das mulheres às entrevistas, uma situação que exigiu várias visitas em diferentes dias e horários de funcionamento dos bares onde elas atuavam. À vista disso, a clandestinidade na qual o trabalho sexual é exercido por elas no Brasil aliada à situação de migrantes indocumentadas, pareceu corroborar para a não adesão às entrevistas.

De forma geral, as trabalhadoras sexuais brasileiras, com as quais conversamos informalmente, afirmaram que se deslocaram autonomamente sem a intermediação de algum/a proprietário/a de brega. Entretanto, presenciamos uma conversa entre a dona de um brega de Porto Velho e uma ex-prostituta acerca de uma viagem realizada para contatar garotas de programas no interior de Rondônia. A despeito disso, a atuação de mulheres que migraram sem o intermédio desses facilitadores é orientada pelas mesmas regras aplicadas às bolivianas: arcar com as próprias despesas de alimentação; manter vínculos exclusivos de atuação; participar da manutenção e da organização do bar; incentivar o consumo de bebidas alcoólicas pelos clientes e acompanhá-los enquanto bebem.

Inicialmente elas se vinculam a um bar de prostituição onde permanecem por períodos prolongados de tempo que variam entre dois e três meses de trabalho, retornando por um curto período para visitar os seus familiares. Este é um período que elas consideram suficiente para poupar uma quantia significativa

de dinheiro ganho com a realização de programas sexuais. Aquelas que decidem permanecer na região por um período maior se inserem em outras redes de ajudas estabelecidas entre as próprias prostitutas, especialmente as brasileiras.

Não obstante a fase de finalização das obras de infraestrutura das UHEs, observadas em 2015, ainda pudemos constatar que em Jaci Paraná havia uma concentração bem significativa de bares de prostituição. Essa concentração tem a ver com a proximidade deste distrito com os canteiros de obras da UHE Jirau e, especialmente, por trata-se de um polo dormitório e de atração dos operários desse complexo hidrelétrico em busca de entretenimento.

O perfil das trabalhadoras desta categoria as situa em um lugar ocupado tradicionalmente por muitas prostitutas das classes baixas dentro de casas de prostituição que são nomeados como prostíbulos, puteiros ou zonas do meretrício. Nos tradicionais prostíbulos, as negociações dos programas acontecem em locais fechados e localizados nas antigas zonas de segregação social e distantes dos olhares das “pessoas de bem”. Contudo, nos bregas o trabalho sexual ocorre a partir das interações estabelecidas em espaços abertos, onde é organizado a partir de regras um pouco mais flexíveis em relação aos espaços fechados.

Nesse caso, o que há em comum entre as trabalhadoras que moram no local de trabalho e aquelas que praticam a prostituição nas casas fechadas são as circunstâncias de residirem no local de trabalho. À vista disso, o lugar ocupado pelas trabalhadoras em “regime de pensionato” pode limitar, de forma bem significativa, as margens de agenciamentos em relação à atuação profissional, considerando os vínculos que elas mantêm com os/as proprietários/as dos estabelecimentos.

Não obstante as condições ambíguas do seu trabalho, as alternativas de ganhos financeiros dessa categoria não se diferenciam das demais. Na quantia recebida com os programas é acrescentado um percentual que é calculado sobre os valores gastos por seus acompanhantes com bebidas alcoólicas. Neste montante são somadas as gratificações que elas recebem exclusivamente para beber e conversar com eles.

Em geral, como as demais categorias elas recebem o valor de R\$ 2,00 sobre os R\$ 10,00 que são cobrados por cada garrafa de cerveja de 600 ml consumida pelo cliente o qual estiver acompanhando. No entanto, o percentual da

comissão sobre as bebidas alcoólicas varia conforme o lugar e tipo de *drink* consumido pelo cliente que elas estiverem acompanhando.

Como já adiantamos no capítulo três, nos estabelecimentos de Porto Velho, essas comissões e gratificações recebidas pelas trabalhadoras das demais formas de inserção na prostituição são registradas pelos/as proprietários/as dos bares e contabilizadas no final do dia ou da semana de trabalho. Em Jaci Paraná, as trabalhadoras recebem uma pulseira de látex colorida para cada bebida consumida pelo cliente que estiverem acompanhando, onde as cores do artefato são um indicativo do percentual que a trabalhadora receberá por cada bebida consumida por seus acompanhantes.

Na relação de trabalho que essas prostitutas estabelecem com os bares onde atuam, pudemos identificar que a intensificação da subordinação está associada aos seguintes fatores: a) ao *status* do trabalho sexual que frente à falta de regulamentação é realizado informalmente, expondo as trabalhadoras a situações de exploração laboral; b) com relação à indefinição e ao prolongamento dos horários de trabalho como prostituta; c) à exigência de que a atuação aconteça no âmbito dos estabelecimentos com os quais elas mantêm vínculos exclusivos; d) à intermediação da negociação dos programas no caso dos contratos sexuais que incluem acompanhar o cliente (a saída) fora do estabelecimento; e) à contração de dívidas relativas às despesas com a permanência da trabalhadora no estabelecimento.

Nos termos que foi identificado a partir da análise das trajetórias das trabalhadoras desta forma de inserção na prostituição, a narrativa de TS11, uma boliviana de 20 anos de idade, trabalhadora sexual em um brega de Jaci Paraná, ilustra como aconteceu a inserção de migrantes bolivianas indocumentadas no contexto do mercado do sexo local fomentado pela construção das UHEs Jirau e Santo Antônio.

Um dia sai para a balada. Teve uma menina que me perguntou: *Você é a Amarílis?* [nome fictício] Eu respondi: Sou eu, sim! *Falaram para mim que você faz os seus “corres” por aí! Tu tens coragem de ir para o Brasil?* Falei: *Vamos embora!* Eles já tinham enviado mais [garotas] da minha cidade. Eu peguei o carro na mesma noite para Guajará, onde havia mais meninas. Entre elas havia umas meninas do Bar da Zuleica [nome fictício]. Nós viemos para cá em três carros cheios de meninas. E como eu estava sem

documentos, fui levada para um bar bem escondidinho. Um bar onde não ia quase ninguém. Nem gente! Então um cara que era dono de um bar aqui no centro, foi naquele bar. Foi quando ele perguntou se eu teria coragem de ir ao bar dele com a minha outra amiga, que estava comigo Então, falei: *Vamos!* Fomos almoçar. Ele pagou a minha saída. Naquele dia fiz quatro programas. Era sábado e tinha muitos homens naquele tempo! Porque almoçamos e fomos fazer “programas”! Ele falou: *Tu queres trabalhar comigo?* Eu falei: *Quero, não é!* Então, como os programas que eu fiz, paguei as minhas passagens! Peguei a minha mala e fui embora para o bar daquele cara. Então, eu fui trabalhando, trabalhando... Depois disso, eu voltei para a Bolívia. Porque eu gostava de alguém que me enrolou e sumiu. Melhor! Foi uma mulher de um bar me buscar novamente na Bolívia. Porque disseram para ela que eu era boa para trabalhar. Voltei desse jeito. Mas quando eu estava com ela, a “federal” me deportou. Eu estava sem documentos de novo. E eu fui deportada! Ela ficou presa por três meses. E o “veado” que veio conosco ficou um ano e um mês. E eu não quis vir mais. Mas depois que ela saiu da cadeia, foi lá e me buscou novamente. Nós viemos! (TS11, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

O excerto da entrevista de TS11 indica claramente que essa trabalhadora não foi coagida, enganada ou forçada a migrar e prostituir-se nos bregas da região estudada, tampouco teve a sua autonomia profissional limitada por endividamento ou pela restrição de liberdade. A situação descrita confirma, portanto, que a entrada desta entrevistada no território nacional para atuar na prostituição pode ser tipificada no Artigo 231 do CP. brasileiro como tráfico internacional de seres humanos⁸¹.

O marco do referencial abolicionista e as narrativas “dominantes” que definem o que constitui uma “vítima” do tráfico (CABEZAS, 2016) não podem ser aplicados às mobilidades das trabalhadoras sexuais de outras regiões brasileiras tampouco da Bolívia. É dessa forma porque o pânico moral produzido pela mídia regional atraiu a atenção dos setores da sociedade civil e do Estado, corroborando para a construção de uma imagem embotada das prostitutas como vítimas das redes de tráfico formadas para alimentar o mercado do sexo rondoniense.

⁸¹ Importa destacar que a Lei 11.106 de 28 de março de 2005 alterou significativamente a redação original do Art. 231 do CP. na qual a infração penal tipificada neste dispositivo passou a ser chamada de *tráfico internacional de pessoas*; portanto, com a sua entrada em vigor, homens e mulheres passaram a figurar como sujeitos passivos do delito que antes era somente as mulheres.

No processo de migração dessas trabalhadoras, marcado pelo *status* de minorias racial, social e de gênero, bem como as condições de trabalho sexual e as prováveis dívidas contraídas com a viagem são partes de um mosaico que define tanto a situação das bolivianas como das brasileiras migrantes de outras regiões. Nesse contexto pudemos constatar que há uma associação direta entre a prostituição e identidade feminina das bolivianas que migram para a região. Apesar de muitas migrantes se inserem noutras atividades locais alheias ao trabalho sexual, elas ficam fora das normas de gênero vinculadas à feminilidade “respeitável”, considerando que são percebidas e tratadas como prostitutas.

Todas essas dinâmicas nos permitem aventar que os deslocamentos, a inserção e a prestação de serviços sexuais são definidos a partir de margens de agenciamentos e negociações em relação aos seus empregadores facilitadores das mobilidades das prostitutas dessa modalidade de inserção na prostituição. Nos termos apontados por Piscitelli, “as margens de agência são as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 5).

Há significativo número de estudos sobre mulheres migrantes trabalhando em posições sexualizadas do setor de cuidados, dos mercados do sexo e do matrimonial na Espanha e no âmbito transnacional (PISCITELLI, 2005, 2008, 2013, 2014; PISCITELLI e GREGORI, 2004; AROCHENA, 2005). Contudo, no caso das nossas entrevistadas bolivianas, a migração ocorreu exclusivamente para a inserção no trabalho sexual em bares de prostituição, salvo uma minoria que migra com seus companheiros se inserindo no setor de serviços dedicado à venda de mercadorias no comércio varejista do distrito de Jaci Paraná.

No entanto, a literatura feminista sobre tráfico de seres humanos não é unânime quanto ao reconhecimento dos agenciamentos de mulheres que migram por iniciativa própria ou por meio de redes de ajudas. De acordo com Cabezas (2016), independentemente do consentimento ou da participação voluntária das mulheres, a perspectiva abolicionista não reconhece diferenças nas experiências de trabalho sexual. Tal perspectiva percebe todo trabalho sexual como uma forma de escravidão, “não importando as condições de trabalho e o desejo das mulheres de trabalhar na indústria do sexo. Sua compreensão é que o trabalho sexual é uma instituição patriarcal que deve ser abolida” (CABEZAS, 2016, p. 17).

À vista disso, tanto a migração de bolivianas quanto o deslocamento de brasileiras para a região da UHEs aumentou o pânico moral sobre o tráfico interno e externo de mulheres entre fronteiras para fins de exploração sexual laboral. Entre as entrevistadas bolivianas tanto TS11 quanto TS12, outra boliviana de 19 anos de idade, trazem em suas trajetórias um histórico de sucessivas deportações. Apesar disso, elas atravessaram sucessivas vezes à fronteira Bolívia-Brasil para atuarem como trabalhadoras sexuais nos bregas dessa região brasileira.

De fato, em termos legais, as bolivianas indocumentadas que se inserem na categoria de prostitutas em regime de pensionato estão localizadas numa posição de maior vulnerabilidade social. Essa posição as expõe ao risco de sofrerem diferentes formas de abusos, nos âmbitos do trabalho, sexuais ou em termos de migração ilegal. Por conseguinte, a condição de indocumentadas pode desmotivar as denúncias de possíveis situações de agressão e/ou exploração laboral.

Na sequência da entrevista, TS11 esclarece o contexto de sua migração ilegal que foi intermediada por uma agenciadora brasileira.

Pesquisador: A pessoa que lhe trouxe é brasileira? Ela era de Guajará-Mirim. Ela fala que era boliviana. Mas ela era brasileira mesmo. Eu acho que ela gostava muito da gente. Ela alugou um apartamento. Quando ela chegou montou tudo bem bonito no bar. Ela me levou para trabalhar no bar dela. Mas eu me juntei com uma amiga e fiquei só bebendo e saindo! Eu não ficava apenas no bar. A mulher me mandou embora. Eu fui para Porto Velho trabalhar e morar com aquela minha amiga. Depois de lá, eu enjoiei novamente. E foi assim. **Pesquisador: Em Porto Velho, aonde você trabalhou?** Lá eu morei no Hotel Real, pagando cinquenta reais de diária. E a minha amiga conhecia uns cantos que íamos à noite. Umas boates bem do lado daquela que chama [Bar] Anaconda! Depois disso, Dona Anita [nome fictício] vendia ursos [de pelúcia], aquelas coisas! Tinha umas meninas que brigaram e foram mandadas embora de um bar. Elas não tinham nem cama, nem um canto para morar! Elas eram bolivianas e falaram com a Dona Anita que não tinham condições de voltar. Ela alugou este bar. Vieram mais mulheres. Então eu fui trabalhar com ela. Depois conheci um cara. Por isso deixei de trabalhar com ela. Eu estava precisando de um canto onde comer. Alguém que me abraçasse! Alguém que tomasse banho comigo! Alguém com quem sair! Alguém com quem conversar! Eu estava precisando disso. Eu estava enjoada de fazer programas, de beber e de estar com um e outro! Então, esse cara colocou tudo isso nos meus pés. Então, eu fui morar com ele. Depois de quatro dias que o conheci

fui morar com ele. Juntamos em abril. No dia três ou quatro do primeiro pagamento de salário. E nos separamos no dia 20 de abril deste ano. Mas antes eu o levei para conhecer os meus pais [...]. E na casa da minha mãe ele me bateu. Coisa que ele nunca havia feito aqui, ele fez na casa da minha mãe (TS11, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

A sequência deste extrato ilustra como são formadas as diferentes redes que intermediam a entrada e a permanência dessas trabalhadoras sexuais bolivianas no Brasil. Conforme vemos, TS10 realizava os seus “corres” no seu país de origem, ou seja, a sua inserção na prostituição não está relacionada com a sua condição de migrante indocumentada. À vista disso, a fala desta entrevistada sugere que as redes de ajudas e interesses são formadas, desfeitas e restauradas conforme as necessidades das migrantes e o contexto de atuação na prostituição.

Nestes termos, tal dinâmica escapa à lógica de funcionamento das redes de exploração e tráfico de seres humanos para fins do trabalho sexual, onde as mulheres têm as suas liberdades restringidas e são submetidas a condições degradantes de trabalho. Importa, ainda, destacar que inicialmente a sua migração foi favorecida por uma agenciadora brasileira que se passava por mulher boliviana. Em geral os/as agenciadores/as das prostitutas que se inserem nesta categoria são os/as próprios/as proprietários/as dos bares de prostituição ou alguma trabalhadora sexual incumbida dessa função.

Esta entrevista revela que não é somente os/as brasileiros/as donos/as de bregas que intermediam, facilitam migração e empregam as prostitutas bolivianas indocumentadas, mas também mulheres bolivianas donas de estabelecimentos. Conforme vemos, TS11 descreve com detalhes como atuam esses facilitadores da travessia e da inserção dessas mulheres na prostituição de bregas dessa região.

Em Jaci Paraná, as agenciadoras geralmente são ex-prostitutas brasileiras ou bolivianas que motivadas pela alta rentabilidade gerada nos bares de prostituição abriram seus próprios negócios, passando a recrutar e agenciar novas prostitutas. Como já adiantamos no capítulo três, a experiência de trabalho sexual acumulada por essas donas de bregas é aplicada na direção de seus

negócios que alcançam grande popularidade e prestígio entre os frequentadores em detrimento dos estabelecimentos dirigidos exclusivamente por homens.

Do mesmo modo, o extrato da fala de TS11 ilustra aspectos inerentes a sua subjetividade como trabalhadora sexual, que remetem aos relacionamentos afetivos estabelecidos no contexto da prostituição. Diferentemente das trabalhadoras sexuais que estão no limite da carreira e que buscam segurança econômica, essa interlocutora buscou um relacionamento estável que lhe proporcionasse uma casa e segurança emocional. Claramente, ela explica essa necessidade em vista da rotina de trabalho sexual onde tem que consumir bebidas alcoólicas, conversar e fazer programas com diferentes homens. Cotundo, a idealização romântica foi frustrada com uma situação de violência doméstica.

Ela traça a diferença nas relações afetivas estabelecidas no âmbito do trabalho sexual que se distanciam e, ao mesmo tempo, se aproximam da prostituição. Durante a entrevista, TS11 afirma que mantêm vários namoros ao mesmo tempo. Há algumas pistas no extrato de sua entrevista que, seguramente, sugerem uma estratégia utilizada pelas trabalhadoras sexuais para garantir clientes fixos e rentáveis, conforme a seguinte fala:

Pesquisador: Quando está namorando, ele não se importa que você faça programas? Eu falo assim: *Eu não posso namorar! Namorado gosta de “comer” de graça! Quando eu vou à loja ninguém me dá uma roupa, uma calcinha de graça! Então eu falo: Tu querer namorar comigo? Tu tens que me ajudar! Eu visto roupas! Por exemplo, eu estou namorado com um cara de boa. A gente sai, janta e às vezes vai lá para Porto velho. Tem dia que ele tem e eu não tenho! Pronto, não é?! E chega o dia que eu falo: Eu estou indo para a Bolívia em tal data. Eu preciso que tu arrumes mil reais para mim! Tu podes? Então, eu não posso te arrumar mil, mas te arrumo oitocentos, pode? Serve, não é?! Pronto! Tem outro namorado que no dia 20 ou 25... Sabe?! Aquele cearense. Ele me dava mil e quinhentos reais. Muito bom. Eu não precisava pedir. Chegava na data, ele já tinha o dinheiro assegurado. Tem muito cara que fala quer namorar. Mas ele quer comer de graça. Se eu encontro um cara assim, fico de boa! Se eu peço alguma coisa e vejo que ele está com coisas, eu dou o fora. Eu começo a falar: Não quero namorar! Eu não tenho tempo! Pronto! No fim de semana falo: Não venha! Se puder, vem tal dia que eu posso! Ou digo: Estou liberando você agora! Mas eu não posso pedir fidelidade. Eu sou uma garota de programa. Mas até agora eu não vi nenhum ir embora. A maioria deles não me abandona (TS10, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).*

Simon et al. (2002) e Martin (2003), destacam que a afetividade no trabalho sexual pode surgir em uma relação cliente/prostituta, incluindo nesse roteiro jantares românticos, passeios, viagens, entre outras dádivas. Nesta perspectiva, Pizani (1994) corrobora com esta ideia ao destacar que o prazer na prostituição pode estar relacionado com uma relação de amizade e camaradagem, favorecendo muitas vezes sentimentos de paixão e afeição pelos clientes mais rotineiros.

A modalidade de arranjo identificada aqui sugere muito mais uma tática que aqui denominamos como “namoro estratégico” do que arranjos afetivo-sexuais no campo da ajuda ou do sexo tático, que são acionados pelas trabalhadoras dos demais sistemas de inserção identificados no estudo, especialmente entre as veteranas. Tal prática sugere um jogo que é encenado tanto pela garota quanto pelo cliente que incorpora o papel de “namorado”. A encenação de ambos sujeitos envolve não somente as dádivas como pequenos conflitos por ciúmes e “brigas de mentirinha”.

Inserida nesse mesmo sistema de prostituição, TS10 tem 20 anos de idade e iniciou como garota de programa aos 17 anos. Ela é separada e não tem parceiro fixo, mas já conviveu com um brasileiro que deixou por ser ciumento. A sua família reside na fronteira Bolívia/Brasil, ela tem um filho pequeno que é criado por uma tia. Em seu país de origem pertence à classe baixa, onde já atuava como garota de programa em hotéis de Ribeiralta e Guayaramerín, cidades da fronteira boliviana.

Filha de mãe brasileira e pai boliviano, TS10 migrou para o distrito de Jaci Paraná há três anos através de uma dona de brega. Sobre a sua inserção na prostituição, ela relata apenas que foi aos 17 anos por vontade própria e falta de dinheiro. Pelos programas realizados no bar, são cobrados R\$ 120,00 por uma hora de programa, deste valor R\$ 20,00 são destinados ao pagamento da “chave”.

Na prática, o valor do programa é negociado com o cliente e varia conforme a demanda, a disposição, os serviços contratados e o número de trabalhadoras no bar. Se o programa acontecer fora do estabelecimento o cliente tem que pagar cinquenta reais à dona do bar, que são acrescidos do valor final negociado pela saída. Esse valor é destinado à dona do estabelecimento que

deixa de lucrar com o aluguel do quarto para a realização do programa e com o consumo de bebidas alcoólicas.

TS10 faz em média dois programas sexuais diários nos dias com pouco movimento. Entretanto, noutras épocas com maior frequência de clientes, ela realizava cinco ou seis programas em um único dia. Lembremos que a modalidade de programas realizados nos bregas acontece após muita conversa e consumo de bebidas alcoólicas. Durante a interação, a trabalhadora deve incentivar o consumo do cliente que estiver acompanhando e convencê-lo a contratar os serviços sexuais pelo maior valor.

A entrevista de TS10 foi relativamente curta e com respostas lacônicas, por mais que tentássemos instigá-la, essa entrevistada nos contou pouco sobre as suas experiências com o trabalho sexual. Tal como TS11, ela mantém namoros estratégicos com vistas a garantir clientes fixos, conforme segue o extrato de sua entrevista.

Pesquisador: Você tem algum relacionamento estável? Já convivi com um homem aqui no Brasil. Eu convivi com ele somente por dois meses. Porque ele era muito ciumento. Eu não gosto de gente ciumenta. Eu não sou ciumenta para terem ciúmes de mim! Todo dia ele brigava. Ele sabia que eu fazia programas no bar. No início ele não via problemas, concordou que eu continuasse. Depois ele brigava todos os dias. Agora têm uns caras que eu digo que namoramos. Tenho alguns! Na verdade, eles sabem que não é bem um namoro. Quando eles vêm aqui, nos ficamos! Tem um que sempre telefona para mim! Um duas vezes no mês. Eu vou para casa dele, nós ficamos. Todos eles pagam o programa, igual ao outros que vêm ao bar. Tem uns que são bem legais e dão presentes. Quando acontece de algum querer cobrar ciúmes, eu falo que não dá, é melhor a gente ficar como amigos (TS10, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de Campo, 2015).

O discurso das mulheres confirma que existe uma relação sexual comercial do tipo namoro, através da qual é possível obter, além de afeto, carinho, dádivas e prazer sexual. A partir daí, sustentamos a hipótese de que esses “namoros” simulados que garantem clientes fixos tornam o programa sexual agradável e seguro para a prostituta, uma vez que elas preferem esses tipos de clientes aos outros.

Por esse ângulo, seguimos a ideia defendida por Simon et al. (2002) de que os clientes fixos proporcionam mais satisfação nas relações sexuais, pois a

relação é mais duradoura e permite às garotas ficarem mais vontade, indo além de uma relação somente comercial, assim como, também, afasta o medo que algumas delas relatam sentir quando realizam programas com clientes desconhecidos. Este dado particulariza as práticas das prostitutas que atuam no sistema de pensionato em relação às demais categorias.

A trajetória da entrevistada TS9, uma rondoniense de 20 anos de idade que nasceu em Ariquemes, confirma o perfil das prostitutas inseridas no sistema de pensionato como também referenda a forma transitória como essa categoria assume a prostituição. Seu contato com a prostituição deu-se por “necessidade” após a morte por acidente do companheiro com quem teve um filho que tem quatro anos de idade. Sua família reside em uma cidade no interior de Rondônia, seu local de origem, onde trabalham na extração de madeiras, a renda família declarada por essa entrevistada a situa nas camadas sociais média do Brasil.

A inserção de TS9 na prostituição aconteceu há dois anos mediada por uma amiga e, a partir daí, começou a fazer programas em Jaci Paraná. No local também trabalham uma garota de programa mato-grossense negra e duas travestis prostitutas desse mesmo estado, que relataram informalmente já terem trabalhado em boates e bares de prostituição de Cuiabá, capital do Mato Grosso. A entrevista foi realizada na parte externa do local de trabalho de TS9, livre da interferência do proprietário do estabelecimento.

Pesquisador: Como foi a sua entrada na prostituição? A prostituição foi logo que eu perdi o meu marido há dois anos. Eu tinha uma amiga que já vinha para cá. Eu estava com dinheiro. Então vim com ela. Então comecei a trabalhar com ela nesse “puteiro” aqui. A primeira vez que eu vim, logo depois eu fui embora. Depois voltei novamente com a minha prima e comecei a trabalhar com uma mulher [dona de brega]. Eu ficava uma, duas semanas e depois ia embora. Lá onde eu morava, fazia isso também. Tinha um bar que eu trabalhava [...] Agora mesmo vou voltar para a casa da minha mãe. Vou trabalhar lá onde ela mora. Vou voltar a ter o meu filho comigo. Porque há dois anos ele não mora comigo. Ele está com a minha ex-sogra. Meu marido morreu em um acidente de moto (TS9, 20 anos, Entrevista, Pesquisa de campo, 2015).

Os relatos das entrevistadas desse sistema de inserção na prostituição também confirmam que a entrada na prostituição ocorre precocemente e por motivações econômicas e desejo de mobilidade social. Um ponto destacado por

TS9 é que parte do dinheiro que recebe pelos programas é gasto com roupas e coisas relacionadas à sua subsistência. À vista disso, os gastos com roupas, salões de beleza e acessórios são assumidos e justificados por elas como investimentos na imagem pessoal, que acentuam a beleza física que é o principal ponto de atração dos clientes.

De mesmo modo, as prostitutas mais jovens procuram projetar uma imagem de mulher produzida sem muito exagero combinada com o apelo a bens de consumo pela mídia, como acessórios de grife, aparelhos de celulares de última geração e perfumes caros. Além disso, concordamos com Martin (2003) ao sublinhar que a prostituição seria uma forma de realizar caprichos e sonhos de consumo que dificilmente seriam postos em prática através de outras profissões, especialmente as destinadas às mulheres jovens com baixa escolaridade.

Nos termos do que as análises elucidaram, as trabalhadoras sexuais desta categoria confirmam especificidades que não foram percebidas nas demais categorias analisadas. A partir do discurso dessas entrevistadas, podemos perceber que muitas delas sentem prazer e satisfação pessoal na relação não apenas comercial que mantêm com determinados clientes, confirmados pela possibilidade de estabelecer contatos afetuosos, marcados por sexo pago, amizades e dádivas.

À vista disso, muitas delas afirmaram que sentem prazer sexual nos programas realizados como os clientes habituais. Sentir prazer com clientes habituais ou com os namorados estratégicos é um dado que aparece especialmente entre as prostitutas jovens. Isso sugere que em suas práticas não há uma separação rígida entre “sexo comercial” e “sexo prazeroso”. No entanto, nas práticas das veteranas isso é algo bem definido: o primeiro é o programa sexual e o segundo é o prazer com afeto, carinho e carícias.

Desse modo, a prostituição enquanto um trabalho torna-se uma justificativa que pode camuflar prazeres e satisfações às quais de algum modo atenuariam o estigma e o sentimento de culpa pelo ato de prostituir-se. A despeito disso, a prostituição se configura como uma prática da autonomia da mulher prostituta em relação aos homens, apresentando-se como um exercício de poder, pelo qual os clientes têm acesso ao seu corpo apenas através do pagamento pelos seus serviços sexuais (SAMPAIO, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado em Porto Velho nos apresenta uma realidade extremamente complexa e, do ponto de vista das feministas radicais, polêmico em relação à discussão que travamos acerca da autonomia das prostitutas. Conforme demonstramos ao longo do estudo, a forma de organização da prostituição no contexto da construção das UHEs Jirau e Santo Antônio é resultado das novas dinâmicas que caracterizam o mercado do sexo contemporâneo, o qual mantém a sua principal característica que é a exploração laboral das prostitutas.

Nesse sentido, acreditamos que a perspectiva defendida pelo feminismo abolicionista não parece ser a melhor para a compreensão da prostituição, uma vez que esse estudo evidenciou que o trabalho sexual tem se modificando em relação às estratégias de exploração laboral, negociações, as práticas dos programas e os agentes envolvidos na atividade. Isso requereu uma análise localizada e atenta às especificidades das modalidades de prostituição que acontecem nos bregas.

No bojo das transformações ocorridas no mercado do sexo contemporâneo, a prostituição de rua tem dado lugar a outras modalidades práticas de forma mais discreta e longe dos rios de violências físicas e psicológicas. Isso pode ser confirmado especialmente entre as prostitutas veteranas que nos revelaram a escassez de clientes nas ruas. Segundo argumentam, a prostituição de rua representa o mais baixo nível da atividade que uma mulher pode chegar ao fim da carreira. Entretanto, esta parece não ter sido a principal motivação para elas lançarem-se na modalidade de prostituição práticas nos bregas, conforme viemos demonstrando ao longo do estudo.

O próprio contexto gerado pelas forças econômicas do capitalismo criam movimentos contínuos que levam os/as profissionais do sexo a se (re)inventarem em termos de suas práticas e das relações que estabelecem com os/as diferentes agentes da prostituição. Ademais, pensamos que esse (re)inventar é uma forma de resistência dessa categoria que vive à margem da sociedade, seja excluída pelo estigma laboral e por contextos de exploração, seja pela ausência de uma proteção legal que lhes garanta direitos trabalhistas mínimos, nos referindo aqui ao Brasil.

A longa história de expansão das fronteiras amazônicas com seus ciclos de ocupação e exploração, nos mostra que as propostas de desenvolvimento regional sempre falharam. Produziu-se mais pobreza do que riquezas. As mulheres sempre estiveram presentes nas frentes pioneiras de expansão, onde desempenharam diferentes papéis: amas de leite e farinheiras da Coroa Portuguesa; matrizes étnicas para povoamento colonial; esposas por raptos nos seringais; agricultoras nos projetos de assentamentos; mais recentemente garimpeiras, operárias da construção civil, trabalhadoras sexuais, donas de puteiros, etc.

De alguma forma e em algum momento de suas trajetórias, elas criaram estratégias de agenciamento de suas vontades individuais. Sendo assim, a história da ocupação da Amazônia e as trajetórias de vida de algumas prostitutas veteranas entrevistadas, nos mostram que os grandes empreendimentos amazônicos sempre exerceram papel determinante na atração de trabalhadoras sexuais para a região.

Nosso estudo permite afirmar que a prostituição é um meio e não um fim em si mesmo. O que de alguma forma levanta a hipótese de que no final ninguém quer ser prostituta, considerando o estigma, as representações marginalizadas e, sobretudo, a falta de reconhecimento social e de previsão legal de direitos trabalhistas para essa atividade. Portanto, a carreira verdadeiramente profissional começa após elas terem acumulado algum dinheiro com a prostituição. Isso não as impede de assumir a ocupação enquanto uma carreira como outra qualquer, ainda que exercida de forma clandestina e transitória, onde são incorporadas regras nas quais estão previstas negociações dos valores, o tempo dos programas e os vínculos com os estabelecimentos de prostituição, dentre outras.

A análise dos relatos indica a adoção de ideias polarizadas presentes na percepção que elas têm acerca da figura da prostituta e do trabalho sexual: a entrada costuma ser justificada e comumente fundamentada em aspectos negativos das trajetórias pessoais. Uma rede de sentidos é produzida e incorporada como o compromisso de sustentar os/as filho/as: os sentimentos de maternidade e a busca de melhorias na situação socioeconômica justificam a prostituição mostrando-se como uma forma de valorização da própria identidade;

a relação com o dinheiro recebido pelos programas sexuais também aparece como um elemento que racionaliza as práticas.

As entrevistas sublinharam que o início de suas trajetórias no trabalho sexual demarca um quadro de flagrantes perdas emocionais: a prostituição apresenta-se como uma forma, solução, caminho possível para enfrentarem a vida após o rompimento de laços com familiares, maridos e parceiros; um meio de subsistência diante da “falta de opção”; superação de carências materiais ou meio para a autoafirmação e independência econômica perante a família, etc. Diante desse quadro, algumas situações favoreceram a consecução dos seus projetos pessoais fortalecendo a decisão pela permanência na atividade. Entre os desejos realizáveis em curto prazo, aparecem os que contemplam a aquisição, a construção ou reforma da casa própria, seguidos da compra de veículos automotores como motocicletas que facilitariam a mobilidade urbana dessas trabalhadoras entre a casa e o trabalho; em longo prazo aparece a vontade de empreenderem os próprios negócios no final da carreira na prostituição.

No início da carreira, a prostituição estava relacionada principalmente à subsistência material familiar; com a aquisição de experiência e a diversificação da atuação – através de anúncios, ajudas, clientes fixos, “namoros estratégicos” – algumas conseguem fazer da atividade uma fonte de renda que supre as necessidades para além da subsistência e, com isso, criam condições para a realização dos seus projetos de vida. O futuro profissional das entrevistadas é geralmente pensado fora do trabalho sexual, muitas mulheres economizam dinheiro para abrir seu próprio negócio. Como vimos, algumas delas estão conciliando os programas com outras atividades, como a venda de cosméticos, trabalho de manicura, operárias, sacoleiras ou serviços gerais.

Outro aspecto em relação à prostituição em bregas confirma que, em geral, as trabalhadoras estão em busca de autonomia e de liberdade, não apenas no âmbito material, mas também emocional e sexual. Mesmo aquelas que estão inseridas em rotinas de trabalho que podem se estender pela madrugada afirmam que há momentos de prazer sexual, satisfação e trocas de afetos com determinados clientes. Com efeito, as sensações de independência material e de autonomia existem, não obstante, são relativas e negociadas, uma vez que as prostitutas mantêm-se subordinadas aos/as dono/as dos bares de prostituição,

especialmente as que exercem dupla função e as que atuam no regime de pensionato.

Um grau maior de autonomia pode ser confirmado relação à escolha do local de atuação, da organização dos dias e horários dos programas, das negociações dos programas e dos vínculos como estabelecimento de trabalho entre a categoria de trabalhadoras com jornada livre e itinerante. As suas interações e performances ocorrem com mais autonomia e flexibilidade por elas não estarem envolvidas em outras atividades nos estabelecimentos ou por não manterem vínculos de atuação profissional exclusivos. Desse modo, os ganhos financeiros entre essa categoria são os mais elevados, especialmente para as mais jovens que se inserem em mais de uma modalidade de prostituição: através anúncios, nos flutuantes e em boates.

As trabalhadoras têm uma clara noção de que o trabalho sexual pela forma como é exercido e conciliado com outras atividades – ora flertando com a prática, ora mantendo clientes fixos e "namorados" –, traz vantagens econômicas, por isso deixá-lo por completo comprometeria significativamente os seus rendimentos. Como resultado disso, conforme o estudo aponta, elas alcançam uma renda significativamente maior que em relação à que conseguiriam noutras atividades relegadas às mulheres com baixa escolaridade e qualificação.

No início da inserção na prostituição, a prostituta jovem motivada pela alta rentabilidade que os programas sexuais podem proporcionar não se submete as regras que organizam a modalidade praticada em boates – onde os programas são orientados por regras pouco flexíveis. Tampouco se vincula com exclusividade a um estabelecimento, salvo aquela que teve a sua migração financiada/facilitada por algum/a proprietário/a de brega, como é o caso das prostitutas que residem no local de trabalho. No caso das últimas, a sua autonomia é negociada desde o momento no qual se propõe a ter as despesas com a viagem pagas por um agenciador; ou seja, ela abre mão da liberdade de atuar em mais de estabelecimento de prostituição, submetendo-se a jornadas de trabalho indefinidas. Embora mantenha vínculos exclusivos de trabalho com o estabelecimento, os seus ganhos são proporcionais à quantidade de programas que realizar.

A autonomia de atuação profissional daquela que não se submeteu às regras das boates, inserindo-se como trabalhadora livre/itinerante é definida pelo lugar que ocupa em vários espaços que atua como prostituta, e pela maneira como as relações de poder a situa; a capacidade de autofinanciar a sua viagem e permanência; a inserção em redes solidárias de autoajudas; capital simbólico que possui, como beleza e jovialidade; a origem social e étnica, dentre outras formas de circulação de poder.

No início da carreira, a prostituta de jornada livre/itinerante se esforça para conseguir manter uma agenda de clientes nos bregas, não obstante, desenvolvem táticas que possam resultar programas, sobremaneira, as mais jovens e atraentes que também atuam por meio de anúncios em *sites* especializados na oferta de garotas de programas. Autonomia profissional da prostituta jovem é garantida por ela não se vincular a um único estabelecimento. À vista disso, os atributos físicos, o nível de educação formal, a comunicabilidade e o marcador social de diferença etário são as garantias da liberdade de escolha em relação aos clientes e locais de atuação. Isto é, define o lugar que elas ocupam dentro dos bregas.

De fato, os aspectos negativos da prostituição não definem essas mulheres nem impõem limites fixos à realização de seus projetos pessoais, nos quais vislumbram uma carreira fora da prostituição. Os efeitos das desigualdades e das hierarquias que se reproduzem nas estruturas das instituições – Estado, família, Igreja, matrimônio – são traduzidos de forma concreta nessas mulheres já estão marcadas pelo estigma da prostituição. Como consequência, a clandestinidade é o caminho encontrado para mitigar o peso da escolha que fizeram, não obstante as suas mobilizações e vivências sublinhem que a maioria delas busca inserir-se na modalidade que melhor se adéqua: dupla função; jornada livre/itinerante; regime de pensão.

O fato de planejarem deixar a prostituição num futuro próximo tem menos relação com o estigma laboral do que com a sazonalidade e transitoriedade que caracterizam essa categoria. Elas têm uma noção clara de que a carreira da prostituta é bem curta e instável, e de difícil compatibilidade com relacionamentos conjugais estáveis e duradouros. À vista disso, a maioria não se deixa envolver

em relacionamentos amorosos, por medo de terem a sua subjetividade atingida pelo estigma da prostituição, no contexto dos conflitos conjugais.

Isso desconstrói a ideia comum de que toda prostituta está sempre à espera de um homem, que a salve da situação de opressão através do casamento. Apesar disso, elas não anulam alguns papéis de gênero como a maternidade, na qual experimentam um modelo de família compatível com a sua condição; a conjugalidade é experimentada e compartilhada por meio de arranjos abertos que não contemplam a coabitação sob o mesmo teto, tampouco são firmados compromissos de fidelidade. Nestes termos, contrariando a perspectiva feminista radical, as prostitutas deste estudo anulam-se mais em relação à impossibilidade de viverem relacionamentos estáveis e duradouros – frete a incompatibilidade dos papéis de gênero com as suas atividades – do que em relação aos contratos sexuais que objetificam o corpo da mulher. Dito de outro modo, o estudo aponta que a mulher prostituta não se anula nas práticas sexuais, uma vez que são acionadas estratégias que buscam tornar os programas mais agradáveis e seguros: clientes fixos, namoros estratégicos e velhos que ajudam; programas mais seguros realizados no bar e prazer sexual experimentado com “clientes carinhosos”.

No entanto, o avanço da idade e a escassez de clientes pressionam as trabalhadoras a se submeterem a jornadas de trabalho prolongadas e pouco rentáveis, estabelecendo vínculos informais e com programas menos valorizados, passando a exercer atividades relacionadas ao funcionamento e manutenção dos estabelecimentos onde atuam. Nessa situação encontramos as prostitutas em final de carreira que por falta de previsão legal de direitos trabalhistas, permanecem atuando na prostituição como uma atividade secundária e conciliada com as funções de balconista, cozinheira e garçone.

A regulamentação do trabalho sexual exige uma análise aprofundada do Projeto Gabriela Leite tanto pelos/as profissionais do sexo como uma categoria ampliada quanto pelos empresários do sexo, para que possa propor questões importantes sobre a problemática como, por exemplo, os termos em que se dariam as relações de trabalho. Para as trabalhadoras sexuais, a falta de regulamentação da prostituição mostra o seu aspecto mais exploratório: ausência de total proteção como trabalhadora; exposição às situações de exploração nos

ambientes precários de trabalho; jornadas exaustivas e irregulares sem garantias programadas sexuais; indefinição das atividades exercidas para aquelas que acumulam funções; exposição a situações de violência física e psicológica; exposição ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas; rendimentos vinculados à quantidade de programas; valores dos programas retidos em caso de endividamento daquelas que têm as suas viagens facilitadas e financiadas pelos/as empregadores/as.

O foco de discussão da prostituição como trabalho tem proporcionado ao movimento organizado de prostitutas estabelecimento de alianças que vêm resultando em ganhos políticos jamais imaginados, como a inclusão das categorias de “profissionais do sexo” no CBO, que foi uma importante conquista relação à afirmação da identidade, dignidade e visibilidade. Há um longo percurso a ser trilhado que deve assumir um enfoque que abranja a discussão da prostituição enquanto direito sexual, que se some à luta por direitos laborais mínimos. Tal discussão prescinde a desnaturalização da sexualidade para que não persistam os discursos da prostituição como perversão sexual, patologia, transgressão moral ou criminalidade. Tampouco como “mal necessário” ou como “falta de opção”.

De todo modo, não se perdeu de vista, aqui, que a posição que confere legitimidade às relações sociais (entre indivíduos adultos) é, no sentido da autonomia pessoal, é o consentimento voluntário (BIROLI, 2013). De modo que, permitindo-nos ampliar o olhar, podemos afirmar que, numa perspectiva de análise macrossociológica, a problemática relativa à autonomia e à falta de proteção legal da prostituição não está restrita ao contexto do estudo que realizamos, é um desafio que envolve os coletivos de profissionais do sexo, a sociedade civil e os movimentos feministas.

REFERÊNCIAS

ABIA, 2013. **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil**. (Rio de Janeiro: ABIA). Disponível

em:<http://www.sxpolitics.org/ptbr/wpcontent/uploads/2014/03/analise_contexto_a_bia-davida.pdf>. Acesso: em 10 de jun. 2017.

AHEDO, Alethia Fernandez. **Entre la “madre” y la “prostituta”**: las implicaciones del orden simbólico dicotómico para la autonomía de la trabajadoras migrantes mexicanas de retorno de Estados Unidos. In. *Gênero & Direito. Migração, Mobilidade & Direitos Humanos*. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas – UFPB, v. 5, n. 2 (2016), p. 52-70. Disponível em:<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/30587>>. Acessado em: 12 de abr. de 2017.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. (Org.) **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”**. Autores, Emmanuel de Almeida Farias Júnior... [et. al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009. ARIAS, Juan. Madalena: O último tabu do cristianismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ALMEIDA, Cássia. **Camargo Corrêa envia 50 ônibus para tirar 19 mil trabalhadores de Jirau**. Força Nacional foi convocada. *Jornal O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/camargo-correa-envia-50-onibus-para-tirar-19-mil-trabalhadores-de-jirau-forca-nacional-foi-convocada-2809442#ixzz3ydnu3GTE>>. Acesso em: 23 de dez. de 2015.

ÀLVAREZ, Silvina. **La Autonomía Personal y la Autonomía relacional**. In. *Análises Filosófico*. Vol. 35, n. 1 (mayo 2015) 13-26. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2015.

ALVES, Fábio Lopes. **Noites de cabaré**: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona de meretrício. 3ª ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2014.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

AMPARÁN, Aquiles Chihu; GALLEGOS, Alejandro López .**El enfoque dramático en Irving Goffman**. Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/polis/cont/20002/pr/pr14.pdf>.

Acesso em 15 de dez. de 2015.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Saúde e beleza do corpo feminino**: algumas representações no Brasil do Século XX – In.: *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 119-143, janeiro/abril de 2003.

ARANHA, Ana. **Vidas em trânsito**. Nov 30, 2012. Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. Disponível em: <<http://www.apublica.org/amazoniapublica/madeira/vidas-em-transito-2/>>. Acesso: 22 de abr. 2013.

ARAÚJO, Rogério. **Prostituição: artes e manhas do ofício**. Goiânia: Cãnone Editorial. Ed. UCG, 2006.

AROCHENA, José Fernando L. **Prostitución y Trabajo: La Legislación Española**. In.: Anais do Congreso Internacional Explotación Sexual y tráfico de mujeres. AFESIP España/ Madrid, 26, 27 y 28 de octubre, 2005. Disponível em:<http://pmayobre.webs.uvigo.es/pop/archi/profesorado/teresa_conde/prostitucion.pdf>Acesso em: 05 de maio 2015.

BARBARA, Ana Maria. **As meninas da DASPU**. Teresópolis: Novas Ideias, 2007.

BARBIERI, Teresita. **Sobre la categoría género**. Una introducción teórico-metodológica. In: Debates en Sociología N° 8 1993, p.145-169. (Revista de Sociologia do Departamento de Ciencias Sociales de la Pontificia Universidad Católica del Perú-PUCP).

BARDIN, Lawrence. **L'analyse de contenu et de la forme des communications**. In: MOSCOVICI, S. & BUSCHINI, F. Les méthodes des sciences humaines. pp. 243-270. Paris, PUF, 2003.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARRETO, Letícia. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no campo no contexto de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) –. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/UFMG, 2008.

BATAILLE, Bataille. **L'Érotisme**. In. Euvres Complètes X. Paris. Éditions Galimard, 1987, p. 7-270.

BAUER, M.; AARTS, B. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. in: BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 39-43.

BAUMAN, Zignund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol.1. Trad. Sérgio Milliet. - São Paulo: Circulo do Livro, 1949.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Vol.2. Trad. Sérgio Milliet. - São Paulo: Circulo do Livro, 1949.

BECKER, Howard. **Outsiders**. NYC, Free Press. 1997 [1963]; Cohen, Stanley. *Folk devils and moral panics*. London, Mac Gibbon and Kee, 1972.

_____. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 (Coleção Antrologia Social)

BECKER, Bertha K. **Modelos e cenários para a Amazônia**: o papel da ciência. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: *Parcerias Estratégicas* nº 12, Setembro, 2001, pp. 135-159. <Disponível em: <http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/09bertha.pdf>.> Acesso em: 25 de ago. de 2014.

_____. **Amazônia**. 1ª ed. - Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdades de Gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BITTER, Daniel; BITAR, Nina P. **Comida, trabalho e patrimônio**: nota sobre o ofício das baianas de acarajé e das tacacazeiras. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 213-236, jul./dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia / Pierre Bourdieu, Jean Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Decreto n. 5017, de 12 de Março de 2004 (**Protocolo de Palermo**). Brasil: 1830 da Independência e 1160 da República, 2004.

BUTLER, Judith. **Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CABEZAS, Amalia. "Between love and Money: Sex, Tourism, and Citizenship in Cuba and the Dominican Republic". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. 2004, Vol. 29, nº 4, p. 987-1015.

_____. **Mulheres dominicanas invisíveis**: discursos de tráfico de pessoas em Porto Rico. 2016, Cadernos Pagu. Vol. 47. Campinas 2016 Epub 15-Ago-2016. [versão online] Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200402&lng=pt&tlng=pt.> Acessado em: 3 mar. 2018.

CARDOSO, Abdoral. **Aumenta a distância entre o discurso e a verdade das compensações das hidrelétricas em Rondônia** (2011). In: *Amazônia da gente*. Site informativo da Associação de Defesa Ambiental da Amazônia

ECOAMAZÔNIA. Disponível em:<<http://www.amazoniadagente.com.br/?p=3111>.>
Acessado em: 06 de agosto de 2013.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. **Corpo e sexualidade entre disciplina e biopolítica**. In. Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito / Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 155 – 176.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. – 2. Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARVALHO, Marília P. **O conceito de gênero**: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). In: Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011, p. 99-115.

CASTILHO, Ela Wiecko de. **A criminalização do tráfico de mulheres**: Proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? Cadernos Pagu, n. 31, p. 101–123, 2008.

CASTRO, Ferreira. **A Selva**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

CASTRO, Ricardo. **Representações Sociais da Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro**. In: SPINK, M. J. (Orgs). O conhecimento do Cotidiano – As representações Sociais na Perspectiva da psicologia Social. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

CAVOUR, Renata C. **Mulheres de Família**: papéis e identidades da prostituta no contexto familiar. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) –. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica/PUC-RJ, 2011.

CINTRA, Rodrigo. **A indústria siderúrgica brasileira**: histórico e participação. in.: Relação do Estado com o setor siderúrgico: estudo comparado Brasil - Estados Unidos. Cadernos CEDEC nº 75, agosto de 2005, p. 45-96.

CBO/ 2010. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3a ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Secretária de Públicas Publicas e Emprego (SPPE), 2010.

COLVERO, Carolina A. **Mulheres na batalha**: performances de gênero em bares com prostituição em Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –. Centro de Ciências Sociais e Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSM, 2010.

COLLINS, Patricia H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.

CORRÊA, Mariza. **Morte em Família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **Bourdieu e o sexo da dominação**. Novos Estudos/ Cebrap, n. 54, p.43-54, jul. 1999. Disponível: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627_bourdieu_e_o_sexo.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers**. Oxford: Brasil Blackwell, 1987.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Sydney, Allen & Unwin; Cambridge, Polity Press; Stanford, Stanford University Press, 1987.

CHILDHOOD, Brasil. Pesquisa: **Os homens por trás das grandes obras do Brasil (Anexo II)**. In.: Exploração Sexual e Grandes Obras: construção de uma agenda de convergência para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Disponível em: http://www.forumdca.org.br/arquivos/forumdca/publicacoes/file_69db2136b162db6c08418f1ab5f5d439_125.pdf. Acesso em: 6 de ago. 2013.

DIAMOND, I. & QUINBY, L. (1998). **Feminism & Foucault: Reflections on resistance**. Boston: Northeastern University Press.

DHESCA, Brasil. **Violações dos Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira: Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento (Abril de 2011). Plataforma DHESCA BRASIL/Relatores: José Guilherme Carvalho Zagallo e Marijane Vieira Lisboa; Assessoria: Luis Fernando Novoa Garzon e Cecília Campelo Mello; Colaboração: Andressa Caldas e Patrícia Bonilha**. Disponível em: <www.dhescbrasil.org.br> Acessado em: 10 de maio de 2013.

DOEZEMA, J. **Forced to Choose: Beyond the Voluntary v. Forced Prostitution Dichotomy**. In: KEMPADOO, K.; DOEZEMA, J. (Ed). **Global Sex Workers: Rights, Resistance, and Redefinition**. New York and London: Routledge, 1998. Cap. 1, p. 34-50.

_____. (2005). **Now you see her, now you don't: Sex Workers at the UN Trafficking Protocol Negotiation**. *Social Legal Studies*, vol.14, 2005, pp. 61-89.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)**. – 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FÁBIO, André Cabette; LIMA, Juliana Domingos de. **Regulamentação da prostituição no Brasil: a proposta, as críticas e possíveis cenários**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/28/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil-a-proposta-as-cr%C3%ADticas-e-poss%C3%ADveis-cen%C3%A1rios>>. Acesso em: 10 de maio 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência e Barbárie**. O extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. In: Rizzini, Irene. (Org.). **A Criança no Brasil de hoje:**

Desafios para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

FARIA, Nalu. **Sexualidade e gênero**. Cadernos Sempre Viva Organização feminista - SOF: São Paulo, 1998.

_____. **Sexualidade e feminismo**. In. Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores / Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho (organizadoras). - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 85 - 99.

FERRAÇA, Mirielly. **A maternidade e a prostituição**: uma análise discursiva de entrevistas com garotas de programas In. Fórum linguistic., Florianópolis, v.13, n.2, p.1158 – 1168, abr. /jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/19848412.2016v13n2p1158/32091>>. Acesso em: 31 de Jan. 2018.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005. (Reimpressão)

FIERO - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. **Projeção para Nova Dimensão Econômica e Integração Comercial**: Rondônia/Bolívia/Peru/ coordenado por William José Curi; colaboradores Antônio Rocha Guedes [et al.]. Porto Velho: SEBRAE, 1999.

FONSECA, Cláudia. **A dupla carreira da mulher prostituta**. Revista Estudos Feministas, nº 1, Rio de Janeiro, 1996, pp.7-33.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de História da Amazônia**. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 1ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **O sujeito e o poder**. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy **Iustitia Interrupta**: Reflexiones críticas desde la posición "postsocialista"; traductoras Magdalena Holguín , Isabel Cristina Jaramillo. --

Santafé de Bogotá : Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes. Facultad de Derecho, 1997.

_____. Para além do modelo senhor/serva: sobre O contrato sexual, de Carole Pateman. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 251-264.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel Bordéis: Negociando Identidades**. Editora: Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

FREHSE, Fraya. **Erving Goffman, Sociólogo do espaço**. In.: Dossiê Goffman. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 23 No. 68, p. 155-200.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magna Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. (biblioteca básica).

_____. **A constituição da sociedade**. São PAULO, Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. - 4ª ed. [reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 19ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRUPO DAVIDA. **Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 25, 2005, pp. 153-184.

GUIMARÃES, Kátia e MERCHÁN-HAMANN, Edgar. **Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania**. in. Revista *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (3): setembro-dezembro/2005. p. 525-444.

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.

_____. **Feminismo e Liberdade.** In. Revista: Universidade e Sociedade, Brasília (DF), ano 14, n. 43, p. 99-109, out. 2004.

HACQUARD, Georges. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana.** 1ª Edição. Trad. Maria Helena trindade Lopes/ Digitalização: Ângelo Miguel Abrantes. Rio Tinto/Portugal: Edições ASA, 1996. [Versão Digital]

HAM, Julie. **Qual é o preço de um boato?** Um guia para classificar os mitos e os fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas. 2011 Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW). Tradução: Andressa Raylane Bento e Thaddeus Gregory Blanchette. Disponível em:<<http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2014/03/o-preco-de-um-boato.pdf>> Acessado em: 22 de junho de 2014.

HARDING, Sandra. (1993). **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.** Revista Estudos Feministas 1(1), 7-31.

HARAWAY, D. J. **A Ciência, Cyborgs y Mujeres.** La reinvención de la naturaleza. Madrid: Cátedra, Universitat de València e Instituto de la Mujer, 1991.

HOFFMANN, Manoela. **Uma Herança Difícil:** sobre a crítica da teoria feminista marxista contemporânea a Foucault. In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina/Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI - 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL / GT 7. Feminismo e Marxismo na América Latina, p. 10 -18.

HUGHES, Donna. **A legalização da prostituição refreará o tráfico de mulheres?** (2004). Disponível em:<http://www.oblatas.org.br/artigos_detalhes.asp?codigo=3&categoria=3&subcategoria=2>. Acesso em: 15 de ago. 2012.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Censitários.** Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.phpcodmun=110020&search=rondoniaporvelho>>. Acesso em: 25 de jul. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.** Disponível em:<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 13 de out. 2014.

_____. **Rondônia - Porto Velho.** Informações Estatísticas. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110020>>. Acessado em: 13 de out. 2014.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **O que é? Amazônia Legal.** in.: Desafios do desenvolvimento/ A revista de informações e debates do IPEA. Ano 5. Edição 44 - 08/06/2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&Itemid=23>. Acessado em 19 de out. 2014.

JACCOUND, Mylène & MAYER, Robert. **A observação direta e a pesquisa qualitativa.** In. POUPART, Jean. et al. A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.p. 254-294.

JACKSON, Joe. **O ladrão do fim no mundo.** Tradução: Saulo Adriano. – Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

JULIANO, Dolores. **El trabajo sexual en la mira.** Polémicas y estereótipos. In. Cadernos Pagu no. 25: Campinas July/Dec. 2005, pp. 79-106.

_____. **El espejo oscuro: la prostitución.** Barcelona: Icaria, 2001.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Tradução e notas de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1964.

_____. **Crítica da razão pura.** São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KELLE, U. **Análise com auxílio de computador:** codificação e indexação. In: BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. (eds.). **Global Sex Workers: rights, resistance, redefinition.** Routledge, New York, 1998.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **in: Cad. Pagu no.25 Campinas July/Dec. 2005, p. 55-78.**

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres:** identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. **Trajetórias de vida:** desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. IN. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 335-364, abr./jun. 2011

LIMA, Ana Cecília A. **Um olhar sobre os olhares:** entre o amor e a palavra (Resenha). In: Estudos Feministas. (Org.) Arryann Queiroz. Ano 10 238 /1º Sem. 2002, pp. 237-238.

LIMA, Tatiane M. M de. **A prostituição feminina no Brasil:** da “questão de polícia” à conquista de direitos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE, 2011.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes** / Maria Lúcia Pinto Leal. - Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

LEAL, Maria Lúcia Pinto e LEAL, Maria de Fátima (Org.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil.** Brasília: CECRIA, 2002.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta** [recurso eletrônico]: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta / de Gabriela Leite em depoimento a Márcia Zanelatto. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. (organizadora). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica: Belo Horizonte 2000.

LOWENKRON, **Laura. Gênero, Fronteiras e Estado:** a construção do tráfico de pessoas em investigações e inquéritos policiais. Relatório de pesquisa de pós-doutorado apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2014.

LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **O significado do botequim.** Enfoques, v.10(1), maio 2011 revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS-UFRJ. Disponível em:<
<http://www.enfoques.ifcs.ufrrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/136/127>>.Acesso em 10 de ago. 2017.

MACKENZIE, Catriona. **Three Dimensions of Autonomy:** a relational analysis. In. *Autonomy, Oppression, and Gender.* Edited by Andrea Veltman and Mark Piper. Oxford University Press: USA, 2014, pp. 15- 41.

MAHMOOD, S. **Politics of Piety.** The Islamic revival and the feminist subject. Princeton, Princeton University, 2005.

MAHMOOD, S. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório:** algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.

MALINOWSKI, H. D. Baruel de. **Os argonautas do Pacífico.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)

MAPA - **Área da Amazônia Legal**. in.: Nova Escola. Para entender melhor a Amazônia. Disponível em:<<http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/para-entender-melhor-amazonia>>. Acesso em: 28 de set. 2014.

MAPA – **Localização dos Municípios de Rondônia**. <Disponível em: <http://www.guianet.com.br/ro/maparo.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

MARTIN, Denise. **Riscos na prostituição: um olhar antropológico**. São Paulo: Humanitas/ USP: FAPESP. 2003.

MATTOS, Patrícia. **A dor e estigma da puta pobre**. In: Ralé brasileira: quem é e como vive / Jessé Souza; colaboradores André Grillo... [et al.] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 173-204.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, M. **Sociologia e Antropologia**. v. II. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Edusp, 1974.

MAYORGA, Claudia. **Cruzando fronteiras**. Prostituição e imigração. In.: Cadernos Pagu (37), Campinas: UNICAMP, jul/dez, 2011, pp. 323-355.

MMA/IBMA – Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. **Parecer Técnico Nº 014/2007** - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA [2007]. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/Madeira_parecer.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. Trad. Rosa Krausz. - São Paulo: Perspectiva, 2006 – (Debates antropologia).

MELO, Maria de. **Estigmas: espaços para exclusão social**. In. Revista Symposium. [eletrônica]. UCPE. Ano 4, número especial, dez. de 2000, pp. 18-22. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2457/2457.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Carole Pateman e a crítica feminista do contrato**. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 32 nº 93 fevereiro/2017, p. 1-17.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **O debate sobre prostituição**. In Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, Feminismo e política, São Paulo, Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria. Cecília de. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIRANDA, Adriana Andrade; PASINI, Elisiane. **Cidadania, direitos humanos e tráfico de pessoas: Manual para promotoras legais populares**. 2. ed. Brasília:

Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório no Brasil, Programa Segurança com Cidadania (MDG-F), 2012..

MORAES, A. **Mulheres da Vila**: Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MOREIRA, Maria C. **Geografia e sexualidade**: os espaços da vivência cotidiana das mulheres prostitutas de Vilhena/RO. Dissertação (Mestrado em Geografia) –, Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNIR, 2016.

NARVAZ, Martha G.; KELLER, Sílvia Helena. **Metodologias Feministas e Estudos de Gênero**: articulando pesquisa, clínica e política. In. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NARVAZ, Martha G.; NARDI, Henrique C.; **Problematizações feministas à obra de Michel Foucault**. In.: Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VII – Nº 1 – mar/2007 – p. 45-70.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. **O processo de ocupação e urbanização de Rondônia**: uma análise das transformações sociais e espaciais. in: Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 2, mai/ago, 2010, pp. 53-69. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/252>>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

NÓBREGA, Renata da Silva. **A luta anti-barragem em Rondônia**: o caso dos Arara e dos Gavião. in. ALMEIDA, Alfredo W. B de. (Org.) **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”**. autor, Emmanuel de Almeida Farias Júnior... [et. al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009. ARIAS, Juan. Madalena: O último tabu do cristianismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, pp. 69-98.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: Editora Nacional, 1975. p. 137-148.

NUSSBAUM, M. **Pela razão ou preconceito**: ganhar dinheiro com o uso do corpo. In: THEMIS/ Direitos sexuais, Porto Alegre: THEMIS, 2002, pp. 13-55.

OSBORNE, Raquel. **La construcción sexual de la realidad**: un debate en la sociología contemporánea de la mujer. 2a. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2002.

OLIVAR, Miguel. **Apresentação**: Dossiê Pesquisando prostituição e mercados do sexo: contribuições, debates e novos desdobramentos. In.: Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; Jul - Dez, 2014. p. 3-1.

_____. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. **Banquete de homens:** Sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 26 nº 75 fevereiro/2011.

OLIVAR, José M.; Skackauskas, Andreia, 2010. **Prostitutas, feministas e direitos sexuais:** diálogos possíveis ou impossíveis?. Anais IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 32 a 26 de ago. de 2010.

ONU, 2000. **Protocolo Adicional** à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, 2000.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault.** Tradução: Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Alfredo Veiga neto, Karla Saraiva – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PARK, Robert. **A cidade:** sugestões para investigação social no meio urbano [1916]. In: Velho, Otávio G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

PASINI, Elisiane. **Limites simbólicos corporais na prostituição feminina.** In: Cadernos Pagu/ Corporificando Gênero (14) 2000. (orgs) Adriana Piscitelli; Maria Filomena Gregori. Campinas: UNICAMP, p. 181- 2000.

_____. **Os homens da Vila:** um estudo de relações de gênero num universo de prostituição feminina. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UNICAMP, 2005a.

_____. **Prostituição e a liberdade do corpo** (2005b). Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/Elisiane.pdf>> Acessado em: 15 de maio de 2013.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. **Prostituição em áreas urbanas:** histórias do tempo presente. / (organizado por) Marlene de Fáveri, Janine Gomes da Silva, Joana Maria Pedro. – Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

PEDROSO, Vanessa A. de M. **O pecado feminino:** do exercício e da exploração da sexualidade na prostituição feminina. In. *Rev. Ciênc. Juríd. Soc. UNIPAR*, v. 12, n. 2, p. 439-449, jul./dez. 2009.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê:** a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à AIDS. In. *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.1, p.76-85, 2011.

PEREIRA, Ivonete. **“As Decaídas”**: prostituição em Florianópolis (1900 – 1940). - Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PIERONI, Geraldo. **Os Excluídos do Reino**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

PIZANI, Marcelo. **Formas de Prazer**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

PISCITELLI, Adriana. **Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas**: novas questões conceituais. Cadernos Pagu. Vol. 47, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000200401&script=sci_abstract&lng=pt>. Acessado em 12 de mar. 2018.

_____. **Violências e afetos**: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. In: Cadernos Pagu (42), janeiro-junho de 2014, p.159-199. (Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: balanço e perspectivas).

_____. **Tensões**: tráfico de pessoas, prostituição e feminismos no Brasil. in. Desafios da Antropologia Brasileira; Brasília: (Org.). Bela Feldman-Bianco. ABA Publicações, 2013.

_____. **Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais**. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia; OLIVAR, José (org.). Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2011, p. 537 – 582. (Coleção Encontros)

_____. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 -274.

_____. **Exploração sexual, trabalho sexual**: noções e limites. Seminário Corpos, Sexualidades e Feminilidades. UERJ, 2012. (Paper apresentado no *Seminário Corpos Sexualidades e Feminilidades* na UERJ em setembro de 2012)

_____. **Apresentação**: gênero no mercado do sexo. In. Cadernos Pagu/ Mercado do Sexo (25) 2005. (Orgs) Adriana Piscitelli. Campinas: UNICAMP, pp. 7-23.

_____. **Entre a Praia de Iracema e a União Europeia**: turismo sexual internacional e migração feminina. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (orgs.) *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2004, p. 250-270.

_____. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

_____. **Gênero em perspectiva.** In: Cadernos Pagu/Trajétórias do gênero, masculinidades. (11) 1998: p.141-155.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, M. Filomena; CARRARA, Sérgio. (Orgs.). **Sexualidade e saberes:** convenções e fronteiras - Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. (Orgs) Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo:** considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. et al. A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215- 253.

PROJETO DE LEI Nº. 98/2003. **Pareceres e Votos na CCJC** (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania). Disponível em:<www.camara.gov.br>. Acesso em: novembro de 2012.

PROJETO DE LEI Nº. 377/2011. **Projeto João Campos.** Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491833>>. Acesso em: 15 de ago. 2017.

PROJETO DE LEI Nº. 4211/2012. **Lei Gabriela Leite.** Regulamenta as atividades dos profissionais do sexo. Autor: Deputado Jean Wyllys. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012> Acesso em: 10 jul. 2016.

PROJETO DE LEI Nº. 4211/2012. **Relatório.** Regulamenta as atividades dos profissionais do sexo. Comissão de direitos Humanos e minorias. Deputado Federal Jean Wyllys. Relator: Deputado Federal João Campos. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829&filename=PL+4211/2012>. Acesso em: 3 de ago. 2016.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar/ Brasil: 1890 – 1930. 3ª edição. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Estudos brasileiros)

_____. **Imagens da prostituição na Belle Epoque paulista.** Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/03112009103553rago.pdf>>. Acessado em: 12 de maio de 2012.

_____. **Prefácio à Emma Goldman.** Tráfico de Mulheres. In: Cadernos Pagu/ Corporificando Gênero (37) 2011. (orgs) Adriana Piscitelli; Maria Filomena Gregori. Campinas: São Paulo, pp. 263- 271.

RAYMOND, Janice. **Não à legalização da prostituição:** 10 razões para a prostituição não ser legalizada. 2003. Disponível em:<www.catwinternational.org/Content/Images/Article/132/attachment.doc>. Acesso em: 27 de abr. de 2013.

RIBEIRO, Fernando B. **Proibições, abolições e a imaginação de políticas inclusivas para o trabalho sexual.** Revista Bagoas - Estudos gays, gêneros e sexualidades, UFRN, CCHLA/ V. 2, n. 2, jan. /jun. 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n02art01_ribeiro.pdf>. Acesso em 23 abr. 2015.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental. **Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.** Furnas/Odebrecht [2005]. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/ptbr/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/Ambientais/Documents/RIMA%202014%20%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf> Acesso em: 23 de jun. 2013.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história.** Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record: Editora Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUEZ, Carlos Afonso L. **Prostitución y trabajo:** Condiciones sociales y laborales de mujeres trabajadoras sexuales en la ciudad de Bogotá. Instituto Latinoamericano de Altos Estudios – ILAE –, 2005. (versão eletrônica)

RODRIGUES, Marlene T. **A prostituição no Brasil contemporâneo:** um trabalho como outro qualquer? In.: Revista Katál. Florianópolis. vol. I / jan./jun. 2009, pp. 68 76.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

RUBIN, Gayle. **Thinking sex:** notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, CAROLE (Org.). Pleasure and danger: exploring female sexuality. London: Pandora, 1989. p. 267–319.

RUSSO, Gláucia. **Sexo e dinheiro:** a sociabilidade construída pelo dinheiro nas relações de prostituição. In. Anais eletrônicos do *XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA* 01 a 05 de setembro de 2003 – UNICAMP – Campinas – SP. Disponível em:<

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=81&Itemid=170>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

_____. **No labirinto da Prostituição:** o dinheiro e seus aspectos simbólicos. In. CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, Set./Dez. 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. Emprego doméstico e capitalismo. – Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Mulher brasileira:** opressão e exploração. Editora: Achiamé, 1984.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paul: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SANTOS, Sanmarie R. dos. **Análise jurídica do projeto de lei “Gabriela Leite” (PL 4211/2012).** In. CONRADO, Monica Prates (org.). Prostituição, tráfico e exploração sexual de crianças: diálogo multidisciplinar [recurso eletrônico]. Brasília: Vestnik, 2016, p. 65-97. Disponível em: <http://profmatheus.com/wp-content/uploads/2017/05/trafico-mulheres.pdf>>. Acesso: 30 de jan. de 2018.

SANTOS, Carlos. **As fronteiras do Guaporé.** Porto Velho: Edufro, 2001.

SAMPAIO, Tânia Mara. V. **Movimentos do corpo prostituído da mulher:** encontros e desencontros teológicos. São Bernardo do Campo/São Paulo: UMESP/Edições Loyola: 1999.

SILVA, Ana. P.; BLANCHETTE, Thaddeus. G. **Amor um real por minuto – a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano** In: Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções, paradoxos. ed. RJ : Sexual Policies Watch, 2011, v.1, p. 192-233

SIMÕES, Julio Assis. **O negócio do desejo.** Resenha. In: Cadernos Pagu (31), julho-dezembro de 2008, p.p, 535-546.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa:** etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.

SIMON, Cristiane. P.; SILVA, Rosalina. C.; PAIVA, Vera. **Prostituição juvenil feminina e a prevenção da Aids em Ribeirão Preto, SP.** Revista de Saúde Pública. {versão eletrônica} Vol. 36, no. 4, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000500012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de mar. 2018.

SIMMEL, Georg. GEORG SIMMEL, **Filosofía del dinero.** Trad. de Ramón García Cotarelo, Capitán Swing, Madrid, 2013.

_____. **Filosofia do Amor**. Tradução Eduardo Brandão. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A sociabilidade** (Exemplo de sociologia pura ou formal. In.: Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a.

_____. **Simmel**. Organização de Evaristo de Moraes Filho; trad. Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção grandes cientistas sociais).

_____. **Prostitution**. In. LEVINE, DONALD N. Georg Simmel on Individuality and Social Forms. Chicago. The University of Chicago Press, 1971, p. 121-126.

SOUZA, Francisca I. de. **O cliente: o outro lado da prostituição**. São Paulo: Annablume, 1998.

SOUZA, Murilo M. de; PESSÔA, Vera Lúcia S. **Processo de formação do território rondoniense revisitado: da Colônia ao Golpe de 1964**. In.: ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.143-160, jul./dez. de 2010.

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Modelo Zona Franca: história**. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm> Acessado em: 17 de setembro de 2014.

SCAVONE, L., ÀLVAREZ M. C. & MISKOLCI, R (Org.). **O Legado de Foucault**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul/dez. 1995.

STONE, Merlin. **Quand Dieu était femme**. Quebec: Etincelle, 1979.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, Editora da Unicamp, 2006.

STREIT, Maíra. **A outra face do progresso**. In. Revista Fórum. Edição 112 /julho de 2012.

SZWAKO, José. **Verônica e sua autonomia**. Resenha: Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições o feminismo para a crítica democrática. Resenha Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 30 nº 89/ 2015, pp. 182-186.

SWAIN, Tânia Navarro. **Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica**. In: Dossiê as múltiplas faces da violência – Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. Revista UNIMONTES Científica. Montes Claros, v.6, n.2 - jul./dez. 2004, pp. 23-28.

TEDESCO, Letícia. **Explorando o negócio do sexo**: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, 2008.

_____. **No Trecho dos garimpos**: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) –. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS/ Departamento de Antropologia Social e Cultura (VU Amsterdam), 2015.

ULLOA, Teresa. **La prostitución, una de las expresiones más arcaicas y violentas del patriarcado contra las mujeres**. In.: **Feminismo, género y igualdad**. Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID)/Fundación Carolina. Imprime: EGRAF, S.A. Madrid, Septiembre, 2011, pp. 293-312.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ZELIZER, Viviana. **The Purchase of Intimacy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. **Georg Simmel**: sociabilidade e moderno estilo de vida. Sociabilidades. São Paulo: LASC, 1996.

ANEXO A:

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2012

(Dep. Jean Wyllys)

**Regulamenta a atividade
dos profissionais do sexo.**

LEI GABRIELA LEITE

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

- I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;
- II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;
- III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

- I - como trabalhador/a autônomo/a;
- II - coletivamente em cooperativa.

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual.

Art. 4º - O Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual.

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição:

.....”

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

.....”

Rufianismo

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

.....”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

.....”

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual:

.....”

Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de julho de 2012.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ

JUSTIFICATIVA

A prostituição é atividade cujo exercício remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura. É de um moralismo superficial causador de injustiças a negação de direitos aos profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Trata-se de contradição causadora de marginalização de segmento numeroso da sociedade.

O projeto de lei ora apresentado dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas (*Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten - Prostitutionsgesetz - ProstG*); com o Projeto de Lei 98/2003 do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira, que foi arquivado; com o PL 4244/2004, do ex-Deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do autor; e com reivindicações dos movimentos sociais que lutam por direitos dos profissionais do sexo.

O escopo da presente propositura não é estimular o crescimento de profissionais do sexo. Muito pelo contrário, aqui se pretende a redução dos riscos danosos de tal atividade. A proposta caminha no sentido da efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares, a exemplo das questões previdenciárias e do acesso à Justiça para garantir o recebimento do pagamento.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil figuram o da erradicação da marginalização (art. 3º inciso III da CRFB) e o da promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV). Além disso, são invioláveis, pelo artigo 5º da Carta Magna, a liberdade, a igualdade e a segurança. O atual estágio normativo - que não reconhece os trabalhadores do sexo como profissionais - padece de inconstitucionalidade, pois gera exclusão social e marginalização de um setor da sociedade que sofre preconceito e é considerado culpado de qualquer violência contra si, além de não ser destinatário de políticas públicas da saúde.

O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço.

Impor a marginalização do segmento da sociedade que lida com o comércio do sexo é permitir que a exploração sexual aconteça, pois atualmente não há distinção entre a prostituição e a exploração sexual, sendo ambos marginalizados e não fiscalizados pelas autoridades competentes. Enfrentar esse mal significa regulamentar a prática de prostituição e tipificar a exploração sexual para que esta sim seja punida e prevenida.

Importante frisar que a profissão do sexo difere da exploração sexual conforme texto legal ora apresentado.

A exploração sexual se conceitua (1) pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento da atividade sexual por terceiro(s); (2) pelo não pagamento do serviço sexual prestado voluntariamente; ou (3) por forçar alguém a se prostituir mediante grave ameaça ou violência. Neste sentido, a exploração sexual é crime e se tipifica independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima.

Evidente que tal crime será penalizado mais severamente no caso da vítima de exploração sexual ser menor de dezoito anos, absolutamente ou relativamente incapaz, ou ter relação de parentesco com o criminoso. Importante lembrar que o conceito de exploração sexual quando a vítima é menor de dezoito anos é tipificado como crime hediondo tanto pelo Código Penal, nos artigos 214 e 218, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dos artigos 240 ao 241-E.

Em contrapartida, o exercício da atividade do profissional do sexo deve ser voluntário e diretamente remunerado, podendo ser exercido somente por absolutamente capazes, ou seja, maiores de idade com plenas capacidades mentais. O profissional do sexo é o único que pode se beneficiar dos rendimentos do seu trabalho. Consequentemente, o serviço sexual poderá ser prestado apenas de forma autônoma ou cooperada, ou seja, formas em que os próprios profissionais auferem o lucro da atividade.

Como demonstrado, não existe prostituição de crianças e adolescentes. Muito pelo contrário, essa prática se configura como abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes e se tipifica como crime severamente punido pelo Código Penal.

Atualmente os trabalhadores do sexo sujeitam-se a condições de trabalho aviltantes, sofrem com o envelhecimento precoce e com a falta de oportunidades da carreira, que cedo termina. Daí a necessidade do direito à Aposentadoria Especial, consoante o artigo 57 da Lei 8.213/1991, com redação dada pela Lei nº 9.032/1995.

Para existir coerência com a presente proposição, é necessário que a redação atual do Código Penal, dada pela Lei nº 12.015/2009, seja modificada em alguns de seus artigos.

Os artigos 228 e 231 do Código Penal utilizam a expressão “prostituição ou outra forma de exploração sexual” equiparando a prostituição a uma forma de exploração sexual. O projeto de lei em questão visa justamente distinguir esses dois institutos visto o caráter diferenciado entre ambos; o primeiro sendo atividade não criminosa e profissional, e o segundo sendo crime contra dignidade sexual da pessoa. Por isso, nos institutos legais, propõe-se a alteração da expressão por “prostituição ou exploração sexual”.

Redação atual:

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone.”

“Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição.”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.”

O artigo 229 se refere a crime de “casa de prostituição”. No entanto, o tipo penal menciona a expressão “exploração sexual” e não prostituição. A alteração aqui proposta só alcança o título do artigo, visto que (1) prostituição não é exploração sexual; (2) o crime de “casa de exploração sexual” se tipifica pelo próprio *caput* atual do artigo 229; e (3) a casa de prostituição não é mais crime tipificado uma vez que a prostituição se torna profissão regulamentada e poderá ser exercida de forma autônoma ou cooperada.

Redação atual:

“Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.”

Redação conforme a proposta:

“Casa de exploração sexual

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.”

Este Projeto de Lei é mais um instrumento de combate à exploração sexual tendo em vista o caráter punitivo da prática. As casas de prostituição, onde há prestação de serviço e condições de trabalhos dignas, não são mais punidas, ao contrário das casas de exploração sexual, onde pessoas são obrigadas a prestar serviços sexuais sem remuneração e são tidas não como prestadoras de serviço, logo, sujeitos de direitos, mas como objeto de comércio sexual; essas casas, sim, serão punidas.

Além disso, a descriminalização das casas de prostituição (1) obriga a fiscalização, impedindo a corrupção de policiais, que cobram propina em troca de silêncio e de garantia do funcionamento da casa no vácuo da legalidade; e (2) promove melhores condições de trabalho, higiene e segurança.

A vedação a casas de prostituição existente no texto legal atual facilita a exploração sexual, a corrupção de agentes da lei e, muitas vezes, faz com que essas casas não se caracterizem como locais de trabalho digno. As casas funcionam de forma clandestina a partir da omissão do Estado, impedindo assim uma rotina de fiscalização, recolhimento de impostos e vigilância sanitária. Por isso, somente deve ser criminalizada a conduta daquele que mantém local de exploração sexual de menores ou não e de pessoas que, por enfermidade ou deficiência, não tenham o necessário discernimento para a prática do ato.

O termo “exploração sexual” foi colocado no lugar de “prostituição alheia” no artigo 230 porque o proveito do rendimento de serviços sexuais por terceiro é justamente a essência da exploração sexual. Ao contrário, a prostituição é sempre serviço remunerado diretamente ao prestador.

Redação atual:

“Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.”

A “facilitação” da entrada no território nacional ou do deslocamento interno de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual deve ser criminalizada conforme proposta dos artigos 231 e 231-A. Optou-se pela retirada da expressão “prostituição” porque a facilitação do deslocamento de profissionais do sexo, por si só, não pode ser crime. Muitas vezes a facilitação apresenta-se como

auxílio de pessoa que está sujeita, por pressões econômicas e sociais, à prostituição. Nos contextos em que o deslocamento não serve à exploração sexual, a facilitação é ajuda, expressão de solidariedade; sem a qual, a vida de pessoas profissionais do sexo seria ainda pior. Não se pode criminalizar a solidariedade. Por outro lado, não se pode aceitar qualquer facilitação em casos de pessoas sujeitas à exploração sexual, principalmente se há vulnerabilidades especiais expostas nos incisos abaixo transcritos.

Redação atual:

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.”

Redação conforme a proposta:

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual.”

A regulamentação da profissão do sexo e as alterações do Código Penal aqui apresentadas refletem também a preocupação eminente com o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o turismo sexual. O Brasil ocupa posição de crescimento econômico e vai sediar dois grandes eventos esportivos que atraem milhões de turistas. A regulamentação da profissão do sexo permitirá alto grau de fiscalização pelas autoridades competentes, além de possibilitar e até mesmo incentivar o Poder Executivo a direcionar políticas públicas para esse segmento da sociedade (como a distribuição de preservativos, mutirões de exames médicos, etc.).

Todas as modificações apresentadas na propositura em destaque tem os objetivos precisos de: (1) tirar os profissionais do sexo do submundo, trazendo-os para o campo da licitude e garantindo-lhes a dignidade inerente a todos os seres humanos; e (2) tipificar exploração sexual diferindo-a do instituto da prostituição, afim de combater o crime, principalmente contra crianças e adolescentes.

O Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (UNAIDS) foi convocado pelo PNUD no intuito de elaborar pesquisas sobre as causas da contaminação da AIDS. A Comissão Internacional sobre HIV e a Lei - composta por ex-líderes de Estado e por peritos em termos jurídicos, de direitos humanos e de HIV - baseou a pesquisa em relatos de mais de 1 000 pessoas, de 140 países. O relatório oficial, divulgado em julho de 2012, concluiu que as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países prejudicam o progresso contra o HIV.

“Por exemplo, as leis e os costumes legalmente tolerados, que falham em proteger mulheres e meninas da violência, aprofundam as desigualdades entre gêneros e aumentam a sua vulnerabilidade ao HIV. Algumas leis de políticas de propriedade intelectual não são consistentes com a lei internacional dos direitos humanos e impedem o acesso a tratamento vital e à prevenção. As leis que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de HIV - incluindo homens que mantêm relações sexuais com outros homens, trabalhadores do sexo, transexuais e usuários de drogas injetáveis - empurram as pessoas para a clandestinidade, afastando-as de serviços de saúde essenciais, aumentando assim o risco de contágio pelo HIV. As leis que criminalizam a transmissão, a exposição e a não revelação do status de portador do HIV, desencorajam as pessoas a fazerem o teste e a serem tratadas. Mais especificamente: [...] mais de 100 países. As leis que criminalizam algum aspecto do trabalho dos profissionais do sexo. O ambiente legal em muitos países expõe os trabalhadores do sexo à violência, o que leva à sua exclusão econômica e social. Isso também impede que os mesmos acessem serviços de saúde para o HIV.”

A Comissão também recomenda a despenalização de atividades sexuais entre pessoas do mesmo gênero, trabalho sexual e consumo de drogas, permitindo assim que as populações vulneráveis tenham acesso a serviços de saúde e ações de prevenção contra o HIV.

Por fim, a lei aqui proposta se intitula “Gabriela Leite” em homenagem a profissional do sexo de mesmo nome, que é militante de Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos dos profissionais do sexo, desde o final dos anos 70. Gabriela Leite iniciou sua militância em 1979, quando se indignou com atitudes autoritárias, arbitrarias e violentas por parte do Estado que, através da Polícia de São Paulo, promovia perseguições a travestis e prostitutas. Gabriela Leite participou na criação de vínculo solidário entre os profissionais do sexo, na mobilização política dos mesmos e fundou a ONG “Davida”, que tem como missão o fomento de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania das prostitutas; mobilização e a organização da categoria; e a promoção dos seus direitos. A “Davida” criou, por exemplo, a grife DASPU, um projeto autossustentável gerido por prostitutas e que tem por objetivo driblar a dificuldade de financiamento para iniciativas de trabalho alternativo por parte das profissionais do sexo.

Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ

ANEXO B:**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS****PROJETO DE LEI Nº 4.211, DE 2012**

Regulamenta as atividades dos profissionais do sexo.

Autor: Deputado JEAN WYLLYS

Relator: Deputado PASTOR EURICO

I - RELATÓRIO

Cabe a esta Comissão apreciar o Projeto de Lei nº 4.211, de 2012, que “regulamenta as atividades dos profissionais do sexo”.

A proposição contém seis artigos, tendo início com a definição de “profissional do sexo: “toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração” (art. 1º). O segundo artigo veda a prática de exploração sexual que se caracterizaria, entre outros, pela apropriação total ou maior que 50% do rendimento do serviço sexual. No artigo 3º fica estabelecido que o profissional do sexo pode trabalhar como autônomo ou coletivamente em cooperativa.

O artigo 4º modifica a redação de cinco dispositivos do Código Penal, a saber, os artigos 228, 229, 230, 231 e 231-A, com o intuito de descriminalizar a prostituição e diferenciá-la, como atividade profissional, da exploração sexual considerada crime.

No artigo 5º fica definido o direito de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço para o profissional do sexo. O último artigo é a cláusula de vigência estabelecendo a imediata entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Conforme o ilustre autor da proposição, o texto dialoga com a Lei Alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas e com dois outros projetos sobre o tema que já tramitaram na Câmara: o Projeto de Lei nº 98/2003, já arquivado, e o Projeto de Lei nº 4.244/2004, retirado pelo autor antes que fosse apreciado. A justificativa afirma ainda que houve diálogo “com reivindicações dos movimentos sociais que lutam por direitos dos profissionais do sexo”.

Além da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a matéria será apreciada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O discurso dos que defendem a legalização da prostituição no Brasil parte de um argumento falacioso: a prostituição seria uma questão que diz respeito apenas ao indivíduo maior de dezoito anos, mulher ou homem, que se prostituiria por vontade ou opção própria. Só que esse indivíduo com plena liberdade de escolha diante da prostituição não existe. Todo pessoa age conforme as condições que enfrenta e a cultura onde está inserido. A chamada “opção” pela prostituição é resultado de um fenômeno social muito maior hoje, que é conduzido, na verdade, pela lógica da indústria do sexo.

O ingresso e permanência na prostituição não constitui simples ato individual. Quem se prostitui, além de considerar as oportunidades que tem na vida, depende de toda uma cadeia que vai desde a oportunidade de encontrar “fregueses” em bares, boates ou em ruas onde há certa tolerância da sociedade, até a concretização da dita prestação do serviço em hotéis, motéis e similares. Em contato estreito com a prostituição, bares, restaurantes, boates, motéis, hotéis, pequenas pensões, sex shops, confecções, maquiagem, produtoras de filmes pornográficos e outros obtêm grandes lucros decorrentes dessa atividade. O prestador de serviço sexual tem dificuldade em se manter no ramo sem essa rede à sua volta, principalmente considerando que o perfil da maioria dessas pessoas é de baixa instrução e renda. O objeto comercial em torno do qual essa cadeia obtém lucro é o corpo da mulher ou do homem prostituído, transformado em objeto de consumo.

599202C945

599202C945

O simples fato de a pessoa ser tratada como mercadoria já é uma condição incompatível com a dignidade humana, preceito fundamental dos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 elenca a dignidade humana como um de seus fundamentos. E antes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1948, apresenta esse princípio já no primeiro considerando de seu preâmbulo:

“CONSIDERANDO que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,”

A visão de que a pessoa submetida à prostituição fica reduzida a uma coisa, a um objeto, é compartilhada por movimentos feministas, por vários grupos políticos, por representantes de diversas religiões e por estudiosos do tema.

Embora o fenômeno da prostituição também envolva hoje pessoas do sexo masculino, a grande maioria dos que a exercem é composta por mulheres. Por isso, partem do movimento feminista alguns dos estudos, pesquisas e reflexões mais aprofundadas sobre o fenômeno da prostituição. Não por acaso, um dos maiores símbolos do feminismo no mundo, Simone de Beauvoir, tinha uma visão bastante negativa da prostituição onde:

“[...] a mulher oprimida sexualmente e economicamente, submetida ao arbítrio da polícia, a uma humilhante vigilância médica, aos caprichos dos clientes, destinada aos micróbios e à doença, é realmente submetida ao nível de uma coisa.”¹

Para refletir sobre o tema, partimos de argumentos defendidos, entre outros, por uma organização não governamental internacional, de viés feminista, que luta contra o tráfico de mulheres e a prostituição no mundo, a Coalizão contra o Tráfico Internacional de Mulheres – a CATW² que, em artigo disponível em seu portal, elenca dez razões para não legalizar a prostituição³.

Os argumentos apresentados no texto citado acima são bastante consistentes, baseados em pesquisas e estão em consonância com o que afirmam outros grupos que se opõem à legalização ou regulamentação da prostituição.

599202C945

599202C945

Em primeiro lugar, a legalização da prostituição favorece mais os cafetões, hoje chamados de empresários, e promove a expansão da indústria do sexo. Na Holanda, na Alemanha e no estado de Vitória, na Austrália, a legalização da prostituição aumentou imensamente a lucratividade da indústria do sexo. Na Holanda, a partir de 2000, quando a ação dos cafetões se tornou legal, a indústria do sexo se expandiu em 25%. Em Vitória, na Austrália, a legalização da prostituição “permitiu uma expansão massiva da indústria do sexo. Enquanto que em 1989 havia 40 bordéis legalizados em Vitória, já em 1999 esse número havia subido para 94, juntamente com 84 serviços de acompanhantes”. Houve crescimento também de outras formas de serviços sexuais como mulheres que dançam em cima das mesas, casas de sado-masoquismo, shows para “voyeurs”, linha telefônica sexual e a pornografia.

A legalização acaba também por estimular o tráfico de pessoas. Enquanto a comunidade internacional busca celebrar acordos e adotar práticas para coibir o tráfico de pessoas, este é intensificado como evidencia a enorme presença de mulheres estrangeiras na prostituição nos países europeus. A maioria foi traficada, “já que é quase impossível para as mulheres pobres financiar sua própria imigração, bancar os custos da viagem, os documentos necessários, bem como estabelecerem-se no negócio sem uma ajuda externa.” Difícil ainda que elas desenvolvam autonomamente suas atividades em países onde não dominam o idioma.

Holanda e Alemanha têm cerca de 80% das pessoas que se prostituem provenientes de outros países⁴, a grande maioria oriunda dos países da Europa Central e do Leste Europeu. Na Austrália, onde o estado de Vitória legalizou a prostituição ainda nos anos 80, o tráfico das mulheres vindas da Ásia Ocidental para o comércio sexual é um problema crescente. Na Holanda, a “qualquer hora do dia, **mulheres de todas as idades e raças**, quase nuas, são postas à mostra nas famosas vitrines dos bordéis holandeses e clubes de sexo” como mercadorias (grifos nossos). É da natureza do empreendimento comercial buscar sempre novidades e variedades de objetos para atrair os fregueses. Para a indústria do sexo interessa ofertar corpos de diferentes características, inclusive étnicas, o que favorece o tráfico de mulheres.

Parece contraditório mas a legalização da prostituição aumenta a prostituição de rua: “Muitas mulheres não querem se registrar ou se submeter aos exames de saúde, como é exigido por lei em alguns países onde a prostituição é regularizada. O que acontece então, é que a legalização as

599202C945

599202C945

impele para as ruas. E muitas mulheres optam por se prostituir nas ruas para escapar do controle e exploração dos novos "empresários do sexo". Além disso, o estigma da prostituição permanece e as mulheres tornam-se mais visíveis pela obrigatoriedade do registro".

Um dos argumentos geralmente utilizados para a legalização da prostituição é que esta reduziria a exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas isso não é verdade. A "Organização sobre Direitos da Criança, com sede em Amsterdã, estima que o número de crianças exploradas sexual e comercialmente, subiu de 4 mil crianças em 1995 para 15 mil em 2001. Essa organização calcula que pelo menos 5 mil dessas crianças na prostituição são de outros países, com um vasto segmento sendo de meninas nigerianas." A prostituição infantil cresceu também nos estados australianos que legalizaram a prostituição.

Igualmente a crença na maior proteção para as mulheres em países onde a prostituição é legalizada constitui uma falácia. Em pesquisa realizada pela CATW "em cinco países, quando 145 vítimas do tráfico internacional e prostitutas locais foram entrevistadas, 80% delas afirmaram haver sofrido violência física de cafetões e clientes e tendo suportado múltiplos efeitos da violência e da exploração a que foram submetidas." A segurança prometida esbarra na privacidade inerente à prestação de serviços sexuais. Os empreendimentos ligados à indústria do sexo protegem seu patrimônio, sua clientela e não a pessoa da prostituta, facilmente substituída por outra sedenta de obter melhores rendimentos.

Outro aspecto que merece destaque é o impacto social da legalização que promove o aumento da procura pela prostituição ao torná-la socialmente mais aceitável. Legalizada a prostituição, os clientes são legitimados a buscar tal serviço pois há uma maior aceitação social dessa prática: "Quando as barreiras legais desaparecem, também desaparecem as barreiras éticas e sociais que impediam a mulher de ser tratada como uma mercadoria sexual. A legalização da prostituição passa uma mensagem para as novas gerações de homens e garotos de que as mulheres são mercadorias e que a prostituição é uma brincadeira sem consequências", apenas uma relação comercial. O consumidor do objeto/corpo feminino é legitimado e passa a ser mais um consumidor de um produto qualquer.

Em relação à saúde, sabe-se que o mercado sexual cobra maior valor para relações desprotegidas e por práticas pouco ortodoxas que incluem violência e subordinação. Países que legalizaram a prostituição, como a Holanda e a Alemanha, impõem às mulheres exames periódicos para prevenção

de doenças sexuais, sem cobrar o mesmo dos incontáveis clientes. O estigma e preconceito em relação às prostitutas é reforçado por essa política de saúde que induz ao pensamento de que elas é que transmitem doenças sexuais: na “verdade, a política que força o uso do preservativo foi deixada na mão das mulheres. Elas é que decidem individualmente se fazem ou não sexo sem preservativo, e a oferta de um dinheiro extra é sempre uma pressão insistente.”

Ao lado do estigma de transmissoras de doenças, as pessoas que se prostituem são coagidas a se manter segregadas da sociedade. Na Holanda e na Alemanha, a dita regulamentação da profissão de prostituta veio acompanhada da criação de espaços específicos onde a prostituição poderia ser exercida (ou seja, em guetos).

No raciocínio dos que defendem a legalização da prostituição, esta conferiria a liberdade da mulher escolher tal profissão. Também pesquisa da CATW registrou que a maioria das mulheres que estão na prostituição legalizada declarou que não tinham “outras condições de ganhar a vida.”

Por fim, outras pesquisas demonstram que a maioria das mulheres “não gostaria que seus filhos, sua família ou amigos tivessem que ganhar dinheiro entrando na indústria do sexo.” A chamada profissionalização não iguala socialmente o papel das pessoas que estão se prostituindo ao dos trabalhadores de outras áreas. A maioria evita que sua família e seus amigos saibam como estão vivendo.

Enquanto os defensores da legalização da prostituição recorrem ao exemplo de países da Europa que a reconheceram como atividade profissional, outros estados europeus, particularmente os países nórdicos, proíbem a prostituição como forma de eliminar “um obstáculo para atingir-se a igualdade entre mulheres e homens.” Na França, a ministra dos Direitos das Mulheres, Najat Vallaud-Belkacem, se lança contra a prostituição: “Tenho a abolição da prostituição como prioridade”, diz. Segundo a ministra, “por causa das doenças sexualmente transmissíveis e das condições insalubres de trabalho, as prostitutas francesas têm expectativa de vida 40% menor que as demais mulheres. Segundo ela, 85% das garotas de programa prefeririam ter outra profissão. **“Elas não se prostituem por opção, mas por falta dela”⁵.**”

Voltando à proposição ora submetida à esta Comissão, elencamos os principais argumentos contidos na justificativa do projeto para regulamentar a prostituição no Brasil:

1. “reduzir os riscos danosos de tal atividade” (a prostituição).

599202C945

599202C945

2. “efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares”.
3. o “combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço”; a descriminalização das casas de prostituição obriga a fiscalização, impedindo a corrupção de policiais” e “promove melhores condições de trabalho, higiene e segurança”.

Conforme verificamos acima, nenhum desses argumentos se sustenta diante das evidências contidas nas pesquisas citadas. Se em países com a Austrália a fiscalização deixa muito a desejar, o que nos faz crer que será diferente no Brasil?

Podemos questionar ainda se a legalização da prostituição constitui realmente um interesse da sociedade brasileira. Pelo menos em relação a iniciativas parlamentares, isso não fica demonstrado. Pesquisa no portal da Câmara dos Deputados mostra que, nos últimos dez anos, apenas dois projetos de lei reconhecendo, de alguma forma, a profissão de de prostituta foram apresentados: o PL 98, de 2003, e o PL 4.244, de 2004, este último retirado pelo autor após um ano de sua apresentação, sem ter recebido parecer em nenhuma Comissão da Casa.

Já o Projeto de Lei nº 98, de 2003, que “dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal”, foi distribuído para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e a de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Somente em novembro de 2007 a proposição foi apreciada pela CCJC, recebendo do relator parecer contrário do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, aprovado em plenário, de 66 membros da CCJC, contra o voto de apenas seis deputados (**MAURÍCIO QUINTELLA LESSA, SARNEY FILHO, MAURÍCIO RANDS, SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO, MARCELO ITAGIBA E JOSÉ GENOÍNO**). Entre os que concordaram com o parecer do relator, ou seja, pela rejeição do referido projeto, estavam parlamentares de diversos partidos, estados e religiões, dentre eles o atual Ministro da Justiça **José Eduardo Cardozo** (Portanto, a regulamentação da profissão de prostituta teve posição contrária de 60 membros na única vez em que o assunto foi submetido à votação por uma Comissão da Câmara).

No Brasil, grupos feministas, religiosos e outros têm se colocado firmemente contra a presente proposição. Até mesmo no partido do autor do projeto, integrantes do setorial de mulheres já se manifestaram contrárias à proposição em apreço:

599202C945

599202C945

“A mercantilização do corpo é uma das formas mais bárbaras de opressão. Permitir em lei que o cafetão fique com metade do valor é legalizar a barbárie. A legalização de casas de prostituição não ajudará as mulheres prostitutas, como não tem ajudado nos países capitalistas desenvolvidos, tampouco garantirão a segurança social das mesmas”.

E o texto conclui:

“não há como ser favorável a este projeto de lei que vai na contramão da luta contra a mercantilização do corpo, que banaliza e naturaliza a prostituição”.⁶

Outros argumentos incorporados ao senso comum também merecem ser comentados. Primeiro, que a prostituição deveria ser legalizada pois seria a “profissão mais antiga do mundo”. Conforme a historiadora e especialista em questões de gênero da Universidade de Brasília UnB, Tânia Navarro Swain,

“a pesquisa histórica vem mostrando que a prostituição é uma criação do social, em momentos e épocas específicas; esta denominação encobre, inclusive, no discurso histórico, a presença de mulheres no social que destoam da norma representacional sobre as mulheres. Esta proposição – a mais antiga profissão do mundo - cria e reproduz a ideia da existência inexorável da prostituição, ligada à própria existência das mulheres, parte de seu destino biológico”.⁷

A prostituição na sociedade contemporânea difere bastante da ocorrida em outras épocas e lugares. Não é possível estender um conceito contemporâneo a épocas onde mesmo as palavras tinham outra conotação.

Ademais, mesmo em épocas remotas, conforme o pensador Viktor D. Salis , que concluiu doutorado em 1977, com Jean William Fritz Piaget, na Suíça e outro a seguir com Igor Caruso, psicanalista austríaco, a sociedade arcaica, grega, não cultuava a sexualidade *para o objeto, para o consumo*. Ao contrário, era tida como algo sujo a pessoa que se prostituía, segundo estudo O Significado do Amor em “O Banquete de Platão”.

599202C945

599202C945

Também tem sido lugar comum, mesmo entre ateus, citar passagem bíblica em que Jesus defende uma prostituta da morte por apedrejamento como justificativa para apoiar a prostituição. Trata-se de uma leitura totalmente descontextualizada da Bíblia. Jesus defende a pessoa que cometeu o pecado mas não a prostituição, dizendo: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra”. Depois disse para a adúltera: “vai-te e não peques mais.”. Aliás, a suposta tolerância diante da prostituição não existe nessa ou em qualquer passagem do Novo Testamento.

Finalmente, mas não por último, legalizar a prostituição para atender suposta demanda dos grandes eventos e da FIFA é um completo descalabro que só favorece o turismo sexual, mancha tão difícil de apagar na imagem do Brasil no exterior. O assunto requer debate interno, diz respeito ao país que queremos e não pode ser atropelado por eventos internacionais de qualquer natureza. Ao contrário, a visibilidade internacional conferida pela realização desses eventos seria ocasião ímpar de divulgar o Brasil de forma bem diferente, valorizando a cultura, a criatividade do povo e sua capacidade de trabalho, nossas riquezas naturais e econômicas. Além de colocar oficialmente os corpos de mulheres e homens brasileiros à venda, o que mais a FIFA vai exigir do país?

Tendo em vista todo o exposto, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 4.211, de 2012, que “regulamenta as atividades dos profissionais do sexo”.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado PASTOR EURICO

¹ Citada em “O feminismo e a legalização da prostituição”, no blog do Luis Nassif, em 11/01/2013. <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-feminismo-e-a-legalizacao-da-prostituicao?page=1> (acesso em 14/05/2013).

² Sigla em inglês para “Coalition Against Trafficking in Women”, criada em 1988 e com status consultivo no ECOSOC, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

³ Não à Legalização da Prostituição. 10 Razões para a prostituição não ser legalizada. Artigo publicado em 2003 e disponível em <http://www.catwinternational.org/Home/Article/259-no-legalizao-da-prostituio-10-razes-para-a-prostituio-no-ser-legalizada> (acesso em 13/05/2013). Nos próximos parágrafos do texto, os dados e informações apresentados entre aspas foram retirados desse artigo.

⁴ Dado do Grupo Budapeste (governamental), citado pelo referido artigo da CATW.

⁵ “Prostituta: profissional ou Vítima”. Revista Marie Claire, 24/04/2013.

⁶ “Prostituição e mercantilização do corpo da mulher – quem ganha com isso?” Lívia Casseiro, Natália Coelho e Kátia Sales, em 07/03/2013. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/04/prostituta-profissional-ou-vitima-brasil-e-franca-assumem-opinioes-opostas.html>.

⁷ Tania Navarro Swain, doutora pela Université de Paris III, Sorbonne, com pós-doutorado na Universidade de Montréal, citada em “O feminismo e a legalização da prostituição”, no blog do Luis Nassif, em 11/01/2013. <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-feminismo-e-a-legalizacao-da-prostituicao?page=1> (acesso 14/05/2013).